



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTOS DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

MARILENE MARIA AQUINO CASTRO DE BARROS

**A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA
EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR
GRANDES PROJETOS MINERO-METALÚRGICOS: UM ESTUDO
DE CASO EM JURUTI(PA)**

**Belém-PA
2016**

MARILENE MARIA AQUINO CASTRO DE BARROS

**A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA
EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR
GRANDES PROJETOS MINERO-METALÚRGICOS: UM ESTUDO
DE CASO EM JURUTI(PA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História, do Instituto de Ciências de Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof^o. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha

**Belém – PA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Barros, Marilene Maria Aquino Castro de , 1968-
A Participação da escola no enfrentamento da
exploração sexual contra crianças e adolescentes em
municípios impactados por grandes projetos
minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA) /
Marilene Maria Aquino Castro de Barros. - 2016.

Orientador: Genylton Odilon Rêgo da Rocha.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém,
2016.

1. Escolas públicas - Currículos - Juruti
(PA). 2. Crime sexual contra as crianças -
Política governamental - Juruti (PA). 3.
Adolescentes - Juruti (PA). 4. Segurança pública
- Juruti (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 371.01071098115

MARILENE MARIA AQUINO CASTRO DE BARROS

**A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA
EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR
GRANDES PROJETOS MINERO-METALÚRGICOS: UM ESTUDO
DE CASO EM JURUTI(PA)**

Aprovado em:

Data: 27/ 01/2016

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Orientador – UFPA

Professora Dr.^a Denise Machado Cardoso
Examinadora Interna - UFPA

Professor Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage
Examinador Interno – UFPA

Professora Dr.^a Tatiana Savoia Landini
Examinadora Externa – UNIFESP

Professora Dr.^a Cristiane Bonfim Fernandez
Examinadora Externo - UFAM

Professora Dr.^a Maria José Aviz do Rosário
Examinadora Suplente – UFPA

**Belém-PA
2016**

Ao meu amado pai Felismino de Castro (in memoriam) e à minha amada mãe Maria de Aquino Castro - Dona Zizi, pela educação a mim dedicada sem a qual seria difícil celebrar a conquista das minhas lutas.

Às minhas filhas Manuelle e Maria Paula Castro de Barros, inspiração singela que alimenta minha força para estar sempre acreditando e contribuindo com meu trabalho para que tantas crianças e adolescentes possam viver num mundo justo, solidário e de paz.

AGRADECIMENTOS

Obrigada, Pai Amado pelo bem da vida e por ser meu alicerce de perseverança para a concretização deste propósito.

Ao meu pai Felismino de Castro (*in memoriam*) e a minha mãe Maria de Aquino Castro por serem para mim exemplo de vida e de amor incondicional.

À minha família Paulo Henrique Vieira de Barros, Manuelle e Maria Paula Castro de Barros (filhas) pelo companheirismo, amor, amizade, afeto e paciência nesta caminhada cheia de desafios e sorrisos.

Às minhas amiguinhas incondicionais Ulli e Panda pelo amor e companhia e por não me deixarem viver na solidão.

À família Castro, em especial as minhas irmãs e aos meus irmãos, pelos olhares ternos, abraços protetores, afagos de mão e solidariedade. Mesmo estando distante fisicamente de mim nunca me deixaram sozinha

Ao meu amado professor, cunhado, padrinho e amigo Arlam Carlos Corrêa dos Reis, pessoa responsável pela oportunidade que tive em semear sonhos no campo acadêmico.

Ao meu orientador Professor Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha, exemplo de educador, entusiasta da educação, constante lutador e desbravador de novas possibilidades de melhorias na e para nossa formação profissional e pessoal.

A todos e a todas os(as) professores, professoras e colegas da turma de doutorado em educação – 2012, da Universidade Federal do Pará, que por meio das discussões, reflexões, problematizações e experiências no campo educacional, muito me ensinaram a conhecer melhores caminhos para a realização deste trabalho e, conseqüentemente, melhoria da minha práxis profissional.

Ao “Quarteto Fantástico”, amigos(as) Karina Mendes, Vilma Brício e Cristiano Silva pelo incentivo, amizade e cumplicidade na crença pela realização dos nossos sonhos; pelos conhecimentos, saberes e experiências que me ajudaram a superar dúvidas, angústias e incertezas na leitura, compreensão e escrituração deste trabalho, enfim; pelos momentos de descontração regada a muita risada e amor pela vida.

Ao Grupo de Pesquisa INCLUDERE, especialmente às pessoas do Projeto Empoderamento, onde, por quatro anos, junto aos meus pares aprendi e aprendi valiosas informações e conhecimentos sobre meu tema pesquisado.

À professora Dr^a. Emília Oliveira – UFPA, pelas preciosas aulas de Francês Instrumental, as quais foram fundamentais para minha aprovação no exame de proficiência nessa língua.

Aos amados cunhados Emílio Barros e Sandra Mescouto por todo apoio e cuidado que tiveram comigo.

Ao meu amigo Victor Hugo Ramos Reis pela gentileza e competência na tradução do resumo desta tese na língua inglesa.

Aos amigos Ligia Hamoy, Gustavo e Anne Hamoy pelo recebimento e acolhimento na cidade de Juruti(PA), pela ajuda no direcionamento dos lugares e das pessoas que contribuíram com informações valiosas para minha pesquisa.

À psicóloga Eva da Costa Silva, pessoa ativa e defensora da garantia dos direitos da criança e do adolescente no município de Juruti(PA), pelas informações à mim socializadas sobre a realidade do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes nesta municipalidade.

À Secretaria Municipal de Educação de Juruti(PA); às escolas investigadas e aos profissionais da educação que foram primordiais para a realização desta pesquisa e; às ex-conselheiras tutelares. Todos foram fundamentais para o conhecimento e análise sobre as ações de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes que são realizadas no contexto das escolas municipais.

A todas as pessoas amigas que de alguma forma possibilitaram o avançar dos meus passos, ainda que estes às vezes fossem pesados, rumo à concretude deste trabalho.

À minha banca de qualificação, professores Dr.^a Sandra Helena Ribeiro Cruz, Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage. Dr. Benedito Medrado-Dantas e Dr. Vicente Faleiros, pelas contribuições teórico-metodológicas que muito foram importantes para o aprimoramento deste trabalho e, assim eu pudesse, dentro de minhas limitações, alcançar o objetivo proposto.

SER CRIANÇA

Ser criança!

É viver em um mundo de sonhos e imaginação
Onde a inocência é quem manda no coração
Não ideia do bem ou do mal
E não se dá conta de como ocorre
A violência, a exploração e o abuso sexual.

Crianças são inocentes
Não diferenciam a maldade
São como lagartas no casulo
Com ânsia pelo momento de voar
Ampliar seus conhecimentos
Sabendo a vida aproveitar

Apegam-se facilmente
Sem medo de amar
Conquistam carinho e afeto
Principalmente em seu lar
Convivem com pessoas diferentes
Umhas com intenções boas
Outras com intenções más.

Ninguém suspeita de nada
Quem iria imaginar
Uma criança sendo abusada
Em seu próprio âmbito familiar.

A violência sexual
É especificamente danosa
Porque interferir em nossa vida
Tornando-a perigosa.

A violência e abuso
Estão aí pra nos mostrar
Que isso não depende de classe social
Pois acontece em todo lugar.

Somos usados como objetos
Sem respeito e nem direitos
Agredidos diariamente
Em nossa condição de sujeito

Como sobreviver à guerra
De o próprio ser humano salvar-se
Do desgosto posto no rosto
Da sociedade sofrida
Que tende a esconder e silenciar
Uma realidade vivida...

(Jovens do Centro de Referência de Assistência Social de Juruti)

RESUMO

Esta Tese está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História. Trata do tema Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e subtema Exploração Sexual. Tem como objetivo analisar as ações de enfrentamento implementadas pelas escolas do município de Juruti(PA) no combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes, considerando que este município a partir dos anos 2000 foi impactado com a instalação de um grande projeto de mineração de bauxita – ALCOA. Para tanto faz-se necessário: analisar historicamente o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no panorama nacional, regional e local; analisar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em nível local e o papel da escola nesse processo e; analisar as ações de enfrentamento elaboradas e implementadas pelas escolas públicas no combate da exploração sexual contra crianças e adolescentes. A pesquisa foi realizada sobre o pressuposto teórico do Materialismo Histórico e Dialético e, metodologicamente, como de Campo, do tipo Estudo de Caso e, foram pesquisadas cinco (05) escolas públicas municipais situadas no meio urbano, em Juruti, mesorregião amazônica do Oeste do estado do Pará. Com a chegada do projeto de construção da Mina de Juruti, este município sofreu um processo de mudanças sociais, econômicas, ambientais e culturais e, nesse contexto, o cenário de violência sexual contra crianças e adolescentes (abuso e exploração sexual) também sofreu alteração. Os sujeitos entrevistados foram 13 profissionais da educação, sendo 11 professores(as), 01 gestor(a) escolar e 01 coordenador(a) pedagógico(a). Além desses sujeitos há também a participação de 02 ex-conselheiras tutelares de Juruti. Os procedimentos metodológicos utilizados para a produção de dados foram: levantamento bibliográfico e documental; questionário semiestruturado aplicado aos representantes das instituições que trabalham com a garantia de direitos de crianças e adolescentes, tais como: Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Saúde, Delegacia de Polícia Civil, escolas municipais e Centro de Referência de Assistência Social e; entrevista semiestruturada com profissionais da educação. Os dados foram analisados por meio da análise documental, os quais relevam que as escolas não possuem projetos de ação para o enfrentamento do problema e quando participam de algum projeto sempre é em parceria com outras entidades. As ações acontecem, porém são isoladas e praticadas pelos(as) professores(as) o que faz com que o enfrentamento não seja uma ação efetiva e constante objetivando contribuir para o cerceamento da violação da integridade física, moral, psicológica, afetiva e social de crianças e adolescentes que são explorados sexualmente.

Palavras-chave: Escolas. Ação de Enfrentamento. Exploração sexual. Crianças e Adolescentes.

ABSTRACT

This Thesis is linked to Post Graduate Program in Education of Pará Federal University, in the Research Line Education: Curriculum, Espistemology and History. Treats of the theme Sexual Violence against Children and Teenagers, e subtheme Sexual Exploration. The objective is analyze the combat actions implemented by the schools of Juruti (PA) in oppose against the sexual exploration of children and teenagers, considering that this city since the 2000's was impacted with the installation of a big project of bauxite mining— ALCOA. Therefore, is necessary: analyze historically the phenomenon of violence against children and teenagers in the national, regional and local panorama; analyze the public politics focused to sexual exploration against children and teenagers combat and the function of school in this process and; analyze the combat actions made and implemented by the public schools at the oppose to sexual exploration against children and teenagers. The research was made by the theoretic presupposition of Historic and Dialectic Materialistic and, methodologically, like the fieldwork, of the study of case type and, were researched five (05) municipal public schools located in urban areas, in Juruti, a midsize Amazon region located in west side of State of Pará. With the arrival of the construction project of Juruti Mine, this city suffer socials, economics, environmental and cultural changes process and, in this context, the sexual violence against children and teenagers scenario also suffer changes. Were interviewed thirteen people, including eleven teachers, one manager and one pedagogic coordinator. In addition, two others ex Guardianship Counselors of Juruti also participated. The methodological procedures used to produce data were: bibliographic and documental research; semi structured questionnaire applied to representative of institutes who work with children and teenagers rights guarantee, like Guardianship Council, Health Municipal Departament, Civil Police Station, Municipal Schools and Social Assistance Reference Centre and; interview semi structured with education professionals. Data were analyzed by the documental analyze which show that the schools do not have actions projects to oppose the problem and when they made part of some project are always in partnership with others institutes. The actions happen but are alone and made by the teachers which makes that the oppose does not be an effective action and constant, objecting contribute to the retrenchment of physic, psychological, affective, and social integrity violation of sexual explored children and teenagers.

Key-words: Schools. Oppose actions. Sexual exploration. Children and teenagers.

RÉSUMÉ

Cette thèse est issue du Programme de Troisième Cycle en Éducation de l'Université Fédérale du Pará (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará -UFPA), dans la ligne de recherche en Éducation: Curriculum, Épistémologie et Histoire. Il s'agit du thème violence sexuelle contre des Enfants e des Adolescents, et le sous-thème Exploitation Sexuelle. Notre objectif est celui d'analyser les actions d'affrontement qui ont été mise en place par les écoles des communes de Juruti (PA) dans le combat à l'exploitation sexuelle contre des enfants et des adolescents , prenant compte que dans la commune à partir des années 2000 on a vu s'installer un grand projet de minération de la bauxite_ALCOA. Pour rendre compte de ce sujet nous avons besoins d'analyser historiquement le phénomène de la violence sexuelle contre des enfants et des adolescents dans le panorama national, régional et local ; analyser les politiques publiques tournées contre l'affrontement de l'exploitation sexuelle contre les enfants et les adolescents au niveau local et le rôle de l'école dans ce processus et ; analyser les politiques publiques tournées vers l'affrontement de exploitation sexuelle contre les enfants et les adolescents au niveau local et le rôle de l'école publique dans le processus et ; analyser les actions de l'affrontement élaborées et mise en place dans les écoles publiques dans le combats de l'exploitation sexuelle contre les enfants et les adolescents. La recherche a été réalisée grâce au presupposé théorique du Matérialisme Historique et Dialectique et Méthodologiquement, comme du Champs, du Type de l'Étude de Cas et, nous avons fait une recherche sur cinq écoles publiques communales situées en milieu urbain, à Juriti, méso-région amazonienne de Ouest du Pará. Lors de l'arrivée du projet de construction de la Mine de Juruti, cette commune a subi un processus de changements sociaux, économiques, environnementaux et culturels et, dans ce contexte, le scénario de violence sexuelle contre les enfants et les adolescents (abus e exploitation sexuelle) a aussi souffert des changements. Les sujets interviewés ont été 13 professionnels en éducation, dont 11 professeurs, 01 gestionnaire d'école, 01 coordinateur pédagogique. Outre ces sujets il y a aussi la participation de 02 ex-conseillers tutélaires de Juriti. Les processus méthodologiques utilisés pour la production des données ont été : le dressement bibliographique et documentaire ; questionnaire semi-structuré appliqué aux représentants des institutions qui travaillent avec la garantie des droits des enfants et des adolescents, telles que : Conseil Tutélaire, Secrétariat Municipal de Santé, Commissariats de Police Civil, écoles communales et celles d'état et le Centre de Référence de l'Assistance Sociale et ; interview semi-structurée avec des professionnels en éducation. Les données ont été analysées par le biais de l'analyse documentaire qui nous montrent que les écoles ne possèdent pas des projets d'action pour l'affrontement du problème et que lorsqu'elle participent des projets d'action pour enrayer le problème et lorsque les écoles participent d'un projets c'est toujours avec les autres entités. Les actions ont lieu, bien que isolées et pratiquement entamées par des professeurs, ce qui rend les actions à partiellement effectives et constante dans le but de contribuer pour inhibition de la violation de l'intégrité physique, morale, psychologique, affective et sociale des enfants et des adolescents qui sont exploités sexuellement.

Mots-clés: Écoles. Action d'Affrontement. Exploitation Sexuelle, Enfants et Adolescents.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa do município de Juruti(PA)	57
Figura 02	Igreja de Nossa Senhora da Saúde – Juruti(PA)	58
Figura 03	Vista aérea da cidade de Juruti(PA)	60
Figura 04	Imagem do Círio Fluvial de Nossa Senhora da Saúde – Juruti(PA)	61
Figura 05	Imagem dos estandartes das tribos Munduruku e Muirapinima	62
Figura 06	Imagem da representação mirim do Festribal	63
Figura 07	Vista aérea da Mina Juruti	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Síntese teses de doutorado com foco na exploração sexual contra crianças e adolescentes.	28
Quadro 02	Síntese dissertações com foco na exploração sexual contra crianças e adolescentes.	29
Quadro 03	Matrículas em Cursos Profissionalizantes em número de matriculados.	65
Quadro 04	Diferenças entre exploração sexual e abuso sexual.	93
Quadro 05	Síntese das Dimensões da Exploração sexual comercial.	100
Quadro 06	Número de notificações de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti(PA).	109
Quadro 07	Quantitativo de casos de violência Sexual praticada contra crianças e adolescentes em Juruti – Pará.	111
Quadro 08	Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Juruti-Pará.	112
Quadro 09	Perfil dos que praticam violência sexual contra crianças e adolescentes em Juruti – Pará.	113
Quadro 10	Relação do/a agressor/a com a vítima em Juruti – Pará.	114
Quadro 11	Situação socioeconômica da família das vítimas atendidas pelo serviço CRAS.	116
Quadro 12	Dados pessoais e de formação dos sujeitos da pesquisa.	165
Quadro 13	Exploração sexual contra crianças e adolescentes.	204
Quadro 14	Gravidez precoce.	205

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Empregados indiretos (Alcoa)	67
Gráfico 02	Empregados diretos (Alcoa)	67
Gráfico 03	Denúncias violência sexual – 1º semestre 2017, por UF	103

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

ALCOA – Aluminum Company fo America

ALEPA – Assembleia Legislativa do Pará

AMTJU - Associação de Mulheres Trabalhadoras de Juruti

ANDI – Agência de Notícia do Direito da Infância

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APRAS – Associação de Produtores Rurais Assentados no Socó

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior

CDM - Centro de Defesa do Menor

CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CJP - Comissão Justiça e Paz

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNBB - Comissão Nacional dos Bispos do Brasil

CNEVSCA - Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança

CPC - Centro de Perícias Científicas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CRAMI – Centro Regional de Atenção a Maus-Tratos na Infância

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Referência Especializada de Assistência Social

DAV - Diretoria de Atendimento a Vulnerável

DST/AIDS – Doença sexualmente Transmissível / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECPAT - End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking Children for Sexual Purposes

ENEPE – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão

EIA – Estudos de Impacto Ambiental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Pró-sociedade Saudável

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFPA – Instituto Federal do Pará

INCLUDERE – Grupo de Pesquisa Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão

INCRA – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

INTERPOL – Organização Internacional de Polícia Nacional

MCC – Matriz de Compensação Coletiva

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MUMMU – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PESTRAF - Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil

PMJ – Prefeitura Municipal de Juruti

PNEVSCA – Plano nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

PPA – Plano Plurianual

PPP – Projeto Político Pedagógico

RECRIA - Rede de Informações Sobre Violência Sexual de Crianças e Adolescentes

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria

SDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SECDDET - Secretaria Municipal de Cultura Desportos e Turismo

SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação

SEGUP - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

SEJUDH - Secretaria Estadual de Justiça de Direitos Humanos do Pará

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STTR/JUR – Sindicato dos Trabalhadores de Juruti

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TSI - Turismo Sustentável e Infância

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA – Universidade Federal do Estado do Pará

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

URES - Unidades Regionais de Educação do Estado do Pará

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	21
	1.1 Sobre o tema, objeto, questão de investigação e objetivos	21
	1.2 Pressupostos teóricos e metodológicos	40
2.	YURU-TY: O COLO FIRME DA AMAZÔNIA	57
	2.1 Aspecto físico e demográfico	57
	2.2 Aspecto histórico	58
	2.3 Aspecto cultural	61
	2.4 Aspecto educacional	64
	2.5 Aspecto econômico	69
3.	O FENÔMENO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	75
	3.1 O fenômeno da violência e suas múltiplas faces	75
	3.2 A violência sexual contra crianças e adolescentes	81
	3.3 Exploração sexual contra crianças e adolescentes	88
	3.4 A exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, na Amazônia e no município de Juruti (PA)	95
	3.4.1 Exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil	99
	3.4.2 Exploração sexual contra crianças e adolescentes na Amazônia	106
	3.4.3 Exploração sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti (PA)	109
4.	O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O MARCO LEGAL E AS AÇÕES PRÁTICAS	121
	4.1 Sobre a criança e o adolescente: garantia de direitos e políticas de enfrentamento à violência sexual	121

4.2	O enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes: legislação e políticas públicas	123
4.3	O enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes: construindo redes	145
5.	A ESCOLA NO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CASO DE JURUTI (PA)	162
5.1	Entendimento sobre o significado da violência sexual contra crianças e adolescentes	166
5.2	Formação continuada	177
5.3	Ação de enfrentamento: trabalho docente	181
5.4	O papel da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes	200
6.	CONCLUSÃO	213
	REFERÊNCIAS	220
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	233
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – CONSELHO TUTELAR	234
	APÊNDICE C – ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – ESCOLA	237
	APÊNDICE D – ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – CRAS	240
	APÊNDICE E – ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – DELEGACIA POLÍCIA CIVIL	243
	APÊNDICE F – ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	246
	APÊNDICE G – ROTEIRO PARA ENTREVISTA – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	248
	APÊNDICE H – ROTEIRO PARA ENTREVISTA – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	250
	APÊNDICE I – ROTEIRO PARA ENTREVISTA – EX-CONSELHEIRAS TUTELARES	251

1. INTRODUÇÃO

*Percebo que essa dor em mim não passa
Você diz que não foi nada
Não é assim
Tudo é tão confuso
E não sei do que preciso
No momento
Estou sofrendo muito assim.*

*À noite tudo volta
E abala meu íntimo tanto assim
Dividido entre dois mundos
É tudo tão escuro
É tudo tão ruim
(Versos da paródia da música Borboletas escrita e
apresentada pelos jovens de Juruti-PA, no Seminário
de elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento
à Violência Adolescentes, 2010 – 2019)*

1.1.Sobre o tema, objeto, questão de investigação e objetivos

Por conta de, enquanto humanos, sermos animais racionais, históricos, culturais, sociais e políticos, permeados por múltiplas e complexas relações de natureza diversa, sempre estamos sujeitos a enveredar por caminhos que podem nos levar ao comodismo da vida, sem nada fazer e tudo aceitar, ou podem nos incitar a palmilhar sobre desafios e cenários que mexem com nossas estruturas, de tal forma, que não conseguimos ficar inertes diante dos fatos que violentam a vida de muitos de nós.

Nesta perspectiva, qualquer pessoa que tenha sensibilidade às inumanidades que atentem contra a vida humana não conseguirá ficar insensível frente aos atos que machucam sobremaneira a integridade das pessoas, sobretudo, quando as vidas em questão são de crianças e adolescentes. Dentre todos os atos cruéis que permeiam a vida dessa parcela de pessoas está a exploração sexual, o que, sob meu ponto de vista, é algo que remete a um comportamento de barbárie por parte de quem comete tal ação. Em vista disso, este trabalho tem como maior preocupação fazer uma abordagem sobre a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

O cenário de cenas de violência na vida das pessoas é uma realidade que possui profundas raízes históricas e, conforme estudos realizados acerca de tal temática, alguns segmentos sociais são mais vulneráveis às diversas formas em que a violência é

praticada, quais sejam: crianças, mulheres e idosos. Segundo Ferreira e Azambuja (2011, p. 17), “crianças, mulheres e idosos compõem um grupo de risco, sendo vítimas de diversos tipos de violência, cujos perpetradores costumam ser pessoas da família ou das relações domésticas das vítimas.”

São diversos os tipos de violência praticados contra a vida de crianças e adolescentes, dentre os quais citamos segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (2002): física (atos violentos com uso da força física de forma intencional – não acidental – provocada por pais responsáveis, familiares ou pessoas próximas); negligência (omissão dos pais ou responsáveis quando deixam de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social da criança e do adolescente); psicológica (rejeição, privação, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes, utilização da criança e do adolescente para manter as necessidades dos adultos) e; sexual (toda a ação que envolve ou não o contato físico, não apresentando necessariamente sinal corporal visível. Pode ocorrer a estimulação sexual sob a forma de práticas eróticas e sexuais – violência física, ameaça, indução, voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos e exploração sexual).

Dentro do panorama do fenômeno da violência, destaco nesta pesquisa a exploração sexual contra crianças e adolescentes, a qual:

Pode ser definida como o envolvimento de crianças e adolescentes, dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que eles não têm condições de compreender plenamente e para as quais são incapazes de dar consentimento, ou que violam as regras sociais e os papéis familiares. (FERREIRA e AZAMBUJA, 2011, p. 19)

De acordo com o conceito formatado pela Agência de Notícias do Direito da Infância (ANDI), expresso no Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2013), a violência sexual contra crianças e adolescentes tem origem nas relações desiguais de poder. Dominação de gênero, classe social e faixa etária, sob o ponto de vista histórico e cultural contribuem para a manifestação de abusadores e exploradores. A vulnerabilidade da criança, sua dificuldade de resistir aos ataques e o fato de a atual revelação do crime não representar perigo para quem o comete são condições que favorecem sua ocorrência.

Gabel (1997) conceitua que a exploração sexual de uma criança *e de um adolescente* [grifo nosso], “implica que esta seja vítima de um adulto ou de uma pessoa sensivelmente mais idosa do que ela com a finalidade de satisfação sexual desta”. O

crime pode assumir diversas formas: ligações telefônicas obscenas, ofensa ao pudor e voyeurismo¹, imagens pornográficas, relações ou tentativas de relações sexuais, incesto ou prostituição de menores.

Ainda que esse tema seja pauta constante de debates, discussões e ações no cenário político e social brasileiro, só se tornou foco de meu interesse a partir de minha inserção, no ano de 2012, no Programa de Pós-Graduação em Educação, nível doutorado, da Universidade Federal do Pará - UFPA. Contudo, é válido dizer que quando do meu ingresso no referido Programa, a proposta de projeto de tese pelo qual fui aprovada e selecionada em nada suscitava qualquer ligação com a questão da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Minha intenção primeira era investigar uma manifestação religiosa denominada “Benção da roça”, ligada à cultura da “Folia de São Tomé” no município de Óbidos, localizado no Oeste do Pará.

Após aprovação e seleção no Programa citado, o tecido de minha primeira intenção de tese foi suplantado motivado por força das pesquisas e ações dos trabalhos que meu orientador, professor Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha, coordena no Grupo de Pesquisa Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão - INCLUDERE. Em conversa com meu orientador, sem desconsiderar a importância que a pesquisa sobre a tradição da “Benção de Roça” possui para o cenário histórico-cultural do município de Óbidos – PA, decidimos que pesquisar sobre a exploração sexual de crianças e adolescente era algo mais pertinente no sentido de, primeiramente, viabilizar a fluidez no processo de orientação de tese e, em segundo lugar, porque o professor Dr. Genylton Rocha coordena pesquisas e estudos no Estado do Pará sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Isto posto, ingressei no Grupo de Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão – INCLUDERE, onde participo de sessões de estudo, pesquisa e extensão. Dentro deste Grupo de Pesquisa, fiz e faço parte de Projetos de Extensão.

O projeto “Empoderando comunidades escolares para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”, tem como objetivo geral empoderar um número mínimo de 800 sujeitos pertencentes às comunidades das escolas públicas,

¹ É o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas quando elas não desejam ser vistas, obtendo o observador satisfação com essa prática. A experiência pode perturbar e assustar a criança e o adolescente (ABRÁPIA, 2002)

membros dos Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais do Direito das Crianças e Adolescentes, bem como os membros das Comissões Operativas Locais, eleitas quando da elaboração dos Planos Operativos Locais para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, através da realização de pesquisa sobre o tema em questão e atividades formativas disseminadoras das metodologias propostas pelo Programa PAIR (Reordenamento e Integração de Metodologias de Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Pessoas: fortalecimento e articulação em redes municipais de proteção às violações de direitos humanos e sexuais no Estado do Pará) e Guia Escolar (Brasil, 2004).

No ano de 2013, o Grupo de Estudo e Pesquisa INCLUDERE, esteve à frente de um novo projeto de extensão, intitulado, “Empoderando as escolas públicas de Belém para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”, que teve como meta dar continuidade nos trabalhos já iniciados nas escolas localizadas no Distrito do Guamá, promovendo ações destinadas aos estudantes do ensino fundamental e médio das escolas públicas localizadas no referido Distrito. Conforme está justificado no Projeto em questão,

No processo de enfrentamento desta realidade é fundamental o papel da escola, porém faz-se necessário que ocorra uma ação qualificada e para tal, os sujeitos que compõem a comunidade escolar precisam se empoderar dos debates, estudos, pesquisas, informações, políticas públicas, etc. que vêm sendo gerados em diferentes espaços. É neste contexto que a ação extensionista promovida pela Universidade ganha mais significância. Pensada como via de mão dupla, a ação de extensão proposta neste programa buscará travar o diálogo com os sujeitos de comunidades de escolas públicas localizadas no Distrito do Guamá, Município de Belém, buscando investigar como estas instituições vêm atuando no sentido de enfrentar o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, bem como promover cursos, eventos e produção acadêmica que possibilitem uma intervenção mais qualificada nesta realidade. (PROJETO EMPODERANDO AS ESCOLAS PÚBLICAS DE BELÉM PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2013, p. 4)

Outro Projeto de Extensão do qual participo é o “Empoderando comunidades escolares paraenses para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (2015/2016), o qual tem como proposta dar continuidade ao processo de disseminação do Guia Escolar, considerado importante instrumento inovador para qualificação da comunidade e dos profissionais da educação com o objetivo de treinar o olhar destes sujeitos para a identificação e o encaminhamento dos casos suspeitos de violência sexual contra crianças e adolescentes. A ação será junto às escolas públicas

situadas nos municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Breves, Cametá, Curralinho, Juruti, Irituia, Óbidos, Portel, Melgaço, Salinópolis, Oeiras do Pará e Mocajuba.

Estes municípios foram escolhidos por apresentarem número significativo de denúncias de abuso ou exploração sexual cometido contra crianças e adolescentes, ou por serem áreas vulneráveis dado atraírem turismo, sediarem grandes projetos minero-metalúrgicos ou estarem às margens de rodovias com incidência de prostituição. Serão realizadas atividades de pesquisa diagnóstica sobre o conhecimento da comunidade escolar sobre o tema da violência sexual infanto-juvenil e como ela tem atuado no enfrentamento desta problemática; cursos de capacitação para a comunidade escolar, que compreende entre outras coisas a qualificação da comunidade escolar para o uso do Guia Escolar e a publicação dos resultados obtidos em livro com indexação.

A partir das pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa INCLUDERE sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e da constatação de que não há participação efetiva da escola na rede de enfrentamento acerca do referido fenômeno social, juntos, eu e meu orientador fomos desenhando as ideias que nos levaram a assumir o tema ora posto como foco de pesquisa e estudo, delimitando-o no contexto das instituições educativas. Dessa forma, o objeto de estudo deste trabalho centra-se na ideia de *analisar a participação da escola no processo de enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos: um estudo de caso em Juruti – região Oeste do estado do Pará.*

Participar do Grupo de Pesquisa INCLUDERE tem proporcionado que eu mergulhe cada vez mais no universo do objeto desta tese e, a cada estudo/pesquisa/ação realizados mais fico instigada, motivada de desassossego por querer me arriscar em mergulhos mais profundos no desejo de saber caminhar pelas suas tramas. As pesquisas realizadas, as discussões que dialogamos no grupo de pesquisa têm provocado vários desdobramentos de compreensão do fenômeno, o que tem sido, assumidamente, importante para o amadurecimento das minhas proposições frente ao meu objeto de pesquisa.

No entanto, o maior impacto que me lançou no emaranhado deste estudo aconteceu por meio de um seminário organizado pelo INCLUDERE sobre o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, onde na oportunidade ouvi de perto as vozes dos palestrantes representantes de órgãos afetos ao fenômeno (atendimento, defesa e responsabilização), o quanto este é um mal que precisa ser combatido.

Contudo, o interesse revelado por pesquisar sobre este objeto de estudo se fortaleceu, em primeiro lugar, por conta de minha formação profissional. Tenho formação acadêmica em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional e Especialização em Gestão Escolar. Enquanto orientadora educacional, foram inúmeros os casos relatados de violência sexual contra criança e adolescentes por quais me deparei e que não foram fáceis de lidar motivado por várias situações, dentre as quais, destaco a falta de formação profissional para saber tratar um assunto deveras complexo e delicado.

Muitas vezes, nós, professores e professoras, técnicos pedagógicos e equipe gestora não conseguimos contribuir positivamente para ajudar a solidificar a rede de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes pelo motivo básico de não sabermos dialogar e escutar sobre o fato. Fuziwara e Fávero (2011) nos dizem que no trato com a criança e o adolescente, vítimas de violência sexual,

O espaço de diálogo, de uma escuta qualificada, é imprescindível. Os trabalhadores sociais devem ter competência técnica e ética para o exercício de suas funções: capacidade para ouvir e dialogar com a criança ou o adolescente e com seus familiares e conhecimento de referenciais teóricos sobre a violência *sexual* (grifo nosso), sobre os danos que a violência sexual pode provocar na vítima e sobre as peculiaridades dos agressores – para troca de saberes e integração de ações de atenção. (FUZIWARA e FÁVERO, 2011, p. 46)

O segundo motivo que me despertou para o desejo de realizar uma pesquisa de tal monta, está centrado na inquietação que este tema me causou. O atentado contra a integridade nos mais diversos sentidos de vulneráveis, como crianças e adolescentes, tende a fomentar nas pessoas sentimento de indignação, assim como o desejo de querer, de alguma forma, tornar-se cidadão atuante pela defesa do bem-estar da vida dessa parcela da população.

No ano de 2011, na condição de orientadora educacional, participei do 1º Seminário sobre Mudanças Climáticas, que tinha como tema “O Planeta geme em dores de parto”, ocorrido no município de Óbidos – PÁ. Este Seminário reuniu membros da sociedade civil, jurídica e governamental de vários municípios pertencentes à região do Oeste do Pará. Uma das temáticas abordadas no seminário foi sobre “mineração e mudanças climáticas”, onde se falou a respeito da história da mineração no Pará, tais como: o ouro do Tapajós (1958), o Projeto Bauxita da Mineração Rio do Norte (1979),

o Projeto Albrás (1985), Projeto Alcoa (2004). Também foi dado ênfase ao Projeto de Hidrelétrica do Belo Monte.

Foi nesse seminário, nas falas sobre a temática em pauta, que entre tantos problemas que tais projetos trazem para a vida do planeta, emergiu o assunto sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, no contexto da exploração sexual, que tive a real noção de como este problema está presente na vida das crianças e adolescentes, vitimizando dezenas de centenas de púberes que têm suas vidas mergulhadas num rio denso e profundo de toda sorte de sofrimento.

As vozes representativas do Ministério Público e sociedade civil sobre tantos casos confirmados na região, especialmente nos municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos, invadiram meus sentidos e despertaram em mim forte sentimento de, primeiramente, medo (por minhas filhas, que na época estavam vivendo a fase da adolescência), e em segundo lugar de indignação (como cidadã, professora e orientadora educacional não dava para digerir tamanha iniquidade contra a vida de crianças e adolescentes).

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, e ao ser instigada a mudar meu tema de pesquisa *a priori* pensado, para adentrar no universo do estudo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, tornou-se, sem dúvida, uma possibilidade palpável de não só me formar como profissional da educação, mas de descruzar os braços, arregaçar as mangas e de forjar na minha formação cidadã o comprometimento com a causa em questão, pois sendo este, um fenômeno social, cuidar da criança e do adolescente é tarefa de todos nós. Pois como cita Ferreira (2003)

Aquele que esqueceu suas utopias, sufocou suas paixões e perdeu a capacidade de se indignar diante de toda e qualquer injustiça social, não é um cidadão, mas também não é um marginal. É apenas um nada que a tudo nadifica. (FERREIRA, 2003, p. 229)

O terceiro motivo que contribuiu, sobremaneira, para o amadurecimento do desejo de pesquisar o tema em foco foi suscitado por meio das disciplinas cursadas no doutorado, as quais foram: Teorias da Educação, Seminários de Tese I, II, III e IV e Epistemologia e Práticas Investigativas nos Campos do Currículo e da História da Educação. Os professores que ministraram essas disciplinas procuraram enveredar os estudos e discussões das temáticas contidas nos planos de curso, atentando para o objeto

de estudo de cada doutorando/a. Cada conhecimento e cada saber estudado me fazia pensar no tema da exploração sexual contra crianças e adolescentes, no meu objeto de estudo, na problemática a ser dirimida e na tese a ser defendida.

Mas, foram precisamente as disciplinas de Tese I, II, III, IV e Epistemologia e Práticas Investigativas nos Campos do Currículo e da História da Educação, que descortinaram a panagem de muitas de minhas dúvidas, incertezas e desconhecimento sobre o tema. Por meio dessas disciplinas tive acesso ao universo de pesquisas, grupos de trabalho, dissertações e teses que abordam de alguma forma o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes nas mais diversas áreas de concentração do conhecimento, como por exemplo: Direito, Saúde Pública, Antropologia e Sociologia, Saúde Coletiva, Psicologia Social, Psicanálise, Enfermagem, Jornalismo, Medicina, Serviço Social, Ciências Sociais, Ciências Criminais, Política Social, Economia, Sociologia, Geografia Humana e Educação. No entanto, é pertinente anotar que o referido tema ainda é pouco trabalhado na área da educação, sobretudo, quando se trata da educação escolar nas dimensões pedagógica e curricular.

A perspectiva teórica utilizada nos trabalhos enfoca direta ou indiretamente, estudos baseados à luz de reflexões advindas do campo da investigação multidisciplinar envolvendo áreas da geografia, psicologia, sociologia, história, antropologia, filosofia, economia, política, direito, saúde e educação.

Ao fazer uma pesquisa criteriosa no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, observei - de 2003 até os dias atuais -, oitenta e seis (86) pesquisas de Dissertações e Teses que têm como tema a violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo que somente três Dissertações (duas de 2007 e uma de 2008) possuem como *locus* do objeto de estudo o espaço escolar.

Para consubstanciar a justificativa da relevância desta pesquisa, apresento quadros sínteses da revisão bibliográfica que realizei acerca das Dissertações e Teses publicadas no período de 2007 a 2013, em Programas de Pós-Graduação de nota 5, 6 e 7 (com exceção do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará), buscando diagnosticar em que área de concentração do conhecimento tais pesquisas foram realizadas, revelando com isso o pouco investimento da pesquisa na área da Educação, com destaque para escola enquanto um lugar por excelência na rede de enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

ANO	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO
2007	Reconstruindo o cotidiano: ruptura e normalização na trajetória de vítimas de violência sexual	Universidade Federal da Bahia	Antropologia e Sociologia
2008	Método de Rorschach e a autopercepção em vítimas de abuso sexual	Universidade São Francisco	Psicologia
2008	Os paradoxos no processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Estado do Amazonas (1999 – 2006)	Universidade de Brasília	Estado, políticas sociais e cidadania
2010	O cuidado às pessoas que sofrem violência sexual: desafios à inovação de práticas e a incorporação da categoria gênero no Programa Iluminar Campinas	Universidade de São Paulo	Saúde Materno Infantil
2010	A prevenção da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, sob a ótica dos membros do poder judiciário	Universidade de São Paulo	Enfermagem
2010	Violência sexual intrafamiliar e a produção de prova da materialidade: proteção ou violação dos direitos das crianças?	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul	Serviço Social
2010	A relação de proteção entre mãe e filha no contexto do abuso sexual	Universidade de Brasília	Psicologia
2011	Abuso sexual infanto-juvenil: a atuação do SMS e a Defesa Civil do Rio de Janeiro para garantir o atendimento especializado das vítimas	Fundação Oswaldo Cruz	Saúde Coletiva
2011	Representações de violência reveladas por crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco social: história e caminhos de resiliência.	Universidade Estadual de Campinas	Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação
2011	Espaços violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus – AM (2006 – 2010)	Universidade de São Paulo	Geografia Humana

Quadro 01: Síntese teses de doutorado com foco na exploração sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: arquivo pessoal

ANO	TÍTULO	INTITUIÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO
2007	O abuso sexual infantil: consequências cognitivas e emocionais	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Psicologia
2007	Violência sexual contra crianças e adolescentes: desconstruindo mitos, construindo práticas no cotidiano escolar	Universidade Federal do Espírito Santo	Educação
2008	Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica	Universidade Católica de Goiás	Processos Psicossociais
2008	A infância sem segredos: a noticiabilidade jornalística do crime de exploração sexual de crianças e adolescentes	Universidade Federal de Minas Gerais	Saúde da Criança e do Adolescente
2011	O papel da escola na vida de adolescentes vítimas de violência sexual: risco e proteção	Universidade Estadual Paulista	Educação
2011	Os direitos humanos e o silêncio da escola diante da violência sexual contra crianças e adolescentes	Universidade Federal do Piauí	Educação
2011	Abuso sexual na infância de mulheres brasileiras	Universidade de São Paulo	Saúde Pública
2012	A participação das escolas de ensino fundamental de Breves (PA) no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes	Universidade Federal do Pará	Educação
2012	Violência sexual infantil: estudo das ocorrências registradas na Rede de Proteção de Curitiba e as formas de enfrentamento na atenção básica	Universidade de São Paulo	Cuidados em Saúde – Enfermagem em Saúde Pública

Quadro 02: Síntese dissertações com foco na exploração sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: arquivo pessoal

Em relação às pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes e a participação da escola no enfrentamento de tal fenômeno, há somente quatro pesquisas: Três (03) Dissertações de Mestrado defendidas nos anos de 2011, 2012 e 2013 e uma (01) Tese de Doutorado defendida em 2013. Fora esses trabalhos concluídos, há pesquisas em andamento no Programa, na Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História, tanto no mestrado acadêmico quanto no Doutorado.

Em 2011, houve a defesa da Dissertação de Mestrado de autoria de Andréa Silva Vieira, que tem como título “Representação social de jovens-alunos de uma escola

ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações”. O Objetivo principal desta pesquisa é “analisar as representações sociais de jovens-alunos do ensino fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco, da Comunidade São Francisco, no município de Breves sobre exploração sexual nas balsas do Marajó e as implicações nas suas vidas escolares”. As conclusões aferidas pela autora determinou que as implicações escolares constituídas a partir das representações sociais de jovens-alunos sobre exploração sexual juvenil foram: fragilização na formação escolar e no processo psicossocial de desenvolvimento juvenil; falta de aprendizagem; desatenção nos conteúdos e atividades escolares; desinteresse pela escolarização (abandono e repetência escolar). (VIEIRA, 2011)

A Dissertação de Mestrado intitulada “A participação das escolas de ensino fundamental de Breves(PA) no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes”, tem como objetivo analisar as ações realizadas pelas escolas públicas localizadas na cidade de Breves(PA) que estão voltadas ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes a partir das propostas de enfrentamento apresentadas a instituição escolar pela política pública, discutindo categorias fundamentais como currículo e formação de professores. De forma geral, o resultado da pesquisa revelou que a participação das escolas do ensino fundamental não interfere significativamente nas situações de exploração sexual. (GUEDES, 2012)

A Dissertação de Mestrado intitulada “Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento” possui como objetivo analisar a participação das escolas públicas municipais de ensino fundamental da cidade de Imperatriz(MA) na rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2006 a 2012. Os resultados da pesquisa levaram a autora a concluir que os currículos das escolas investigadas contemplam as temáticas de abuso e exploração sexual de forma disciplinar, por meio de projetos, planos de ensino, aulas, entre outras estratégias pedagógicas. (IBIAPINA, 2013)

Quanto a Tese de Doutorado que tem como título “Avaliação da implementação de ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental no bairro do Guamá, Belém(PA)”, objetivou avaliar a implementação da política pública brasileira de enfrentamento à violência sexual contra

crianças e adolescentes, com ênfase no abuso sexual, no período de 2000 a 2010, em escolas públicas de ensino fundamental, no bairro do Guamá, Belém(PA). Nesta pesquisa o autor concluiu que por conta de vários fatores a política pública de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes não foi implementada nas escolas públicas do bairro do Guamá, em Belém (PA), o que concorre para a não efetivação da escola na rede de enfrentamento do fenômeno em questão. (CORSINI, 2013)

O panorama dos trabalhos analisados nos mostrou que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes constitui-se num campo de pesquisa ainda muito tímido nos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades brasileiras. Tal quadro nos leva a refletir o quanto da necessidade de forjarmos o alargamento da pesquisa sobre esse tema, envolvendo, principalmente a escola e seus agentes para entrarem na luta pelo enfrentamento do problema, o qual é concebido pelas políticas públicas e pesquisadores como um fenômeno histórico, cultural, social e como uma questão de saúde pública.

Assim sendo, o objeto de estudo desta pesquisa está demarcado na *análise da participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em Juruti-PA*.

Situamos a escola como parte do objeto desta pesquisa por corroborarmos com Fuziwara e Fávero (2011) de que, esta, precisa ser pensada dentro de um contexto protetivo no qual seja incluído,

[...] A percepção de que o abuso sexual está mais presente em nossa sociedade do que gostaríamos, e exige pensar a escola como espaço democratizante das relações, combatendo a perspectiva adultocêntrica. A escola como instituição de pertencimento deve ultrapassar seus muros, simbólica e efetivamente, levando a novas práticas na relação comunitária [...] para além e para a ação diante da ocorrência ou suspeita de violação de direitos, e, no caso de violência sexual, com a potencialidade preventiva. (FUZIWARA e FÁVERO, 2011, p. 42-43)

A escola precisa compreender que “o adultocentrismo de nossa cultura nos leva a uma ignorância realmente grande acerca do mundo idiossincrático da infância e da juventude”. (SANTOMÉ, 2012, p. 159). A criança e o adolescente, mas, sobretudo a criança, são tratadas como um ser sem identidade histórica e social, onde por conta de sua “não possibilidade” de se auto cuidar são tomadas como propriedades por parte dos adultos e, isso, culmina para várias formas de violação de seus direitos. E no caso da

violência sexual contra crianças e adolescentes, há a desculpa por parte do agressor de que a vítima “pediu” para ser agredida posto que, entende-se que a criança ou o/a adolescente vitimizados foram/são os responsáveis pelos atos do agressor. Esse tipo de postura do adulto em relação aos púberes se dá, conforme Santomé (2012), porque,

As crianças desconhecem, porque são crianças, qual é o significado dessa fase do desenvolvimento, que direitos e deveres têm. Todo seu mundo de relações, predileções, interesses, jogos e brinquedos, é objeto de atenção, de reflexão e crítica apenas no quadro das instituições acadêmicas. [...] Um notável grau de sentimentalismo por parte das pessoas adultas tem como resultado um afã por colocar a infância em um mundo paradisíaco. Costuma-se contemplar as pessoas nessa fase de desenvolvimento como: ingênuas, inocentes, desvalidas, etc., portanto, sem maiores preocupações, interesses e desejos (SANTOMÉ, 2012, P. 159).

Para além do fato da violência sexual contra crianças e adolescentes ser uma prática arbitrária que deve ser combatida com veemência por todos nós, esta pesquisa se tornou ainda mais pertinente de ser investigada a partir da constatação revelada em pesquisas realizadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento Profissional de Nível Superior – www.capes.gov.br/servicos/banco-de-tese), no Banco de Periódicos do Enepe – Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão), no Banco de Periódicos da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – www.anped.gov.br), correspondendo o tempo histórico de 2007 a 2012, de que a escola não possui participação efetiva na rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. De acordo com Rocha (2011) esta rede de enfrentamento não terá êxito enquanto não houver o engajamento de toda a sociedade e dentro deste contexto está a escola enquanto espaço legal de formação de cidadania.

Podemos observar o quanto urge a necessidade de não só legitimar as políticas públicas, mas de criar condições por meio de projetos, ações, serviços, entre outras alternativas que possam representar uma possibilidade de solidificação da rede de enfrentamento e, no centro desse contexto está a escola, que segundo as diretrizes do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – PNEVSCCA (2013), tem como função promover ações que levem crianças e adolescentes a conhecerem seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual.

De conformidade com Rocha, Lemos e Lírio (2011)

A escola deve e pode ser uma parceira de peso de todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual. Ela deve e pode ajudar a

romper o pacto do silêncio que ronda os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Sua ação é de extrema relevância, tanto no movimento pela prevenção do problema – ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também no combate, auxiliando quem sofre essas agressões a ter um atendimento adequado para que volte a ter uma vida mais saudável e feliz.

Nesse mesmo sentido, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito: instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Pará e especialmente na região do Marajó nos últimos cinco anos, Belém – PA pensa que:

A escola tem o papel pedagógico, formador e de socialização, pois ela é o espaço onde fluem os conflitos, limites, esperanças e possibilidades sociais, portanto, recebe e expressa às contradições da família e da sociedade. Desta feita, deveria se constituir no espaço de inclusão social e da formação cidadã de nossas crianças e jovens, envolver a família, abrindo o espaço escolar também para a comunidade, para isso realizar trabalhos preventivos contra: a evasão, a violência, as drogas e o alcoolismo, a exploração sexual e comercial, bem como, identificar e buscar estratégias de atendimento a estas demandas. (ALEPA, 2010, p. 119)

Veiga-Neto (2011) argumenta sobre o papel da escola tomando por base o pensamento foucaultiano, concluindo ser esta uma eficiente dobradiça capaz de articular os poderes que aí circulam com os saberes que a conformam e aí, ensinam, sejam eles pedagógicos ou não. Isto posto, concordo que a escola precisa ser parceira efetiva na rede de enfrentamento contra o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescente.

Dessa forma, compreendo que precisamos enquanto profissionais da educação e pesquisadores do tema sobre violência sexual contra crianças e adolescentes alargar este campo de pesquisa objetivando possibilitar e contribuir para a inserção efetiva da escola na rede de enfrentamento, isto porque, segundo Faleiros e Faleiros (2006),

A violência sexual contra crianças e adolescentes [...] é um espaço de silêncio, segredos, sigilos e pactos que [...] vêm servindo para ocultar a frequência e a extensão do fenômeno da violência sexual, bem como dificultando o estudo, o conhecimento e o enfrentamento desta gravíssima violação de direitos humanos. (FALEIROS e FALEIROS, 2006, p.18)

O interesse por fazer a investigação do tema exposto em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos se justifica pelo fato desses lugares se tornarem de forma abrupta centros de grande aglomeração de emigrantes e imigrantes que vêm em busca de emprego e trabalho e, de viverem momentos de intensa

transformação social, econômica e cultural. Tais fatores contribuem para o atropelamento da garantia de direitos da criança e do adolescente, colocando-os, dessa forma, em estado de risco permanente de ter sua integridade e dignidade violados.

O município de Juruti está localizado na região Oeste do Estado do Pará, Mesorregião do Baixo-Amazonas e a Microrregião de Óbidos. Juruti, fundado no ano de 1883, está situado a margem direita do Rio Amazonas e de acordo com o censo 2010 tem uma população estimada em 47.086 habitantes. Possui como maior referência cultural o Festival das Tribos: Munduruku e Muirapinima, realizado há aproximadamente duas décadas, nos últimos dias do mês de julho, o qual já se tornou oficialmente Patrimônio Cultural do Pará. Na época do festival a cidade recebe dezenas de pessoas procedentes das mais diversas regiões circunvizinhas, o que propicia boa injeção financeira na vida econômica do município. Aliado a esse movimento cultural e econômico, a cidade recebe negativamente alguns problemas de ordem social, dentre eles a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Também, de acordo com dados citados no Plano Decenal Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Juruti – Pará: 2010 – 2019 (2010), o advento do projeto de construção da Mina de Juruti (exploração de bauxita) provocou um processo de mudanças sociais, econômicas, ambientais e culturais. A partir da viabilização de construções e da implantação das obras de infra-estrutura para extração do minério, houve crescente migração de pessoas para o município, o que desencadeou de forma desordenada o aumento da população local em até nove mil pessoas, principalmente durante a fase das construções das obras.

Nesse contexto, o cenário da violência contra crianças e adolescentes também sofreu alterações. O número de notificações ao Conselho Tutelar de casos de violência sexual (incluindo abuso e exploração) aumentou de 6 para 30, entre 2002 e 2008. Num contexto mais amplo, as notificações de casos de maus-tratos passaram de uma média de 30 por ano entre 2002 e 2004 para 136 por ano, entre 2005 e 2008. Também é possível observar alterações nos números de notificações de trabalho infantil (que pode incluir a exploração sexual) e de gravidez na adolescência. (PLANO DECENAL MUNICIPAL, JURUTI – PA, 2010, p. 21)

De acordo, ainda com o que rege no referido Plano Decenal, o contato com profissionais das áreas de assistência social, saúde, educação, além de organizações da sociedade civil como a Pastoral da Criança, traz relatos de situações preocupantes em

que crianças e adolescentes se envolvem com a exploração sexual com a ilusão da possibilidade de “melhorar de vida”.

No intuito de viabilizar ações de enfrentamento ao problema, há no município, conforme consta no Projeto Indicadores de Juruti: para onde caminha o desenvolvimento do município (2011), um Programa denominado “Tecendo a Rede”², voltado para implementar ações em rede de fortalecimento do sistema de garantia dos direitos que visem a implantação de políticas públicas de proteção a criança, adolescentes e famílias vulneráveis à violência doméstica e sexual. Nesse Programa são realizados seminários, cursos, debates e atividades para sensibilizar e capacitar profissionais da área de saúde e educação que atuam com crianças e adolescentes.

Outro documento organizado por meio de uma parceria entre Instituto ALCOA e Prefeitura Municipal de Juruti é o “Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual” (2009). Este Guia foi elaborado pela Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil) e baseia-se no Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, produzido pelo Ministério da Educação, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher (2004).

O objetivo do Guia de Referência é trazer aos profissionais que atuam na área da infância e da adolescência informações sobre o marco legal que protege os direitos das crianças e adolescentes e oferecer subsídios para que eles possam dar assistência digna no caso de identificarem ocorrências de violência sexual. De acordo com o Guia,

As instituições que executam trabalhos com crianças e adolescentes nos âmbitos educacional, cultural e de esporte e lazer exercem um papel importante na construção da cidadania. É importante que todos os integrantes dessa comunidade – educadores, técnicos, as próprias crianças e seus familiares – possam contribuir na defesa dos direitos desse segmento da população, participando do movimento nacional e internacional de enfrentamento à violência sexual. (GUIA DE REFERÊNCIA: CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL, 2009, p. 9)

² O Tecendo a Rede de Juruti foi idealizado a partir do modelo do programa Refazendo Laços, iniciativa pioneira da Childhood para fortalecer a rede de proteção infante/juvenil em São José dos Campos, São Paulo. O programa, criado em 2005, capacitou profissionais para atender e encaminhar casos de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes.

Ainda, segundo o Guia, “a escola, por ser uma instituição que ocupa um lugar privilegiado na rede de atenção à criança e ao adolescente, deve assumir papel de protagonista na prevenção da violência sexual” (2009, p. 9)

Dessa forma, esta pesquisa, tem como preocupação central analisar as ações de enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes realizadas pelas escolas, posto que estas, fora de ter a “responsabilidade de trabalhar no processo de ensino-aprendizagem garantindo aos alunos a aquisição dos saberes historicamente construídos, precisam também estar atentas para as condições de vida dos seus educandos” (GUIMARÃES; MINDAL; SILVA, 2008, p. 12). Nessas condições de vida sublinho a exploração sexual nas quais as crianças e os adolescentes são vítimas.

Conforme já anunciei anteriormente, o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema social grave, que merece receber constante atenção pela sociedade em geral, no sentido de fomentar políticas e ações que possam efetivamente possibilitar posturas e práticas de enfrentamento do problema. Assim, considero relevante a realização desta pesquisa nos campos institucional, pessoal, social, acadêmico e científico, por assim justificar:

- No campo institucional este trabalho possui relevância por estar contribuindo para o espraiamento das pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa INCLUDERE acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Este é um empreendimento que vem sendo trabalhado desde o ano de 2008 por meio não só das orientações, desenvolvimento e conclusão de dissertações e teses, mas que possui uma abrangência bem mais expressiva do fenômeno em questão por estar sendo pesquisada e informada pelos programas de extensão realizados pelos membros do grupo de pesquisa exposto.
- Quanto à relevância no campo pessoal, este é um tema que muito tem contribuído para clarear minha sensibilidade humana no sentido de não só me indignar com os fatos noticiados de violência sexual contra crianças e adolescentes, mas de provocar em meu ser o desejo de ação no enfrentamento de tal fenômeno. E o despertar dessa sensibilidade politizada se materializou no contexto da minha vida acadêmica, que por sua parte, busca compreender o peso cultural da relação de poder que subjuga ao universo da violência sexual de muitos púberes que, tanto se faz conteúdo, como emoldura o quadro avassalador

da dignidade humana de crianças e adolescentes vitimadas e vitimizadas pela violência sexual.

- A relevância social é justificada, entre outras causas, porque este problema gera consequências (física, mental e social), negativamente profundas na vida das crianças e dos adolescentes e também porque essa forma de violência dilacera todos os direitos que essas pessoas possuem. A prática dessa selvageria é moralmente intolerável. Por isso, é necessário que haja o envolvimento dos diversos órgãos do Estado e também da sociedade civil para consolidar as mobilizações e fortalecer as redes de enfrentamento e, dentre esses órgãos está a escola.
- Corroboro com pesquisadores e autores que estudam e escrevem sobre a temática, que esse fenômeno é tão complexo que não podemos limitar sua existência tão somente as condições de pobreza e miséria, mas que, para, além disso, está ligado a dimensões histórico-estruturais, culturais, psicológicas, sociais, legais e políticas, Nesse sentido, a relevância científica da pesquisa está contida no propósito de procurar, por exemplo, como propõe Deslandes (2011, p. 40): “a) romper com as ideias e concepções circundantes sobre a questão; b) desconstruir ideias pré-concebidas; c) evitar as explicações simplistas”.

Esta pesquisa por estar situada no macro campo da pesquisa educacional e por ter como *locus* de investigação um município impactado por grande projeto minero-metalúrgico, no caso Juruti, possui caráter inédito, a qual poderá servir como mais um instrumento para o fortalecimento das ações implementadas pelas escolas desse município no que reporta ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Para direcionar os caminhos de investigação, elaboramos o seguinte problema e as devidas questões que objetivam deslindar os achados para esclarecer o objeto proposto, consecutivamente: De que forma as escolas situadas em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos têm desenvolvido as ações de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes? Para dar mais clareza no desdobramento desta questão, apresento outras três questões:

- 1) Com a implantação de grande projeto minero-metalúrgico em Juruti, que formas de exploração sexual contra crianças e adolescentes tem acontecido no município e que impactos têm incidido sobre as escolas?

2) Que políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes vêm sendo implementadas no município de Juruti e que têm as escolas como parceiras?

3) Quais ações pedagógicas de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes as escolas públicas localizadas no município de Juruti estão desenvolvendo?

Os objetivos sistematizados são:

a) **Geral:**

- Analisar as ações de enfrentamento implementadas pelas escolas do município de Juruti no combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

b) **Específicos:**

- Analisar historicamente o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no panorama nacional, regional e local;
- Analisar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em nível local e o papel da escola nesse processo;
- Analisar as ações de enfrentamento elaboradas e implementadas pelas escolas públicas no que respeita ao combate da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

As categorias de análise pensadas para nortear as discussões contidas na pesquisa circundam em torno da exploração sexual contra crianças e adolescentes e as ações de enfrentamento realizadas pelas escolas. No entanto, compreendo que outras categorias poderão emergir no decurso da realização do trabalho, pois muitas vezes por meio das vozes dos sujeitos da pesquisa, assim como por meio dos documentos e literaturas estudadas podem ser reveladas novas categorias objetivando contribuir para maiores e melhores esclarecimentos do objeto em estudo.

Os fios constitutivos do tecido histórico da violência contra a criança e o adolescente, com ênfase para a exploração sexual, só recentemente vêm sendo revelados por instituições, fundações, órgãos governamentais e, principalmente, pela imprensa. Até década atrás, a criança e o adolescentes eram entendidos como propriedades de adultos, principalmente de seus pais, que podiam fazer de tudo com eles. “Isso incluía

poder dispor do seu tempo e do seu corpo em benefício próprio. Crianças não tinham direitos, apenas deveres controlados pelos adultos”. (ROSELLI-CRUZ, 2005, p.1)

Por assim dizer, este fenômeno, por possuir raízes históricas profundas e complexas, construído numa trama de muitas armadilhas e encruzilhada, para ser enfrentada precisa do envolvimento, do engajamento comprometido e efetivo, imbricado numa relação de interação interdisciplinar das forças afetadas ao problema. É uma luta que não será conquistada a curto ou médio prazo, pelo contrário, é um processo longo, árduo, laborioso e permanente.

1.2.Pressupostos teórico e metodológico da pesquisa

Toda construção teórica é um sistema cujas vigas mestras estão representadas pelos conceitos, pelas categorias e pelas noções sobre algo. Os conceitos são unidade de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria (MINAYO, 1994, p. 92).

Esta pesquisa prima por uma abordagem das ações de enfrentamento no combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes realizadas pelas escolas na perspectiva do Materialismo Histórico e Dialético. Método desenvolvido por Karl Marx que busca realizar a interpretação da realidade, visão de mundo e práxis. Assim, o pensamento dialético de Marx surge como uma possibilidade de superação da dicotomia, isto é da separação ente sujeito e objeto, da teoria e da prática, do pensar e do agir.

Karl Marx (1818 – 1883), filósofo e revolucionário alemão, em contraposição a dialética pensada por Hegel voltada para o ideal, para o plano dos espíritos, desenvolveu uma nova forma de conceber a dialética, a qual está voltada para a compreensão e interpretação da materialidade, da concretude. A partir deste entendimento, Marx concebeu a dialética caráter material e histórico por assim dizer que, os homens se organizam em sociedade para produção e reprodução da vida através da sua história. Assim sendo, este método caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade. (PIRES, 1997)

Conforme Losadas e Casas Casas (2010), em termos gerais, este enfoque teórico contribui para deslindar a realidade, uma vez que procura apreender o real a partir de

suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Esse enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade.

Objetivando entender os pergaminhos construídos na teia da exploração sexual contra crianças e adolescentes, o método será utilizado em seus pressupostos fundamentais, fazendo o seguinte movimento: inicialmente, de forma exaustiva procura-se decompor a realidade concreta, analisando-a, a fim de apreender suas contradições. Na sequência, será feito uma síntese com a recomposição das partes numa totalidade concreta (universal, particular e singular).

Conforme Frigotto (2006) inspirado nas análises marxistas é na investigação que o pesquisador tem de recolher a matéria em suas múltiplas dimensões: apreender o específico, o singular, a parte e seus liames imediatos ou mediatos com a totalidade mais ampla; as contradições e, em suma, as leis fundamentais que estruturam o fenômeno pesquisado. É a partir destes movimentos que procuro analisar a exploração sexual contra crianças e adolescentes enquanto um fenômeno histórico, cultural e profundamente complexo, cheio de entrâncias, silêncios, relação de poder, entre outros fatores. Segundo Libório (2007),

A violência sexual cometida contra crianças e adolescentes (que abrange todo o espectro que vai desde as relações abusivas em trocas comerciais à explicitamente monetárias) emerge do cenário socioeconômico (contradições de classe social) e político atual (violência estrutural), apoiado em valores culturais que reforçam práticas discriminatórias, tais como, o preconceito relacionado à gênero (o patriarcalismo), à geração (adultocentrismo) e a raça-etnia (apartheid social), em detrimento de práticas sociais voltadas à garantia e defesa dessa população. (LIBÓRIO, 2007, p. 29)

Sob o entendimento desta assertiva, compreendo que investigar e analisar o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva marxista contribui para que a realidade onde tal fenômeno aconteça, seja desvelada, entendendo as contradições e relações existentes em sua singularidade e particularidade, uma vez que cada local possui condições e cenários específicos. Nessa perspectiva, ainda segundo Libório (2007),

A abrangência e complexidade que o fenômeno da exploração sexual comercial encerra nos dão indicação que são inviáveis análises simplistas e reducionistas que buscam explicações lineares ou relações causa-efeito; a sua natureza multifatorial/multifacetada requer uma análise atenta, profunda, que

explicita suas contradições e levante caminhos de enfrentamento. (LIBÓRIO,2007, p. 47)

Eva Faleiros (2007, p. 74), argumenta que a exploração sexual comercial, por seu caráter econômico, deve ser estudada e compreendida no contexto da sociedade capitalista e da sociedade de consumo globalizados e das suas articulações com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre. A análise da exploração, para esta autora, segundo a teoria econômica marxista, implica obrigatoriamente o estudo de processo de trabalho, da mercadoria e de sua comercialização e do lucro.

Por esse mesmo entendimento, Ferreira (2009-2011) concorda que a exploração sexual comercial é uma violência sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria, para usufruir lucro. Mesmo inscrito como “autônomo”, sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários.

Percebe-se o quanto o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescente configura-se num ato desumano em suas vidas, pois além de emascular sua dignidade física e moral, coisifica o corpo, transformando-o em mera mercadoria, ferindo, dessa forma, os direitos sociais desses sujeitos. Isto posto, como esta pesquisa envolve o papel da escola no enfrentamento do problema em questão, pergunta-se como engaja-la efetivamente no combate da exploração sexual?

São muitos os problemas que circundam e desafiam o poder da educação enquanto instrumento de formação de cidadanias. São tantos problemas de ordem interno à escola como externos a ela. No caso desta pesquisa, a discussão em pauta gira em torno do fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes e as ações de enfrentamento realizadas pelas escolas é que apresento a possibilidade de como o Materialismo Histórico e Dialético pode contribuir para a prática de uma educação que vise o empoderamento dos atores da escola contra tal problema, visto que, este método se caracteriza como um instrumento da elevação do empírico aparente ao concreto do real, do senso comum à consciência crítica. Método que é a um tempo instrumento de produção do conhecimento do real e instrumento de intervenção prática neste mesmo real. (FRIGOTTO, 2010)

Fuziwara e Favero (2011), estudiosas do tema sobre violência sexual contra crianças e adolescentes são unânimes em afirmar que é fundamental que a escola se torne um espaço protetivo, incluindo a percepção de que o abuso sexual está mais presente em nossa sociedade do que gostaríamos. Por isso, exige-se pensar a escola como espaço democratizante das relações, combatendo a perspectiva adultocêntrica. A escola como espaço de pertencimento deve ultrapassar seus muros, simbólico e efetivamente, levando a novas práticas na relação comunitária.

É necessário que no contexto dessa escola protetiva haja profissionais, que além de críticos, sejam criativos, capazes de propor e criar estratégias de intervenção diante da realidade tão mísera que caracteriza a violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa postura se faz fundamental, porque, entre outras vantagens, acena para uma possibilidade de mudança na vida das pessoas vítimas dessa violência. Uma escola protetiva é também uma instituição democrática e, conforme Giroux,

Uma escola democrática se constituirá a partir: a) do desenvolvimento de consciências críticas quanto aos processos de imposição de culturas e visões de mundo e; b) da convivência entre identidades culturais e sociais múltiplas. Para tanto, é necessário que sejam questionadas as relações de poder assimétricas e que seja realizada a desconstrução não apenas daquelas formas de privilégio, que beneficiam os homens, os brancos, a heterossexualidade e os donos de propriedades, mas também daquelas condições que têm impedido outras pessoas de falar em locais onde aqueles que são privilegiados em virtude do legado do poder colonial assumem a autoridade e as condições para a ação humana. (GIROUX, 1999, p. 39)

De conformidade com estudiosos sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, como por exemplo, Azambuja (1999, 2004, 2010), Guerra (1998), E. Faleiros (2000, 2004) e V. Faleiros (2005), este é um assunto/fato profundamente complexo de ser compreendido e tratado. Lamentavelmente, a maioria das escolas públicas brasileiras não possuem projetos pedagógicos consistentes que possam nortear as práticas educativas frente ao fenômeno. Também, este é um problema que, por conta de medos, dúvidas e falta de conhecimento, se apoia no silêncio de quem é vitimizado, da família e até mesmo da escola. Esta é uma cultura que precisa ser abolida do contexto educacional das escolas.

Crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual³ têm dificuldade em contar o que ocorre ou ocorreu com elas. Não é fácil viver o abuso, mas também não é fácil revelá-lo [...] Revelar o segredo é um momento crucial que pode representar um risco de trauma suplementar. Por um lado, a integridade da

³ O abuso sexual se constitui em diferentes tipos de violência sexual que uma pessoa pode sofrer, dentre os quais estão: pedofilia, assédio sexual, exploração sexual, por exemplo.

família fica ameaçada já que o segredo da violência sexual pode parecer constitutivo dessas famílias que são em geral, fechadas, isoladas, coniventes, nas quais nada é verbalizado. Por outro – e talvez ainda mais importante – o segredo tem também um papel significante na vida psíquica da criança vítima e, nesse sentido, a revelação pode significar, para ela, também um risco de violação. (LANDINI, 2011, p. 86)

No entendimento de Landini (2011), as crianças e adolescentes que sofreram e/ou sofrem abuso possuem muita dificuldade de reconhecer seus sentimentos e falar deles, especialmente seus desejos, sua solidão, sua angústia e satisfação. O segredo se mantém por razões internas e externas ao âmbito da família, os quais a autora cita como exemplo: estigmatização social, dificuldades materiais e emocionais decorrentes da desestruturação da família, sentimento de responsabilidade por parte da criança e do adolescente quando ocorre a prisão do agressor, a concepção da família como algo sagrado, em que os pais só querem o bem para os filhos, e o respeito à privacidade do lar, esfera delimitada onde não se deve “meter a colher”.

Pedersen e Grossi (2011), dizem que a história social da criança revela que no Brasil, só para exemplificar, desde o período colonial, crianças não eram consideradas sujeitos de direito, e, por isso, eram vítimas das mais variadas formas de violência. As autoras citam que de acordo com os historiadores,

Que as primeiras embarcações que Portugal lançou no mar, mesmo antes do descobrimento, navegavam repletas de crianças órfãs do rei, que recebiam a incumbência de prestar serviços aos homens durante a viagem, que era longa e trabalhosa; além disso, eram submetidas aos abusos sexuais praticados pelos marujos rudes e violentos. Em caso de tempestade, era a primeira carga a ser lançada no mar. (PEDERSEN e GROSSI, 2011, p. 26 *apud* AZAMBUJA, 2006, p. 4).

O fato das crianças e dos adolescentes não serem considerados como sujeitos de direito, perdurou durante muitas décadas na história do Brasil. Somente a partir de 1988, com a promulgação da Carta Magna, a criança e o adolescente passam a ter uma “doutrina de proteção integral”, expressa no artigo 227 da referida Constituição:

Art. 227- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A partir daí, a criança e o adolescente, consagrados sujeitos de direitos, não podem mais ser ignorados perante tais direitos, cabendo à sociedade, escola e família

salvaguardá-los de toda sorte de violação. Contudo, como já foi dito, a escola tem papel fundamental no processo de enfrentamento contra a violação dos direitos desses sujeitos e, o combate à violência sexual é uma das pautas que precisa fazer parte da rotina da escola. Necessário de faz que a escola conheça e compreenda as tramas históricas, culturais e de poder que permeiam o problema, com o objetivo de intervir positivamente para o empoderamento dos sujeitos vitimizados e de suas famílias.

A partir do contexto das considerações acima citadas, é possível dimensionar o quanto a concepção do materialismo histórico e dialético pode contribuir para o fomento de uma educação democrática e que seja formadora de profissionais engajados na luta à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Uma educação que tenha como base ações vivenciadas na escola de forma inclusiva e respeitosa da diversidade, onde possa ser criado um ambiente que leve as crianças e adolescentes a desenvolverem bom nível de autoestima e construção de sua identidade social. (GUIA ESCOLAR: MÉTODOS PARA IDENTIFICAÇÃO PARA SINAIS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2004).

A escola, enquanto espaço por excelência de socialização e análise dos discursos existentes, precisa, a partir, não somente de novas metodologias de ensino, garantir o direito a uma educação de qualidade, mas a partir de questionamentos dos discursos explícitos ou implícitos presentes nas práticas cotidianas que se inscrevem na vida dos educandos.

Em relação às referências de bibliografias necessárias para a fundamentação teórica da tese, observamos que as pesquisas realizadas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes, envolvendo de modo geral, todo o território brasileiro, é um campo de estudo em proliferação nos Programas de Pós-Graduação, sobretudo, nos campos da Psicologia, Serviço Social, Sociologia, da Saúde e do Direito. Da mesma forma que há vários autores que escrevem sobre a temática em estudo, tais como: Azambuja (1999, 2004, 2010), Guerra (1998), E. Faleiros (2000, 2004), V. Faleiros (2005), Minayo (2002, 2005, 2006), Azevedo (1993), Fávero (2009), Dos Santos (2007), Libório (2003, 2005, 2006, 2009), Brino e Willians (2003 e 2009), Brino (2004), Franzoni (2006), Leal (2004), Rocha (2010), Sanderson (2005), Silva (2007), Viodres Inoue & Ristum (2008), Gonçalves (2003), Assis, Deslandes e Marques (1994), Pereira (2005), Landini (2006), Habigzang (2011), Banzon (2009), Algeri e Souza

(2006), Saffioti (2001), Brigiontti (2002), Glaser (2000), Vendruscolo (2004), Ribeiro, Firriane e Reis (2004), Aded, Dalcin, Cavalcante (2007), entre outros.

De acordo com o que foi estudado no contexto dessas referências, há consenso entre os autores e autoras de que exploração sexual é um subtema do macrocampo da violência contra crianças e adolescentes. Além de exploração sexual, os autores e as autoras colocam em evidência outros subtemas do tema violência, os quais sejam: violência sexual, abuso sexual, violência doméstica, estupro, incesto, abuso psicológico, abuso físico, abandono e negligência, entre outros.

Dentre os subtemas citados, há maior atenção para o significado dos conceitos sobre violência sexual, exploração, abuso sexual, os quais muitas vezes são usados como sinônimos. De maneira geral, assim são definidos os referidos conceitos, segundo Gabel (1997):

- **Violência Sexual:** pode ser caracterizada por meio do envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais, sobre as quais não têm capacidade de compreender plenamente e nem condições de dar consentimento para tais atos. São atividades que incluem diferentes formas de violência, tais como, a pedofilia, incesto, entre outros e, que se constitui numa relação de poder e autoritária.

- **Abuso Sexual:** se configura como uma condição em que a criança ou o adolescente é usado para fins de gratificação sexual de uma pessoa adulta, a qual é também baseado em uma relação de poder. Tal forma de violência inclui exploração sexual, voyeurismo, pornografia, manipulação da mama, dos órgãos genitais e do anus, entre outras formas.

- **Exploração Sexual:** consiste no envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais remuneradas, tais como, a pornografia infantil e juvenil e a exposição em espetáculos sexuais públicos ou privados. Da mesma forma que nos casos de violência e abuso sexual, a exploração sexual não se caracteriza apenas quando ocorre o ato sexual em si, mas inclui toda e qualquer forma de relação sexual ou atividade erótica que envolva satisfação física e sexual do explorador em relação a vítima.

A violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre de forma intrafamiliar e extrafamiliar por meio de várias práticas. Porém as mais recorrentes são o abuso sexual

e a exploração sexual comercial. Quanto a violência intrafamiliar, Pedersen & Grossi enfatizam que,

Especificamente, a violência intrafamiliar, em suas diferentes manifestações, se destaca por sua universalidade, sendo praticada em todas as culturas, sociedades, religiões e classes sociais, embora sua ocorrência seja mais evidente nas classes sociais empobrecidas, tendo em vista os diversos processos de exclusão social e/ou de inclusão social precária que vivenciam. Estes decorrem de aspectos como pobreza, o desemprego, o não acesso às políticas públicas, dentre outros direitos que não lhes são garantidos, o que acaba contribuindo para a vulnerabilidade da família e, conseqüentemente, para a desproteção dos membros que a constituem, especialmente crianças e adolescentes. (PEDERSEN e GROSSI, 2011, p. 25)

Ainda de conformidade com as referidas autoras a violência intrafamiliar é uma expressão extrema da distribuição desigual do poder entre homens e mulheres, da distribuição desigual de renda e da discriminação de raça e de religião. Ela representa todo ato ou omissão praticados por pais, parentes ou responsáveis contra a criança e/ou adolescente, que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, ou seja, uma negação do direito que a criança e o adolescente têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento.

No que respeita à violência sexual extrafamiliar, esta pode ser praticada por perpetradores que não possuem laços familiares ou de responsabilidade com a criança e/ou adolescente. Porém, pode ser alguém que a criança e/ou o adolescente conheça e tenha confiança.

De acordo com o Guia Escolar: métodos para identificação para sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2011, p. 37), a violência sexual extrafamiliar,

É um tipo de abuso que ocorre fora do âmbito familiar. Também aqui, o abusador é, na maioria das vezes, alguém que a criança conhece e em quem confia: vizinho ou amigos da família, educadores, responsáveis por atividades de lazer, médicos, psicólogos e psicanalistas, padres e pastores. Eventualmente, o autor da agressão pode ser uma pessoa totalmente desconhecida.

No que se refere ao agressor ser alguém totalmente desconhecido da vítima, o referido Guia cita como exemplo os casos de estupros em locais públicos, ou seja, o abuso sexual ocorre em instituições de atendimento à criança e ao adolescente. De

acordo com o documento, esta é uma modalidade de abuso similar aos tipos já mencionados.

Ocorre dentro das instituições governamentais e não-governamentais encarregadas de prover, proteger, defender, cuidar deles e lhes aplicar medidas socioeducativas e que dispensem atendimento psicossocial, educacional, saúde e outros espaços de socialização. Pode ocorrer entre as próprias crianças/adolescentes ou entre crianças/adolescentes e profissionais da instituição. Quando ocorre entre as próprias crianças e adolescentes, os recém-chegados são forçados a se submeterem sexualmente a grupos de adolescentes mais velhos e antigos na instituição e que dominam o território e o poder local. No caso da prática sexual entre funcionário e internos, a violência sexual aparece não como uma atividade de prazer, mas como uma atividade do poder instituído, que submete a vítima aos caprichos de quem detém o poder. (GUIA ESCOLAR: MÉTODOS PARA IDENTIFICAÇÃO PARA SINAIS DE ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2011, P. 37-38)

Segundo Tomkeiwicz (1997, p. 83 – 84), a especificidade das violências e dos abusos institucionais decorre da personalidade da vítima, do “contraventor” e dos laços que os unem:

- A vítima é uma criança ou um adolescente fragilizado em relação aos seus pares que vivem em família. Essa fragilidade resulta de seus próprios problemas (por exemplo, uma deficiência), de sua situação social e familiar que provocou a desagregação da família, e do ambiente específico dessa ruptura e da vida em grupo. Os dois primeiros fatores não existem nem nas escolas nem nas colônias de férias, que têm ligação mais estreita com o espaço social.

- O contraventor pode ser um semelhante, quase sempre tão fragilizado quanto a vítima, ou – com mais frequência – um profissional que tenha optado por trabalhar com jovens em dificuldades. Essa especificidade pode ser compreendida como uma das razões do tabu que cerca as violências. Ainda maior que o segredo das violências intrafamiliares.

- O elo que une o contraventor e a vítima é sempre, portanto, uma relação de força e autoridade, como nas violências intrafamiliares (incesto). Mas, aqui a autoridade surge dissociada das relações de parentesco, e os vínculos afetivos são forçosamente diferentes. No entanto, é difícil afirmar se o silêncio da vítima é mais ou menos frequente e sólido que nos casos intrafamiliares.

Além da extensa lista do referencial teórico que trata do referido tema, há documentos oficiais que regem sobre a violência sexual de crianças e adolescentes, os

quais sejam: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal Brasileira (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Congresso Nacional da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infantil (1993); Seminário Nacional sobre Exploração Sexual de Meninas e Meninas (1995); III Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1999); Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2013); Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2002); Programa de Ações Integradas e Referenciais de Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR – 2002); Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2004); Programa do Governo federal “Escola que Protege” (2010), entre outros documentos.

Quanto ao aporte metodológico, esta pesquisa se configura como um Estudo de Caso. Martins (2008, p. 9), aborda que “mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o Estudo de Caso possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa”.

Yin (2005, p. 33) diz que o Estudo de Caso como estratégia de pesquisa “compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos”. Nesse sentido, o autor ajuda a fundamentar a ideia de que o Estudo de Caso possibilita a realização de uma pesquisa “abrangente” (CHIZZOTI, 2009, p. 102). Outros pesquisadores que podem contribuir para o correto planejamento e desenvolvimento da metodologia a ser utilizada são: Antônio Joaquim Severino (2007), Santos Filho e Silvo Sanchez Gamboa (2009), Ivani Fazenda (2006) e Menga Lüdke e Marli André (1986).

Esta pesquisa se constitui em um Estudo de Caso, por concordar com Martins (2008), que este é um objeto de estudo que é ao mesmo tempo, importante, original e viável. Pois embora, o tema da violência sexual, ultimamente, tenha ganhado ressonância do campo da pesquisa científica, estudá-lo no contexto de um município da região Oeste do Pará, impactado por um grande projeto de mineração, o torna um caso específico acerca de um tema que, ao mesmo tempo, “polariza e afeta um segmento substancial da sociedade” (MARTINS, 2008, p. 13). É um Estudo de Caso porque está delimitado no contexto da ciência e, este campo, por sua vez delimita-se um assunto evitando enfoque genérico ou muito estreito.

Como técnica de coleta de dados, é dada ênfase, na Análise Documental, onde fazemos incursões nos materiais produzidos pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, sobretudo no Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2011); aos documentos de cunho estadual e municipal e; aos documentos de ação pedagógica concretizados pelas escolas no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Outra técnica utilizada para coleta de dados e evidências nomeamos a entrevista semiestruturada objetivando “buscar informações, dados e opiniões por meio de uma conversação livre, com pouca atenção a prévio roteiro de perguntas”. (MARTINS, 2008, p. 27).

Ludke e André (2007), por seu turno ponderam que a entrevista é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais por conta de que, enquanto pesquisadores, poderemos criar uma relação de interação com os sujeitos da pesquisa, instaurando uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.

Nos apontamentos de Triviños, a entrevista semiestruturada é,

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. [...] essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semiestruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas. (1987, p. 146)

Minayo (2012) destaca que a entrevista como fonte de informação pode nos revelar achados diretamente construídos no diálogo com o sujeito entrevistado por meio da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Nesse ponto Bardin (2011, p. 94) devem ser “registradas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios)”. No caso da pesquisa que se fundamenta em um tema de grande complexidade como a exploração sexual de crianças e adolescentes, é primaz que haja “fluência de um clima de respeito e confiabilidade para que as informações possam fluir

de maneira notável e autêntica”. (LUDKE e ANDRÉ, 2007, p. 34), posto que, assevera Bardin (2011),

Qualquer pessoa que faça entrevistas conhece a riqueza desta fala, a sua singularidade individual, mas também a aparência por vezes tortuosa, contraditória, “com buracos”, com digressões incompreensíveis, negações incômodas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganadoras. Discurso marcado pela multidimensionalidade das significações expressas, pela sobredeterminação de algumas palavras ou fins de frase. Uma entrevista é, em muitos casos, polifônica. (BARDIN, 2011, p. 94)

Os sujeitos que fazem parte desta pesquisa são gestores, coordenadores pedagógicos e professores das escolas públicas municipais de Juruti-PA, observando o que rege o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), objetivando proteger legal e moralmente tanto a pessoa da pesquisadora quanto a do pesquisado.

As escolas que fazem parte da pesquisa de campo contida neste trabalho foram selecionadas após a realização de uma pesquisa exploratória feita na Secretaria Municipal de Educação – Juruti(PA), mais especificamente, no departamento de ensino, onde fui em busca de fazer um levantamento e análise nos projetos político pedagógico (PPP), das escolas municipais, a fim de detectar se havia nesses projetos alguma ação de enfrentamento que as escolas pudessem estar realizando no combate da exploração sexual contra crianças e adolescentes. No entanto, esta busca não foi possível, posto que as escolas não encaminham para o departamento de ensino cópias de seus PPP. Diante disso, para otimizar o tempo da pesquisa de campo, solicitei uma conversa informal com a Diretora de Ensino, onde por um bom momento dialogamos sobre o papel das escolas no enfrentamento do fenômeno da exploração sexual, o que, segundo a Diretora, as escolas têm implementado algumas ações. A partir daí, orientada pela Diretora, fui-me apresentado as escolas que eu poderia estar investigando, as quais de alguma forma desenvolviam trabalhos voltados para combater o problema em questão.

A Rede Municipal de Ensino do Município de Juruti (PA) possui cento e trinta e sete (137) instituições de ensino. Cem (100) escolas estão localizadas no meio rural, vinte e cinco (25) casulos situados nos meio urbano e rural e, doze (12) escolas no meio urbano. Destas doze (12) escolas do meio urbano foram selecionadas cinco (05) pela Diretora de ensino, as quais no seu entendimento poderiam contribuir para que eu pudesse observar e compreender de que forma as escolas trabalham no enfrentamento da exploração sexual.

As cinco (05) escolas escolhidas ficam localizadas em bairros diferentes (comercial, central e periféricos). Uma (01) escola atende apenas a Educação Infantil; três (03) escolas são de Educação Infantil e Ensino Fundamental e uma (01) escola de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. É importante dizer que no capítulo final desta pesquisa será dado maior ênfase no contexto social e econômico onde estas escolas estão inseridas, assim como, de que maneira estas escolas desenvolvem as ações de enfrentamento.

No momento, faz-se necessário dizer que os sujeitos que fazem parte desta pesquisa partiu de uma seleção aleatória. Isto aconteceu em virtude das visitas feitas nas escolas e das conversas informais realizadas com as respectivas equipes gestoras a respeito do papel das escolas no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes. A participação desses sujeitos se tornou imprescindível a partir do momento em que detectei que nenhuma das escolas investigadas possui uma ação específica para esse enfrentamento. Via de regra, as ações que realizam são sempre em parceria com outras instituições que planejam e organizam os eventos.

Dessa forma, por meio das falas das equipes gestoras que argumentam que as ações enfrentamento ocorrem mais diretamente nas salas de aula realizadas pelos professores e pelas professoras, foi que senti a necessidade de dialogar com estes profissionais. Assim, do total de cento e quarenta e cinco (145) profissionais da educação (Gestores, Vice Gestores, Coordenadores Pedagógicos, Orientadores Educacionais e Professores e Professoras), envolvendo as cinco (05) escolas, fazem parte desta pesquisa 13 sujeitos: (um(a) gestor(a); um(a) coordenador(a) pedagógico(a); onze professores(as)).

Outro instrumento empregado na pesquisa foi o questionário semi-estruturado. Esta ferramenta foi utilizada na primeira fase da pesquisa empírica/exploratória com o objetivo de mapear, de forma ampla, a caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2007 a 2012 na realidade social de Juruti (PA). Participaram deste processo representantes das seguintes instituições: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Conselho Tutelar de Juruti, Secretaria Municipal de Assistência Social, Polícia Civil e dezenove escolas (estaduais e municipais). Contudo, a finalidade precípua da aplicação dos questionários nas escolas foi a de observar se estas possuem algum projeto ou ação de enfrentamento contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Foi feito também visita no Instituto Alcoa, onde me foram fornecidos os documentos impressos que tratam do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, as quais são: Indicadores de Juruti, monitoramento 2011 (uma realização da Fundação Getúlio Vargas, com apoio da ALCOA e parceria com a Prefeitura Municipal de Juruti); Plano Decenal Municipal: enfrentamento à violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, Juruti-Pará, 2010 -2019 (Uma realização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juruti – CMDCA – Juruti, Childhood Brasil, Conselho Tutelar de Juruti, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e ALCOA – Mina de Juruti); Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual (uma realização da Childhood Brasil, apoio do Instituto ALCOA e parceria com a Prefeitura Municipal de Juruti).

Conforme Eva de Paula Faleiros (2000), a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre se manifestou em todas as classes sociais de forma articulada ao nível de desenvolvimento civilizatório da sociedade, relacionando-se com a concepção de sexualidade humana, compreensão sobre as relações de gênero, posição da criança e papel das famílias no interior das estruturas sociais e familiares. Portanto, este é um fenômeno que precisa ser compreendido “em seu contexto histórico, econômico, cultural e ético”. (FALEIROS, E. 2000, p. 17). Dessa forma, pesquisar sobre exploração sexual contra crianças e adolescentes exige do pesquisador uma postura interdisciplinar e autocrítica para uma melhor interpretação e análise do fenômeno.

Como técnica para analisar os dados levantados, utilizo a Análise de Conteúdo. Esta técnica, como esclarece Martins (2008) “busca a essência da substância de um contexto nos detalhes dos dados e informações disponíveis. Não trabalha com o texto por si só, mas também com detalhes do contexto”. E, conforme Chizzotti (2009, p. 98), “o objetivo da Análise de Conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Ainda, segundo este autor,

Esta técnica procura reduzir o volume amplo de informações contidas em uma comunicação a algumas características particulares ou categorias conceituais que permitam passar dos elementos descritivos a interpretação ou investigar a compreensão dos atores sociais no contexto cultural em que produzem a informação ou, enfim, verificando a influência desse contexto no estilo, na forma e no conteúdo da comunicação. (CHIZZOTTI, 2009, p. 99)

Martins (2008) argumenta que a Análise de Conteúdo é uma técnica muito bem aceita no planejamento e desenvolvimento dos trabalhos de campo de um Estudo de Caso, uma vez que ajudará o pesquisador no processo de descrição e compreensão do material escrito coletado, pesquisa documental, bem como das falas dos sujeitos que compõem a estrutura do caso sob estudo.

Laurence Bardin (2011) por seu turno conceitua Análise de Conteúdo como,

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p.48)

Bardin (2011) nos auxilia no movimento de interpretação e análise dos dados no *locus* pesquisado sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, por considerar que este fato/realidade não é tarefa simples de ser desvelada. Na maioria das vezes as informações e conhecimentos que os sujeitos têm do fenômeno da violência sexual,

São mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática. Por detrás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, esconde-se um sentido que convém desvendar. (BARDIN, 2011, p. 16)

A Análise de Conteúdo como instrumento utilizado para a codificação dos materiais coletados, sobretudo, aqueles obtidos por meio da fala dos sujeitos sobre seu entendimento e significação do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, contribuirá para que esta prática, pelo menos entre os atores sociais da pesquisa, seja melhor conhecida e combatida nos espaços educativos da escola. Isto é importante porque, de acordo com Vicente Faleiros e Eva Faleiros (2006, p. 20),

Ética, cultural e socialmente a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos humanos universais, de regras sociais e familiares das sociedades em que ocorre. É, portanto, uma ultrapassagem dos limites humanos, legais, culturais, sociais, físicos e psicológicos. Trata-se de uma transgressão e neste sentido é um crime, ou seja, é o uso delituoso, delinquente, criminoso e inumano da sexualidade da criança e do adolescente.

A presente tese que procura analisar a participação da escola no processo de enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos está estruturada nos momentos a seguir, além desta introdução:

Em relação a primeira seção, o qual denomino de YURU-TY: A CIDADE TRIBAL, embora esteja construído em breves páginas, o que destoa do número de laudas existentes em outras seções desta tese, ele tem como objetivo contextualizar o município de Juruti, local de pesquisa deste trabalho. Este propósito se configura por considerar fundamental situar histórico, físico, cultural, educacional e econômico o município a fim de compreender com maior detalhe as tramas que foram sendo formadas sobre o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes no local, sobretudo, a partir da implantação de um grande projeto de extração de minério. Também, esta contextualização se torna primordial para identificar e analisar as ações de enfrentamento ao problema que as escolas desenvolvem frente ao combate dessa violência.

A segunda seção intitulada O FENÔMENO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ABORDAGEM TEÓRICA tem como objetivo abordar, com base na pesquisa bibliográfica, o aspecto histórico do fenômeno da violência em todas as suas formas, com destaque para a exploração sexual de crianças e adolescentes nos contextos do Brasil, da Amazônia e no município de Juruti – Oeste do Pará.

A terceira seção versa sobre O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O MARCO LEGAL E AS AÇÕES PRÁTICAS, onde se propõem a analisar as Redes de Enfrentamento contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, as políticas públicas e legislação e os principais programas de enfrentamento procurando compreender a articulação das mesmas para processo de diminuição do fenômeno em discussão.

A quarta seção tem como título A ESCOLA NO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CASO DE JURUTI – OESTE DO PARÁ. Neste capítulo apresento a análise dos dados coletados nas escolas investigadas no município em questão, observando se estas escolas possuem ações de enfrentamento e combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes que fomentem uma realidade onde, de fato, esses sujeitos vivam sob a égide do respeito pela integridade física, moral, psicológica e social, ou seja, enquanto sujeitos históricos e de direitos.

Na conclusão retorno as principais análises realizadas em cada capítulo com a finalidade de apontar os achados relevantes da pesquisa e, assim, tornar este trabalho

fonte de discussão e análise pelo leitor no sentido de, certa forma, contribuir para fortalecer as redes de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes e, em especial, contribuir para o processo de alargamento de discussão e ação do tema no contexto escolar.

2- YURU-TY: O COLO FIRME DA AMAZÔNIA

*Das barrancas do rio-mar és rebento
Hino à vida dos que lutam por ti
Com o sol a brilhar no firmamento
Brilha a fé no teu porvir ó Juruti.
(Verso do Hino do Município de Juruti)*

Considero pertinente contextualizar o município de Juruti(PA), local de pesquisa deste trabalho, objetivando compreender sua história, assim como os enredos que configuram cada momento de seu existir enquanto espaço cultural, social e econômico. Dentro desse contexto, mais especificamente, nos interessa analisar o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescente e o papel da escola frente a esse problema a partir da implantação do projeto de extração de minério – Alcoa.

Acredito que ao fazer essa breve caminhada investigativa na história de Juruti(PA), possibilitará maiores luzes de compreensão para identificarmos as formas de exploração sexual existente neste município, assim como conhecer as políticas públicas, as redes de proteção e de que forma as escolas significam suas ações no combate ao fenômeno, principalmente, neste momento em que esta municipalidade vem passando por intensas transformações sociais, culturais e econômicas, por conta, sobretudo, da mina de bauxita em processo de exploração do minério no local citado.

Estas transformações, conforme está escrito no Plano Decenal Municipal Enfrentando a Violência Doméstica e Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Juruti(PA), 2010 – 2019, geram preocupações com a garantia de direitos de crianças e adolescentes, fomentando, dessa forma, ações de enfrentamento da violência sexual e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida dessa população.

2.1- Aspectos físico e demográfico

O município de Juruti está localizado a margem direita do rio Amazonas, no Oeste do estado do Pará, na Mesorregião do Baixo Amazonas e microrregião de Óbidos e Abrange uma área de 8.305,1 km² (IBGE, 2010). Limita-se ao Norte com os municípios de Óbidos e Oriximiná; a Leste com os municípios de Óbidos e Santarém; ao Sul com o município de Aveiro e; a Oeste com o município de Terra Santa e com o estado do Amazonas. Está distante da capital do estado (Belém), aproximadamente 850 km.



Figura 01: Localização de Juruti no Estado do Pará
Fonte: Indicadores de Juruti –www.indicadoresjuruti.com.br

De acordo com o censo demográfico (IBGE, 2010), o município de Juruti possui uma população estimada em 47.086 habitantes, sendo 31.324 moradores do meio rural e 15.852 moradores do meio urbano. No entanto, a população estimada em 2014 é de 52.755 mil habitantes, segundo informações obtidas no site do IBGE (www.ibge.gov.br).

2.2- Aspecto histórico

Conforme relatos do naturalista Domingos Soares Ferreira Penna, a origem da cidade de Juruti ocorreu no ano de 1818, na área da aldeia dos nativos chamados índios Mundurucus, localizada nas praias brancas do lago Juruti, os quais eram catequizados por missionários Capuchinhos.

Nesse momento da história, a aldeia ficou sob a direção do missionário padre Antônio Manuel Sanches de Brito, a qual possuía poderes paroquiais (poderes administrativos equivalentes ao atual cargo de Presidente da Câmara de Vereadores). O missionário comandou, então, os nativos no processo de construção de uma igreja, o que deu ao local no ano de 1832, a condição de freguesia com a denominação de Juruti e, está ficou sob a proteção de Nossa Senhora da Saúde. (GUIA TURÍSTICO DE JURUTI, Ed. Nº 01 – Julho de 2014 – Ano I – Juruti/Pará/Brasil)



Figura 02: Igreja de Nossa Senhora da Saúde – Juruti(PA)

Fonte: Fotos de Juruti: Memórias de rua – www.memoriasderua.wordpress.com/sobre-juruti.

Segundo consta na história do município, o termo Juruti é topônimo de origem tupi, por corrupção Yuru-ty, que significa: “o colo firme, o pescoço teso”, em referência à postura física de um pássaro que recebe este nome, quando se põe a cantar. Esta espécie de pássaro era encontrada em grande quantidade no local. Em vista disso, os habitantes do lugar recebem a denominação de “jurutiense”.

Conforma Lopes (2012), no ano de 1859, houve a transferência do povoado da freguesia de Juruti para um novo lugar onde fosse mais conveniente para as instalações da nova freguesia. Dessa forma, o lugar escolhido foi um território localizado à margem direita do rio Amazonas, com a justificativa de reunir as melhores vantagens e condições favoráveis para o assentamento da nova povoação, pois sua elevação era bastante considerável ficando segura das maiores enchentes que o rio Amazonas podia apresentar, sendo o terreno bastante sólido o que proporciona melhores condições para a edificação de prédios.

Outro fator para escolha do assentamento estava na disposição de mão-de-obra escrava dos índios Mundurucus, que poderiam ser utilizados na construção da freguesia. Este fato colaborou para a extinção dos povos indígenas da região de Juruti.

Vejam os trechos do escrito reproduzido por professores e moradores da Vila Muirapinima, a partir de relatos da viagem de D. Afonso de Moraes Torres (então Bispo do Pará) à Juruti Velho, citado por Lopes (2012, p. 141) em sua tese de doutoramento sobre, “Conflito Socioambiental e (Re)Organização Territorial: Mineradora ALCOA e Comunidades Ribeirinhas do Projeto Agroextrativistas Juruti Velho, Município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil”, que explica um pouco a dinâmica político-religiosa sobre a origem de Juruti,

Dessa fase da história da nossa paróquia dispomos de um documento interessante de uma viagem de D. Afonso de Moraes Torres e da sua visita pastoral naquela povoação, que hoje tem nome de Juruti Velho. ‘23 de novembro de 1846 partimos de Santarém e chegamos pelas onze horas da noite a uma capela chamada de Maracá-Açu. 25 de novembro fomos dentro do lago Juruti, onde existe uma freguesia nova. Fomos recebidos e no dia 26 conduzidos a uma casa que se preparou durante a noite. A igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Saúde era pequena e não estava acabada. Foi filial da Matriz da vila de Faro. A povoação está colocada em uma das margens do Lago Juruti, que fica pouco distante do Amazonas, os habitantes quase todos são índios que se empregam a colher e fabricar guaraná. Preguei aqui em frase acomodada ao auditório composto de índios ainda mal civilizados e que pouco entendem de nossa língua, depois que subiu ao púlpito o Vigário-Geral e lhes pregou na língua geral indígena, crismei trezentas e tantas pessoas, tive ocasião de conversar com vários índios Mundurucus e significar-lhes o desejo que tinha de ver aldeados todos os seus companheiros, que ainda existiam nas brenhas. Eles se mostraram dispostos a irem ao mato dar notícias da nossa viagem pelo Amazonas e das intenções a seu respeito. Dia 30 partimos, acompanhados de canoas em que havia os índios cantando os versos que costumamos ensinar ao povo em todas as freguesias e que se cantam ao fim do sermão. Seguiram-nos desde as quatro horas da tarde até alta hora da noite, quando se despediram de nós, voltando todos recompensados com rosários, verônicas e outros objetos de devoção que muito apreciam e nós seguimos a nossa viagem, com a canoa cheia de frutos, ovos, galinha etc. [...] A povoação, porém, nunca prosperou e os índios foram se extinguindo, a população diminuindo e, por fim, chegou a tal estado de decadência, que por lei provincial em 1859 foi transferida para a margem direita do Rio Amazonas, entre a ponta do Maracá-Açu e a boca do Igarapé do Balaio.

O acentuado progresso da freguesia de Juruti determinou a elevação à categoria de município, segundo a Lei nº 1.152, de 9 de abril de 1883, dando-lhe a categoria de Vila, instalada em 9 de março de 1885. Entretanto, em 1900, veio a ser extinto, ficando o seu território anexado aos municípios de Faro e Óbidos. Treze anos depois, readquiriu sua categoria, vindo a reinstalar-se em 1914, ficou, também, sob a administração direta do estado do Pará, em 1930, quando sofreu nova suspensão.

A emancipação político-administrativa do município de Juruti ocorreu, definitivamente, em 1938 e, atualmente o município está dividido administrativamente em quatro distritos: Sede, sendo a própria cidade Juruti; Tabatinga, com sede na Vila de

Tabatinga; Castanhal, com a sede na Vila Castanhal e Juruti-Velho (Muirapinima) sendo sua sede a Vila de Juruti-Velho (Vila Muirapinima).



Figura 03: Vista aérea da cidade de Juruti (PA)

Fonte: Fotos de Juruti: memórias de rua – www.memoriasderua.wordpress.com/sobre-juruti.

É importante destacar que, como forma de melhor compreensão da origem de Juruti, os dois primeiros povos a habitar as suas regiões, foram os nativos indígenas Munduruku e Muirapinima. Os Mundurukus são considerados os primeiros moradores do local e, a tribo Muirapinima eram os primitivos moradores da Vila do Juruti Velho, sendo esta a primeira sede do município e é considerado o seu principal patrimônio histórico.

2.3- Aspecto cultural

No município de Juruti há duas grandes manifestações culturais, uma de âmbito religioso e outro na dimensão folclórica. Em relação a principal manifestação religiosa está o Círio de Nossa Senhora da Saúde, padroeira da cidade. Este acontecimento ocorre todos os anos no mês de junho. As comemorações a padroeira do local iniciam no dia 23 de junho com a realização do círio fluvial.



Figura 04: Imagem do Círio Fluvial de Nossa Senhora da Saúde – Juruti (PA)
Fonte: amazoniaacontece. Blogspot.com

No que diz respeito à manifestação folclórica, a maior manifestação cultural é o “Festival Folclórico das Tribos”, “Festival das Tribos” ou “Festribal”, sob a evolução representativa das tribos indígenas Muirapinima e Mundurucus e tem como objetivo manter viva na memória da população jurutiense a história de seus primeiros povos. Este festival teve início no ano de 1986 e é realizada anualmente na última semana do mês de julho e, figura entre as maiores manifestações culturais da Amazônia e, no ano de 2008 foi declarado Patrimônio Cultural do Estado do Pará, sob a Lei 7.112/2008. O Festribal,

Dura três dias, desenvolve-se no tribódromo, que se constitui numa arena de três mil metros quadrados, com capacidade para 7 mil pessoas. Nele apresentam-se grupos folclóricos diversos, com danças e cantos típicos da região e na apoteose, no último dia, as tribos Mundurucus e Muirapinimas, disputam o título. O material utilizado nas fantasias e carros alegóricos é todo da própria região e os enredos de cada tribo são pesquisados na cultura indígena. (ESTATÍSTICA MUNICIPAL – JURUTI, 2011, p. 6)



Figura 05: Imagem dos estandartes das tribos Munduruku e Muirapinima
Fonte: Ascom Prefeitura de Juruti

De acordo com o jornal eletrônico O Curumim (2011), no período de realização do Festival das Tribos o Conselho Tutelar intensifica suas ações em bares, clubes e nas quadras de ensaio das tribos com o objetivo de coibir irregularidades, como: venda de bebida alcóolica para crianças e adolescentes; exploração sexual infanto/juvenil e participação de crianças e adolescentes no espetáculo tribal sem autorização dos responsáveis.

Sem dúvida alguma, concordo com a vigilância “de perto” do Conselho Tutelar, posto que é considerado uma das principais ferramentas para se lutar pelo sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente no que concerne à realização de denúncias contra a exploração sexual infanto/juvenil. É dessa forma, que podemos, cada um fazendo sua parte, combater esse problema que provoca a desestruturação do desenvolvimento social e emocional de muitas crianças e adolescentes, visto que é “dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. (ECA, Art. 18)

É importante dizer que a manifestação do Festival das Tribos não é realizada apenas por brincantes adultos, há também a participação de crianças e adolescentes em muitas evoluções exibidas. Ademais, antes da apresentação oficial o evento demonstra a

evolução do Festibal Mirim, onde a arena tribal se transforma em um mundo infanto-juvenil representativo dos povos Mundurukus e Muirapinima.

Esta apresentação não concorre a nenhuma premiação, o único objetivo é sensibilizar os munícipes infanto/juvenis a tornarem-se conhecedores da cultura local e assim, contribuir para o fortalecimento e perpetuação da identidade histórica e cultural de Juruti.



Figura 06: Imagem da representação mirim do Festibal
Fonte: Portal Obidense (http://www.obidense.com.br/NC_Tribos_Mirins.html)

2.4- Aspecto educacional

De acordo com o projeto Conexão Local: desenvolvimento sustentável de Juruti e entorno (2008), com a implantação da mina Alcoa Juruti e o consequente aumento populacional local, o número de crianças, adolescentes e adultos na busca pela escola aumentou também. No entanto, a infraestrutura das instituições educativas, na sua maioria, não ofereciam condições de recebê-los com dignidade e conforto.

Além disso, em várias escolas, principalmente aquelas localizadas no meio rural, o cenário se revelou bem pior e, em algumas comunidades, por haver poucas crianças, ou por haver poucos professores as escolas são multisseriadas, ou seja, em uma mesma sala de aula, com a mesma professora, têm crianças de diferentes séries aprendendo diferentes conteúdos. Esse contexto é típico da realidade amazônica.

No que diz respeito a essa questão a Alcoa contribuiu positivamente e negativamente para a educação da cidade. Se por um lado trouxe melhorias na infraestrutura do município, trouxe também maior demanda por educação.

Segundo consta nas informações coletadas no site do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, a Alcoa construiu escolas nas comunidades de Café Torrado e Santa Terezinha e ampliou o Colégio São Pedro, todos localizados no Assentamento denominado Socó I. Essas obras fizeram parte da Matriz de Compensação Coletiva (MCC), conjunto de ações compensatórias discutidas e acordadas entre Alcoa, Incra, Prefeitura Municipal, Associação dos produtores Rurais Assentados no Socó (APRAS) e Sindicato dos Trabalhadores de Juruti (STTR/JUR) em benefício das comunidades localizadas na Área de Influência Direta da Ferrovia e da Rodovia. Estas ações de construção das Unidades de Ensino nessas comunidades, de acordo com o IBRAM, visou proporcionar uma integração maior do aluno com o local onde vive, além de facilitar o processo de aprendizado.

De acordo com informações coletadas na Secretaria Municipal de Educação de Juruti, devido ao aumento da demanda, foi necessário instituir o horário intermediário, ou seja, um horário de aula entre o horário da tarde e da manhã. A instituição do horário intermediário, por sua vez, reduz consideravelmente o tempo do(a) aluno(a) na rotina da escola, comprometendo, de certa forma, o sucesso das aprendizagens.

O ensino intermediário nas escolas localizadas nas comunidades consideradas impactadas pelo empreendimento da extração do minério veio como uma forma de respeitar a garantia de direitos educacionais a muitas crianças e adolescentes. Porém, pode-se deduzir que esta realidade se configurou pela demanda populacional na comunidade que veio servir de mão de obra na Mina Juruti.

Também é bom sublinhar as melhorias na infraestrutura das escolas ocorreram apenas nas escolas localizadas nas comunidades previamente listadas como impactadas pelo empreendimento, de acordo com o estudo EIA/RIMA - Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental foram beneficiadas.

A realidade da Mina ALCOA em Juruti, no que concerne ao emprego e trabalho, passou exigir mão obra qualificada para desenvolver as atividades necessárias nas empresas que possuem parceria com a Mina Alcoa. Pessoas que não tinham a devida qualificação exigida certamente ficavam alheias ao mercado produtivo. É pertinente

lembrar que a maioria das pessoas adultas naturais de Juruti não possuía formação adequada para trabalhar nas empresas.

Dessa forma, com a exigência pela demanda por mão de obra qualificada e especializada, a população, tanto local quanto a que vinha em busca de emprego, passou a contar com vários serviços de capacitação e formação profissional oferecidos por empresas contratadas pela Mina em parceria com o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Os cursos profissionalizantes oferecidos entre os anos de 2006 a 2010 foram os seguintes, considerando também o número de pessoas matriculadas:

CURSOS PROFISSIONALIZANTES	2006	2007	2008	2009	2010
Ambiente, Saúde e Segurança	40	79	81	65	136
Apoio Educacional	*	*	38	*	*
Controle e Processos Industriais	132	498	206	336	*
Gestão de Negócios	49	60	42	*	*
Hospitalidade e Lazer	54	35	15	*	*
Informação e Comunicação	59	120	161	*	40
Infraestrutura	437	*	47	25	*
Produção Alimentícia	114	*	28	*	*
Produção Cultural e Design	60	90	52	20	*
Total	193	294	104	193	294
* Cursos não oferecidos no ano correspondente					

Quadro 03: Matrículas em cursos profissionalizantes em número de matriculados
Fonte: Serviço nacional de aprendizagem e indústria (SENAI)/ALCOA

Além dos cursos acima oferecidos, o município de Juruti contou com a formação da população em nível superior em parceria com as seguintes instituições (INDICADORES DE JURUTI: MONITORAMENTO/2011):

- UFPA/PMJ – Universidade Federal do Pará e Prefeitura Municipal de Juruti
- UFPA/UAB – Universidade Federal do Pará e Universidade Aberta do Brasil

- IFPA/UAB – Instituto Federal do Pará e Universidade Aberta do Brasil
- ULBRA – Universidade Luterana do Brasil
- UFOPA/PARFOR – Universidade Federal do Oeste do Pará e Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
- IFPA/PARFOR - Instituto Federal do Pará e Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

Os cursos oferecidos são: Geografia, Matemática, Tecnologia em Gestão e Saúde, Biologia, Ciências Sociais, Letras, Administração, Integrado de História e Geografia, Integrado de Letras e Inglês, Integrado de Matemática e Física, Integrado de Química e Biologia, Pedagogia e Computação.

De acordo com o IBRAM a elevação da qualidade de ensino em Juruti é compromisso da Alcoa, A Companhia integra o Comitê pelo Pacto da Educação, que tem como meta aumentar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), até 2017. Nestes anos de operação (um pouco mais de cinco anos), a Alcoa alcançou a capacidade produtiva de 4,45 milhões de toneladas de minério de bauxita, com média de 80% de paraenses no efetivo de funcionários diretos e indiretos. Isso só foi possível porque Juruti avançou em educação – dimensão do IDH que mais cresceu em termos absolutos entre 2000 e 2010. Com a Alcoa, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) chegou ao município e passou a oferecer ensino técnico à população. Com o investimento de R\$ 3 milhões, a empresa equipou laboratórios e ofereceu a estrutura adequada ao Senai em Juruti, garantindo a qualificação de aproximadamente 3.790 pessoas em mais de 75 tipos de cursos.

No entanto, apesar dos avanços em relação à oferta de cursos para formação profissional, é importante dizer que as melhorias advindas com a chegada da Alcoa surgiram pouco antes do início das construções da mineradora. Os “filhos de Juruti” não tiveram tempo suficiente para se prepararem para as mudanças, e por isso, hoje poucos são qualificados para trabalhar na extração do minério ou até mesmo na construção do beneficiamento, motivo pelo qual muitos trabalhadores são de outras cidades do Brasil. (PROJETO CONEXÃO LOCAL: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JURUTI E ENTORNO, 2008)

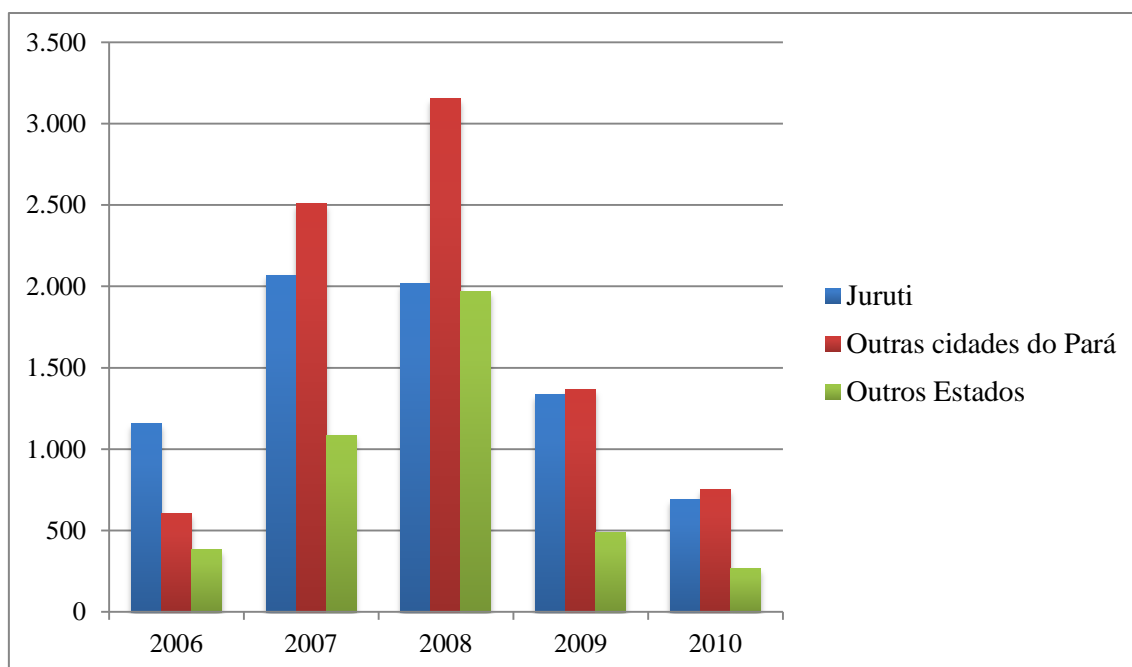


Gráfico 01: Empregados indiretos
Fonte: ALCOA

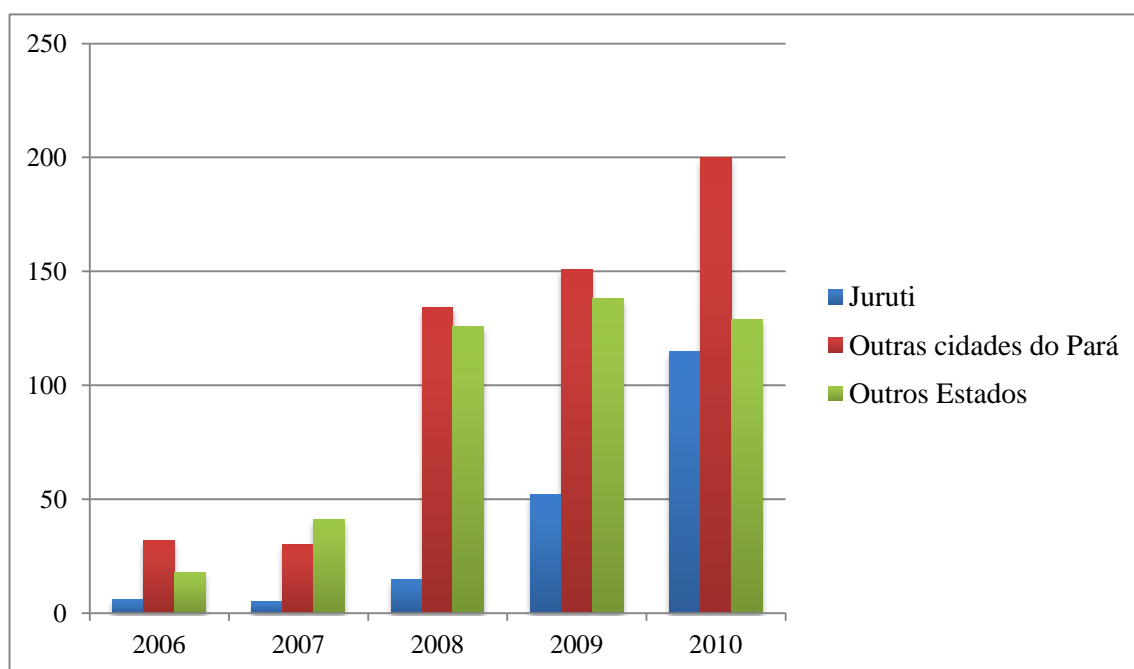


Gráfico 02: Empregados direto
Fonte: Alcoa

Os gráficos acima citados referentes ao período de 2006 a 2010 sobre o número de empregados por origem diretos e indiretos da Alcoa, nos dão uma visão geral da condição de emprego que os munícipes de Juruti possuíam. No gráfico correspondente aos empregados indiretos há uma número muito maior trabalhadores naturais de Juruti(PA) em relação aqueles que fazem parte da categoria dos empregados diretos.

Esta disparidade ocorre por conta dos moradores local não possuírem mão-de-obra especializada para trabalhar nas empresas.

2.5- Aspecto econômico

Segundo consta no documento Indicadores de Juruti (2011) a economia do município de Juruti gira em torno dos seguintes setores: agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; serviços industriais de utilidade pública; indústria de transformação; extrativa mineral; comércio; construção civil; serviços e; administração pública, sendo este último setor o que detém a maior concentração de empregos formais.

Segundo Castro, Penna e Barroso (2014),

No município em questão já existiram importantes ciclos econômicos, como os da extração da Juta e do Pau-rosa, que não o conduziram a um desenvolvimento estável e duradouro. A economia se concentra, principalmente, nas lavouras temporárias, destacando-se o cultivo da mandioca. Pesca, extrativismo vegetal e, mais recentemente, pecuária, comércio e serviços de pequeno porte (portuários, mercearias, alimentação) são outras atividades presentes no território e que visam a subsistência e o mercado locais.

Contudo, principalmente, entre os anos de 2005 e 2009, a economia do município de Juruti sofreu significativas transformações. Isto se deu com a implantação da Mina Juruti para exploração de bauxita, pela ALCOA. A mudança na economia, não atingiu somente a dimensão econômica do município, mas isto trouxe transformações em vários setores da vida jurutiense, tais como: ambiental, social, cultural, demográfica, entre outras. No que diz respeito à questão demográfica, Castro, Penna e Barroso (2014), dizem que,

De acordo com o IBGE (2011), a explosão demográfica que o município sofreu em um curto espaço de tempo desencadeou um exacerbado crescimento no número de matrículas nas escolas de ensino médio da rede pública, o que é positivo, mas, contudo, contribuiu para fazer os índices de criminalidade dispararem, o que é evidentemente negativo. O crescimento demográfico do município em estudo, também fez ressaltar as consideráveis carências que o mesmo possui na infraestrutura de saneamento que é pouco estruturada, a maioria da população vive com menos de R\$ 75,5 de renda per-capta mensal e 21% das pessoas com mais de 25 anos de idade são analfabetas.

Ainda em relação à explosão demográfica ocorrida no município de Juruti, os autores acima citados comentam que o aumento populacional acarreta uma série de malefícios à população local e meio ambiente, podendo ocorrer escassez nos recursos naturais, déficit em saúde, saneamento básico, infraestrutura, educação, segurança

pública e etc. Por não haver políticas e estruturas físicas que contemplem as necessidades da demanda populacional gerada.

Para tanto, é dever do governo, e das empresas inseridas nos locais, se responsabilizarem por realizar políticas e obras que perpassem o quadro atual e contemplem as perspectivas futuras e, neste contexto, observamos a necessidade do forjamento de políticas e ações de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescente, visto que, a partir da implantação da Mina Juruti, houve substancial crescimento deste tipo de violência no município.



Figura 07: Vista aérea da mina juruti

**Fonte: Agenda sustentável: projeto juruti sustentável – ALCOA
(<http://www.agendasustentavel.com.br/case.aspx?id=2476>)**

O projeto de mineração e beneficiamento de bauxita da Alcoa em Juruti foi originado em 2000, quando a Alcoa adquiriu a *Reynolds Metals*. Por intermédio de sua subsidiária, a então OMNIA Minérios, foram iniciadas as atividades de pesquisa mineral no município com o fim de avaliar o potencial de reservas de bauxita lá existentes numa área aproximada de 270 mil hectares formada por vários platôs entre Juruti e Santarém. A confirmação das reservas foi intensificada numa área de 50 mil hectares que compreendia os platôs Capiranga, Guaraná e Mauari. Atualmente, Juruti possui um dos maiores depósitos de bauxita de alta qualidade do mundo, com uma

reserva estimada em cerca de 700 milhões de toneladas métricas de minério. (COSTA; CARMO; PATRICIO... [et al]. 2011, p. 77)

Segundo pesquisa realizada por Eduardo José Monteiro da Costa ...[et al] (2011, p. 80), sobre “O projeto juruti sustentável: possibilidades, limitações e contradições da gestão coletiva do desenvolvimento local”, as maiores preocupações com a chegada do empreendimento para os moradores da sede do município diziam respeito a:

- 1- Expansão urbana desordenada;
- 2- Precariedade da infraestrutura, principalmente quanto ao abastecimento de água e saneamento básico;
- 3- Clima de competitividade por recursos e benefícios a serem gerados pelo empreendimento, que poderia provocar ressentimentos e incentivar estratégias individuais e grupais de acesso à empresa;
- 4- Percepção de que a geração de empregos a ser proporcionada pela empresa beneficiaria somente os mais capacitados, o que excluiria parte da população local e abriria caminho para que “pessoas de fora”;
- 5- Estrutura de atendimento da saúde, já precária, dado o potencial aumento expressivo de população;
- 6- Aumento da criminalidade e delinquência juvenil;
- 7- Deterioração dos aspectos valorizados do estilo de vida tradicional da população local.

Só para lembrar o que já foi escrito em páginas anteriores deste trabalho, conforme o Plano Decenal Municipal Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Juruti(PA) – 2010 a 2019 (2010), ao se reportar a contextualização dessas violências no município, a viabilização dessas construções e implantação das obras de infraestrutura para a extração da bauxita geraram um auto fluxo migratório, aumentando sua população em até nove mil pessoas nos momentos de “picos” das obras. Sob esta realidade, o cenário de violência contra crianças e adolescentes, onde está inclusa a exploração sexual, também sofreu alterações negativas.

É no contexto da implantação da Mina Juruti que me proponho fazer uma análise do papel que as escolas desse município desenvolvem frente as ações de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que, segundo o Plano

Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2013), prescreve que a escola é um dos espaços para assegurar as ações preventivas contra a violência sexual, observando em especial o Eixo Estratégico 3.9 do referido Plano, onde especifica que os espaços de prevenção tem como objetivo ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ademais, ainda sobre o Eixo Prevenção, o referido Plano (2013, p. 23), esclarece que, reconhecendo a importância da prevenção, os indicadores para o eixo de Prevenção deve-se considerar o envolvimento das diferentes mídias em campanhas de mobilização e prevenção da violência sexual; a qualificação das campanhas de prevenção; o fortalecimento da rede familiar e comunitária e a inserção das escolas em ações de prevenção.

Também, é importante observar que, a partir da implantação da Mina Juruti, houve, de fato, a implementação de políticas públicas realizadas pela Prefeitura Municipal, pela ALCOA e pela sociedade civil organizada no sentido de coibir e/ou minimizar a prática da violência sexual contra crianças e adolescentes em todas as suas formas. Como exemplos dessas ações cito:

- Em 2008 foi iniciado o Projeto Tecendo a Rede, que desenvolveu ações de mobilização e fortalecimento da Rede de Proteção Integral à criança e ao adolescente do município de Juruti, com foco no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

O montante total do projeto foi de cerca de R\$ 141 mil. Para aquele ano de atividades coube à Alcoa uma contrapartida de R\$ 70 mil. Os 50% restantes foram captados por meio de uma contribuição da organização Childhood Brasil, via recursos recebidos da World Childhood Foundation, entidade criada pela Rainha Silvia, da Suécia. (Alcoa Alumínio S/A, Relatório de Sustentabilidade 2009/2010, p. 23)

- No ano de 2009 foi publicado e distribuído pelas instituições governamentais e não governamentais do município de Juruti o “Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual”, uma realização da Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil) em parceria com o Instituto ALCOA e com a Prefeitura Municipal de Juruti. Este guia objetiva possibilitar aos profissionais das instituições que realizam trabalhos com crianças e adolescentes nos

ambientes educacional, cultural e de esporte e lazer, entre outros ambientes, tornarem-se conhecedores das informações necessárias na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, a fim de participarem ativamente no enfrentamento deste tipo de violência.

- No ano de 2010 foi elaborado/construído o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes de Juruti, com apoio institucional da Alcoa. Este Plano foi resultado de um processo de sensibilização e informação de profissionais que atuam junto com as crianças e adolescentes do município e de representantes da sociedade civil.

A ideia da elaboração do Plano partiu da preocupação social com o contexto local que sofreu grandes transformações a partir da instalação de uma unidade de extração de bauxita na região. (Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes de Juruti, 2010)

Dos exemplos de ações de enfrentamento citados, pelo o que nos foi apresentado, deduz-se que, em todos tiveram a participação das escolas nos processos. No Projeto Tecendo as Redes houve participação dos profissionais da educação, assim como nas discussões e decisões das metas pertinentes ao processo de prevenção, informação e ações educativas para o forjamento do protagonismo infanto/juvenil. Também, as escolas unidas a outros setores que lutam pelo enfrentamento desse fenômeno, sempre participam dos eventos relacionados à Campanha do dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Pelo exposto, verificamos que o município de Juruti-PA, de fato sofreu substancial impacto nos diferentes setores da vida em sociedade com a implantação e exploração da Mina Alcoa em seu território. São impactos ambientais, econômicos, sociais, entre outros, que de alguma forma promoveram mudanças na condição de vida dos habitantes dessa municipalidade. Dentre essas forças de mudança está a questão do aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como a mobilização do poder governamental, civil e empresarial local no sentido de criar políticas públicas de enfrentamento ao problema, assunto que será tratado com maior ênfase na última seção desta pesquisa. Porém, antes de tecermos análises sobre tema no município de Juruti-PA, necessário se faz discutir sobre a abordagem teórica do fenômeno da

exploração sexual contra crianças e adolescentes nos contextos brasileiro, da Amazônia e local. Assunto que será objeto da seção a seguir.

3- O FENÔMENO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

*Não sei dizer
O que aconteceu
Mas nada está normal
O meu corpo está estranho
E o medo em mim cresceu.*

*E você!
Pode ajudar
Perceber o que aconteceu
Denunciando esse abuso
Pois minha alegria morreu.*

(Versos da paródia da música Borboletas escrita e apresentada pelos jovens de Juruti-PA, no Seminário de elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Adolescentes, 2010 – 2019)

3.1. O fenômeno da violência e suas múltiplas faces

O objetivo desta seção, com base em pesquisas bibliográficas, documentais e exploratória, visa abordar o aspecto histórico do fenômeno da violência em todas as suas formas, com destaque para a exploração sexual contra crianças e adolescentes nos contextos do Brasil, do Pará e do município de Juruti – Oeste do Pará.

Conforme o pensamento de Ferreira e Azambuja (2011), cenas de violência fazem parte do cotidiano de toda e qualquer pessoa. São cenas que geram medo e que exigem medidas significativas de enfrentamento do problema. Também, o fenômeno da violência não é um fato novo, mesmo que seja relativamente recente as pesquisas e os estudos voltados a conhecer suas causas e consequências. Ainda, de acordo com as autoras, alguns segmentos sociais são mais vulneráveis às diversas formas de violência, dentre os quais destacam-se crianças, mulheres e idosos. Estes segmentos são vítimas de diversos tipos de violência, onde os abusadores costumam ser pessoas da família ou das relações domésticas da vítima.

De acordo com Rocha (2010),

A violência é um fenômeno social que assume diferentes contornos, em cada sociedade e em cada época histórica. Do ponto de vista sócio-histórico, podemos afirmar que a violência está presente em toda a experiência da humanidade, com seu registro em vários documentos da Antiguidade. Inclusive a violência é lembrada no mito de origem contido na narrativa bíblica em forma de disputa fratricida entre Caim e Abel. (ROCHA, 2010, p. 78)

Bandeira e Mattioli (2010), ao fazerem uma reflexão sobre o fenômeno da violência no Brasil, dizem que,

Em sociedades como a Brasileira – em que a desigualdade social é berrante, em que perduram as iniquidades econômicas e sociais desde a sua formação, em que se perduram os preconceitos de raça e gênero com a marginalização dos pobres, em que o Estado tem sua ação pautada pela visão punitiva e autoritária materializada na repressão policial, principalmente contra a classe economicamente menos favorecida -, a violência social e estrutural é extremamente elevada. Este último tipo de violência incide sobre as condições de vida das crianças e adolescente a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulneráveis suas possibilidades de desenvolvimento. (BANDEIRA e MATTIOLI, 2010, p. 93)

Ainda de acordo tais autoras (2010), apropriando-se dos apontamentos de Adorno (1988), o fenômeno da violência não pode ser pensado sem se fazer uma referência às estruturas sociais e ao sujeito que a sustentam enquanto experiência social, porque a violência expressa tanto as relações entre as classes como as relações interpessoais, isto é, as relações entre pais e filhos, adultos e crianças, homens e mulheres, profissionais de categorias diferentes e assim por diante.

Peres (2008), por seu turno diz que,

O conceito de violência, em nossos dias, é ambíguo; não existe uma violência, mas uma multiplicidade de manifestações de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro. As formas de manifestação, as representações e as abordagens teóricas a respeito da violência modificam-se com as transformações sociais e históricas pelas quais passa nossa sociedade, bem como o modo como essa sociedade se relaciona com a violência, através de seu controle e proibições por meio da lei. [...] Aspectos históricos e culturais na concepção de violência [...] indica que a própria história da sociedade brasileira sempre foi permeada por diferentes práticas de violência. (PERES, 2008, p. 115 e 117)

Nos dizeres de Minayo (2004, p. 41),

A violência não é um fenômeno abstrato: ela é concreta e ocorre em cada estado e em cada município de forma específica. Por isso existe a necessidade de estudos locais e operacionais. São necessárias também estratégias intersetoriais de enfrentamento. Dependendo das situações concretas, as ações coletivas demandam entendimento com a área de educação, de serviços sociais, de justiça, de segurança pública, do ministério público, do poder legislativo e, sempre, com os movimentos sociais, visando à promoção de uma sociedade cujo valor primordial seja a vida (e não a morte) e à convivência saudável de seus cidadãos.

Assis e Constantino (2003), sob a interpretação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Infanto-Juvenil, consideram a violência “qualquer ação ou

omissão realizada por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e espirituais, a si próprios ou aos outros” (2003, p.163)

Viviane Guerra (2011), a partir dos apontamentos de Adorno (1988), corrobora que,

[...] a violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob esta ótica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigente em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, da referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social. [...] A violência é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida. [...] A violência não é necessariamente condenação à morte, ou, ao menos, esta não preenche seu exclusivo significado. Ela tem por preferência a vida, porém a vida reduzida, esquadrihada, alienada; não a vida em toda sua plenitude, em sua manifestação prenhe de liberdade. A violência é uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, à supressão, à anulação. (GUERRA, 2011, p. 31)

Etimologicamente a palavra violência, derivada do latim *violentia*, significa “veemência”, “impetuosidade”. Porém na sua origem está relacionada com o termo “violação”. Segundo Coelho (2010, p. 11), “a violência está presente em nossa sociedade, seja nas ruas, dentro das casas, nas escolas, nas empresas, instituições, nos meios de comunicação” e, os significados e formas em que a violência se manifesta na vida de todos nós, são inúmeros, como por exemplo: estrutural, física, institucional, interpessoal, intrafamiliar, moral, psicológica, sexual, entre outras formas.

Objetivando contextualizar os tipos de violência citados, faço um breve ponto de conceituação de seus significados:

- **Violência estrutural:** Diz respeito às mais diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. (MINAYO, 2004)
- **Violência física:** entende-se como sendo o emprego de força contra a criança, de forma não acidental, causando-lhe danos ou ferimentos, sendo perpetrada por pais ou responsáveis. Esse tipo de violência carrega em si a noção de poder e controle, em que uma pessoa mais velha, mais forte ou mais influente tenta obter o que deseja por meio da tortura, terror ou dor. (GUERRA, 1998); (ASSIS e DESLANDES, 2004).

Marcão e Gentil (2011), nos dizem que a violência física refere-se à violência chamada real. Consiste no meio físico aplicado sobre a pessoa da vítima. Trata-se da espécie de violência a que o direito romano chamava de *vis corporalis*, termo latino que significa força. Caracteriza-se a violência real não apenas nas situações em que se verificam lesões corporais, mas sempre que é empregada força física para contrapor-se à resistência da vítima, cerceando-lhe a liberdade de agir, segundo a sua vontade.

- **Violência institucional:** De maneira geral é o tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.) Predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.

Conforme o Ministério da Saúde (2008), violência institucional é aquela exercida nos/pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da falta de acesso à má qualidade dos serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, até por uma noção mais restrita de dano físico intencional. Esta violência pode ser identificada de várias formas, como por exemplo:

- peregrinação por diversos serviços até receber atendimento;
 - falta de escuta e tempo para a clientela;
 - frieza, rispidez, falta de atenção, negligência;
 - maus-tratos dos profissionais para com os usuários, motivados por discriminação, abrangendo questões de raça, idade, opção sexual, gênero, deficiência física, doença mental;
 - desqualificação do saber prático, da experiência de vida, diante do saber científico.
- **Violência interpessoal:** A violência é, principalmente, uma forma de relação e de comunicação. Quando essa interação ocorre com prepotência, intimidação, discriminação, raiva, vingança e inveja, costuma produzir danos morais, psicológicos e físicos, inclusive morte. (MINAYO, 2004)
 - **Violência intrafamiliar:** Amaral e Mattioli (2010), ao arguirm sobre esse tipo de violência, primeiramente refletem sobre a terminologia “violência doméstica”, que para as autoras tem sido usada para definir atos violentos

acontecidos no seio familiar. A palavra “doméstica” está relacionada ao meio familiar, aquilo que é rotineiro. O termo sugere, ainda, que esse tipo de violência se manifesta num lugar restrito e que os acontecimentos e segredos estão guardados sob o pacto do silêncio. Já o termo “violência familiar”, possibilita que este fato seja visto para além do íntimo, para além do restrito, alcançando o público, mobilizando, assim, políticas e ações de enfrentamento.

O Ministério da Saúde (2008), por sua vez nos informa que a violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. Também argumenta que a prevalência significativa da violência intrafamiliar constitui sério problema de saúde, grave obstáculo para o desenvolvimento social e econômico e uma flagrante violação aos direitos humanos. A violência intrafamiliar toma a forma de maus-tratos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos ou patrimoniais.

- **Violência moral:** Segundo Rita Laura Segato (2010), a violência moral pode ser definida como tudo aquilo que envolve uma agressão emocional, ainda que não seja de forma consciente ou deliberada. Podendo citar como exemplo os atos violentos tais como a ridicularização, a coação moral, a intimidação, a condenação da sexualidade, a desvalorização da pessoa, de sua personalidade e traços psicológicos, do seu corpo e do seu trabalho.
- **Violência psicológica:** De conformidade com o Ministério da Saúde este tipo de violência é toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: insultos constantes; humilhação; desvalorização; chantagem; isolamento de amigos e familiares; ridicularização; rechaço; manipulação afetiva; exploração; negligência (atos de omissão a cuidados e proteção contra agravos evitáveis como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene, entre outros); ameaças; privação arbitrária da liberdade (impedimento de trabalhar, estudar, cuidar da aparência pessoal, gerenciar o próprio dinheiro, brincar, etc.).

Peres (2008) contribui com esse entendimento dizendo que a violência psicológica, sobretudo contra crianças e adolescentes, é uma ação que impede

significativamente seu pleno desenvolvimento psicossocial. É uma interferência negativa do adulto (ou pessoa mais velha) sobre a competência social da criança, produzindo um padrão de comportamento destrutivo. Segundo este autor, as formas mais praticadas de abuso psicológico são: rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, corromper e produzir expectativas irreais ou extremadas exigências.

De acordo com o Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2011), entende-se por violência psicológica um conjunto de atitudes, palavras e ações para envergonhar, censurar e pressionar a criança de modo permanente. Ela ocorre quando xingamos, rejeitamos, isolamos, aterrorizamos, exigimos demais das crianças e dos adolescentes, ou mesmo, ao utilizarmos para atender a necessidade dos adultos. Apesar de ser extremamente frequente, essa modalidade de violência é uma das mais difíceis de serem identificadas e podem trazer graves danos ao desenvolvimento emocional, físico, sexual e social da criança.

- **Violência sexual:** De acordo com o Guia Escolar (2011), a violência sexual consiste não só a uma violação à liberdade sexual do outro, mas também numa violação dos direitos humanos da criança e do adolescente. É praticada sem o consentimento da pessoa vitimizada. Quando cometida contra criança, constitui crime ainda mais grave. Pode ser classificada como intrafamiliar, extrafamiliar e exploração comercial sexual.

Nos apontamentos de Baiarl e Almendra (2014), não devemos tratar a violência apenas atacando e combatendo a violência. Devemos atacá-la combatendo o medo e dando visibilidade a ele, potencializando o medo para respostas propositivas e coletivas. Este é um caminho a ser percorrido. Isto significa criar respostas e soluções em todos os âmbitos da vida social, não permitindo que o medo e a paralisia social alimentem as diferentes manifestações de violência. Para tanto, faz-se necessário o fortalecimento das pessoas, grupos e comunidades, por meio de soluções efetivas que permitam recuperar a credibilidade nos instrumentos legais e coletivos, objetivando devolver à maioria da população aquilo que sempre lhe foi negado: vida digna.

O fenômeno da violência precisa ser enfrentado porque, segundo Adorno (1988) observado por Guerra (2011), é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida. Se entendermos que a liberdade é fundamentalmente capacidade, vontade, determinação e direito ‘natural’ do homem,

conforme interpretação da filosofia política clássica, a violência na condição de sujeição e de coisificação é uma permanente ameaça à vida pela constante alusão à morte, ao fim, à supressão, à anulação.

Como já observei em parágrafos anteriores a população de crianças e adolescentes, sobretudo, àquela pertencente à classe economicamente e socialmente marginalizada, vive em permanente estado de toda sorte cruel de violência, dentre as quais está a violência sexual nas suas mais diversas formas. Essa prática de violência, assim como as demais, precisa ser combatida, desvelando a cultura do medo e do silêncio, tornando visível aos nossos sentidos a urgência de nos unirmos para o fortalecimento do enfrentamento deste fenômeno e, dentro dessa rede está a escola.

Landini (2011) diz que a violência sexual contra crianças e adolescentes é, talvez uma das formas de violência mais difíceis de serem identificadas, por conta, em especial, do pacto de silêncio que envolve agressores e vítimas. Por isso, faz-se necessário possibilitar que a escola seja de fato um espaço de enfrentamento do problema e, para tanto, é fundamental que os profissionais da educação se arvoreem dos conhecimentos básicos de tudo aquilo que envolve o fenômeno em questão para que, então, possam planejar e praticar ações de prevenção no combate a essa forma de violência.

Parafrazeando Santomé (2012) concordamos que uma das missões-chave do sistema educacional é a de contribuir para que os alunos e alunas possam suplantar a cultura de violação de seus direitos para poderem ser cidadãos e cidadãs ativos/as, solidários/as, críticos/as e democráticos/as, para tanto, é óbvio que a escola não pode partir de uma ignorância daqueles conhecimentos, destrezas, atitudes e valores culturais que crianças, adolescentes e jovens precisam para tornarem-se pessoas felizes.

3.2. A violência sexual contra crianças e adolescentes

De conformidade com a Associação de Notícias de Direitos da Infância – ANDI (2002), citado no Guia Escolar (2011, p. 23),

A violência sexual contra crianças e adolescentes tem origem nas relações desiguais de poder. Dominação de gênero, classe social e faixa etária, sob o ponto de vista histórico e cultural, contribuem para a manifestação de abusadores e exploradores. A vulnerabilidade da criança, suas dificuldades de resistir aos ataques e o fato de a atual revelação do crime não representar grande perigo para quem o comete são condições que favorecem sua ocorrência.

Historicamente, Petersen e Grossi (2011) nos dizem que, a violência, em suas mais diversas formas de expressão, sempre esteve presente na história de crianças e adolescentes. Embora pareça ser um problema contemporâneo, ela é fruto de um processo histórico que colocou a criança em lugar de pouca atenção e visibilidade, tanto no âmbito da família como da sociedade e do poder público, fato que se justifica por não ter sido a criança por muito tempo, considerada como sujeito de direito e merecedora de proteção.

No prefácio da obra *História social da criança e da família* (2006, 2. Ed.), de Philippe Ariès, Maisons-Laffitte, argumenta que no contexto da velha sociedade tradicional da França,

[...] essa sociedade via mal a criança, e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia abastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. [...] A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivessem tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. [...] Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. (MAISON-LAFFITTE 1973, p.vix *apud* ARIÈS, 2006.)

Está lógica que permeou a vida da criança e do adolescente não considerando suas particularidades, fez-se presente em muitas sociedades, dentre as quais insere-se o Brasil. Fuziwara e Fávero (2011) esclarecem que a primeira imagem que tivemos de crianças não indígenas em território brasileiro foi a das que vieram nas caravelas e ficaram órfãs no percurso, sendo exploradas sexualmente e também obrigadas a realizar trabalhos forçados na embarcação. Nesse ponto, Priore, destaca:

Analisar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo. (PRIORE, 1991, p.3)

Ramos (2013), também nos fala sobre essa história,

É de conhecimento geral que, apesar de o Brasil ter sido “descoberto” oficialmente em 1500, suas terras só começaram a ser povoadas a partir de 1530. No entanto, poucos sabem que, além dos muitos homens e das escassas mulheres que se aventuraram rumo à Terra de Santa Cruz nas embarcações lusitanas do século XI, crianças também estiveram presentes à epopeia marítima [...] Grumetes e pajens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violadas por pedófilos. (RAMOS, 2013, p. 19)

Lamentavelmente, a violência sexual é um quadro que tem retratado a vida de muitas crianças e adolescentes ao longo da História do Brasil. Muitos púberes continuam sendo vítimas de toda sorte de violação dos seus direitos, como por exemplo, a violação da sua integridade física, psicológica, moral, afetiva, por meio da violência sexual, o qual para Ferreira e Azambuja (2011), constitui-se um dos graves problemas de saúde pública.

Christiane Sanderson (2005) ao definir abuso sexual contra crianças, diz que esse ato inclui quaisquer atos sexuais imposto a criança e ao adolescente por qualquer pessoa dentro do âmbito da família, ou fora dela, que abuse de sua posição de poder e confiança. Assim a autora o define, com sendo,

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio do poder, ou qualquer capacidade mental ou física. (SANDERSON, 2005, p. 17)

A violência sexual ocorre na maioria das vezes, numa atmosfera de segredo familiar. E ainda, de acordo com Ferreira e Azambuja (2011) é na fase inicial da vida, quando a dependência da criança é bem maior em relação aos adultos, que muitos púberes sofrem as primeiras manifestações de violência contra elas. Também, segundo as autoras, entre todas as formas de violência, a sexual intrafamiliar costuma apresentar maiores dificuldades de manejo, por isso, torna-se responsável por sequelas que acompanham a vítima ao longo de toda a sua vida.

Além disso, pela dinâmica da violência não ser simples, Fuziwara e Favero (2011) consideram que por conta dos laços e cumplicidades que circundam o ato da violência, esta é uma trama difícil de ser trabalhada imediatamente, posto que, em

muitos casos, outros adultos protegem a família do agressor, gerando assim, mais medo, culpa e angústia na vítima.

Ao fazer uma análise do pensamento de Furniss (1993, p.37- 41) a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é considerado síndrome do segredo para a própria vítima e para a família, e síndrome da adição para o adulto que abusa, sendo que esta síndrome está diretamente interligada. De um lado está a criança que, por receio de não ter credibilidade na revelação dos abusos sofridos estabelece um comportamento silente, pois tem medo de não ser protegida pelos adultos, assim como possui medo de sofrer represálias por parte do agressor. Por outro lado está a família, que por sua vez, resiste em não querer romper com o “equilíbrio da unidade familiar”, temendo pelas possíveis perdas afetivas e econômicas, entre outras perdas. Por último, está o adulto agressor, para o qual a síndrome da adição representa uma compulsão, uma gratificação de seus desejos e impulsos.

Quaglia, Marques e Pedebos (2011), dizem que,

Na prática do abuso sexual intrafamiliar, as crianças podem vir a aceitar a situação e até se adaptar a ela para suportar a violência ocorrida. Entram na dinâmica da chantagem (ameaças) ou dos favores, dos presentes e dos privilégios do adulto abusador. Muitas vezes a criança consegue fazer a revelação do abuso, mas é desacreditada por parte de seus cuidadores, que a acusam de mentir. Nesse sentido, a criança volta atrás em seu relato e passa a ter que se adaptar a essa ultrajante realidade. (QUAGLIA; MARQUES; PEDEBOS; 2011, p. 265)

Segundo o Guia Escolar (2011), a violência sexual intrafamiliar, é qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente ou entre um adolescente e uma criança, quando existe um laço familiar (direto ou não), ou relação de responsabilidade. A violência intrafamiliar e/ou extrafamiliar se expressa de diversas formas e, Azevedo e Guerra (1988, p. 13) as classificam como: não envolvendo contato físico (abuso verbal, exposição a filmes obscenos, voyeurismo); envolvendo contato físico (passar a mão, manipulação de genitais, contato oral-genital e anal, etc.) e envolvendo contato físico com violência (estupro, brutalização, etc). Há também as situações de pedofilia e exploração sexual que podem ocorrer, inclusive, por meio da internet.

O Guia Escolar (2011) assim classifica as formas de abuso sexual:

1) **Abuso sexual sem contato físico**

- Assédio sexual: caracteriza-se por propostas de relações sexuais. Baseia-se na maioria das vezes, na posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo autor da agressão.
- Abuso sexual verbal: pode ser definido por conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou do adolescente ou a chocá-los.
- Telefonemas obscenos: são também uma modalidade de abuso sexual verbal. A maioria deles é feita por adultos, especialmente do sexo masculino. Podem gerar ansiedade na criança, no adolescente e na família.
- Exibicionismo: é o ato de mostrar os órgãos genitais ou se masturbar diante da criança ou do adolescente ou no campo de visão deles. A experiência, contudo, pode ser assustadora para algumas crianças e adolescentes.
- Voyeurismo: é o ato de observar fixamente atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, quando elas não desejam serem vistas e obter satisfação com essa prática. A experiência pode perturbar e assustar a criança e o adolescente.
- Pornografia: essa forma de abuso pode também ser enquadrada como exploração sexual comercial, uma vez que, na maioria dos casos, o objetivo da exposição da criança ou do adolescente é a obtenção do lucro financeiro.

2) **Abuso sexual com contato físico**

- São atos físico-genitais que incluem carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Podem ser tipificados em: atentado violento ao pudor, corrupção de menores, sedução e estupro.
- Há também, uma compreensão mais ampla de abuso sexual com contato físico que inclui contatos forçados como, beijos e toques em outras zonas corporais erógena.

Outra forma de violência sexual intrafamiliar exposta nesta pesquisa diz respeito à prática do incesto, o qual, segundo Azevedo; Guerra e Vaiciunas (2011, p. 209 – 210) dizem que, enquanto forma de abuso/vitimização sexual de crianças e adolescentes, o incesto pode ser classificado em ordinário e extraordinário.

Por incesto ordinário, as autoras assim entendem:

- Aquele que é mais frequente, o incesto pai-filha;
- Que se trata de uma prática indigna, socialmente desqualificadora, seja para vítimas, seja para agressores;
- Aquele que pode ser um processo que ocorre no lar de forma reiterativa, mesclando-se ao cotidiano da vida das pessoas.

Por incesto extraordinário, as autoras compreendem aquelas ocorrências que são raras ou pouco difundidas. É o caso do incesto mãe-filho. No entanto, Peres (2008), afirma que a violência intrafamiliar ou doméstica, caracteriza-se como uma relação incestuosa não apenas entendida em relações de consanguinidade, onde o agente abusador é um membro da família (pai, mãe, padrasto, tio, tia, avô, vizinhos ou empregados de confiança da família).

Azevedo; Guerra; Vaiciunas (2011, p. 208), arvorando-se do pensamento de Susan Forward e Craig Buck, expresso no livro ‘A traição da inocência: o incesto e sua devastação (1989), assim definem o incesto:

O incesto é poderoso. Sua devastação é maior do que a das violências sexuais não incestuosas contra crianças. Porque o incesto se insere nas constelações das emoções e dos conflitos familiares. Não é um estrando de que se possa fugir, não há uma casa para onde se possa escapar. A criança não se sente mais segura nem mesmo em sua própria cama. A vítima é obrigada a aprender a conviver com o incesto; ele abala a totalidade do mundo da criança. O agressor está sempre presente e o incesto é quase sempre um horror contínuo para a vítima.

Cohen (2011) argumenta que é difícil fazer uma avaliação real das frequências às violações ao tabu do incesto, uma vez que é sabido que as “cifras negras” deste tipo de violência são grandes. Este silêncio se dá, afirma o autor, por vários motivos: pela reação da própria família; para manter a aparência da “sagrada família”; por conveniência entre as pessoas que sabem do fato e não denunciam; por uma ideia de que nada pode ser feito para resolvê-lo; por ser um assunto tabu; por não se saber o que fazer, entre outras desculpas.

Vicente Faleiros e Eva Faleiros (2006) acreditam que a prática da violência sexual contra crianças e adolescentes continua em alta por conta do binômio acomodação/repressão, refletindo-se na prática da impunidade e do autoritarismo. Para esses autores,

Essa prática de autoritarismo e impunidade encontra-se enraizada na sociedade brasileira, na dinâmica mesma das relações entre dominantes e dominados. [...] As situações de abuso sexual inscrevem-se, pois, no poder

estruturado e estruturante da sociedade. [...] Os valores do machismo, do patriarcalismo e da inferioridade de gênero e da submissão das crianças aos adultos fazem parte da estrutura de uma sociedade, na qual se inscreve a trajetória das notificações de abuso sexual. (FALEIROS, V. e FALEIROS, E. 2006, p. 15).

Nesse ponto, Petersen & Grossi (2011) argumentam que, todas as formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes, sobretudo, as que ocorrem dentro do convívio familiar, não podem ser compreendidas sem que seja estabelecida uma relação com a violência estrutural que paira em nossa sociedade. Esta violência se manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade de condições do capitalismo moderno, articulando-se com as formas particulares de violência, as quais sejam: econômica, cultural e de poder.

A violência sexual em crianças e adolescentes deixam cicatrizes profundas consequências tanto física quanto moralmente. Rouyer (1997) diz que a criança e o adolescente que viveram uma experiência de violação dessa natureza, tem o corpo sentido como profanado; há perda de integridade física; sensações novas foram despertadas, mas não integradas, o adolescente e, sobretudo a criança exprimem a angústia de que algo se quebrou no interior de seu corpo. Como exemplo das consequências, a autora cita:

- Mal-estar difuso, impressão de alteração física, persistência das sensações que lhe foram impingidas, dores nos ossos;
- A enurese e a encoprese⁴ são frequentes, sobretudo nas crianças menores e nas que sofreram penetração anal;
- Dores abdominais agudas;
- Crises de falta de ar, desmaios, problemas relacionados à alimentação – como náuseas, vômitos, anorexia e bulimia – que assumirão, em seguida, outro significado, a saber, a recusa da feminilidade e a destruição do corpo;
- Repugnância de si mesma;
- Perturbações do sono: o despertar angustiado durante a noite é muito frequente e se manifesta sob forma de pesadelos;

⁴ A Enurese é a emissão não voluntária de urina de dia ou a noite, até uma idade em que se espera que haja controle sobre a emissão, por parte da criança, ocorrendo por volta de 3-4 anos. A Encoprese consiste em que a criança faça suas "necessidades", repetida e involuntariamente, em lugares que não são adequados para isso, numa idade em que se espera que haja controle do mesmo, volta de 3-4 anos. A enurese e encoprese são involuntárias e muitas das vezes são expressão de algum transtorno emocional. (www.psiquiatriageral.com.br/dsm4/excrec.htm)

- Prejuízo das funções intelectuais e criadoras: a criança para de brincar, desinteressa-se dos estudos, fecha-se em si mesma, torna-se morosa ou inquieta;

Os abusos sexuais que acontecem durante a adolescência, em geral, provocam sintomas de inícios mais ativos e intensos, que se originam de tentativa de suicídio e fuga, entre outras consequências.

3.3 Exploração sexual contra crianças e adolescentes

Eva Faleiros (1994), ao fazer uma análise sobre o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes, conceitua tal violência como uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores) organizados em redes de comercialização local e global (mercado) ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).

De conformidade com Scoltz; Walger (2008) a exploração do sexo inclui o abuso sexual, as diferentes formas de prostituição, o tráfico e vendas de pessoas, as interdições e o lucro baseados na oferta e demanda de serviços sexuais das pessoas. E, buscando o entendimento do Guia de Referência: Construindo uma cultura de prevenção à violência sexual (2009, p. 99), “a exploração sexual é caracterizada pela relação sexual de uma criança ou adolescente com adultos, mediada pelo pagamento em dinheiro ou qualquer outro benefício”. Para melhor esclarecimento do conceito de exploração sexual, este Guia, utiliza o entendimento exposto durante o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial, realizada em Estocolmo, 1996, o qual diz:

A exploração sexual comercial é uma violação fundamental dos direitos humanos. Esta compreende o abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como objeto sexual e uma mercadoria. A exploração sexual de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão. (DECLARAÇÃO APROVADA DURANTE O PRIMEIRO CONGRESSO MUNDIAL CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL, Estocolmo, 1996)

A exploração sexual contra crianças e adolescentes é praticada por pessoas de todas as classes sociais e na maioria dos casos por indivíduos do sexo masculino. Em certas ocasiões, os menores são afastados de suas famílias e comunidades com o

pretexto de promessas de um futuro melhor e, por conta de tal promessa, um número considerado dessa parcela da população acaba sendo vítima de exploração sexual.

Viella e Vendramini (2012, p. 85) dizem que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) tem ressaltado as dificuldades em quantificar as dimensões do tráfico e do comércio de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, afirmando que, entre outros fatores culturais e sociais, essa dificuldade se deva ao fato de a prática ser um crime, do qual as próprias vítimas se envergonham e não raramente são culpabilizadas, operando a denominada revitimização da criança ou do adolescente, levando-os a guardarem-se no silêncio.

No entendimento de Vicente de Paula Faleiros,

A exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como "autônomo" sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. Essa "imagem de marca", parafraseando o moderno marketing, não é só característica das zonas de garimpo, mas de modernas redes que oferecem nos anúncios "corpinho de adolescente", "cara de criança", "loirinha", "moreninha". (FALEIROS, V. 1998, p. 83)

Pesquisadores, tais como, Leal (1999) e Libório (2004) dizem que o fenômeno da exploração sexual desafia a geografia e desafia todos os continentes. Para estes autores, tal fenômeno é um mercado de dimensão assustadora, onde a indústria funciona por meio de quatro modalidades: produção e divulgação de pornografia, prostituição infantil, tráfico para fins sexuais e turismo sexual. Vejamos cada uma dessas modalidades de acordo com Guia de Referência (2009) e Guia Escolar (2011):

- **Produção e divulgação de pornografia:** É a exposição de pessoas com suas partes sexuais visíveis entre adultos, adultos e crianças, entre crianças ou entre adultos e animais, em revistas livros, filmes e, principalmente, na internet. A pornografia envolvendo crianças e adolescentes é considerada crime, tanto para aquelas pessoas que fotografam ou expõem crianças nuas ou em posições sedutoras com objetivos sexuais, quanto aqueles que mostram para as crianças fotos, vídeos ou cenas pornográficas. [...] A pornografia é um produto com fins comerciais destinado a realizar um apelo sobre o estímulo sexual do indivíduo. A diferença entre pornografia adulta e pornografia infantil é que, embora as duas utilizem os mesmos métodos de produção e distribuição, atendem mercados

distintos e possuem status legal diferenciado: a pornografia infantil é considerada pelas leis brasileiras, um crime.

Na pornografia em geral existem materiais voltados para heterossexuais, homossexuais, sexo grupal, com animais e as mais diversas formas de contato sexual, como o sexo oral, anal, vaginal. Os materiais suscitam fantasias ideais de realização sexual, desde as mais românticas – como revistas tipo fotonovelas – até as mais perversas – como os vídeos sadomasoquistas. A pornografia infantil atende a uma demanda de mercado em certas pessoas, normalmente os pedófilos, sentem prazer em consumir esse material.

Leal (1999, p. 12) diz que definir pornografia infantil é difícil, porque os conceitos de criança e pornografia diferem de país para país e referenciam convicções morais, culturais, sexuais, sociais e religiosas que nem sempre se traduzem nas respectivas legislações.

Atualmente, a pornografia infantil é definida como "todo material áudio-visual utilizando crianças num contexto sexual", ou, segundo a INTERPOL⁵ a "representação visual da exploração sexual de uma criança, concentrada na atividade sexual e nas partes genitais dessa criança" Para os especialistas participantes do Encontro sobre Pornografia Infantil na Internet, realizado em maio desse ano, em Lyon/França, significa: "uma exposição sexual de imagens de crianças incluindo fotografias de sexo explícito, negativos, projeções, revistas, filmes, vídeos e discos de computadores". (LEAL, 1999, p. 12)

Segundo o autor supracitado, a pornografia infanto-juvenil causa danos às vítimas por exposição, situação que leva crianças e adolescentes a acreditarem, quando seduzidas, que essa atividade é "normal". As crianças e adolescentes utilizados na produção de material pornográfico passam a associar o ato sexual à violência, à força e à exploração e distorcem seu comportamento diante das questões sexuais, tornando-se adultos incapazes de se relacionarem afetiva e sexualmente. Outro risco muito grande, é que as vítimas de abuso e exploração sexual poderão se transformar em autores dos mesmos atos sofridos.

- **Troca sexual:** Oferta de sexo para a obtenção de favores variados. Muitas crianças e adolescentes que fogem de casa e vivem nas ruas mantêm relações sexuais com adultos em troca de comida, de pernoite em um hotel ou para adquirir sua cota de drogas. Crianças e adolescentes de classe média também

⁵ Organização Internacional de Polícia Criminal, mundialmente conhecida pela sua sigla Interpol (em inglês: International Criminal Police Organization), é uma organização internacional que ajuda na cooperação de polícias de diferentes países.

podem trocar sexo por drogas ou produtos “de marca” (roupas, tênis, celular). Essa prática é eventual e realizada em conjunto com outras estratégias de sobrevivência, em que as trocas sexuais não são predominantes e acontecem apenas temporariamente, ou seja, não existe uma ação continuada de trabalho sexual.

- **Trabalho sexual autônomo:** Venda de sexo realizada por crianças e adolescentes de ambos os sexos. Milhares de jovens atualmente se engajam no trabalho sexual e fazem dele a sua principal estratégia de sobrevivência. Isso não acontece apenas entre as camadas populares e os moradores de rua. Mesmo jovens da classe média se envolvem nesse tipo de atividade como forma de custear o vício em drogas ou de adquirir um estilo de vida desejado. Muitos garotos e garotas de programa, que fazem prostituição de rua ou programas de acompanhamento negociados por telefone, não são, e não aceitam ser, agenciados por intermediários.
- **Trabalho sexual agenciado:** Venda de sexo intermediada por uma ou mais pessoas ou serviços. No caso do agenciamento por pessoas, essas são chamadas de rufiões, gigolôs, cafetões e cafetinas. Já os serviços são normalmente conhecidos como bordéis, serviços de acompanhamento ou clubes noturnos. Os trabalhadores sexuais pagam um percentual do que ganham para essas pessoas ou esses serviços em troca de residência, pensão alimentar, roupas, transporte, maquiagem e proteção durante a realização do trabalho. Em alguns casos, existe uma relação amorosa e sexual entre os trabalhadores sexuais e os agenciadores, particularmente entre garotas de programa e gigolôs. Não obstante, em muitos casos, os profissionais do sexo tornam-se reféns de seus agenciadores, caracterizando uma relação de exploração ou de semiescavidão.
- **Tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexuais (tráfico de pessoas):** É uma das modalidades mais perversas de exploração sexual. A prática envolve atividade de cooptação e/ou aliciamento, rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa recrutada para essa finalidade. O mais recorrente, entretanto, é que o tráfico para fins de exploração sexual de crianças e adolescentes ocorra de forma disfarçada por agências de modelos, turismo, trabalho internacional, namoro-matrimônio e, mais raramente, por agências de adoção internacional. Muitas jovens, seduzidas por uma mudança de vida rápida

ou sucesso fácil, embarcam para outros estados do Brasil ou outros países e lá se veem forçadas a entrar no mercado da exploração sexual.

- **Turismo com motivação sexual e/ou exploração sexual no turismo:** Turismo sexual é a exploração de crianças e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão de agências de viagem e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e taxistas, prostíbulos e casas de massagem, além da tradicional cafetinagem.

Não se pode reduzir a exploração sexual ao sexo-turismo que estigmatiza o “outro”, o estrangeiro como único agressor, colocando-nos de fora da questão, quando sabemos que nem todos os turistas estrangeiros são abusadores sexuais, que nem todos os turistas abusadores são estrangeiros. [...] É preciso, ainda, situar o conceito de exploração sexual em diferentes contextos culturais, ou seja, onde e como a sexualidade é concebida e exercida. Por exemplo, o turismo sexual, apesar de sempre perverso é vivenciado diferentemente segundo a cultura do agressor e mesmo a da(o) jovem explorada(o).

Stoltz e Walger (2008) argumentam também que, a exploração sexual comercial está ligada ao turismo portuário e de fronteiras e é encontrada nas regiões banhadas por rios navegáveis da região Norte, fronteiras nacionais e internacionais da região Centro-Oeste e Sul e zonas portuárias. Está direcionada à comercialização do corpo infanto-juvenil e também como usuários os turistas estrangeiros. Por outro lado, são os próprios residentes da região os principais exploradores de crianças e adolescentes das regiões ribeirinhas. Já nos portos, destina-se, sobretudo à tripulação de navios cargueiros.

Alguns estudos têm procurado desvelar as causas que levam à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Leal (1999, p. 10 -11) assevera que a exploração sexual contra crianças e adolescentes se configura por meio de uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveito por adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.

Conforme o Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual (2009) e Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2011), eis alguns dos fatores que levam crianças e adolescentes a se engajar nos serviços sexuais:

- **Conflitos culturais e outras situações familiares:** Existem casos de adolescentes que são estimulados ou mesmo forçados pelos familiares a oferecer serviços sexuais. Uma significativa porcentagem de adolescentes participantes do mercado sexual vive situações conflituosas com familiares e muitos deles moram fora de casa. Conflitos familiares não resolvidos, violência doméstica ou negligência dos pais ou familiares e choque de valores levam muitos pais a excluírem e mesmo expulsarem seus filhos de casa.
- **Estratégia de sobrevivência e inclusão na “sociedade” (de consumo):** Muitas crianças e adolescentes são levadas a viver em uma condição em dependência dos pais ou do Estado. Eles não podem trabalhar até a idade de 16 anos ou assinar atos civis que garantam morar e viver legalmente na sociedade. Quando as crianças e adolescentes não podem ou não querem viver com a família ou, ainda, a família não tem condições de alimentar suas necessidades, a venda de sexo pode se transformar numa opção ilícita de sobrevivência para a realização dos seus desejos de consumo. Assim, o trabalho sexual se transforma em uma maneira de ganhar autonomia em relação à família, adquirir bens e serviços que lhes confirmam status social ou simplesmente adquirir drogas.
- **A omissão ou insuficiência das políticas sociais públicas:** Isso pode também levar as crianças e os adolescentes a se engajar no mercado do sexo. Por exemplo, a falta ou insuficiência de programas de orientação sociofamiliar ou de apoio financeiro às famílias que vivem em situação de risco. A falta de empregos dignos para jovens, a baixa qualidade dos serviços existentes para adolescentes que têm de viver em lares substitutos ou sob a custódia do governo, a impossibilidade de suprir crianças e adolescentes com o chamado supérfluo ou mesmo a violência institucional também influenciam nessa opção.

A partir de pesquisas realizadas para entender e enfrentar a exploração sexual comercial em Foz de Iguaçu, Lopes e Stoltz (2002; 2004) concluíram que este é um fenômeno complexo, de causas socioeconômicas e histórico-culturais. Entre as causas mais evidentes que materializam tal fenômeno estão: pobreza, distribuição de renda

desigual, migração, crescimento urbano desordenado, inoperância das políticas públicas sociais, falta de responsabilidade, orientação e controle familiar, localização geográfica, falta de perspectiva profissional e de expectativas em relação ao futuro, falta de escolaridade, a cultura da cidade, impunidade, ser o comércio do sexo um meio fácil para obtenção de dinheiro, entre outras causas.

Breve quadro de diferenças entre exploração sexual e abuso sexual.

EXPLORAÇÃO SEXUAL	ABUSO SEXUAL
Pressupõe uma relação de mercantilização, no qual o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou de presentes.	Não envolve dinheiro ou gratificação.
Criança ou adolescentes são tratados como objetos sexuais ou como mercadorias.	Acontece quando uma criança ou adolescente é usado para estimulação ou satisfação sexual de um adulto.
Pode estar relacionada a redes criminosas.	É normalmente imposto pela força física, pela ameaça ou pela sedução.
Uma criança não tem poder de decisão para se prostituir, mas pode ter seu corpo explorado por terceiros, que obtêm algum tipo de lucro com isso. Portanto, não existe “prostituição infantil”, e sim exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.	Pode acontecer intrafamiliar ou extrafamiliar.

Quadro 04: Diferenças entre exploração sexual e abuso sexual

Fonte: Guia escolar (2011)

Para Faleiros (1994), a exploração sexual transforma o corpo em objeto, ou seja, a mercadorização do sexo implica uma relação complexa e entrelaçada, de produção do corpo como objeto, de violência de gênero e de discriminação, de circulação de dinheiro e aquisição de lucro e de atuação criminal, indiscutivelmente na situação de crianças e adolescentes. O contrato sexual aparente entre duas pessoas está condicionado por relações de exploração e relações de poder.

Faleiros (1994) argumenta que a participação de crianças e adolescentes que são usadas no mercado da exploração sexual deve ser diferenciada da forma de exploração sexual de pessoas adultas, pois trata-se de uma forma particular de exploração sexual por apresentar elementos de ordem cultural e de ordem econômica: de ordem cultural há

o caráter adultocêntrico, pedófilo/hebéfilo⁶, sexual e de gênero e simbólico. Quanto aos componentes de ordem econômica a autora cita: a classe social e o trabalho infanto-juvenil. Esta autora diz que a violência sexual contra crianças e adolescentes praticada por adultos se perfaz numa relação de poder, autoritária, na qual estão presentes e se confrontam autores/forças com pesos/poderes desiguais de conhecimento, autoridade, experiência, maturidade, recursos, estratégias. (FALEIROS, E. 2004, p. 87)

A autora descreve a violência sexual contra crianças e adolescentes como uma relação que:

- Confunde os limites intergeracionais;
- Deturpa as relações socioafetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;
- Confunde nas crianças e adolescentes violentados a representação social dos papéis e funções sociais dos adultos (pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador), quando violentadores sexuais;
- Inverte a natureza das relações adulto/criança e adolescente definidas cultural e socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas, desprotetoras em lugar de protetoras, agressivas em lugar de afetivas, individualistas e narcisistas em lugar de solidárias. Dominadoras em lugar de democráticas, dependentes em lugar de libertadoras, perversas em lugar de amorosas, desestruturadoras em lugar de socializadoras.

3.4 A exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, na Amazônia e no município de Juruti (PA).

Objetivando evidenciar o fenômeno da exploração sexual no contexto proposto neste trabalho, de forma dedutiva faço uma análise desta forma de violência contra a vida de crianças e adolescentes observando a realidade do Brasil, da Amazônia e do município de Juruti(PA). Considero este caminho relevante de ser galgado para que se possa ter uma visão ampla da importância de nos tornarmos conhecedores da dimensão histórico, cultural e social que este mal possui frente ao desenvolvimento integral das

⁶ Efebófilia ou hebefilia (do grego "efhebos"), é uma orientação ou preferência sexual no qual um adulto tem uma atração sexual primária por adolescentes. As atividades efebofílicas podem ser fantasiadas durante a masturbação ou ato sexual com parceiros adultos. A pedofilia (preferência sexual por crianças até a puberdade) é classificada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como uma doença, já a efebofilia não é listada como doença ou desordem sexual.

crianças e dos adolescentes. Mal este que em muito cerceia as possibilidades dessa parcela da população vislumbrar uma vida digna.

A exploração sexual é um fenômeno que precisa ser conhecido, entendido, negado e combatido, embora ele seja forjado numa rede complexa de forças e poderes que subjagam muitas crianças e adolescentes a viver uma realidade sub-humana, triste e castradora de seus direitos cidadãos. Leal e Cesar (1998), assim definem tal fenômeno:

A exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente a exploração sexual se traduz em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que a contextualizam. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveito dos adultos, que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil. (LEAL e CESAR, 1998, p. 72-73)

Faleiros (1998), por sua vez, diz que,

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não se configura, em geral, como uma relação individual de um agressor ou explorador. Ela se constitui em rede, na busca de clientes para um mercado do corpo, sem a opção de quem é usado, na busca do lucro, com a sedução do prazer. Ela desconstrói e destrói as relações de proteção, de direito e aprendizagem da autonomia, pela intermediação do corpo e mercantilização da infância. O corpo da criança e do adolescente se transforma em valor de uso e em valor de troca em âmbito nacional ou internacional (FALEIROS, 1998, p. 12).

Pode-se observar a partir das falas citadas que a exploração sexual contra crianças e adolescentes possui sua história envolvida numa trama, numa malha de rede perversa que pelo uso da força e do poder arbitrários aprisionam as vidas dos púberes, transformando seus corpos em mercadoria e sua identidade humana em condição de exclusão social.

Outro ponto que merece esclarecimento sobre o fenômeno da exploração sexual, segundo Azevedo e Guerra (1998) diz respeito aos diversos conceitos apresentados pela literatura especializada, os quais sejam: assalto sexual, abuso sexual, ataque sexual, agressão sexual, maus tratos sexuais, ofensa sexual, perturbação sexual, violência sexual e vitimização sexual. Em síntese, assim as autoras definem esses conceitos:

- Assalto e ataque sexual: referem-se a um tipo de exploração sexual caracterizado pelo estupro;
- Agressão, violência e maus tratos sexuais: definem outra forma de exploração sexual onde se insere a injúria física;
- Perturbação sexual: é um tipo de violência que costuma aparecer associada à formas sutis de exploração sexual;
- Exploração sexual: é a forma de violência sexual associada ao ato da utilização da criança e do adolescente em comércio do sexo, tais como a pornografia e a prostituição;
- Ofensa sexual: refere-se a toda e qualquer forma de violência contra a integridade física/sexual da criança e do adolescente;
- Abuso e vitimização sexual: podem ser compreendidos como duas faces da mesma moeda, ou seja, a criança é sexualmente vitimizada por um adulto que sofreu um abuso.

Conforme relatório apresentado no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, realizado no Rio de Janeiro em 2010, a exploração sexual de crianças e adolescentes é uma grave violação do direito ao respeito à dignidade humana e à integridade física e mental e que não pode ser negligenciado em nenhuma circunstância.

Durante o evento acima exposto foi concluído que existem quatro modalidades de exploração sexual contra crianças e adolescentes, assim conceituados: em situação de prostituição, tráfico para fins sexuais, pornografia e exploração sexual no contexto do turismo.

- Em Situação de Prostituição

De acordo com o que está expresso no Protocolo Facultativo da Convenção sobre os Direitos da Criança, no que diz respeito à venda de crianças, à prostituição e à pornografia, há a compreensão de que crianças e adolescentes em situação de prostituição denota “a utilização de crianças em atividades sexuais em troca de remuneração ou de qualquer retribuição”.

Já para grande parte das organizações que atuam no enfrentamento do fenômeno, considera pertinente utilizar a expressão exploração sexual comercial infantil, por compreender que: a) o termo abrange todas as modalidades de exploração

sexual (comercial) cometidas contra meninas(os) e adolescentes (à semelhança da prostituição adulta, pornografia, turismo sexual, tráfico para fins sexuais); b) a noção predominante é que a criança e o adolescente está em situação de prostituição.

- Tráfico para fins de exploração sexual

O tráfico de pessoas é definido pela Organização das Nações Unidas como,

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração [...]. Numa definição mais simplificada, consiste no aliciamento e no transporte de seres humanos, utilizando-se de formas de coerção, como a força, a fraude, o abuso da situação de vulnerabilidade ou outras, com o propósito de explorá-los). Desse conceito é possível extrair as principais fases do tráfico de pessoas, quais sejam, o recrutamento, o transporte e a exploração. (SCACCHETTI, 2011, P. 01)

- Pornografia

Segundo a Lei Nº 10.764, de 12 de novembro de 2013, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, justifica o seguinte sobre a pornografia:

Art. 241 - Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

- A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no contexto do turismo

No Art. 2 do Código de Ética Mundial do Turismo, inciso III, define-se este tipo de violência como, "a exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, principalmente a sexual e, em particular quando afeta crianças, fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência". É um tipo de exploração que deve ser combatida sem reservas, com a colaboração de todos os Estados interessados e penalizar os autores destes atos com o rigor das legislações nacionais dos países visitados e dos países destes, mesmo quando cometido no exterior.

Dessa feita, a exploração sexual no turismo é considerada uma violência sexual. É praticada por uma pessoa ou grupo de pessoas que viajam para dentro ou fora do país,

em geral, com o propósito de realizar atividades sexuais em troca de pagamento e/ou benefício. Crianças e adolescentes são exploradas por turistas estrangeiros e brasileiros em aeroportos, bares, casa noturnas, vias públicas e outros.

3.4.1. Exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil

Já foi dito anteriormente nesta pesquisa que desde o processo de “descobrimento do Brasil” muitas crianças e adolescentes, sobretudo aquelas pertencentes ao mundo das minorias sociais, têm uma história que envolve toda sorte de violência, incluindo aí a violência sexual. (RAMOS, 2013); (PEDERSEN e GROSSI, 2011); (FUZIWARA e FÁVERO, 2011).

De acordo com o que especifica o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI (2010, p. 141), organizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes na região do Marajó nos últimos cinco anos (2003 – 2008), a violência de exploração sexual e comercial contra crianças e adolescentes sempre esteve presente na história da humanidade, porém sempre foi silenciada ou restritamente divulgada.

Segundo Fuziwara e Fávero (2011) muitos fatores sociais, econômicos e culturais foram e ainda são determinantes para o acontecimento das diversas práticas de violência cometidas contra a criança e o adolescente. Nesses termos, procurando compreender as causas da prática do fenômeno da violência sexual de tais púberes, Pedersen e Grossi, dizem que,

Todas as formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes, sobretudo, as que ocorrem dentro do convívio familiar não podem ser compreendidas sem que seja estabelecida uma relação com a violência que paira na nossa sociedade, ou seja, com a violência estrutural. Essa se manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade de condições do capitalismo moderno, articulando-se com as formas particulares de violência. Assim, a estrutura das relações violentas é, ao mesmo tempo, econômica, cultural e de poder, encontrando-se tanto nas relações familiares, como nas condições de vida e na sociedade. (PEDERSEN e GROSSI, 2011, p. 29).

Em seguida, os referidos autores argumentam que, em vista do que acima ponderam, torna-se evidente que o abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, assim como as demais formas de violência, emergem no cenário socioeconômico e político da sociedade. Valores culturais, preconceito relacionado ao gênero, à geração, à raça/etnia

e as práticas discriminatórias são fatores que resultam na exclusão em massa de grande parte da população e, conseqüentemente, muitos acabam sendo alvo da violência, dentre a qual, faz-se referência à exploração sexual.

Fernandez (2008) em sua Tese de Doutorado intitulada “Os paradoxos do processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Estado do Amazonas (1999 – 2006)”, pontifica que a exploração sexual contra crianças e adolescentes está imbricada numa complexa rede autoritária de exploração, considerando nesse contexto as dimensões éticas, jurídica, cultural, política e histórico-estrutural. A assertiva da autora é baseada nas palavras de Eva Terezinha Silveira Faleiros (2004), a qual diz que,

O mercado do sexo [...] é um mercado de trocas subumanas com violação dos direitos sociais e dos direitos humanos, e, por isso, mesmo da dignidade das pessoas [...] O valor do uso do corpo aparece, contraditoriamente sem valor, não só em função da erotização e da transformação da mulher ou do homem em objeto vendável, mas em função do contexto cultural do machismo, de adultocentrismo e do autoritarismo e das exigências da rede de exploração sexual. A rede é econômica, social, cultural e política. (FALEIROS E. T. S., 2004. p. 66)

De acordo com Fernandez (2008, p. 62 – 81), em linhas gerais assim são entendidas as dimensões em que se inserem a violência sexual contra crianças e adolescentes:

- **Dimensão cultural:** a violência sexual contra crianças e adolescentes está relacionada às questões de gênero, as quais se diversificam conforme cada contexto social, histórico e a condição dos atores sociais. No caso da sociedade brasileira, esta veio construindo historicamente discursos e práticas de desigualdades sociais, de dominação em relação à mulher, à criança, ao negro, ao pobre, ou seja, aos excluídos de privilégios do poder econômico e social. O uso da terminologia gênero é aqui entendida dentro de um caráter fundamentalmente social, o que significa dizer que as relações de desigualdades, de poder e dominação entre homem e mulher são historicamente construídas no campo social e político.
- **Dimensão histórico-estrutural:** de acordo com a autora, apoiando-se nas ideias de Minayo (1994), a violência sustentada pela dimensão histórico-estrutural, é aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto as estruturas organizadas e institucionais da família, como aos sistemas

econômicos, culturais e políticos que conduzem a opressão dos grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-as mais vulneráveis que outras ao sofrimento e a morte.

- **Dimensão ética:** todas as formas de violação de direitos da criança e do adolescente são transgressões éticas e sociais. Isto posto, são crimes cometidos pelo uso delituoso, delinquente, criminoso e inumano do poder. A sociedade, de uma forma geral, repudia a violência sexual principalmente contra mulheres e crianças, porém, contraditoriamente, o índice elevado deste fenômeno continua em alta.

Proclama-se a intolerância deste crime, mas ao mesmo tempo se tolera, consente-se com sua existência. Há leis, planos e projetos de governos e organizações da sociedade civil, porém os avanços são ainda incipientes diante da gravidade e complexidade do problema.

- **Dimensão jurídica (legal):** a autora esclarece que há um conjunto extenso de ordenamentos jurídicos em relação ao atendimento e à defesa da criança e do adolescente, o que, se constituem em um instrumento poderoso para a garantia da cidadania dessa parcela da população brasileira.

No entanto, o desafio maior é a implementação dos direitos conquistados nas legislações. O Estado de Direito necessita ser consolidado, objetivando garantir qualidade de vida para toda a sua população, assim como, possibilitar as diminuição das profundas desigualdades sociais.

- **Dimensão política:** esta dimensão da violência sexual contra crianças e adolescentes está vinculada as demais dimensões: cultural, ética, legal, estrutural e jurídica. Contudo, refere-se particularmente à construção do Estado Democrático de Direito, à luta para a expansão e ampliação da cidadania à população dela excluída. Para tanto, faz-se necessário haver dialogo, parceria e participação entre governo e sociedade civil organizada comprometidos com o processo de formulação e implementação de políticas transversais que contemplem este público.

DIMENSÕES	Culturais	-Gênero -Etnia -Violência -Sexualidade
	Histórico-estruturais	-Pobreza -Trabalho -Exclusão -Mercado -Classe social
	Legal	-Repressão -Responsabilização -Legislação (mecanismos)
	Ética	-Reprodução social -Imaginário (cultura/mídia)
	Política	-Estado (direito/liberal) -Sociedade civil (Ongs/redes/comissões) -Democracia (direitos civis e políticos) -Cidadania (representação/participação)

Quadro 05: Síntese das dimensões da exploração sexual comercial

Fonte: Ferreira, rosário (2009, p. 52). Tipos de violência contra crianças e adolescentes

A partir do que esclarece Fernandez (2008), podemos observar que a violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da história do Brasil está relacionada a uma complexa trama de fatores, causas e dimensões que contribuem para a vulnerabilidade social desses sujeitos. Esta é sem dúvida uma história que precisa ser suplantada e, assim, poderemos ver realmente fortalecer o crescimento e permanência das políticas públicas afetas à criança e ao adolescente, garantindo-lhes de fato seus direitos enquanto sujeitos históricos e sociais.

No entanto, a rede de enfrentamento existente ao combate do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes ainda está muito fragilizada, pois diuturnamente, tenho assistido e lido reportagens que evidenciam a prática contínua das mais várias formas de violência sexual.

De acordo com pesquisa realizada no site da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio do serviço Disque 100, no primeiro trimestre de 2015, houve o registro de 21.021 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes. Os casos mais registrados foram de negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual. O total de registros caiu 1,6% na comparação com os três primeiros meses de 2014. Apesar do resultado negativo, não é possível afirmar que

houve uma diminuição da violência, pois o Disque 100 é um serviço de atendimento público para registro de denúncias e prestação de informações sobre direitos humanos.

Em relação ao perfil, 45% das vítimas eram meninas e 20% tinham entre 4 e 7 anos. Em mais da metade dos casos (58%), o pai e a mãe são os principais suspeitos das agressões, que ocorrem principalmente na casa da vítima. Conforme o registro do Disque 100 a violência sexual é o quarto tipo de violência mais recorrente contra crianças e adolescentes.

A exemplo dessa informação foi registrado que nos três primeiros meses de 2015 foram denunciados 4.480 casos de violência sexual, o que representa 21% das mais de 20 mil demandas relacionadas a violações de direitos destes sujeitos, registradas no primeiro trimestre de 2015. Sendo que os casos de abuso sexual estão presentes em 85% do total de denúncias de violência sexual denunciadas.

Em relação a exploração sexual, que é caracterizada pela utilização sexual de meninas e meninos com a intenção de obter lucro, foi relatada em 23% dos registros. As denúncias de violência sexual também envolvem casos de pornografia infantil, *grooming* (assédio sexual na Internet), *sexting* (troca de fotos e vídeos de nudez, eróticas ou pornográficas), exploração sexual no turismo, entre outros.

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia concentraram os índices mais elevados entre janeiro e março deste ano (2015) de denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Já Roraima, Amapá e Tocantins apresentaram menores demandas deste tipo de violência. Vejamos o gráfico organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que especifica por estado o índice de denuncia sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

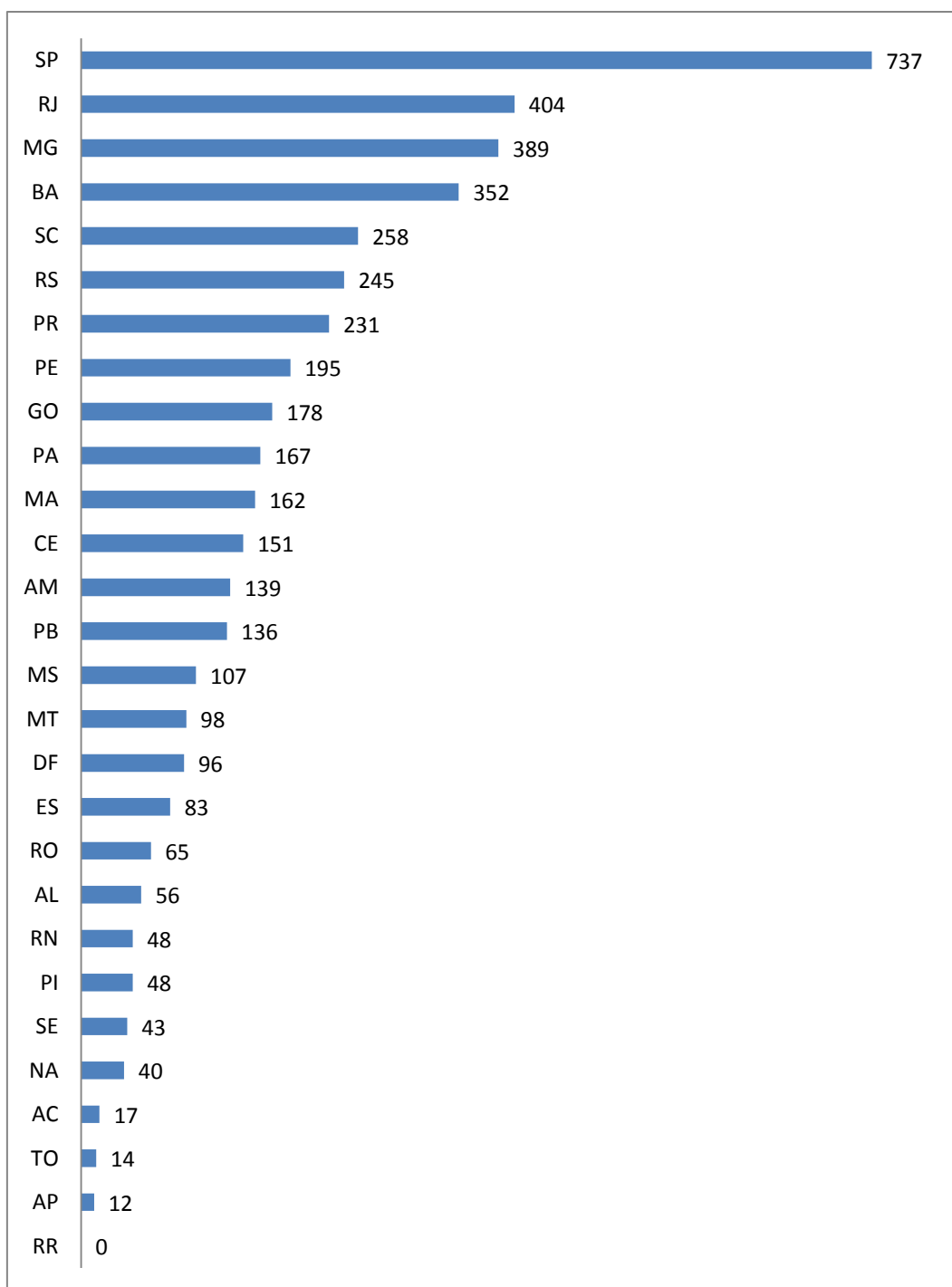


Gráfico 03: Denúncias violência sexual - 1º trimestre 2015, por uf
Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2015)

Este gráfico me proporciona uma radiografia da prática da violência sexual contra crianças e adolescentes, mostrando que em todos as regiões e estados brasileiros este fenômeno existe, sendo que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, apresentam os números mais alarmantes. No entanto, independente dos números registrados que mapeiam a violência sexual praticada contra crianças e

adolescentes considero que em todos os lugares do território brasileiro deverá haver ações de enfrentamento sobre o problema, não importando a proporção. Faz-se necessário haver um processo de mobilização entre os as instituições afetas ao problema para que a rede de enfrentamento possa se solidificar. E nesse conjunto de instituições está a escola que se insere no contexto das ações preventivas acerca do fenômeno em questão.

Libório e Souza (2004) na apresentação do livro sobre “A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais”, concordam que o fenômeno da exploração sexual seja merecedor de tratamento de atenção pelos poderes públicos e pela sociedade para além dos dados estatísticos presentes.

O fato deste fenômeno não estar estatisticamente reconhecido em âmbito nacional não o faz menos merecedor de nossas preocupações, pois continua sendo um grave problema social devemos escapar do raciocínio e da lógica presentes no discurso popular e político, que buscam a legitimação científica dos dados, para iniciar investimentos públicos. A importância do tema da exploração sexual deve ser dada pela sua significação do ponto de vista social e humano e não pela sua exata quantificação. (LIBÓRIO; SOUSA, 2004, p. 11)

É fundamental que as escolas busquem informações das diferentes formas de violência sexual existentes contra a criança e o adolescente. Conhecer cada conceito pertinente ao fenômeno, objetivando abordá-los, entendendo seus significados, da mesma forma que, buscar compreender que significados essas práticas de violência incidem sobre a vida das crianças e dos adolescentes, em especial quando advêm de uma simbologia cultural da supremacia do poder do adulto sobre os sujeitos vitimizados.

Libório e Sousa (2004) argumentam que a quantificação deste fenômeno é bastante difícil, sobretudo porque é uma prática ilegal e de estar ligado a uma rede de crime, entre outras questões, cerceia o acesso de muitas crianças ou adolescentes a denunciar sua ocorrência. Contudo, é sabido da urgência da quebra da cultura do silêncio e engajamento de múltiplos atores sociais no processo de enfrentamento do fenômeno.

Nessa perspectiva, Santomé (2012, p. 156), chama a atenção quanto a necessidade de uma ação educativa diferente que além de desenvolver capacidades para tomada de decisões, deve propiciar aos educandos e aos próprios professores uma

reconstrução reflexiva e crítica da realidade, tomando como ponto de partida as teorias, conceitos, procedimentos e costumes que existem numa dada realidade social.

3.4.2. Exploração sexual contra crianças e adolescentes na Amazônia

É sabido que desde o tempo de colonização do Brasil, a Amazônia logo se tornou a “menina dos olhos” de toda sorte de exploradores, quer sejam, animal, vegetal, mineral e humana. Contudo, no que diz respeito ao problema da exploração sexual contra crianças e adolescentes, há poucas pesquisas que possam embasar o entendimento do contexto histórico dessa questão na Amazônia. Mas, a partir do pensamento de Eva Faleiros (2004, p. 74), é sabido que a “história social da criança no Brasil revela que desde o tempo da Colônia as crianças não têm valor e nem direitos, situação vigente até hoje”.

No ano de 2009, Gilberto Dimenstein publicou o livro “Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil”, relativo à 16ª edição, onde fez uma incursão de investigação jornalística no ano de 1992 em 10 (dez) municípios pertencentes a Amazônia brasileira, os quais são: Belém, Imperatriz, Laranjal do Jarí, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá, Alta Floresta, Itaituba e Cuiú-Cuiú, onde, de forma, “nua e crua”, mostra a condição de vida subumana de escravas sexuais a que crianças, adolescentes e mulheres jovens eram e muitas ainda são submetidas.

Em 2008, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará instituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, objetivando apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes na região do Marajó nos últimos cinco anos (2003 – 2008). A solicitação da CPI teve origem nas denúncias de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, reveladas pelo bispo do Marajó, Dom José Luiz Azcona Hermoso, o qual esclareceu que na Região do Marajó e especialmente nos municípios de Portel e Breves ocorrem atividades intensas que caracterizam a exploração sexual de crianças e adolescentes através do aliciamento e conseqüente tráfico interestadual e internacional (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARÁ, 2010).

Pode-se também dimensionar a proporção do problema relacionado à exploração sexual contra crianças e adolescentes na Amazônia por meio de informações advindas do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Pará (2011), instituída para investigar o tráfico de seres humanos no estado do Pará para fins

de exploração sexual, trabalho escravo, remoção e comércio de órgãos. Este relatório reflete, também, a geografia regional da pobreza e a desigualdade social, se considerarmos a Amazônia como local de origem de vítimas de tráfico, bem como região que recebe seres humanos recrutados e aliciados em outras paragens.

Isto posto, o presente relatório faz uma reflexão quanto as causas que alimentam o referido fenômeno, quais sejam: crime organizado, exploração sexual e laboral, assimetrias endêmicas entre países desenvolvidos, pobres e em desenvolvimento, questões de gênero e de direitos humanos, quebra de suportes familiares e comunitários. Conforme o que expressa o relatório em questão, o fenômeno tráfico de seres humanos no estado do Pará para fins de exploração sexual, trabalho escravo, remoção e comércio de órgãos, entre outras mazelas sociais, ocorre e continua em evidência porque historicamente a região ficou sem a atenção devida por parte das políticas governamentais e por concentrar problemas de tamanha ou maior relevância, nacional e internacional. Segundo o relatório,

A história de ocupação ou exploração da região sempre foi marcada pela visão de um bioma homogêneo, que historicamente negligenciou a população existente. Ao longo dos séculos a população da região testemunhou políticas de “desenvolvimento” pautadas na Segurança Nacional ou em “Grandes Projetos” impostos de fora e submetidos a poderosos interesses econômicos regionais ou internacionais. Vários são os exemplos, a exploração de ouro no Pará, os complexos hidroelétricos, o chamado Polo-Carajás de exploração de minérios, as incontáveis atividades madeireiras e agroindustriais, a pecuária e a expansão da cultura da soja. Todos esses projetos são planejados para cumprir um papel bem definido dentro da expansão do capital nacional e internacional, baseados e respaldados por pesquisas, incentivos e fortes argumentos sobre a importância socioeconômica e para o desenvolvimento nacional e regional. Argumentos que não se sustentam, quando se percebe que a população da Amazônia é, na verdade, mera expectadora do “desenvolvimento”, sem se beneficiar dele e sofrendo, em geral, as piores consequências, dele decorrentes... (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARÁ, 2011, p. 24)

Segundo pesquisas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, divulgada no Seminário sobre exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes na Região Norte e Pan-Amazônica (2009), os novos eldorados econômicos da Amazônia apresentam números de exploração sexual de crianças e índices de qualidade de vida na infância piores que os de outras cidades na floresta, segundo matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo no início de setembro/2008. Líderes na arrecadação de impostos e royalties de gás, petróleo, bauxita e minério, os municípios de Coari (AM), Juruti e Parauapebas (PA) vivem um boom econômico, mas

registram, ao mesmo tempo, índices de violência contra meninas proporcionalmente semelhantes aos que surgiram nos anos 70, no rastro da traumática experiência de desenvolvimento impulsionada pela Rodovia Transamazônica, pela mina de Serra Pelada e pela hidrelétrica de Tucuruí.

No ano de 2011, a Diocese de Óbidos (PA), que jurisdiciona sete municípios da região do Baixo Amazonas, Oeste do Pará (Alenquer, Curuá, Faro, Juruti, Óbidos, Oriximiná e Terra Santa), preocupada com a prática constante da exploração sexual contra crianças e adolescentes, realizou uma pesquisa para dimensionar o tamanho do problema na região. A partir da investigação realizada, concluiu que no conjunto dos sete municípios houve 1.257 casos relatados. Sendo 1.058 casos que possuem meninas como vítimas e 209 casos envolvendo meninos. Segundo o que diz o projeto da Diocese de Óbidos (2011), denominado “Ação e Proteção: enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”,

A prelazia de Óbidos, agora Diocese, localizada região oeste paraense, encontra-se numa região de expansão da atividade mineral, uma das atividades econômicas que atrai um grande contingente populacional. Esse processo soma-se ao conjunto de mazelas típica da região, contribuem para uma triste estimativa latino-americana e Caribenha, em que 228 crianças, principalmente meninas são exploradas sexualmente a cada hora. (PROJETO: AÇÃO E PROTEÇÃO: ENFRENTAMENTO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Diocese de Óbidos, 2011, p. 3)

Também, este mesmo documento assevera que,

As ações realizadas nos anos de 2009 e 2010 mostraram que, em relação aos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, existe um grande silêncio das vítimas, o que faz que as denúncias deixem de ser registradas. Isso ocorre como consequência do tabu de lidar com um fenômeno que tem origem, na grande maioria dos casos, no seio da família. Sendo assim, identificar a ocorrência do abuso por meio de pesquisa em domicílios é tecnicamente inviável. Já em relação à exploração sexual, a clandestinidade, a mobilidade dos exploradores e a coerção velada do crime organizado são as principais barreiras para traçar a abrangência do problema. (PROJETO: AÇÃO E PROTEÇÃO: ENFRENTAMENTO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Diocese de Óbidos, 2011, p. 3)

Mais uma vez observamos o grau de complexidade que envolve o crime da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Embora seja uma prática ilegal e imoral, totalmente avessa aos princípios do respeito e da liberdade que todos nós temos o direito de viver, pelas pesquisas realizadas nota-se que a rede de exploradores é fortalecida pela prática do silêncio, do medo, da vergonha, da coerção, da cumplicidade,

entre outras práticas. Estas práticas contribuem para que o crime da exploração sexual contra crianças e adolescentes não seja combatido efetivamente. Ademais, há o fato também de a rede de proteção de garantia dos direitos das crianças e adolescente ser fragilizada, onde, muitas vezes, cada entidade afeta ao cuidado com essa população trabalha de maneira isolada.

Ferreira e Azambuja (2011), dizem que realizar trabalhos com resultados significativas na área da infância e da adolescência é uma tarefa carregada de muitas dificuldades, sobretudo, quando este trabalho está voltado à crianças e adolescentes vítimas de violência. Por isso, o trabalho interdisciplinar é imprescindível. As autoras argumentam que aproximar os conhecimentos científicos em perspectiva de integração, considerando a prevenção, a linguagem, a avaliação, o atendimento, a responsabilização e o cuidado da vítima e da família, pode contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno que atinge milhares de crianças e adolescentes no mundo inteiro. Neste sentido, a escola faz-se necessário instrumentalizar a comunidade escolar com informações e conhecimentos sobre o tema em questão, objetivando inseri-la de fato como elemento fundamental para o fortalecimento da rede de proteção.

3.4.3. Exploração sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti (PA)

Conforme já foi mencionado no texto introdutório desta pesquisa, o município de Juruti está localizado na margem direita do rio Amazonas, região Oeste do Estado do Pará, Mesorregião do Baixo-Amazonas e a Microrregião de Óbidos e foi fundado no ano de 1883. De acordo com o censo 2010 tem uma população estimada em 47.086 habitantes. Sendo 15.852 moradores no meio urbano e 31.234 no meio rural e, mais de 50% da população está entre a faixa etária de 0 e 19 anos.

Possui como maior referência cultural o Festival das Tribos: Munduruku e Muirapinima, realizado a aproximadamente duas décadas, nos últimos dias do mês de julho, o qual já se tornou oficialmente Patrimônio Cultural do Pará. Na época do festival a cidade recebe dezenas de pessoas procedentes das mais diversas regiões circunvizinhas, o que propicia boa injeção financeira na vida econômica do município. Aliado a esse movimento cultural e econômico, a cidade recebe negativamente alguns problemas de ordem social, dentre eles a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

De acordo com o documento denominado “Indicadores de Juruti: monitoramento 2011”, o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes, a partir de um levantamento realizado pelo Conselho Tutelar de Juruti no período de 2000 a 2010, há notificação de que entre 2002 a 2004, não foi feito nenhum registro do problema. Porém, a partir de 2005 houve registros que começaram com apenas um caso, aumentando gradativamente o número de denúncias e ocorrências, os quais atingiram a quantidade de 16 casos denunciados no ano de 2010.

Necessário se faz observar que outras formas de violência sexual se fazem presentes obedecendo uma conexão ascendente do quantitativo de casos relacionados ao mesmo período investigado (2002 – 2010). No que se refere ao abuso sexual há notificação de 4 casos denunciados em 2002, oscilando os números para mais e para menos entre os anos de 2003 a 2009 e, tendo uma acréscimo substantivo de casos em 2010, ou seja, 24 denúncias. Situação similar ocorre com os casos de estupro, com o diferencial de que no ano de 2005 houve 11 situações desse tipo de violência sexual em relação aos 10 casos notificados no ano de 2010. Vejamos o quadro abaixo:

EXPLORAÇÃO SEXUAL									
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de casos	0	0	0	1	5	7	12	12	16
ABUSO SEXUAL									
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de casos	4	3	3	1	1	7	3	6	24
ESTUPRO									
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de casos	2	0	5	11	6	2	6	8	10

Quadro 06: Número de notificações de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti (PA)

Fonte: Indicadores de juruti: monitoramento 2011.

A partir da exposição do quadro que numericamente mostra as práticas de violência sexual notificadas pelo Conselho Tutelar Municipal de Juruti, pode-se

considerar que a evolução do fenômeno coincide com o período de implantação do Projeto ALCOA (Aluminum Company of America) no município, a partir dos anos 2000.

De acordo com os “Indicadores de Juruti/2011, no ano de 2000 a população local estava estimada em torno de 31.198 habitantes, sendo que no ano de 2010, embasados pelo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população atingiu o índice de 47.086 habitantes, gerando um aumento significativo de 51% de pessoas vivendo em Juruti.

Conforme o que está expresso no Plano Decenal Municipal: Enfrentamento à Violência e Sexual Contra crianças e Adolescentes/2010 – 2019, a chegada do projeto de construção da mina em Juruti desencadeou um cenário de significativas mudanças sociais, econômicas, ambientais e culturais, dentre as quais está a alteração do cenário da violência contra crianças e adolescentes. Assim esclarece o documento,

O número de notificações ao Conselho Tutelar de casos de violência sexual (incluindo abuso e exploração) aumentou de 6 para 30, entre 2000 e 2008. Num contexto mais amplo, as notificações de casos de maus tratos passaram de uma média de 30 por ano entre 2002 e 2004 para 136 por ano, entre 2005 e 2008. Também é possível observar alterações nos números de notificações de trabalho infantil (que pode incluir a exploração sexual) e de gravidez na adolescência. (PLANO DECENAL MUNICIPAL: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, Juruti-Pará, 2010 – 2019, Juruti, maio/2010)

Os números acima apresentados pelo Plano Decenal Municipal: Enfrentamento à Violência e Sexual Contra crianças e Adolescentes, Juruti-Pará, 2010 – 2019 (Juruti, maio/2010), nos mostra a estatística no período de 2000 a 2008, sendo que o número de crianças vítimas de violência sexual, considerando o período de 2000 a 2010 aumentou de 4 para 40 casos de acordo com o Conselho tutelar de Juruti.

A guisa de exemplificação de uma representação mais completa do cenário de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti apresento alguns elementos afetos ao fenômeno investigado junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), considerando o período de 2007 a 2012. Vejamos:

TIPO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abuso sexual	05	04	06	08	09	08
Exploração sexual	02	05	11	07	05	04
Tráfico humano com fins de exploração sexual	00	00	00	00	00	00
Total	07	09	17	15	14	12

Quadro 07: Quantitativo de casos de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes em Juruti - PARÁ

Fonte: Indicadores de Juruti: monitoramento 2011.

O primeiro quadro de representação do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes vitimizados no município de Juruti atendidos pelo CRAS no período de 2007 a 2012, mostra que a prática do abuso sexual (40 casos) é mais notificado do que os casos de exploração sexual (34 casos). Este fato me leva a corroborar com Vicente Faleiros (2004) que argumenta que a exploração sexual contra crianças e adolescentes é pouco denunciada, entre outras causas, devido este fenômeno ser tipificado como crime,

[...] O que se tornou concretizado a medida que à mesma foi abordada como uma forma de proveito sexual e econômico de um explorador sobre uma criança ou adolescente. [...] A exploração sexual, encarada na relação explorador-vitimizado/explorado, traz à tona, no processo de dominação e violência, o benefício comercial de um serviço que é prestado de forma imposta pelas condições sociais para proveito e lucro de outrem, direta ou indiretamente. (FALEIROS, V. de P. 2004, p. 64)

Observa-se também que nos anos de 2009, 2010 e 2011, houve significativo aumento dos casos notificados, fato este, que por meio de dados empíricos coletados junto aos CRAS, me foi dado a informação de que no período de pico da exploração do minério o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescente aumenta e, estes anos representam esse fato

IDADE DAS VÍTIMAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Criança (0 a 11 anos)	02	01	04	05	03	03
Adolescente (12 a 18 anos)	05	08	13	10	11	09
Total	07	09	17	10	14	12
GÊNERO DAS VÍTIMAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Masculino	00	00	00	00	00	01
Feminino	07	09	17	15	14	11
Total	07	09	17	15	14	12

Quadro 08: Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Juruti-Pará
Fonte: Indicadores de Juruti: monitoramento 2011.

No se refere ao quadro 08 pode-se verificar que as crianças (18 casos) são menos vitimizadas do que os adolescentes (56 casos) e, que as vítimas do sexo feminino imperam sobre o sexo masculino (01 caso). Os dados revelados neste quadro mostram que a realidade do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti, no que diz respeito à idade e gênero das vítimas refletem a realidade do mapa desta violência no Brasil, conforme já foi expresso anteriormente neste trabalho.

Esse mesmo cenário pode ser notificado nos dados contidos no Relatório Disque Direitos Humanos, Módulo Criança e Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/2011. O documento mostra que em todas as modalidades de violência sexual apresentadas, as vítimas de sexo feminino são a grande maioria chegando a 80% nas situações de exploração sexual. (Relatório DDH, módulo criança e adolescente, 2011, p. 13)

Bassols; Bergmann; Falceto; Mardini (2011, p. 68), dizem que o abuso sexual é provavelmente uma das violências menos relatadas e diagnosticadas dentre os abusos cometidos contra crianças e adolescentes. Os autores consideram que uma entre cada três a quatro meninas e um a cada sete a oito meninos são sexualmente agredidos até os 18 anos. Acrescentam ainda que, embasados nos dados da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA, 2009), entre janeiro de 2000 e janeiro de 2003, de um total de 1.547 denúncias de vítimas de abuso sexual em todo o país, 76,29% eram meninas, 17,5% eram meninos e 6,66% não foram informados o sexo.

Conforme o Guia Escolar (2011) não existem estatísticas sobre o número de crianças e adolescentes envolvidos em prostituição no Brasil. Todavia, há estudos feitos localmente, o que resulta em informações fragmentadas e isoladas. Como em outras áreas sociais, os números não são confiáveis e podem ser exagerados. Ao tentar separar crianças de adolescentes, pode-se dizer que o número de adolescentes envolvidos em prostituição é imensamente superior ao de crianças. Embora não seja possível precisar se o fenômeno está crescendo ou diminuindo pela falta de estudos históricos que mostrem seu quadro evolutivo, os especialistas relatam tendência de aumento a partir da década de 1980, tanto nos países industrializados como naqueles em fase de consolidação do processo industrial, embora sua extensão seja difícil de avaliar.

Já em relação ao gênero das vítimas o Guia Escolar (2011) esclarece que o número de meninas envolvidas em prostituição é significativamente maior do que o de meninos, mas o número destes é também expressivo, particularmente na oferta de trabalho sexual para o público homoafetivo, com aumento da população de adolescentes travestis.

FAIXA ETÁRIA DOS AGRESSORES	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Adolescentes (12 a 18 anos)	00	00	00	01	02	01
Jovens (19 a 25anos)	04	02	04	04	05	03
Adulto (26 a 59 anos)	03	05	08	05	06	05
Idoso (acima de 60 anos)	00	02	05	05	01	03
Total	07	09	17	15	14	12
GÊNERO DOS AGRESSORES	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Masculino	07	09	17	15	14	12
Feminino	00	00	00	00	00	00
Total	07	09	17	15	14	12

Quadro 09: Perfil dos que praticam violência sexual contra crianças e adolescentes em Juruti – Pará

Fonte: Indicadores de Juruti: monitoramento 2011.

Observando o quadro acima referente ao perfil das pessoas que praticam a violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti, percebe-se que os adultos do gênero masculino na faixa etária de 26 a 59 anos são os que mais cometem esse tipo de violência. Esta realidade não distorce dos dados revelados de

acordo com o Relatório Disque Direitos Humanos, Módulo Criança e Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2011, p. 18), dos suspeitos (as) de violência sexual recebidos pelo Disque Denúncia/2011, 68% são do sexo masculino e 32% do sexo feminino. Essa proporção se mantém tanto na situação de exploração como nas situações de abuso sexual.

O Guia Escolar (2011) nos diz que traçar o perfil dos clientes da prostituição de adolescentes é um desafio. De acordo com estudo feito por Santos (2007), nas grandes cidades, os clientes das meninas tendem a ser homens casados, na faixa etária entre 35 e 50 anos, oriundos das classes média e baixa. Nas áreas de garimpo, é basicamente a população masculina local. Já os clientes da prostituição masculina costumam ser homens de estratos sociais médio e alto. Em Goiânia(GO), as travestis fazem programas com muitos clientes entre 25 e 35 anos de idade.

RELAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Desconhecido	00	00	00	00	00	00
Vizinho	30	03	07	05	04	03
Pai	00	00	02	00	01	00
Mãe	00	00	00	00	00	00
Padrasto	04	04	05	06	05	03
Avô	00	00	00	01	00	01
Avó	00	00	00	00	00	00
Tio	00	02	03	03	02	01
Tia	00	00	00	00	00	00
Primo	00	00	00	00	01	02
Prima	00	00	00	00	00	00
Profissional da educação	00	00	00	00	01	01
Religioso (padre, pastor, etc.)	00	00	00	00	00	01
Outros	00	00	00	00	00	00

Quadro 10: Relação do/a agressor/a com a vítima em Juruti - Pará

Fonte: Indicadores de Juruti: monitoramento 2011

O quadro descritivo sobre a relação que o agressor possui com a vítima mostra que no contexto social de Juruti a maior incidência de autoria dessa violência volta-se para a categoria vizinho (52 autores), seguido do padrasto (27 autores), em terceiro plano está o tio (11 autores), após aparece o pai (03 autores), profissional da educação (02 autores) e religioso (01 autor).

A partir desse quadro pode-se dizer que a violência sexual contra crianças e adolescentes acontece em maior proporção no ambiente familiar, onde as relações entre o adulto perpetrador e a vítima são estreitas. O abusador pode ser alguém que convive próximo dela, alguém de sua família, vizinhança ou escola. Geralmente o agressor por meio de “pseudo” afeto, cuidado, zelo e amor seduz a criança e/ou o/a adolescente objetivando tirar proveito da inocência destes e, assim, satisfazendo seus desejos e vontades sórdidos.

De acordo com a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, no tratamento à violência sexual contra criança e adolescente (s/d), o agressor sexual pode ser qualquer pessoa que se aproxima da criança e do adolescente, ganhando sua confiança e afeto para, então, praticar atos sexualmente abusivos. Essa é a estratégia utilizada pela maioria dos agressores sexuais, podendo inclusive, ter a confiança dos adultos responsáveis pela criança ou adolescente. Em geral são pessoas da família – pais, padrastos, tios, avós e até irmãos mais velhos – seguidas por pessoas conhecidas da família. Exercem suas funções sociais de forma adequada, são bons vizinhos, bons colegas de trabalho, o que produz maior confusão, pois deles não se espera uma atitude tão degradante. Isso não exclui o fato de que outras violências abrem a porta para a violência sexual, pois pessoas abusivas não respeitam as necessidades ou peculiaridades de suas vítimas, e suas ações podem envolver outras formas de violência contra os púberes.

Considera-se que a criança e/ou o/a adolescente não aceitam com naturalidade a relação de intimidade física que o agressor estabelece com elas/eles. Pois, mesmo que não tenham maturidade para discernir a arbitrariedade do ato, têm desconfiança de que este tipo de relação não é algo normal e aceitável. Por isso, a vítima rejeita as investidas do agressor, retraindo-se, negando, tentando proteger-se. No entanto, a força e o poder que o agressor estabelece nessa relação subjuga a vítima de todas as formas, deixando-a a toda sorte de violência. Observemos o que pondera Ferenczi (1983) citado por Lamour (1997) a respeito dessa relação:

Seu primeiro movimento seria a recusa, o ódio, o nojo, uma resistência violenta: ‘não, não, não quero, é forte demais, dói, me deixe’. Isso ou algo parecido seria a reação imediata se não fosse inibida por um medo intenso. As crianças sentem-se fisicamente e moralmente indefesas, sua personalidade ainda é muito fraca para que, protestem, mesmo em pensamento; a força e a autoridade esmagadora dos adultos as emudecem, e podem até fazê-las perder a consciência. Mas esse medo, quando atinge o ápice, obriga-as a se submeterem automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar seu menos

desejo, a obedecer esquecendo-se completamente a identificar-se completamente com o agressor (FERENCZI *apud* LAMOUR, 1997, p. 50)

A partir desta fala, fortalece-se a ideia do quão violento em todos os sentidos é a violência sexual contra crianças e adolescentes e, esta violência se torna mais absurda de ser compreendida quando o abusador da integridade moral e física da vítima é alguém afeto às suas relações familiares, tais como, padrasto, pai, tio, avô, primos, irmão. Da mesma forma que, quando este ato é cometido por alguém que deveria de fato e de direito zelar pelo seu bem-estar, como religiosos, professores, entre outros.

Lamour (1997) acrescenta que, ensinamos as crianças a desconfiarem de estranhos, mas, simultaneamente, a serem obedientes e afetuosas com todos os adultos que cuidam delas. A criança não tem maldade em suas ações, ela não parece provocar ou seduzir o adulto para que a violenta. Por isso, diz o autor que é fato essencial de que “o indivíduo que comete o abuso, na maioria dos casos, é alguém conhecido que vai primeiramente estabelecer uma relação de confiança com a criança e certificar-se de sua vítima não se queixará quando ele for mais longe” (LAMOUR, 1997, p. 55)

RENDIMENTO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abaixo de ½ salário de referência	00	00	00	00	00	00
Até ½ salário de referência	01	03	04	03	02	02
Acima de ½ a 1 salário de referência	03	03	07	06	08	06
De 1 a 5 salários de referência	03	03	06	06	04	04
De 5 a 10 salários de referência	00	00	00	00	00	00
Acima de 10 salários de referência	00	00	00	00	00	00
Total	07	09	17	15	14	12

Quadro 11: Situação socioeconômica da família das vítimas atendidas pelo serviço Crás
Fonte: Indicadores de Juruti: monitoramento 2011

O quadro de número onze que traz uma amostragem da situação socioeconômica das famílias das vítimas do município de Juruti atendidas pelo CRAS, releva que as famílias que possuem renda entre ½ e 1 salário mínimo (33 famílias) são aquelas que mais tiveram em seu contexto crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, seguido das famílias que possuem salários de referencia de 1 a 5 salários mínimo (26

famílias). Em terceiro lugar estão as famílias que possuem até ½ salário de referência (15 famílias).

Conforme argumentam Pedersen e Grossi (2011), especificamente a violência intrafamiliar, em suas diversas manifestações, se destaca por sua universalidade, sendo praticada em todas as culturas, sociedades, religiões e classes sociais, embora sua ocorrência seja mais evidente nas classes sociais empobrecidas, tendo em vista os diversos processos de exclusão social e/ou de inclusão precária que vivenciam. Esses decorrem de aspectos como a pobreza, o desemprego, o não acesso as políticas públicas, dentre outros direitos que lhes são garantidos, o que acaba contribuindo para a vulnerabilidade da família e, conseqüentemente, para a desproteção dos membros que a constituem especialmente crianças e adolescentes. “A violência intrafamiliar é uma expressão extrema da distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, da distribuição desigual de renda e da discriminação de raça e de religião” (PEDERSEN e GROSSI, 2011, p. 26)

De acordo com o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), são as conseqüências da desigualdade social e da pobreza que contribuem sobremaneira para o estado de violência sexual que muitas crianças e adolescentes vivem. Assim está contido no referido documento:

A produção de crianças vitimadas pela fome, por ausência de abrigo ou por morar em habitações precárias, por falta de escolas, por doenças contagiosas, por inexistência de saneamento básico, que refletem diretamente na relação entre crianças, adolescentes e violência no cotidiano de famílias brasileiras. Essa situação de vulnerabilidade, denominada vitimação, pode desencadear a agressão física e/ou sexual contra crianças e adolescentes, haja vista que a cronificação da pobreza da família contribui para a precarização e deterioração de suas relações afetivas e parentais. Nesse sentido, pequenos espaços, pouca ou nenhuma privacidade, falta de alimento e problemas econômicos acabam gerando situações estressantes que, direta ou indiretamente, acarretam danos ao desenvolvimento infantil. (BRASIL, 2006, p. 27)

No caso de Juruti, a partir das instalações do projeto Alcoa no município, a qual não estava preparada para o *boom* demográfico decorrente do projeto, questões sociais como alcoolismo e toxomania que já existiam na realidade local se tornaram mais intensas e visíveis e, a exploração sexual que já existia, mas que era de certa forma invisível, também se tornou mais presente e visível. Isto ocorreu, em parte, por conta do êxodo rural.

Conforme expressa reportagem no Jornal Estado de São Paulo (2008, p. 5), numa edição onde publicou uma matéria denominada “Os Novos El Dourados da Amazônia”, na qual os repórteres investigativos Leonencio Nossa e Celso Júnior, investigaram a realidade de Coari (AM), Juruti (PA) e Parauapebas (PA) a respeito do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, concluiu-se que, no caso de Juruti, com a chegada da mina Alcoa neste local, quem era agricultor no meio rural migrou para a cidade em busca de melhores ganhos nas dependências do projeto. Porém essa investida foi frustrada devido a empresa não dar trabalho para quem não tem instrução. Em decorrência da não possibilidade de trabalho e possível remuneração para o sustento da família, muitos pais passaram a “fechar os olhos” diante do comércio da exploração infanto-juvenil.

Por meio desta investigação considero que o aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti (PA), deve-se, entre outras causas, a um crescimento demográfico desordenado, o incentivo do êxodo rural, aumento dos problemas sociais, incluindo aí a pobreza socioeconômica. Também, este quadro me leva a concordar com Faleiros (2004) de que, geralmente, as crianças e os/as adolescentes que são vítimas pertencem às categorias sociais historicamente dominadas e que são excluídas dos direitos à escolarização, saúde, a habitação, a profissionalização, ao mercado de trabalho, à renda, à cultura, ao consumo.

Após os quadros acima expostos e analisados pode-se observar o panorama do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e a partir daí o cenário da exploração sexual. Na perspectiva de Libório (1994), a violência intrafamiliar e extrafamiliar não decorre de elementos internos à própria dinâmica ou composição familiar, mas deve ser pensada como resultante também de elementos externos a ela, ou seja, que não lhe diz respeito diretamente, tais como o aumento do desemprego estrutural, migração e desenraizamento dada a necessidade de busca de sobrevivência e novas alternativas de trabalho, aumento da situação da pobreza e, como correlato de tudo isso, a exclusão material e simbólica (ausência de poder e representatividade).

No município de Juruti (PA), observei a partir do exposto que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes intrafamiliar e extrafamiliar a muito de faz presente no contexto sociocultural local, não se distanciando dos contextos da maioria dos municípios e regiões brasileiras no que se refere a prática desse evento. Antes da implantação da Mina de Juruti ALCOA, de forma menos visível as crianças e

os/as adolescentes eram vitimizados por seus parentes, conhecidos, protetores e pessoas não conhecidas. Contudo, a partir da instalação do projeto ALCOA nesse município, por meio dos dados obtidos nos documentos *a priori* citados e da pesquisa realizada no Centro de Referência de Assistência Social, houve maior prática deste tipo de violência, colocando muitas vidas púberes em permanente estado de risco social sofrendo maus tratos, abuso sexual e tornando-se “mercadoria humana” no processo de exploração sexual.

Também, assim como nas demais realidades socioculturais brasileiras, no município de Juruti (PA) há o engajamento de entidades governamentais, não governamentais e da sociedade civil no sentido de lutar no combate à exploração sexual comercial, por considerarem que esta forma de violência deve ser enfrentada e “pautada por um discurso ético, referendado por normativas nacionais e internacionais, que enfatize a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes atingidos pela violência sexual” (LIBÓRIO, 1994, p. 44). Esta discussão faz parte da seção posterior desta tese, onde se propõem analisar o enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes a partir da perspectiva dos marcos legais e das ações práticas.

4- O ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O MARCO LEGAL E AS AÇÕES PRÁTICAS

*É necessário
Unir forças
Para uma Juruti mais igual
Enfrentando a violência
E a exploração sexual*

*Todos nós
Estamos aqui
Neste momento especial
Pra fazer cumprir os direitos
Com o Plano Municipal
(Versos da paródia da música Borboletas escrita e apresentada pelos jovens de Juruti-PA, no Seminário de elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Adolescentes, 2010 – 2019)*

4.1. Sobre a criança e o adolescente: garantia de direitos e políticas de enfrentamento à violência sexual

Nesta seção me proponho analisar as Redes de Enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes sob o contexto das políticas públicas, da legislação e dos principais programas de enfrentamento, procurando compreender a articulação existente para o processo de diminuição do fenômeno em discussão.

Segundo Leite (2011), no final do século XX a infância tornou-se uma questão candente para o Estado e para as ações não governamentais, para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, educadores e antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa. Para a autora, desde a nossa própria infância, quando se acreditava na inocência de diferentes graus de infância - relativos à vida e à camada econômica social dos adultos, que poderiam ser a família consanguínea ou não, ou as instituições de proteção e repressão -, ela ganhou uma autonomia da família, substituindo-a parcial ou completamente pela faixa etária (a turma ou o bando), ao ser atraída da casa para a rua, por força da luta pela sobrevivência nas grandes cidades, do encontro com a marginalidade social e com a morte prematura por desnutrição ou por violência.

Também é sabido, nos apontamentos de Leite (2011, p. 21), que além de toda sorte de violência e de não serem foco de atenção especial, “as crianças eram

duplamente mudas, não eram percebidas e nem ouvidas. Nem falavam, nem delas se falava”. Nesse período da história e, muito antes dele, a infância e a adolescência eram tratadas tão somente como uma fase biológica da vida, não havendo a visão de que são uma construção cultural e histórica.

No entendimento de Lajolo (2011, p. 229) as palavras infante, infância e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de ausência de fala, construída a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra: *in* = prefixo que indica negação; *fante* = particípio presente do verbo latino *fari*, que significa, falar dizer. A partir do entendimento que se tem da etimologia da palavra, por um longo período da história a criança foi tratada com um ser sem direito de voz e vez no contexto da nossa sociedade, o que a fez invisível enquanto pessoa histórica e cultural, tendo sua fala silenciada enquanto alguém que sente, que ama, que chora, que tem necessidades de viver e conviver dignamente com seus pares.

Sob essa ideia Fonseca e Faria (2012) se pronunciam:

A criança ser peculiar pela sua alteridade e ser social pela sensação de pertença a determinado grupo, é construtora de cultura e reflete marcas de sua geração e de seu contexto socioeconômico e histórico, a partir do imaginário por ela criado e vivido como real. Seu modo de agir, ou seja, sua ação deve ser entendida como a capacidade de explorar e se colocar plenamente no espaço/lugar, ressignificando-o continuamente. Dessa forma as atitudes adotadas pelas crianças no seu cotidiano representam sentimentos e são plenos de significados. O medo e a insegurança, ou mesmo a coragem e a ousadia, são dimensões refletidas nas ações da criança como ator social que age com competência considerando o lugar social que representa. (FONSECA e FARIA, 2012, p. 293)

À luz dessa perspectiva, ou seja, de que a criança e o adolescente são ser social e de direitos, que precisam ser protegidos e respeitados, que não podem viver em estado de todo tipo de violência, “foi que a cidadania da criança e do adolescente foi incorporada na agenda dos atores políticos e nos discursos oficiais muito recentemente, em função da luta dos movimentos sociais no bojo da elaboração da Constituição de 1988”. (FALEIROS, V. 2011, p. 35).

Vicente de Paula Faleiros (2011) assim reporta essa questão,

A partir das lutas e pressões sociais, e dentro das correlações de forças possíveis, em 1986, o Congresso Nacional funciona também como Assembleia Constituinte. As forças conservadoras e os militares haviam vetado a convocação de uma assembleia constituinte exclusiva. O debate constituinte, no entanto, mobiliza tanto os lobbies de conservadores e de

grandes empresas, como as organizações populares. Os direitos da criança são colocados em evidência por inúmeras organizações, destacando-se o Movimento Nacional de meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor, entidades de direitos humanos, ONGs, que apresentam emendas para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, que refletem também as discussões internacionais, consubstanciadas nas Regras de Beijing (1985), nas Diretrizes de Riad (1988) e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. (p. 74 – 75)

4.2. O enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes: legislação e políticas públicas

A partir das reflexões supracitadas, de forma mais específica, me posiciono nas discussões pertinentes à violência sexual contra crianças e adolescentes, em especial a exploração sexual, que são tema e objeto de estudo deste trabalho. De acordo com Faria (2009, p. 89), desde 1927, o Brasil promulgou uma legislação específica para tratar das questões referentes à infância e à juventude. Era o Código de Menores, que tinha como paradigma a defesa da Higiene e da Ordem. Nos apontamentos desse Estatuto,

O Estado intervinha junto à criança para estabelecer uma vigilância da autoridade pública, sobrepondo-se à família para garantir a higiene e a raça, principalmente, através do Programa de Controle da Lactação e da Alimentação, para inspeção das pessoas que tivessem crianças pequenas sob sua guarda, mediante salário, além do controle das mulheres que viriam a se alugar como nutriz. (FARIA, 2009, p. 89)

Em 1979, foi publicado um novo Código de Menores, o chamado da Situação Irregular. Nele, Faria (2009, p. 89) nos diz que, o “juiz de Menores tinha o arbítrio absoluto sobre a criança e o adolescente, em uma simetria de poder com a ordem ditatorial então vigente no país”. A autora argumenta que o que se tem claro nos dois Códigos citados é que a criança e o adolescente eram considerados objetos, ou seja, não eram considerados passíveis de serem ouvidos e de expressarem a sua vontade.

Conforme Landini (2011) no início do século XX, os crimes sexuais eram julgados com base no Código Penal Republicano de 1890, o qual vigorou até 1940. Embora não existindo um capítulo específico sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, tais crimes podem ser reconhecidos no capítulo sob o Título XIII – dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor – os quais de alguma forma fazem menção a criança e ao adolescente (LANDINI, 2011, p. 16). Vejamos:

- Artigo 266: atentar contra o pudor de pessoa de um outro sexo;

Parágrafo único – corromper pessoa de menos idade.

- Artigo 267: deflorar mulher de menos idade, empregando sedução, engano ou fraude;
- Artigo 272: presume-se cometido com violência qualquer dos crimes especificados nestes e no capítulo precedente, sempre que a pessoa ofendida for menor de 16 anos;
- Artigo 273: estabelece que as penas para os crimes sexuais serão aplicados com o aumento da quarta parte:

Se for ascendente, irmão ou cunhado da pessoa ofendida;

Se for tutor, curador, encarregado da sua educação ou guarda, ou por qualquer outro título tiver autoridade sobre ela.

No ano de 1940 foi aprovado um novo Código Penal Republicano o qual continua em vigor até os dias atuais, contendo várias mudanças importantes no que se relaciona ao trato dos crimes sexuais. Porém, antes de observarmos tais mudanças, nos atentemos para o que, inicialmente, a Lei em tela imperatiza quanto aos crimes sexuais definidos sob o Título VI – Dos crimes contra os costumes. Neste Título destaco o Capítulo II intitulado – Da sedução e da corrupção de menores, o qual diz que:

Sedução - Artigo 217: Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e menor de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança;

Corrupção de menores – Artigo 218: corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de quatorze e menor de dezoito anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo.

No ano de 2009, o Código Penal Brasileiro foi modificado pela Lei n. 12.015. Onde o título do Capítulo VI que tratava “Dos crimes contra os costumes”, passou a ser denominado de “Dos crimes contra a dignidade sexual”. O Capítulo II, antes ditado como “Da sedução e da corrupção de menores”, ganhou a denominação de “Dos crimes sexuais contra vulneráveis”. Este Capítulo passa a dizer respeito não somente à violação da dignidade física de menores, mas à todas os menores que, por enfermidade ou deficiência mental, não possuem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

É importante dizer que desde o início do século XX, a criança já havia sido reconhecida pela Liga das Nações, por meio da Declaração de Genebra, como sujeitos de direito e, tendo como base essa Declaração e a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), em 1959 a ONU – Organização das Nações Unidas – aprovou a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Aproximadamente três décadas após a aprovação da Declaração de 1959, a ONU aprovou a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, especificando temas como o da violência e do trabalho infantil. E nesse mesmo ínterim, no Brasil as discussões e as lutas pelos direitos sociais da população infanto-juvenil culminaram na aprovação de dois marcos legais de significativa importância na luta contra a violência sexual, os quais sejam: Artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – de 1990.

O Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 dita o seguinte imperativo:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(...)

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Em relação aos imperativos constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente, fazemos os seguintes destaques:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos das crianças.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Recentemente, a Presidência da República sancionou a Lei Nº 12.978, de 21 de maio de 2014, que altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Visando entender com maior clareza o movimento das implementações do marco legal e das políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da violência sexual

contra crianças e adolescentes no contexto em que o Brasil se insere, em forma de síntese apresento a cronologia dessas ações a partir dos apontamentos do Guia Escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes (2004), do Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual (2009), do Caderno nº 5 da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade): Proteger para educar: a escola articulada com as redes de proteção da criança e do adolescente (2007) e do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes (2013).

No período de 1980 a 1984, crianças e adolescentes passaram a ser vistos como um grupo portador de direitos e passível de proteção especial. Isto se deu devido às gradativas transformações socioculturais ocorridas a partir da década de 80, assim como em decorrência da mobilização de diferentes grupos sociais no período de redemocratização. Esse período marca o começo da articulação nacional entre as várias entidades que estavam atuando isoladamente em suas cidades e em seus estados. Essas instituições lidavam principalmente com meninos e meninas em situação de rua.

Entre os anos de 1985 e 1990, houve a criação de organizações nacionais de defesa dos direitos da criança, tais como Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMU, Rede da Pastoral do Menor e Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum CDA); Criação de entidades de atenção a maus-tratos na infância como CRAMI (Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos da Infância), ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) e o Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente – Casa de Passagem, que contribuem para tirar da invisibilidade a violência sexual doméstica contra a criança e o adolescente e; Inclusão dos direitos das crianças na Constituição Federal (artigos 227 e 228) e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi sancionado pelo Presidente da República no dia 13 de julho de 1990.

De 1991 a 1993, há notícias de que o tema da prostituição infanto-juvenil, mais tarde incorporada no termo exploração sexual, passa a ser pauta da mídia. A partir de então, inicia-se a configuração de uma rede de entidades nacionais e internacionais para tratar do tema.

No ano de 1992 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança – CONANDA, um órgão colegiado permanente, com natureza paritária, de caráter deliberativo e controlador das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da

criança e do adolescente, incumbindo-lhe ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Em 1993, em um contexto de denúncias e debates sobre a gravidade das situações de abuso e exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes brasileiros, o Congresso Nacional, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, realizou uma ampla investigação a fim de apurar esses crimes. Diversas comissões foram instauradas no âmbito dos poderes executivo e legislativo – federal, estaduais, distrital e municipais –, muitas das quais se consolidaram como parte da estrutura permanente de gestão, promoção, controle e proteção dos direitos de crianças e adolescentes (SECAD, 2007). Esta Comissão Parlamentar de Inquérito ficou conhecida como CPI da Prostituição Infantil.

Entre os anos de 1994 a 1996, houve a proliferação de vários acontecimentos voltados ao enfrentamento e ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Como por exemplo: Foram organizados Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECAs, com o apoio da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em várias cidades do País, voltados também para a defesa de crianças e adolescentes, vítimas da violência sexual; É lançada a Campanha de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, assinada por CEDECA-BA, UNICEF e Polícia Militar da Bahia, com a mobilização de mais de 40 organizações; É lançada a Campanha Pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual Contra Crianças e Adolescentes, tendo como lema “Exploração Sexual: Não Dá Para Engolir”, assinada pela Casa Renascer, pela Frente Parlamentar e centenas de instituições governamentais e da sociedade civil.

Nesse período a Presidência da República, CEDECA-BA, UNICEF, Polícia Federal e centenas de organizações não-governamentais lançam a Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Também é realizado em Brasília o I Seminário Nacional sobre Exploração Sexual de Meninas e Meninos, com ampla participação da sociedade, inserindo as organizações representativas das profissionais do sexo.

Houve também a organização de um seminário das metrópoles do Nordeste, com a participação de 175 instituições de governo, sociedade e cooperação internacional, visando elaborar uma plataforma de ações e a serem desenvolvidas e necessidade de

transformar as articulações em redes municipais para o enfrentamento da exploração sexual.

O Brasil realiza a “Consulta das Américas”, evento preparatório para o I Congresso Mundial sobre a temática da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse encontro, é aprovado um documento de posicionamento denominado “Carta de Brasília”. E em 1996 é realizado em Estocolmo – Suécia o Primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, no qual a delegação brasileira teve destacada participação.

Em 1995, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais brasileiras criaram suas respectivas Comissões Permanentes de Direitos Humanos. Nesse período, foi instituído o Programa Nacional de Cidadania e Combate à Violência, considerado o documento base para a concepção do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. Entre as propostas, este Programa prevê uma série de medidas para o fortalecimento das ações de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, como o combate à violência sexual e à exploração do trabalho infantil. A exploração sexual torna-se juntamente com a erradicação do trabalho infantil e as infrações penais de adolescentes, um dos três fenômenos de grande dimensão dentro da sociedade e grande pressão no sentido de se exigirem respostas políticas e de ação. É também um dos três eixos prioritários de ação do Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Entre os anos de 1997 a 1999, na esteira dos fatos e acontecimentos pertinentes às políticas públicas e sociais de prevenção aos direitos da criança e do adolescente, em especial às questões voltadas a violência sexual, há no contexto brasileiro novas articulações e ações de enfrentamento ao problema. Dessa forma, a sociedade civil formaliza sua filiação ao movimento internacional denominado End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking Children for Sexual Purposes – ECPAT, uma articulação internacional de organizações e indivíduos com o objetivo de eliminar a prostituição, a pornografia infantil e o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais, tendo como representante brasileiro o CEDECA-BA. Em 1997 O CEDECA-BA realiza o I Encontro ECPAT – Brasil, em Salvador.

Após o Congresso Mundial de Estocolmo, 1996, que contou com a participação de delegação brasileira, foi lançado, em fevereiro de 1997, o Programa denominado “Campanha Nacional contra o Turismo Sexual”. Uma das ações do Programa foi a

implementação do serviço telefônico nacional, gratuito e sigiloso, o 0800-99-0500, para denúncia de abuso e exploração sexuais contra crianças e adolescentes, coordenado pela ABRAPIA, em parceria com o Governo federal, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Em 1997, é criada a Rede de Informações Sobre Violência Sexual de Crianças e Adolescentes – RECRUA, Pelo Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA, com o apoio financeiro do Ministério da Justiça/Departamento da Criança e do Adolescente e do UNICEF e, em 1998, a Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP lança a Campanha “Prevenção de Acidentes e Violência na Infância e Adolescência”, com o objetivo de sensibilizar e treinar os profissionais da área de saúde para reconhecer, notificar e tratar os casos de maus-tratos e abuso.

O curto período de 2000 a 2002, nos mostra uma sequencia ininterrupta de ações pertinentes ao combate a violência sexual contra crianças e adolescentes no cenário social brasileiro a começar pela instituição da Lei 9.970/2000, aprovada pelo Congresso Nacional, que estabelece o 18 de maio como o Dia Nacional de Luta pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

É elaborado, na cidade de Natal, em 2000, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, por intermédio de uma ampla articulação entre governo e sociedade, que congregou mais de 100 organizações, atendendo assim a principal recomendação da Agenda de Estocolmo. O referido Plano foi aprovado pelo CONANDA, na Assembleia de julho de 2000, transformando-se nas diretrizes básicas na formulação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual a partir de seis eixos estratégicos:

- Análise da Situação – conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas.
- Mobilização e Articulação – fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos e etc.
- Defesa e Responsabilização – atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.

- Atendimento - garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.
- Prevenção - assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.
- Protagonismo Infantojuvenil – promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos.

Em 2001, o Governo Federal, sob a responsabilidade do atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) cria o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que se tornou conhecido como Programa Sentinela, com o objetivo de prestar atendimento psicossocial às crianças em situação de violência, e atribuiu a responsabilidade de sua execução ao Ministério de Previdência e Assistência Social e, ainda nesse mesmo ano, o Governo Federal inicia a implantação do Programa Sentinela e muitas capitais e municípios brasileiros.

O Governo federal insere ações específicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Plano Plurianual – PPA 2000/2003 do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Assistência Social e do Ministério de Esporte e Turismo.

É realizado o Encontro de Costa Rica como preparação para o II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Nessa reunião, foi aprovada a Carta de Costa Rica, denominada de “Tolerância Zero para com a violência Sexual contra crianças e adolescentes” e, é realizado, em dezembro de 2001, o II Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, em Yohama – Japão.

Em 2001 é realizada a IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde é aprovada diretrizes para o enfrentamento da violência sexual, tendo como Tema “Controle Social, Participação e Garantia de Direitos – Por uma Política para Crianças e Adolescentes”. Está conferência ocorre desde o ano de 1995.

É instalado, em 2002, o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CNEVSCA), o qual foi criado como uma instância

nacional representativa da sociedade, dos poderes públicos e das cooperações internacionais, para monitoramento da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Em maio de 2002 vem inserido, no Capítulo 141 do Plano Nacional de Direitos Humanos, o direito ao desenvolvimento sexual saudável como conceito integrante ao pleno desenvolvimento harmonioso da criança e do adolescente dentro da ótica dos direitos humanos.

Em 2002, nasce o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no território brasileiro – PAIR, uma iniciativa do Governo Federal e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID, que trouxe como parceiros técnicos a Partners of the Americas e a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Inicialmente aplicada em seis cidades brasileiras, a metodologia do PAIR atinge mais de 60 municípios em 15 estados.

Ainda no ano de 2002 é realizada em Salvador a I Conferência Internacional sobre Pornografia Infanto-Juvenil na internet, sob a coordenação do CEDECA – BA, onde, entre outras propostas, foi sugerido que houvesse a adoção de uma legislação exigindo que provedores de acesso à internet registrem dados de seus usuários e mantenham arquivos por no mínimo três anos.

Nesse mesmo ano (2002) foi realizada a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF), coordenada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA, com apoio do Governo, universidades e da cooperação internacional. Os resultados da pesquisa passam a orientar as ações da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, bem como a comissão interministerial e a frente parlamentar. Esta Pesquisa mapeou 241 rotas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Desse total, 131 rotas eram internacionais, 78 interestaduais e 32 intermunicipais. O trabalho é uma das maiores referências sobre o problema no Brasil e serviu como ponto de partida para os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada no Congresso Nacional entre 2003 e 2004, que investigou a prática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no país.

Entre os anos de 2003 a 2005 temos mais notificações de planos e programas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. No ano de 2003, por exemplo, é realizado em Brasília, no mês de fevereiro, um Colóquio Nacional sobre Sistema de Notificação em Violência Sexual; O Governo Federal cria a Comissão Interministerial para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; É instalada no Congresso Nacional, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, para investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes e; O Pacto pela Paz, aprovado pela V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, afirma o compromisso com a erradicação da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O Governo Federal passa a gerenciar o serviço de Disque Denúncia para caso de violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes. Hoje, o serviço atende pelo número 100.

A CPMI da Exploração Sexual apresenta, em julho de 2004, seu relatório final pedindo o indiciamento de mais de 200 pessoas, entre políticos, magistrados, empresários, esportistas e líderes religiosos, e propõe diversas mudanças na legislação sobre crimes sexuais e políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes.

O Ministério da Educação e a Partners of the Américas lançam, em 2004, o Programa Escola que Protege, com o objetivo de oferecer informações e subsídios para os educadores atuarem na prevenção e no enfrentamento à violência sexual.

O Brasil ratifica, em 2004, dois protocolos facultativos da ONU, referentes à proibição da exploração sexual e do tráfico de crianças e adolescentes.

Especialmente quanto ao combate ao turismo sexual, em 2004, durante o primeiro Fórum Mundial do Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, o Ministério do Turismo, em parceria com o Unicef e o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, criou o Programa de Turismo Sustentável e Infância (TSI). O objetivo é informar e qualificar trabalhadores e empresários do turismo sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes e como combatê-la.

Em janeiro de 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos divulga a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes. O estudo elaborado pela Universidade de Brasília – UnB e pelo UNICEF, identificou casos de exploração de meninas e meninos em 937 municípios brasileiros.

Em 2005, é criada a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos – SaferNet Brasil (www.safernet.org.br), única na América Latina, operando em parceria com o Ministério Público Federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e outras instituições.

De 2006 a 2014, observa-se as seguintes ações: O Programa Sentinela do Governo Federal é ampliado e passa a atuar em mais de 1000 cidades brasileiras. Com a estruturação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, as ações desse Programa passaram a ser desenvolvidas pelos Centros de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS.

A Polícia Rodoviária Federal começa a realizar levantamentos sobre a exploração sexual nas estradas brasileiras. Os pontos vulneráveis a essa prática passaram de 844, em 2005, para mais de 1.819 em 2007.

Organizações não-governamentais, governamentais e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgam, em 2007, o documento “Quando a vítima é a criança e o adolescente: combater a impunidade é garantir a proteção”, com um balanço dos desdobramentos da CPMI da Exploração Sexual, três anos após seu término.

No aniversário de 18 anos do ECA, em 2008, organizações não-governamentais, governamentais e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente lançam dois documentos: uma plataforma com 18 compromissos para serem encampados pelos candidatos às prefeituras e câmaras municipais de todo o País e uma relação com 18 projetos de lei considerados prioritários pelo movimento da infância – na lista estão quatro proposições apresentadas pela CPMI da Exploração Sexual.

Em 2008, o Senado instala uma CPI para investigar os crimes de pedofilia, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. Esta CPI, também objetiva, além de elaborar um mapa da pedofilia no Brasil, propor mecanismos colaboração internacional para combater o abuso sexual contra crianças e adolescentes. (Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005 – CN, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da

internet para a prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, 2010).

O Brasil sedia, em novembro de 2008, no Rio de Janeiro, o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O tema central do III Congresso foi “Garantia de direitos da criança e do adolescente e a sua proteção contra a exploração sexual – por uma visão sistêmica”. Este tema foi fruto de reflexões conjuntas acerca do enfrentamento à exploração e sexual crianças e adolescentes. A perspectiva de discutir à luz de uma visão sistêmica baseia-se no reconhecimento da necessidade de, a partir de um contexto mundial, estabelecer diálogos sobre o sistema de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente. Partiu-se, portanto, da premissa de que era fundamental discutir e propor estratégias para a articulação e a integração de órgãos governamentais e não-governamentais no desenvolvimento de instrumentos que promovam, defendam e controlem as violações de direitos humanos cometido contra crianças e dos adolescentes mundialmente. (Anais do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2008, p. 26)

Em 2010 foi produzido o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no âmbito do Conanda e aprovado pelo CONANDA no dia 19 de abril de 2011. Contém Eixos, Diretrizes e Objetivos Estratégicos. Principal desdobramento da 8ª. Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Plano Decenal é um documento que prevê as diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para os próximos dez anos. Sua principal finalidade é orientar e cobrar do poder público na esfera federal a implementação de políticas que efetivamente garantam os direitos infanto-juvenis, assim como os planos estaduais devem orientar os governos estaduais e os planos municipais, as prefeituras

Em 2013 foi realizada a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, agora denominado Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes . Na revisão do Plano Nacional houve a previsão de se fazer interface direta com as diretrizes do Plano Decenal, em especial as diretrizes contidas no Eixo 2 - Proteção e Defesa dos Direitos - Objetivo Estratégico 3.9 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com base no Plano

Nacional temático. O novo Plano possui os seguintes eixos estratégicos e respectivos objetivos:

- **Prevenção:** Assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa.
- **Atenção:** Garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados, assim como assegurar atendimento à pessoa que comete violência sexual, , respeitando as diversidades de condição étnico-racial, gênero, religião cultura, orientação sexual etc.
- **Defesa e Responsabilização:** Atualizar o marco normativo sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.
- **Participação e Protagonismo:** Promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos na elaboração e execução de políticas de proteção.
- **Comunicação e Mobilização:** Fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento e pela eliminação do abuso e/ou exploração sexual, envolvendo mídia, redes, fóruns, comissões, conselhos e outros.
- **Estudos e Pesquisas:** Conhecer as expressões do abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, estudos e pesquisas.

É sancionado o Projeto de Lei 7220/2014 que altera o nome jurídico do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

No que diz respeito, especificamente, sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, posso observar de acordo com pesquisas divulgadas nos Jornais locais Diário do Pará e O Liberal, que o Estado do Pará possui um dos piores índices de exploração sexual contra púberes, principalmente nas Regiões de Breves, do rio Tajapurú, de Bagre, Melgaço e Portel. No entanto, citar estas regiões, não significa

eximir outras que, de alguma forma, são espaços deste tipo de exploração, sobretudo, àquelas onde há grandes projetos minero/metalúrgicos, entre outros.

Segundo pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, Relatório da Região Norte, citada no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará e especialmente na Região do Marajó nos últimos cinco anos (2010), é asseverado que,

As características geográficas e culturais, sua história e os planos para o seu desenvolvimento favorecem o processo de tráfico de seres humanos, através de: fronteiras extensas; isolamentos geográficos e precária infraestrutura, sem fiscalização nas fronteiras; migração desordenada; os projetos econômicos de geração de recursos temporário e muitas vezes predatórios; a frágil presença das instituições governamentais, tanto na promoção de direitos básicos quanto na garantia da segurança pública. (CPI, 2010, p. 22)

Conforme entrevista pesquisada no Jornal Diário do Pará, versão online, com a coordenadora da Comissão Justiça e Paz (CJP) do Regional Norte, da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), percebe-se o quanto é complexo e difícil o combate e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Pará devido a muitos fatores. Vejamos uma de suas falas,

Talvez não por omissão, mas por falta de compreensão do que de fato configura uma situação de violência sexual. É muito complicado hoje em dia esse enfrentamento no Estado do Pará, porque se trata de um crime de grande dimensão na nossa região e porque é uma violência que compreende várias facetas, não é só o ato libidinoso em si. Tem a exploração, que envolve a questão comercial já que toda exploração tem retorno e implica em negociação financeira. O cenário que temos hoje de crianças e adolescentes explorados sexualmente é muito preocupante, é alarmante, principalmente no Marajó. É grande o peso da nossa comissão por conta de toda a estrutura que envolve a ação criminosa, quem está por trás de tudo isso. A gente vê crianças ribeirinhas que trocam a escola pelas rotinas nas balsas porque é 'mais lucrativo'. E com anuência das pessoas da família, que não só admitem saberem do que acontece, mas que inclusive facilitam! É preciso ter claro desde o início que a criança, o adolescente que pára em uma balsa para ser explorado não possui nenhuma qualidade de vida. Além da própria questão da sobrevivência: criança que não come, não é feliz. A que não brinca, também não é. Então, ela se vê em uma tal situação de abandono e descaso que não se enxerga como tendo direitos que devem ser garantidos, e sim como alguém que precisa correr atrás de um sustento e ainda ajudar a família. (JORNAL DIÁRIO ONLINE, 20 de jul. de 2014)

A partir dessa fala, emerge a consciência de quanto urge a necessidade de haver um imbricamento ativo e efetivo de todos os órgãos e instituições afetos ao problema, caso queiramos vislumbrar o fim da exploração sexual contra crianças e adolescentes, assim como, ver ser colocada em prática a condição da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos.

Segundo o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Pará e especialmente na Região do Marajó nos últimos cinco anos (2010), o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido combatido e enfrentado no estado do Pará com maior veemência a partir dos anos 90.

No Pará, desde 1990 o CEDECA Emaús, realiza pesquisas e denúncias sobre a situação de exploração sexual de crianças e adolescentes, e em 1997 publicou: “Levantamento da Situação da Exploração Sexual infanto-juvenil na Amazônia Legal Prostituição e Adolescência”, “Prostituição Juvenil no interior do Pará “Trombetas e os Garimpos do Vale Tapajós”, além de executar o Projeto Jupiara desde 2004, que desenvolve a importante campanha "De Portas Fechadas para a Exploração Sexual", objetivando sensibilizar o trade turístico e incentivar os donos de meios de hospedagem a adotarem o Código de Conduta, que tem prosseguimento com a capacitação dos funcionários para reagir adequadamente em caso de indício de exploração sexual de crianças. (2010, p. 94)

Recorrendo ainda a informações contidas no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará e especialmente na Região do Marajó nos últimos cinco anos (2010, p. 96), no ano de 2005, foi instalada no âmbito do legislativo municipal, a CPI de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Belém. Buscando configurar o cenário objeto da CPI, a Comissão realizou visitas aos órgãos, secretarias e programas, com o propósito de obter informações da situação da rede de atendimento no município; além de realizar diligências, audiências e entrevistas com militantes e vítimas de exploração e abuso sexual. A conclusão chegada foi que há descaso das autoridades no que concerne ao problema e avançou quando conseguiu a Criação da Vara Especializada para atender os processos contra crianças e adolescentes no Tribunal de Justiça do Estado, bem como, uma Emenda Parlamentar no orçamento municipal de 2006, assegurando recurso para o combate a exploração sexual em Belém.

Em 2008 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará e especialmente na Região do Marajó nos últimos cinco anos (2010). A solicitação de criação da CPI teve origem nas denúncias de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, proferidas pelo Bispo do Marajó, Dom José Luiz Azcona Hermoso. De acordo com as denúncias proferidas pelo Bispo, na Região do Marajó e especialmente nos Municípios de Portel e Breves ocorrem atividades intensas que caracterizam a

exploração sexual de crianças e adolescentes através do aliciamento e consequente tráfico interestadual e internacional.

Nos apontamentos desta CPI, é observado que 80% das crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, foram vítimas de estupro ou abuso sexual por parentes ou pessoas ligadas à família. Também a CPI aponta que a negligência da família, a omissão da sociedade, a falta de compromisso do Estado, que não cumpre seu papel de garantidor dos direitos fundamentais da população infanto-juvenil, quando deixa de formular políticas públicas de proteção, defesa, reparação e promoção da infância e da adolescência, têm sido os fatores que maior contribuem para a permanência e crescimento do fenômeno em questão.

O Relatório desta CPI aponta também para o fato de no Estado do Pará as políticas públicas, tais quais de saúde, de assistência social, de turismo, de direitos humanos e de educação, existentes afetam ao cuidado, zelo e educação das crianças e adolescentes não têm dado conta de garantir uma condição de vida digna a esses sujeitos. Em relação à política educacional que tem como meta principal ofertar vagas e oferecer um ensino de qualidade, verifica-se que não há o cumprimento da mesma, pois nos deparamos hodiernamente com uma realidade que mostra um ensino público fragilizado, escolas depredadas, a falta de profissionais, currículo escolar defasado, descontextualizado, entre outros, o que concorre para a exclusão social dos alunos. Para esta CPI, a escola deveria ser de fato um espaço de forjamento de cidadanias responsáveis e comprometidas com sua vida e com a vida de seus pares, visto que,

A escola tem o papel pedagógico, formador e de socialização, pois ela é o espaço onde fluem os conflitos, limites, esperanças e possibilidades sociais, portanto recebe e expressa às contradições da família e da sociedade. Desta feita, deveria se constituir no espaço de inclusão social e da formação cidadã de nossas crianças e jovens, envolver a família, abrindo o espaço escolar também para a comunidade, para isso realizar trabalhos preventivos contra: a evasão, a violência, as drogas e o alcoolismo, a exploração sexual e comercial, bem como, identificar e buscar estratégias de atendimento a estas demandas. (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, INSTITUÍDA PARA APURAR A PRÁTICA DE VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO PARÁ E ESPECIALMENTE NA REGIÃO DO MARAJÓ NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, 2010, p. 119)

Após um exaustivo processo de pesquisas e investigações sobre o objeto desta CPI, o relatório revelou que a Comissão Parlamentar de Inquérito recebeu 843 denúncias, procedeu a investigação de 148 casos, visitou 47 municípios, realizou 64 audiências públicas – 23 na capital e 41 nos demais municípios -, realizou 25

diligências, procedeu as oitivas de 173 pessoas, solicitou ao Poder Judiciário 26 prisões, sendo 6 deferidas imediatamente. A partir desses dados, conclui-se que, entre outros achados: (2010, p. 209; 210; 222)

- A realidade no estado do Pará não difere da realidade nacional do sistema de garantia de direitos que não funciona de forma articulada, principalmente quando se refere a situações de violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Que o Estado, através de suas instituições, ainda não despertou completamente para esse tipo de violência como saúde pública, que necessita ser combatido com medidas urgentes;
- Embora se tenha constatado que existe um número considerável de organizações e secretarias desenvolvendo ações de enfrentamento e combate a exploração sexual, também foi possível constatar a fragmentação presente nestes trabalhos, ou seja, cada órgão realiza ações complementares e/ou similares como: sensibilização, formação e atendimento sem uma integração. Algumas ações indicam a existência de uma rede de serviços, porém com articulação e comunicação deficiente, o que gera uma ausência de unidade e desconhecimento dos papéis institucionais de cada órgão ou secretaria, ou organização social, que terminam por realizar papéis e ações duplicadas, representando desperdício de tempo, pessoal e recurso. Não há diálogo entre os órgãos executores e sequer a efetivação de um banco de dados integrado que possa ser compartilhado entre esses atores;
- Falta de estrutura nas escolas públicas e particulares para a abordagem e denúncia dos casos de violência (trabalho de prevenção).

Outro documento importante que mostra maiores evidências sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito da lei é a Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI-TH: Instituída para apurar denúncias de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, trabalho escravo e tráfico de órgãos no Estado do Pará (2012).

Embora a criação da presente CPI-TH, tenha tido origem a partir de um fato ocorrido em fevereiro de 2011, quando a Polícia Civil do Estado de São Paulo desmantelou um esquema de tráfico de pessoas para exploração sexual, encontrando em duas pensões mais de 70 travestis, sendo a sua maioria oriunda da Região Norte do País, este relatório nos ajuda no entendimento do tema desta tese por conta de, entre as

vítimas desse tráfico, houve certificação de que seis eram adolescentes. A descoberta se deu quando investigadores buscavam um garoto de 17 anos de Belém, que havia desaparecido em 27 de dezembro de 2010.

No caso deste documento, as denúncias feitas e confirmadas sobre este tipo de tráfico para fins de exploração sexual, revela que as vítimas eram adolescentes do sexo feminino e também homossexuais. De acordo com as análises expostas no Relatório (2012, p. 66), a vulnerabilidade para o tráfico, com relação aos homossexuais, em especial as travestis, decorre da visão desumanizada da qual são vitimizados. Pessoas de menor valor social, desiguadas pela discriminação que conseqüentemente as “afasta” da sociedade. Nesse contexto, os aliciadores agem prometendo facilitar o acesso às tecnologias propiciadoras de mudanças corporais, o que pode significar relativa aceitação social.

O pressuposto aventado é o de que as travestis sofrem com o preconceito existente dentro do ambiente familiar em face da identidade de gênero, nesse sentido, ocorre o entendimento de que a inserção no tráfico para exploração sexual se apresenta como uma alternativa viável em busca da afirmação de uma identidade discriminada. E, por conseqüência, é possível pensar que as redes de traficantes de pessoas são atuam sobre um contexto desfavorável às travestis. (COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI-TH: INSTITUÍDA PARA APURAR DENÚNCIAS DE TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL, TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE ÓRGÃOS NO ESTADO DO PARÁ, 2012, p. 67).

Outro fato revelado no referido relatório foi o caso ocorrido nas dependências da Colônia Penal Agrícola Heleno Fragoso, onde, supostamente, três adolescentes sob o agenciamento de uma aliciadora foram drogadas e violentadas sexualmente durante quatro dias por três detentos da Colônia.

Diante da forma desumana que violência sexual contra crianças e adolescentes imprime na vida dos sujeitos vitimizados, visando estratégias de enfrentamento mais eficaz, o Estado do Pará, por meio de entidades e órgãos públicos, lançou no dia 01 de julho de 2014, sua terceira versão do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – 2014/2016. De acordo com notícia divulgada pela Secretaria de Estado de Assistência Social – SEAS, o Plano Estadual do Pará será um instrumento eficaz na garantia do princípio da proteção integral objetivando coibir qualquer violação de direitos sexuais ao público infante/juvenil, devendo ser amplamente divulgado, mobilizando a participação do poder público, da família e da sociedade, no enfrentamento a essa gravíssima violação de direito fundamental. O Plano envolve os eixos de Prevenção, Atenção, Defesa e Responsabilização, Comunicação e

Mobilização Social, Participação e Protagonismo, Estudos e Pesquisas. Também ficou esclarecido que o Pará é o primeiro estado do Brasil a lançar o Plano no novo formato proposto pelo Comitê Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Também no decorrer do lançamento do Plano foi assinado um pacto que tem por finalidade a atuação da gestão pública para o atendimento e serviços específicos, buscando maior efetividade, eficiência e qualidade das intervenções concretas e da resolubilidade dos casos denunciados.

Em relação, especificamente, ao município de Juruti-Pará, *locus* de estudo desta pesquisa, no que diz respeito aos planos e políticas relacionados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, constatei que há preocupação parte do poder público, da sociedade civil, das organizações não governamentais e o projeto ALCOA, em apresentar e atuar no combate ao fenômeno em questão.

No ano de 2009, a Prefeitura Municipal de Juruti em parceria com o Instituto ALCOA, lançou o Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual, o qual foi desenvolvido pela *Childhood Brasil* (Instituto WCF-Brasil). Esta publicação foi inspirada no Guia Escolar: métodos para identificação e sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, produzido pelo Ministério da Educação, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM(2004).

O objetivo do Guia de Referência é possibilitar aos profissionais que atuam na área da infância e da adolescência informações sobre o marco legal que protege os direitos das crianças e dos adolescentes e oferecer subsídios para que eles possam dar uma assistência digna no caso de identificarem ocorrências de violência sexual. Este referencial apresenta, também, informações e dados sobre o fenômeno da violência sexual no Brasil, além de sugestões de metodologias de desenvolvimento de atividades e oficinas com crianças, adolescentes e comunidades que poderão ser aplicadas por profissionais da Educação (escolar e não escolar), Saúde e Assistência Social.

Ainda em 2009, o Ministério Público Estadual por meio da Promotoria de Justiça de Juruti, na pessoa de suas Promotoras de Justiça da Infância e da Juventude desta Comarca, institui a RECOMENDAÇÃO Nº 004/2009-MP/PJJ, de 26 de novembro de 2009, considerando que, entre outras prerrogativas:

- O Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que “nenhuma criança e adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido, na forma da Lei, qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”;
- A violência contra crianças e adolescentes se dá, dentre outras formas, através de agressões físicas, agressões psicológicas, maus tratos, negligência e abandono, abuso e exploração sexual;
- Que o abuso sexual consiste em todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou o adolescente e tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação pessoal [...].

Recomenda aos dirigentes e professores do ensino fundamental integrantes da rede Pública Municipal e Estadual de Ensino de Juruti (Zona Urbana e Rural), que comuniquem ao Conselho Tutelar mediante ofício ou outro meio eficiente, os casos de suspeita ou confirmação de violência (agressões físicas, agressões psicológicas, maus tratos, negligência, abuso e exploração sexual) contra crianças ou adolescentes, de que tenham conhecimento, para adoção das providências legais.

Outro documento que enfatiza que nos apresenta informações sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é Indicadores de Juruti (2011). Este documento é uma realização da Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Prefeitura Municipal de Juruti e apoio da ALCOA. A primeira edição dos indicadores de Juruti ocorreu em 2007 e foi derivado do modelo Juruti Sustentável, uma proposta de desenvolvimento local para o município, que no momento vivenciava a chegada de um empreendimento da mineração da ALCOA na região.

A iniciativa da publicação dos Indicadores de Juruti fundamenta-se na lógica de que o processo de construção de indicadores e o acompanhamento das transformações sociais, econômicas e ambientais de uma região estimula a reflexão coletiva sobre a realidade local, promovendo um ambiente de aprendizado que favorece o empoderamento humano e social, e instrumentaliza o planejamento estratégico das instituições públicas e privadas. Conforme consta no referido documento (2011, p. 7), o município de Juruti está usando seus indicadores em diversas situações e para diferentes fins, incluindo aí as escolas, onde houve a inserção dos indicadores no currículo escolar

com o objetivo de promover discussões que levam à conscientização de crianças e jovens, fortalecendo a cidadania e despertando o envolvimento nas questões locais.

Em 18 de maio de 2010, sob a égide da Resolução Conjunta Nº 01, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições conferidas legalmente, resolvem aprovar o Plano Decenal Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes do Município de Juruti, constituído por um conjunto de princípios, objetivos e eixos estratégicos consubstanciados em metas e ações a serem implementadas no decênio 2010 – 2019.

Este Plano tem como referência fundamental o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Pará e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Sendo assim, o citado documento reafirma como princípios fundamentais: a proteção integral; a condição de sujeitos de direitos; a prioridade absoluta; a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento; a participação e solidariedade; a mobilização e articulação; a gestão paritária; a descentralização político-administrativa; a regionalização; a municipalização; a sustentabilidade e; a responsabilização.

A construção do Plano Decenal Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes do Município de Juruti, 2010 -2019 (2010) ocorreu como resultado de um processo de sensibilização e informação de profissionais que atuam junto com crianças e adolescentes do município, e de representantes da sociedade civil acerca da violência sexual no contexto local, o qual foi acentuado na última década em decorrência da instalação de uma unidade de extração de bauxita na região.

Conforme consta no Plano (2010, p. 22), o contato com profissionais das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, além de organizações da sociedade civil como a Pastoral da Criança, traz relatos preocupantes em que crianças e adolescentes se envolvem com a exploração sexual com a ilusão da possibilidade de “melhoria de vida”.

Ao fazer um estudo sobre o Plano Decenal Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes do Município de Juruti, 2010 – 2019 (2010) observamos que a Secretaria Municipal de Educação de Juruti,

juntamente com outras Secretarias, possui várias responsabilidades de ação e atuação no enfrentamento destes tipos de violência, dentre os quais citamos:

- Ano 2010: Elaboração de questionários para aplicar com os alunos da Rede Pública Municipal e Estadual a fim de identificar a vulnerabilidade da violência;
- Ano 2010: Realização de cursos de capacitação para profissionais da saúde, educação, segurança pública, guarda municipal, justiça, Ongs, CMDCA e Conselhos Tutelares;
- Ano 2011 a 2019: Realização de oficinas e seminários temáticos sobre violência doméstica e sexual para todos do Sistema de Garantias de Direitos;
- Ano 2011: Inclusão de temas sobre a violência doméstica e sexual nos conteúdos transversais;
- Ano 2011: Capacitação de adolescentes e jovens multiplicadores para falar sobre o tema com outros jovens e adolescentes;
- Ano 2010 a 2019: Em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura Desportos e Turismo (SECDET), contribuir para a criação de arte, cultura e lazer para crianças e adolescentes vulneráveis a violência para fortalecimento da autoestima;
- Ano 2011 a 2019: Em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social - SEMSA e SEMAS, respectivamente, contribuir para a criação de um programa de orientação e apoio sócio familiar para a prevenção da violência doméstica e sexual;
- Ano 2011: Em parceria com a Guarda Municipal promover a implantação da Ronda Escolar;
- Ano 2011 a 2019: Elaboração de cartilha informativa para crianças e adolescentes.

A partir dos planos e políticas existentes no município de Juruti relacionados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, observei que há em todos eles a responsabilidade do envolvimento da escola no combate à violência sexual. Inclusive, no documento Indicadores de Juruti (2011) é asseverado que as informações nele contidas estão inseridas nos conteúdos do currículo escolar, objetivando fomentar estudos e discussões sobre a realidade social local. Dentre tais informações há a contextualização dos grupos sociais vulneráveis, onde estão incluídas as crianças e os

adolescentes e todas as formas de problemas que enfrentam, como por exemplo: violência, exploração e abuso sexual e gravidez precoce.

Corroboro com Arroyo (2013, p. 188) que o currículo do sistema escolar deva garantir, sem dúvida, o domínio das habilidades instrumentais aos discentes. No entanto, isto não esgota horizontes mais amplos das lutas populares e da produção teórica pelo direito à educação, à proteção, ao conhecimento, à herança cultural, aos valores, às memórias e identidades e, complementamos dizendo, o direito de ter uma educação que possa forjar uma cidadania às crianças e aos adolescentes empoderada de seus direitos e deveres como sujeitos históricos e sociais.

Posso observar que a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos é uma conquista recente na sociedade brasileira, porém, notamos também, que a sociedade, a família e o Estado continuam lutando em direção à efetivação de fato de todas as garantias desses direitos que esses sujeitos precisam para ter um crescimento e desenvolvimento saudáveis e dignos no contexto social do qual fazem parte. Dentro desses direitos estão seus direitos sexuais. Isto significa dizer que as crianças e os adolescentes por serem cidadãos de direitos, têm o direito de dizer não a toda forma de abuso e exploração sexual, seja intrafamiliar, extrafamiliar, institucional e comercial.

Esta é uma luta que não deve parar, as ações públicas precisam ser constantes e fortalecimento da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é fato necessário, posto que este é um fenômeno multicausal, complexo e de raízes históricas profundas. Também é um problema envolvido, muitas vezes, pela cultura da impunidade dos agressores, devido entre outras causas, ser alimentada pelo complô do silêncio. A criança e o adolescente têm o direito de não ter seu corpo profanado e nem sua integridade moral, afetiva, emocional e psicológica fissurada pelas talhas frias da violência sexual. Esta é uma prática perversa que precisa ser enfrentada por não consentir que a criança e o adolescente reconheçam e desfrutem de suas sensações e desejos criando obstáculos ao seu amadurecimento e impedindo sua autonomia em direção ao exercício dos seus direitos sexuais.

4.3. O enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes: construindo redes

A exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes é um tema de discussão, combate e enfrentamento muito recente na história do Brasil, embora sempre

tenha existido no contexto histórico brasileiro. Tal problemática só tornou-se pauta de debate mais efetivo a partir de abril de 1993, momento em que o Congresso Nacional criou a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Prostituição Infantil, como ficou conhecida, com vistas a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição contra crianças e adolescentes. De acordo com o exposto no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Instituída para Apurar a Prática de Violência e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Estado do Pará e especialmente na Região do Marajó nos últimos cinco anos,

Em seu relatório final publicado em 1994 a CPI concluiu, ressaltando a complexidade deste fenômeno; a dificuldade de apontar o número de jovens prostituídos no Brasil, em virtude da inexistência de pesquisas sobre o tema a época; a própria CPI teve dificuldade em obter informações. Mesmo assim demonstrou que este é um problema nacional, presente em todos os Estados e principalmente, que as autoridades não se mostravam adequadamente preocupadas seja com a análise, com o controle e com o combate à prostituição infanto-juvenil. Se constituindo assim, num marco na história do país, no desenvolvimento de pesquisas, políticas e no combate a exploração sexual de crianças e adolescentes. (2010, p. 93)

No entanto, é relevante dizer que, antes da existência desta CPI, já havia na Bahia importantes iniciativas da sociedade civil no tocante ao enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes, destacando-se nesse processo o Centro de Defesa da Criança e Adolescentes – CEDECA (BA). No estado do Pará “o CEDECA/Emaús, a época Centro de Defesa do Menor – CDM foram os primeiros exemplos de uma ação social neste tipo de violação de direitos humanos, a apresentar resultados concretos”. (Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Instituída para Apurar a Prática de Violência e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Estado do Pará e especialmente na Região do Marajó nos últimos cinco anos, 2010, p. 93).

No município de Juruti(PA), as discussões sobre a necessidade de combater a exploração sexual contra crianças e adolescentes tornou-se mais incisiva a partir da instalação do Projeto ALCOA. Como em toda realidade social brasileira, Juruti já apresentava denúncias de casos de exploração sexual bem antes a existência da Mina, contudo, tais casos pouco eram comprovados e tratados conforme prevê a lei, por conta, sobretudo, da cultura do silêncio que impera sobre esse problema. Porém, a partir da instalação da Mina ALCOA Juruti, os casos relacionados a tal fenômeno sofreram um crescimento significativo conforme já observado anteriormente. Isto posto, os poderes públicos municipais, a sociedade civil, a Pastoral da Criança, a Associação de Mulheres

Trabalhadoras de Juruti (AMTJU), além da ALCOA e da Childhood Brasil, se mobilizaram para haver a criação de políticas públicas de enfrentamento a exploração sexual contra crianças e adolescentes, da mesma forma que, lutar pela concretude de suas metas e ações.

A exploração sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno, pela história que apresenta, de raízes profundas, complexas, cheias de entrâncias e que se configura como uma relação onde o corpo da criança e do adolescente é transformado em mercadoria nas mãos dos exploradores sexuais. Estes, os exploradores sexuais engendram grandes redes seja local ou global. É um problema que revela que,

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não se configura, em geral, como uma relação individual de um agressor ou explorador. Ela se constitui em rede, na busca de clientes para um mercado do corpo, sem a opção de quem é usado, na busca do lucro, com a sedução do prazer. Ela desconstrói e destrói as relações de proteção, de direito e aprendizagem da autonomia, pela intermediação do corpo e mercantilização da infância. O corpo da criança e do adolescente se transforma em valor de uso e em valor de troca em âmbito nacional ou internacional (FALEIROS, 1998, p. 12).

Embasada no apontamento de Vicente de Paula Faleiros (1998), concordo que a rede de exploração sexual que vitimiza a vida de crianças e adolescentes, precisa ser rompida. Para tanto, necessário se faz a construção de redes de proteção a esses sujeitos que sirvam de escudo no combate a exploração sexual. Redes, e aqui conceitua-se de redes de proteção, que contribuam efetivamente para a construção de uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, o que implica tecer relações de trocas afetivas e de aprendizagem, coibir os abusos, enfrentar as ameaças, proteger os vulneráveis, as testemunhas e, finalmente, responsabilizar, oferecendo serviços psicossociais a autores de violência sexual. (GUIA DE REFERÊNCIA: CONSTRUINDO UMA CULTURA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL, 2009, p. 13).

Lopes, Gonçalves e Paula (2008, p. 189) contribuem para nosso entendimento de que tipo de rede deve ser construído para um enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes. As autoras dizem, que a construção de uma rede que objetive o enfrentamento dessa forma de violência, “está pautada em uma organização da ação humana [...], onde os sujeitos sociais, ao acioná-la, com objetivo de obter resultados, transformam a realidade”.

Motti e Santos definem Redes de Proteção como,

Uma articulação de pessoas, de organizações e instituições com objetivo de compartilhar causas, projetos de modo igualitário, democrático e solidário. É a forma de organização que está baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências. Não é algo novo, mas fundamentalmente uma concepção de trabalho (LÍDIA, 2002), é uma forma de trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma “teia social”, uma malha de múltiplos fios e conexões. É, portanto, antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes. MOTTI; SANTOS, 2009, p. 108)

Nessa perspectiva as redes de proteção precisam ser construídas sob características fundamentais que possibilitem a interligação dos pontos de construção, participação, responsabilidades, partilha de conhecimentos, entre outras prerrogativas. Vejamos brevemente algumas características, conforme o Guia de Referência (2009):

- **Horizontalidade:** constitui-se em processo de estimula a descentralização de poder. As relações de comunicação e afeto são estabelecidas num mesmo plano. O processo decisório envolve os múltiplos participantes e está pautado na negociação;
- **Auto-organização:** cada rede se autodefine por meio do processo de sua construção entre os membros participantes e dos objetivos comuns de sua formação. As regras são definidas na ação coletiva, considerando especificidades e características locais, não sendo nunca arbitrária contextualmente;
- **Cooperação:** esta característica pressupõe responsabilizar-se tanto pelo seu trabalho, do qual já é tutor, como incluir a responsabilização pelo todo. A responsabilidade do resultado da ação da rede é de todos;
- **Comunicação não-linear:** todos são responsáveis pela disseminação e busca de informações produzidas na rede;
- **Organicidade:** as ações devem estar em consonância com o contexto. Todos participantes têm sua função, seu poder e sua responsabilidade, elementos que vão impactar nos resultados coletivos.

Conforme o Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual (2009, p. 89) o termo “rede” deve ser visto como um conceito que nos permite compartilhar objetivos e procedimentos, obtendo as interações necessárias com outras instâncias institucionais construindo, assim, vínculos horizontais de interdependência e complementaridade. Isto posto, uma rede construída sob esses

princípios, permite-nos compartilhar responsabilidades e reivindicações pelos objetivos e compromissos comuns por melhores condições de vida para a criança e o adolescente.

Para tanto, o referido Guia propõe:

- Integrar as diversas políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes: saúde, educação, assistência social, cultura e esporte, etc.;
- Articular ações governamentais e não-governamentais na assistência a criança e adolescentes;
- Introduzir mecanismos de acompanhamento e avaliação, importantes para monitorar a política implementada como também a qualidade do serviço e o impacto na vida das crianças, dos adolescentes e de suas famílias;
- Mobilizar a sociedade para que possa participar na política de atendimento, organizando-se para ser instrumento de controle social compartilhado e planejado.

Motti e Santos (2009, p. 109), argumentam que é imperativo construir e trabalhar em Rede no que diz respeito ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, não apenas porque esta possibilidade de gestão está posta para as sociedades e culturas, nas primeiras décadas do terceiro milênio, mas tendo em vista que:

- Estamos lidando com um fenômeno, de rara complexidade, recorrente na história humana e, em especial, na história brasileira que se diversifica e ganha contornos diferentes em cada época, cada cultura, cada região e território;
- Os fatores responsáveis pela sua ocorrência são múltiplos e se constituem em um “nó” de difícil resolução, segundo afirma Safiotti (1995);
- Lidamos com redes de exploração sexual com níveis diferenciados de organização, às vezes informais (taxistas, vendedores ambulantes, recepcionistas de hotéis etc), e, em muitos casos, com níveis de organização que garantem alta lucratividade, como no caso do tráfico doméstico e internacional para fins de exploração sexual comercial;
- Envolve a pedofilia e pornografia infantil pela internet;

- São vários os atores envolvidos na sua ocorrência, tanto no ambiente doméstico, (abuso sexual intra-familiar), quanto nas situações de exploração sexual comercial (pornografia infanto-juvenil, turismo sexual, tráfico e prostituição);
- O atendimento das crianças, dos adolescentes e famílias em situação de violência sexual exige uma equipe multiprofissional, interdisciplinar, com o envolvimento das diversas políticas públicas setoriais e a construção de serviços de referência e contra-referência; e
- A complexidade do fenômeno da violência sexual exige a articulação e a integração efetiva de políticas na perspectiva do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que define ações nos eixos: análise da situação, mobilização e articulação, prevenção, atendimento, defesa e responsabilização e protagonismo juvenil.

Doravante, a fim de observarmos e compreendermos como a sociedade governamental e civil, assim como outras instituições têm se mobilizado no enfrentamento a essa forma de violência, cito os principais programas de enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes nos contextos brasileiro, paraense e do município de Juruti(PA).

A nível nacional apresento os seguintes programas: Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, conhecido como Programa Sentinela (2002); Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto/Juvenil no Território Brasileiro – PAIR (2002); Programa Escola que Protege - (2004).

O Programa de Combate ao Abuso e à Exploração sexual de Crianças e Adolescentes, comumente denominado como Programa Sentinela foi criado no ano de 2001, pelo Governo Federal, objetivando ser implementado pelos municípios. Conforme Portaria N.º 878, de 03 de dezembro de 2001, o Programa Sentinela foi idealizado dentro de uma concepção de gestão intergovernamental, de caráter intersetorial. Para tanto, faz-se necessário que todas as instâncias trabalhem de forma pactuada e integrada, dentro das competências de cada esfera de governo, envolvendo, em todas as etapas, a participação da sociedade civil. A operacionalização do programa dar-se-á pela implantação de Serviços e ou Centros de Referência, dotados de estrutura física e de recursos humanos necessários ao desenvolvimento das ações de atendimento social especializado, que caracterizam as atividades realizadas junto aos usuários.

Este Programa possuía como escopo fundante, atender, no âmbito da Política de Assistência, através de um conjunto articulado de ações, crianças e adolescentes vitimados pela violência com ênfase no abuso e exploração sexual e; criar condições que possibilitem às crianças e aos adolescentes vitimados e suas respectivas famílias, o resgate e a garantia dos direitos, o acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança, esporte, lazer e cultura, guardando compromisso ético, político e a multidisciplinariedade das ações. Dos 5.564 municípios que compõem o Estado brasileiro, segundo estatísticas de 2010, somente 395 municípios implementaram o Programa Sentinela em suas realidades sociais.

O Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento à Violência Sexual Infante/Juvenil no Território Brasileiro – PAIR, foi elaborado no ano de 2002 pela então Secretaria de Assistência Social, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, vinculada à época ao Ministério da Justiça, em articulação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID e por meio da *Partners of the Americas*.

O PAIR configura-se numa metodologia de integração e fortalecimento de todos os setores e instituições envolvidos na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, incluindo saúde, educação, assistência social, judiciário, polícias, ministério público, direitos humanos, trabalho e emprego, turismo e outros. Representa uma “provocação” no município para que seja estruturada uma rede de serviços e seus profissionais capacitados, comprometendo ainda os gestores públicos com o tema. (PAIR- Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infante/Juvenil no Território Brasileiro, 2009, p. 07)

A metodologia do Programa foi construída e vem sendo desenvolvida consoante o art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Os objetivos Gerais do PAIR são:

- Integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho entre governos, sociedade civil e organismos internacionais, visando ao

desenvolvimento de ações de proteção a crianças e adolescentes vulneráveis ou vítimas de violência sexual e tráfico para fins sexuais;

- Desenvolver metodologias exitosas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, que possam ser disseminadas para outras regiões brasileiras, referenciadas na organização, no fortalecimento e na integração dos serviços locais, possibilitando a construção de uma Política Municipal de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, assegurada a participação social na construção de todos os processos.

Objetivos estratégicos são:

- Desenvolver estudos quantitativos para análise da situação da violência sexual infanto-juvenil;
- Conhecer e dimensionar os recursos orçamentários e financeiros relacionados ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil;
- Fortalecer os espaços colegiados enquanto instâncias privilegiadas na formulação de políticas, programas e ações dirigidas ao entendimento e defesa de direitos de crianças e adolescentes, notadamente no que se refere ao enfrentamento de violência sexual infanto-juvenil;
- Fortalecer as Articulações Nacionais, Regionais e Locais de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil;
- Desenvolver Campanhas de Sensibilização e Mobilização da sociedade, em especial a mídia e os segmentos que comprovadamente representam fatores de risco à população infanto-juvenil;
- Disseminar a metodologia do PAIR de forma a implementar as ações de enfrentamento a Exploração Sexual de crianças e adolescentes e tráfico para esses fins, em outros municípios e regiões do país;
- Fortalecer órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e potencializar a articulação entre diversas instâncias;
- Promover mecanismos de exigibilidade dos direitos (defesa jurídica) às vítimas da violência sexual infanto-juvenil;
- Integrar as ações e serviços das Secretarias de Saúde, de Segurança Pública, do Ministério Público e das Universidades Locais com vista a humanização e desburocratização laudos periciais para as situações que envolvam crianças e adolescentes vitimados sexualmente;

- Conhecer o arcabouço legal nos diversos níveis com vistas ao aprimoramento normativo das ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil;
- Garantir o atendimento integral, adequado e especializado para crianças, adolescentes e familiares em situação de violência;
- Integração das Políticas Sociais Básicas consolidando redes de atenção às crianças, adolescentes e famílias envolvidas em situação de violência;
- Promover a participação pró-ativa dos segmentos jovens na construção e implementação dos Planos Operativos Locais voltados ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.

O Programa Escola que Protege, desenvolvido no ano de 2004, pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), por seu turno é uma política pública voltada para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, assim como, ao enfrentamento e prevenção das violências no espaço escolar. Este Programa possui como pretensão qualificar profissionais de educação por meio de formação nas modalidades à distância e presencial, para uma atuação adequada, eficaz e responsável, no âmbito escolar, diante das situações de evidências ou constatações de violências sofridas pelos educandos. De acordo com o documento que descreve os parâmetros do Programa,

A formação na temática da violência física, psicológica, negligência, abandono, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, exploração sexual comercial e tráfico para esses fins, em uma perspectiva preventiva, faz-se imprescindível mediante a necessidade de oportunizar à comunidade escolar a sensibilização e compreensão sobre o prejuízo dessas diversas formas de violência para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, bem como assegurar adequado encaminhamento e fluxo, no que concerne à Educação, de modo a garantir sigilo da identidade do educador e da escola e preservar a privacidade da vítima. (SUMÁRIO EXECUTIVO: ESCOLA QUE PROTEGE, ca. 2005, p. 6)

O Programa Escola que Protege possui como objetivo geral, promover, no âmbito escolar, a defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situações de violência física, psicológica, negligência, abandono, abuso sexual, exploração do trabalho infantil, exploração sexual comercial e tráfico para esses fins, em uma perspectiva preventiva.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Formar profissionais de educação para a identificação de evidências de situações de exploração do trabalho infantil, de violência física, psicológica, negligência e

abandono, abuso e exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes; e enfrentamento no âmbito educacional, em uma perspectiva preventiva;

- Sensibilizar e conscientizar a comunidade escolar sobre os prejuízos causados pelas diversas formas de violência (física, psicológica, sexual, negligência, abandono, exploração do trabalho infantil) no desenvolvimento bio-físico-psíquico-social das crianças, adolescentes e à família como um todo;
- Estreitar as relações e integrar os sistemas de ensino ao fluxo de notificação e encaminhamento junto à Rede de Defesa, Responsabilização e Proteção à criança e adolescente.

É importante sublinhar que, no contexto desses Programas de construção de Rede de Proteção a vida de crianças e adolescentes, a escola ocupa lugar ímpar e singular. Ricardo Henriques, então Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, ao escrever a apresentação do livro *Escola que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes* (FALEIROS, V. e FALEIROS, E. 2007, p. 07), argui que,

A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência. Dentre os problemas mais pungentes que temos enfrentado no Brasil, estão as diversas formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes. A análise desse quadro social revela que as marcas físicas visíveis no corpo deixam um rastro de marcas psicológicas invisíveis e profundas. Combater a teia de violência que muitas vezes começa dentro de casa e em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas é uma tarefa que somente poderá ser cumprida pela mobilização de uma rede de proteção integral em que a escola se destaca como possuidora de responsabilidade social ampliada.

Ademais, conforme citam Henriques, Fialho e Chamusca (2007, p. 41 e 42),

Ao se integrar à Rede de Proteção, a escola torna-se um canal estratégico para a efetividade das ações de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, oferecendo informações, conhecimentos, experiências e capacitação aos operadores da Rede e a educadores e demais profissionais envolvidos com o universo escolar e com o dia-a-dia de crianças e adolescentes. O projeto Escola que Protege possibilita, ainda, a ampliação do diálogo da Educação com áreas como Justiça, Saúde, Turismo, Direitos Humanos, Comunicação Social, entre outras. Essas interações possibilitam perspectivas multidisciplinares, renovadas e integradoras, que redimensionam o papel da escola e da educação frente aos violados e violadores dos direitos. O espaço escolar pode ser tanto um fórum aberto para essa problemática quanto um local de acolhimento, proteção e apoio solidário aos diretamente atingidos pela violência.

Em relação aos Programas consonantes à rede de proteção no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará, fazemos destaque ao Programa Pro Paz e ao Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro – PAIR.

O Programa Pro-Paz foi criado no Estado do Pará no ano de 2004 com o objetivo de articular, fomentar e alinhar políticas públicas voltadas para a infância, adolescência e juventude, visando a garantia dos direitos, o combate e a prevenção da violência e a disseminação da cultura de paz. As ações acontecem em parceria com os mais diversos setores da sociedade, governamentais e não governamentais. No contexto do Pro Paz há vários projetos de ação objetivando garantir de forma mais efetiva o combate às violências que crianças e adolescentes estão sujeitos, dentre os quais citamos (Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP):

- Pro Paz nos Bairros: Visa integrar as comunidades dos bairros das cidades, com atividades que envolva esporte e lazer, arte e cultura, em espaços denominados “Polos Pro Paz”. O projeto que funciona como complementação escolar, busca garantir a redução dos índices de violência e disseminar a cultura de paz, através de um trabalho de prevenção que atende crianças e adolescentes que moram em áreas de risco, proporcionando inclusão, interação e integração;
- Pro Paz Integral: É um serviço de atenção integral a crianças e adolescentes em situação de violências, onde através da prestação de serviços médico, psicossocial, de defesa social e perícia legal, promove o atendimento com caráter interdisciplinar e de qualidade as vítimas e suas famílias em um só espaço. O formato implantado pelo Governo do Estado se tornou referência nacional, de acordo com o Ministério da Saúde;
- Pro Paz Juventude: Realiza ações junto à juventude, incentivando seu protagonismo, percebendo o jovem como sujeito de direitos, para a implantação no Estado do Pará de políticas públicas fundamentais à inclusão desta parcela da população na cidadania plena;
- Pro Paz na Escola: Propicia o protagonismo infanto-juvenil na comunidade escolar, para que as escolas públicas do Estado se transformem em espaços de construção da Cultura de Paz, alterando o cenário de violência que afasta a comunidade e as famílias do processo de ensino e aprendizagem dos alunos;

A SEGUP desenvolve também uma ação denominada de Operação Upiara, palavra derivada da língua Tupi-Guarani, de significa “aquele(a) que cuida” e é voltada ao combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. A operação é resultado da parceria entre a Polícia Civil e Grupamento Fluvial do Estado para garantir o atendimento psicossocial às vítimas. Há também o apoio e participação do Programa Pró-Paz Integrado, da Secretaria de Estado de Assistência Social, órgãos municipais e locais como CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e do Conselho Tutelar.

O PAIR é uma política pública de Rede de Proteção que representa o compromisso do Estado Brasileiro em prevenir e enfrentar a exploração sexual contra crianças e adolescentes. Num primeiro momento de sua criação foi implementado em seis municípios com diferentes características (Feira de Santana/BA, Campina Grande/PB, Manaus/AM, Rio Branco/AC, Pacaraima/RR e Corumbá/ MS). De abrangência nacional, o PAIR, conforme observação feita pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), está presente em 24 estados brasileiros, atendendo mais de 600 municípios e continua em processo de ampliação para aumentando o número de municípios e unidades federadas atendidas.

No ano de 2007, o PAIR (“Reordenamento e Integração de Metodologias de Enfrentamento ao Abuso, Exploração Sexual e Tráfico de Pessoas: fortalecimento e articulação em redes municipais de proteção às violações de direitos humanos e sexuais no Estado do Pará”) juntamente o Projeto Guarani (enfrentar o perigo): “Articulação e fortalecimento das Redes de proteção para o enfrentamento da violência sexual contra Crianças e Adolescentes na Área de abrangência da BR 163 e Municípios do Marajó”, foi implementado no estado do Pará, com o financiamento do Governo Federal via SDH (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República) e parceria entre SEJUDH (Secretaria Estadual de Justiça de Direitos Humanos do Pará) e UFPA. Sob a coordenação da UFPA, na pessoa do Professor Dr.º Genylton Odilon Rego da Rocha, os projetos foram implantados em dezesseis municípios, os quais são: Alenquer, Ananindeua, Altamira, Belém, Belterra, Breves, Itaituba, Marabá, Marituba, Novo Progresso, Portel, Rurópolis, Santarém, Salvaterra, Soure e Trairão.

O objetivo dos projetos pauta-se em fortalecer a rede de enfrentamento contra a exploração de crianças e adolescentes, além de visar integrar as políticas para a

construção de uma agenda comum de trabalho, entre Governos e Sociedade Civil para a realização de mapeamento da violência sexual contra criança e adolescente, diagnóstico e ações de articulação em rede local, bem como, a formação dos atores. Após a realização de um diagnóstico rápido e participativo sobre o mapeamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nos municípios pesquisados, entre outras conclusões, considerou-se que:

As escolas não vêm se articulando a rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Não promovem ações específicas de enfrentamento, nem mesmo adotam medidas preventivas que contribuam para um efetivo combate a este tipo de violência, tais como a informação da comunidade escolar sobre a realidade da violência Sexual, a criação de ambiente que verdadeiramente inclua a criança diferente, ou mesmo trabalhar com membros das famílias responsáveis pela educação das crianças. (ROCHA, 2012, p. 5)

Conforme Rocha (2010) a partir dos bancos de dados organizados pela equipe executora do projeto PAIR/Guarani, pretende-se promover a sensibilização e articulação de parcerias com as secretarias municipais de educação, diretoria das unidades regionais de educação do Estado do Pará – URES, gestores das escolas públicas, bem como Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais do Direito da Criança e do Adolescente. Buscar-se-á, também, promover a articulação com os membros das Comissões Operativas locais, responsáveis pelo acompanhamento da execução dos planos operativos locais, elaborados quando da execução dos Projetos Pair e Guarani, fortalecendo a mesma.

No mesmo contexto de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes no estado do Pará, há o “Projeto Semeando Girassóis”. O projeto é desenvolvido pelo Pro Paz Integrado, Diretoria de Atendimento a Vulneráveis (DAV) da Polícia Civil, Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) e Centro de Perícias Científicas (CPC) Renato Chaves e, tem por objetivo fortalecer a rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Este projeto já esteve presente nos municípios de Altamira, Bragança, Paragominas e Tucuruí e, ultimamente esteve presente nos municípios da Região do Marajó.

No ano de 2014 a SEDUC - Secretaria de Estado de Educação, promoveu o “Encontro sobre relações interativas: Escola e família”, onde na oportunidade ocorreu o lançamento de uma cartilha sobre “Pedofilia: é preciso combater esse mal”. Este Encontro foi realizado pela SEDUC, por meio da Coordenadoria de Ações Educativas e

Complementares (CAEC), em parceria com o Pro Paz Integrado, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Icoaraci e da Diretoria de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAV) da Polícia Civil do Pará. Apesar de a cartilha focar o crime de pedofilia, ela tem como objetivo contribuir para que a escola possa desempenhar o seu papel na prevenção da violência sexual, além de orientar os professores para a identificação, compreensão e reconhecimento de quando a criança estiver numa situação de risco. Dessa forma, acredita-se que os educadores sintam-se mais fortalecidos e conhecedores de que existe uma rede de apoio para onde podem encaminhar os alunos vítimas de violência, garantindo um atendimento integral a crianças e adolescentes. (Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes – www.grupovioles.blogspot.com.br)

No tocante ao sistema de Rede de Proteção no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti(PA), há notícias da realização do Projeto Tecendo a Rede, da Childhood Brasil em parceria com a Alcoa. Este projeto objetiva desenvolver ações para contribuir com a transformação social da realidade da região. O trabalho une entidades, empresas e governo para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes na região e oferece mais oportunidades para ajudar jovens e famílias em situação de risco. (Projeto Tecendo a Rede - [www.http://www.childhood.org.br/](http://www.childhood.org.br/))

O Tecendo a Rede de Juruti foi pensado a partir do modelo do programa Refazendo Laços, criado em 2005, em São José dos Campos (SP), com o objetivo de promover a formação profissional de pessoas para saber atender e encaminhar casos de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes.

Desde 2007, uma rede foi articulada no município, unindo sociedade civil organizada, empresas e o setor público para combater a exploração dos jovens na região. Desde então, a Childhood Brasil, instituições locais, poder público e a Alcoa articularam o Projeto Tecendo a Rede, executado para mobilizar a proteção de crianças e adolescentes e possibilitar oportunidades aos jovens e famílias em situação de risco. Em Maio de 2010, o Projeto ganhou força com a assinatura do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Juruti, uma ferramenta importante para fortalecer a causa. (Blog Quarto Poder, 2011)

A metodologia utilizada pelo Projeto Tecendo a Rede ocorre por meio de seminários, cursos, debates e atividades para sensibilizar e capacitar os profissionais das

áreas de Saúde e Educação que atuam com crianças e adolescentes (funcionários das Secretarias Municipais da Saúde, Assistência Social, Educação, conselheiros tutelares e de direitos e educadores de ONG).

A partir do que apresentei sobre as políticas públicas existentes no contexto brasileiro, paraense e do município de Juruti(PA), observamos que a instituição escolar está inserida em todas elas. Isto porque, considera-se ser a escola um espaço por excelência de forjamentos de cidadanias empoderadas, um lugar privilegiado na rede de atenção e proteção às crianças e adolescentes. Um lugar, onde, entre outras atribuições sociais e educacionais, pode ser cenário de protagonismos na prevenção da violência sexual.

Contudo, também noto, que apesar do “chamado” à escola para se tornar de fato espaço de enfrentamento, prevenção e ação frente ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, ainda é muito tímido seu envolvimento no combate a este problema. Como professora de escola pública, tanto da esfera estadual quanto municipal, percebo que não há no currículo escolar propostas pedagógicas e educativas que demandem ações de enfrentamento à violência sexual, a não ser, ações pontuais como do dia 18 de maio (dia nacional de combate a violência sexual contra crianças e adolescentes).

Também, esta assertiva confirma quando ao realizar estudos e análises de teses e dissertações acerca do papel da escola no enfrentamento desse tipo de violência, constatei a quase ausência de ações pedagógicas e educativas pertinentes ao problema. Ora, mas se a criança e os adolescentes são sujeitos de direitos como rege a Constituição Federal de 1988, então, a escola precisa trata-los dessa forma. Para tanto, necessário se faz haver a ressignificação do papel do currículo, onde este instrumento, nos dizeres de Tomaz Tadeu (2010, p. 24 e 101), seja pensado “como ato político” e não como um “fetiche”.

O currículo como fetiche para muitos alunos, professores, teóricos educacionais, os quais Silva (2010) chama de “nativos”, se apresenta como, “matéria inerte, inanimada, paralisada, a que se atribui, entretanto, poderes extraordinários, transcendentais, mágicos. Os poderes do fetiche “currículo” vem do sobrenatural, do incógnito, do sobre-humano, do além” (SILVA, 2010, p. 101). Por outro lado, na perspectiva do crítico educador, o currículo também é fetiche, não no sentido de crença e de ingenuidade, mas de denuncia do fetichismo, que deve ser exposto e revelado.

Embora, a teoria explicativa de Tomaz Tadeu da Silva (2010), sobre o “currículo fetiche” não se esgote nestas duas proposições, nos apropriamos delas para problematizar porque temas como prostituição infanto-juvenil, pedofilia, exploração sexual, turismo sexual, entre outros, são silenciados no currículo escolar?

Continuar velando o problema a que muitas crianças e adolescentes são vítimas, como a exploração sexual, revela o trabalho pedagógico numa perspectiva do currículo fetiche paralisante, alienante e colaborador da não garantia dos direitos desses sujeitos. Porém, desprender-se dessa zona de conforto, leve a escola a implementar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, garantindo que seja inserido o tema de Educação em Sexualidade, de forma transversal, no currículo da Educação Básica com as diretrizes nacionais para educação em direitos humanos. (Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2013).

Conforme o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013), eis algumas ações previstas no Eixo Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes, onde a escola está inserida como espaço principal e, logicamente, ações que convidam à ressignificação do currículo:

- Criação e fortalecimento de espaços organizados de participação proativa de crianças e adolescentes, assegurando a oferta de formação política, visando uma incidência qualificada e efetiva desse público na formulação, monitoramento e avaliação das políticas, programas e ações voltadas para o enfrentamento do abuso e/ou exploração sexual;
- Envolvimento de crianças e adolescentes em atividades que valorizem as raízes e a cultura local, que promovam a construção de valores de respeito à diversidade, tais como, as manifestações culturais afro-brasileiras, indígenas e de comunidades tradicionais em espaços organizados para sua autoproteção e autoafirmação;
- Construção de metodologias que promovam a participação e formação de crianças e adolescentes para sua autoproteção ao abuso e/ou exploração sexual e atuação qualificada como agentes multiplicadores.

Pelo exposto, concordo que currículo está cheio de significados, de discursos e envolvido em relações de poder (SILVA, 2010), os quais precisam ser conhecidos, compreendidos e analisados. Por isso, cabe a escola trata-lo para além das disposições

de disciplinas e conteúdos de conhecimentos técnicos. Imbricados a esses conteúdos podem e devem estar assuntos que têm como objetivo contribuir para o forjamento, de fato, da identidade de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos e, esta identidade é “objeto de incessante construção” (SILVA, 2010, p. 25). Contudo, para que essa postura, do papel da escola, seja colocado em prática, necessário se faz haver uma “conceptualização do sujeito”, como nos diz Stuart Hall (2014, p. 105), no sentido de tirá-lo da condição de “cidadão de papel” (DIMENSTEIN, 2012), para a condição de sujeito praticante dos seus deveres, respeitado nos seus direitos e construtor de sua própria história.

A partir do que já foi exposto sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, com ênfase na exploração sexual comercial, onde foram feitas abordagens sobre as teorias, sobre as legislações e ações práticas, premissas fundamentais no combate a esta forma de violência, na seção posterior serão apresentados e analisados os dados coletados por meio de entrevistas semiestruturada junto aos sujeitos que fazem parte desta pesquisa, a partir de suas vozes esclarecem como as escolas públicas municipais do município de Juruti-Pará têm realizado ações de enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

5- A ESCOLA NO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O CASO DE JURUTI – OESTE DO PARÁ.

A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente de se evitar a violência contra crianças. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade (ABRAPIA, 2002).

O objetivo desta seção centra-se em descrever e analisar os dados coletados no curso da pesquisa exploratória, assim como advindos das entrevistas semiestruturadas feitas junto a ex-conselheiros tutelares e aos profissionais de educação do município de Juruti(PA), observando a partir destes dados se as escolas públicas municipais realizam ações de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Segundo pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Educação de Juruti-PA, o sistema educacional de ensino do município possui um total de cento e trinta e sete (137) instituições escolares. Além desse total, há também mais duas (02) escolas de nível médio administradas pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. Do total das escolas municipais, a maioria está localizada no meio rural, perfazendo uma soma de cem (100) unidades, doze (12) estão localizadas no meio urbano e há vinte e cinco (25) casulos situados em áreas rurais e urbanas.

As escolas selecionadas para fazerem deste trabalho, um total de cinco (05), localizam-se todas no meio urbano. A nomeação destas unidades de ensino ocorreu de forma não planejada a priori, mas sim a partir de uma pesquisa que realizei na Secretaria Municipal de Educação, a fim de verificar se lá havia arquivo de cópias dos PPP das escolas, pois caso houvesse, por meio da leitura de tais documentos poderia verificar quais escolas possuíam projetos de ação acerca do enfrentamento da exploração sexual ou da violência sexual contra crianças e adolescentes enfocando outras tipologias.

Uma vez estando na SEMED, fui recebida com muita atenção pela atual Diretora de Ensino que está há pouco tempo no cargo. Conversei com ela sobre a pesquisa que ora desenvolvo e solicitei sobre a possibilidade de ter acesso às cópias dos PPP das escolas municipais e, assim, saber, quais escolas possuíam projetos de ação no combate

do problema exposto, o que certamente, viabilizaria um melhor andamento das investigações. No entanto, as escolas não encaminham cópias desse documento para a SEMED. Isto posto, a Diretora de Ensino, já contendo em suas mãos a lista de escolas municipais existente no município fez a seleção das escolas a serem pesquisadas e, logo em seguida, recebi um documento expedido pela Secretária Municipal de Educação autorizando os(as) gestores(as) dessas escolas a me receberem.

Uma vez de posse do referido documento fui às escolas, me apresentei e entreguei o documento aos(as) gestores(as) e tive uma conversa informal com os(as) mesmos(as), sintetizando a finalidade e objetivo da pesquisa de doutorado. Os(as) responsáveis pelas escolas me receberam com muita atenção e dialogaram sobre o quanto é importante estarmos informados sobre tudo o que diz respeito a essa forma de violência que tantas crianças e adolescentes sofrem.

Na ocasião solicitei aos(as) gestores(as) a possibilidade de ter acesso ao PPP, em que logo fui atendida. Porém, ao fazer a leitura nesses documentos, verifiquei que não havia expresso em nenhum deles projeto de ação elaborado pelas escolas que vislumbrasse o enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Os projetos existentes são oriundos de outras instituições, tais como, Conselho Tutelar, secretaria Municipal de Saúde e CRAS, que têm as escolas como parceiras no combate de tal fenômeno. No entanto, observei que todas as escolas possuem projetos de ação relacionados à questão da sustentabilidade do meio ambiente.

Feita a observação de que estas escolas não tinham projetos específicos sobre o tema em foco, perguntei aos(as) gestores(as), se a escola, além das parcerias existentes, trabalhava de outra forma sobre o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes, onde tive como resposta que trabalhava sim, porém esta ação era desenvolvida mais em sala de aula pelos(as) professores(as). Dessa forma, houve então a necessidade de dialogar com os(as) professores(as), ação que ficou agendada para acontecer em outra data, visto que, o período em que estava fazendo estas investigações (penúltima semana do mês de junho/2015), as escolas estavam realizando o calendário de provas com os discentes.

O período de entrevistas agendado e acordado pela pesquisadora e pelos(as) gestores(as) escolares aconteceu na segunda semana do mês de agosto, ficando disponível um dia para cada escola. Foi um trabalho de espera, paciência, diálogos, entrosamento com os sujeitos com o objetivo de sensibilizá-los a participar da pesquisa.

Esta não foi uma tarefa fácil de ser realizada, pois mesmo observando o interesse que os sujeitos possuíam em querer saber sobre o tema da pesquisa, havia certa resistência em falar sobre o mesmo. Por ser este um tema complexo a ser investigado, necessário se faz, sem perder de vista a objetividade, construir um entrosamento de confiança entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa objetivando garantir o máximo possível informações que correspondam a realidade investigada. Ainda assim, a maioria ficava em silêncio e, dos cento e quarenta e cinco profissionais da educação lotados no total das cinco escolas, de forma aleatória, entrevistei treze (13) profissionais (11 professores(as), 01 coordenador(a) pedagógico(a) e 01 gestor(a), os quais são identificados neste trabalho pelas letras do nosso alfabeto. É importante dizer que os(as) gestores(as) receberão nome fictício.

Antes de dar continuação sobre a entrevista realizada com os citados sujeitos, importante se faz contextualizar, em linhas gerais as escolas que fazem parte desta pesquisa, as quais são identificadas também pelas letras do nosso alfabeto (A, B, C, D, E). A escola A, está localizada no bairro do Centro e, segundo fala da(o) gestor(a) Socorro, este é um bairro que, na conjuntura atual não apresenta notícias de problemas sociais e urbanos graves como sofrera no auge da implantação da Mina Alcoa.

Conforme fala do(a) gestor(a) Socorro, antes da chegada do Projeto Alcoa, Juruti não tinha tanta marginalidade, violência, prostituição, mendigos, problemas com drogas e favelas. Depois que a mina foi instalada, as coisas desandaram, de tal forma, que a gente não sabia mais o que fazer. Chegou muita gente para cá trazendo muitos problemas. [...] Na época, enfrentamos aqui na escola problemas relacionados às drogas e à violência sexual. [...] fazíamos tudo que se podia fazer para ajudar nossos alunos e nossas alunas a não sofrerem com esses problemas. [...] Fazíamos muitas palestras para lhes prevenir contra esses problemas. [...] foram dias bem difíceis.

A escola B está localizada em um bairro de periferia, formado devido o aumento populacional que a cidade sofreu em virtude da implantação da Mina Alcoa. A partir de relato oferecido pelo(a) gestor(a) desta escola, de codinome Geovane, a maioria da população adveio do meio rural, movida, sobretudo, pelo sonho da melhoria da qualidade de vida. Porém, o sonho virou pesadelo, pois o aumento desordenado da população no meio urbano, fez com que, problemas que antes existiam em pouca proporção, de repente ganharam um volume muito grande. Entre esses problemas, sem

dúvida, está a violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo a violência intrafamiliar aquela que mais se tem notícia.

A escola C está situada em um bairro vizinho ao bairro do Centro e, de acordo como o que foi dito por um(a) dos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as), este bairro não apresenta índice alarmante de vulnerabilidade social. Porém, casos de violência acontecem e a escola é muito preocupada com questões que, de qualquer forma, prejudique a vida dos seus alunos. No que diz respeito a violência sexual contra crianças e adolescentes, a escola procura estar atenta as informações que apontem caminhos que levem a ajudar a resolver a problemática. Como por exemplo, a escola participa de palestras esclarecedoras sobre o tema e, no dia 18 de maio se organiza para contribuir para a prevenção dessa forma de violência.

A escola D, conforme fala do(a) orientador(a) educacional, está situada em um bairro relativamente violento. Há muitas notícias de adolescentes cometendo infrações, de pessoas brigando na rua, de violência doméstica. Também, às vezes se ouve conversas de crianças ou de adolescentes que estão sofrendo violência sexual de alguma forma. Em relação a escola E, esta localiza-se no bairro do Centro e é considerado um bairro tranquilo.

Em linhas gerais, estas cinco escolas juntas, possuem um total de dois mil, seiscentos e oitenta e nove (2.689) alunos e alunas com matrícula efetiva. Os níveis de ensino oferecido são: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos. A maioria dos discentes que estudam nessas escolas é procedente de bairros diversificados e pertencem a famílias economicamente pobres. Também, a maioria possui bolsa família.

Destarte, após está síntese inicial sobre os dados coletados na pesquisa exploratória, passo a discorrer e analisar de que forma estas escolas vêm desenvolvendo as ações de enfrentamento sobre a exploração sexual contra crianças e adolescentes, a partir das falas dos sujeitos. Para tanto, organizei o roteiro da entrevista conforme os seguintes eixos: A) Dados pessoais e de formação; B) Entendimento/conhecimento sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes; C) Formação continuada; D) Ação de enfrentamento: trabalho docente; E) Papel da escola e; F) Políticas públicas e legislação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de acordo com as indagações que iam surgindo durante as pesquisas exploratórias, assim como no decorrer da realização das próprias entrevistas.

5.1. Entendimento sobre o significado da violência sexual contra crianças e adolescentes

A Mina Juruti foi implantada no início do ano 2000, momento em que houve um acréscimo nas notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em vista disso fez-se necessário verificar se escolas desenvolveram ou desenvolvem projetos de ação que tivessem ou tenha como objetivo contribuir para o fortalecimento da rede de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Assim, ainda que os sujeitos da pesquisa tenham sido selecionados de forma aleatória, houve preocupação em entrevistar aqueles que já tivessem tempo de serviço na rede municipal de ensino compatível com o período da implantação da Mina Juruti.

A partir do quadro acima exposto, observa-se que dos treze (13) sujeitos entrevistados, apenas 03 (três) não correspondem ao tempo delimitado. No entanto, não os descartei do processo por considerar que suas falas poderiam ser importantes para melhor esclarecimentos sobre como as escolas, por meio dos(as) professores(as) têm trabalhado no combate ao fenômeno em destaque.

A maioria dos sujeitos entrevistados possui graduação completa em Pedagogia, um (01) em História, um (01) em Letras e Literatura, um (01) possui nível superior incompleto em Letras e Ensino de Inglês e um (01) com graduação em Pedagogia, História e Geografia. Este quadro de sujeitos apresenta, mesmo que a proporção em relevo seja a formação em Pedagogia, me oferece possibilidade de analisar como esses profissionais da educação tratam o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes em suas salas de aula.

IDENTIFICAÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	FUNÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	NÍVEL DE ENSINO	DISCIPLINAS
Coord. Pedagógico A	Pedagogia	-	-	-	-
Gestor(a) A	Pedagogia	Gestor(a)	05 anos	Ens. Fund. I	-
Professor(a) A	Pedagogia	Professor(a)	04 anos	Ens. Fund. II	Educação Especial
Professor(a) B	Pedagogia	Professor(a)	08 anos	Ens. Fund. II	Libras
Professor(a) C	Superior incompleto	Professor(a)	15 anos	Ens. Fund. II	Língua Inglesa
Professor(a) D	História	Professor(a)	10 anos	Ens. Fund. II	História
Professor(a) E	Letras e Literatura	Professor(a)	04 anos	Ens. Fund. II	Português
Professor(a) F	Pedagogia, História e Geografia	Professor(a)	10 anos	Ens. Fund. II	Geografia
Professor(a) G	Pedagogia	Professor(a)	09 anos	Ens. Fund. I	Conh. Gerais
Professor(a) H	Pedagogia	Professor(a)	13 anos	Ens. Fund. I	Conh. Gerais
Professor(a) I	Pedagogia	Professor(a)	09 anos	Ens. Fund. I	Conh. Gerais
Professor(a) J	Pedagogia	Professor(a)	12 anos	Ens. Fund. I	Conh. Gerais
Professor(a) L	Pedagogia	Professor(a)	08 anos	Ens. Fund. I	Conh. Gerais

Quadro 12: Dados pessoais e de formação dos sujeitos da pesquisa
Fonte: Arquivo pessoal

Para início de diálogo, perguntei aos entrevistados sobre o que entendiam e/ou conheciam por violência sexual contra crianças e adolescentes. Eis as respostas dadas:

É uma prática que muda para sempre a vida da criança, é como se morresse para dar o lugar ao fracasso. (Entrevista, Coordenador(a) Pedagógico(a) A, 2015)

Ocorre principalmente por conta da pobreza e da violência doméstica que faz jovens, crianças e adolescentes fugirem de seus lares e se refugiarem em locais que os explorem em troca de moradia. Exemplos das redes de prostituições e programas, tráfico e turismo e onde acontecem esses tipos de exploração sexual. (Entrevista, Gestor(a) A, 2015)

É um envolvimento da criança ou adolescente em atividades sexuais com pessoas de mais idade que estes. (Entrevista, Professor(a) A, 2015)

Eu vejo essa prática (violência sexual contra crianças e adolescentes) como um procedimento muito ruim. A vida das crianças e do adolescente fica completamente destruída [...] E para piorar a situação é um crime que fica quase sempre na impunidade. (Entrevista, Professor(a) B, 2015)

Violência contra criança e adolescente é uma prática horrenda que tira a inocência do menor fora do tempo [...] É tirar o direito que a criança tem de viver como criança feliz. (Entrevista, Professor(a) C, 2015)

Eu creio que a violência sexual contra crianças e adolescentes aconteça por falta de estrutura familiar. (Entrevista, Professor(a) D, 2015)

É todo ato cometido contra um menor, seja sexual, através de palavras, gestos com ou sem consentimento da criança ou do adolescente. (Entrevista, Professor(a) E, 2015)

Pode-se definir o abuso sexual contra crianças e adolescentes como um crime hediondo e transgressão da dignidade humana. (Entrevista, Professor(a) F, 2015)

É um ato desumano, onde o ser humano não tem nenhum tipo de sentimento. É uma verdadeira crueldade. (Entrevista, Professor(a) G, 2015)

Atribuo a prática da violência sexual como falta de amor ao próximo e covardia por parte dos praticantes. (Entrevista, Professor(a) H, 2015)

A violência sexual contra criança e adolescentes é uma agressão física, visual e moral que ocorre em situações inesperadas do dia-a-dia. (Entrevista, Professor(a) I, 2015)

Violência sexual é o pior ato insano. (Entrevista, Professor(a) J, 2015)

Violência sexual é falta de respeito e falta de compromisso com a vida. Quem não respeita crianças e adolescentes são incapazes de valorizar a vida. (Entrevista, Professor(a) L, 2015)

Em relação ao conceito e entendimento que os sujeitos têm em relação ao significado conceitual de violência sexual contra crianças e adolescentes, observa-se que todos(as) possuem entendimento do que este tipo de violência representa na e para a vida das crianças e dos adolescentes. Porém, verifica-se que os conceitos atribuídos partem de uma interpretação baseada no conhecimento empírico que estes sujeitos possuem, pois sempre que eram instigados a falar mais sobre tal conceito, geralmente ficavam calados. Esta situação leva ao entendimento de que, só se pode entender, compreender e combater alguma coisa se se tem conhecimento do que ela é, quais suas dimensões e formas de acontecimento.

Neste ponto, percebe-se o quanto é importante a aquisição do conhecimento teórico para a ação efetiva de práticas significativas que de fato possam contribuir para o alargamento e fortalecimento da rede de proteção às crianças e adolescentes que são viciados e revitimizados no que diz respeito à violência sexual. A partir dos aprendizados teóricos necessários, pretende-se incentivar os educadores a agir de maneira solidária em relação a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, encaminhando esses casos em regime de prioridade absoluta para os serviços de assistência médica, educacional, psicossocial e jurídica da rede de proteção do município. (GUIA ESCOLAR, 2011)

Ter conhecimento conceitual acerca do fenômeno da violência sexual é imprescindível para que os(as) educadores(as) solidifiquem sua práxis pedagógica visando a prevenção deste problema à vida de crianças e adolescentes. Sem o devido conhecimento da realidade sobre um dado fenômeno fica difícil compreender sua dinâmica e suas tramas, o que torna o trabalho pedagógico incipiente diante da possibilidade do enfrentamento efetivo do mesmo. Dessa forma, necessário de faz que a escola, em especial os professores e as professoras, sujeitos que convivem mais diretamente com crianças e adolescentes, sejam empoderados de conhecimentos, saberes e fazeres objetivando estarem aptos no combate à exploração sexual infanto/juvenil.

Também, nos apontamentos de Karin Koshima *et al* (2009), a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes manifestam-se de forma complexa, apresentando dimensões que podem didaticamente ser analisadas separadamente, mas que, para uma verdadeira compreensão do fenômeno, devem ser entendidas articuladamente. São diversos os fatores determinantes do fenômeno, todos dialeticamente relacionados na composição da intrincada estrutura social. Em relação à teoria e a prática, Vazquez (2007), diz que,

A dependência da teoria com respeito à prática, e a existência desta como fundamento e fim últimos da teoria, evidenciam que a prática – concebida como uma práxis humana total – tem a primazia sobre a teoria; mas esse seu primado, longe de implicar uma contraposição absoluta à teoria, pressupõe uma íntima vinculação a ela (VÁZQUEZ, 2007, p. 257).

Continuando com a entrevista, foi perguntado sobre os tipos de violência sexual que estes profissionais têm conhecimento. Dentre as repostas obtidas, a mais frequente foi a violência intrafamiliar. Houve também falas que relataram ter conhecimento de violência sexual cometida através de estupros, aliciamentos, exploração sexual e atentado violento ao pudor. Novamente, por meio das falas, percebeu-se que as respostas dos sujeitos entrevistados foram emitidas a partir de seu entendimento empírico sobre o fato. Observemos algumas falas:

[...] É frequente escutar casos de abuso de padrastos com as enteadas. (Entrevista, Professor(a) A, 2015)

Eu tenho conhecimento de violência sexual contra uma garota portadora de síndrome de down praticada pelo padrasto. (Entrevista, Professor(a) B, 2015)

[...] São vários os tipos de violência e hoje o que ainda nos deixa perplexo são os abusos praticados com crianças, principalmente, os menores de um, dois e três anos, inclusive dentro da própria família. (Entrevista, Professor(a) C, 2015)

O abuso sexual, exploração sexual e intrafamiliar, são os casos mais comuns que tenho informação. (Entrevista, Professor(a) E, 2015)

Aliciamento, atentado ao pudor e outros. (Entrevista, Professor(a) F, 2015)

Violência sexual intrafamiliar. (Entrevista, Professor(a) G, 2015)

Violência sexual intrafamiliar. (Entrevista, Professor(a) H, 2015)

Há um fato de uma adolescente que foi abusada pelo seu próprio padrasto, esse acontecido vinha ocorrendo há alguns anos e ela mesma denunciou o padrasto neste ano de 2015. Então esse é o tipo de violência sexual que tenho informação. (Entrevista, Professor(a) I, 2015)

No segundo capítulo deste trabalho já foi feito uma abordagem do marco conceitual sobre os tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes. No entanto, só para lembrar e dar vasão às análises das respostas aferidas pelos sujeitos entrevistados apresento uma síntese dos mesmos, seguindo a lógica de Karin Koshima *et al* (2009).

Em relação às formas de manifestação, a violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser classificada como:

- Violência sexual
- Abuso sexual
 - abuso sem contato físico
 - abuso sexual verbal
 - exibicionismo
 - voyeurismo
 - manifestações de pedofilia pela internet, telefone e outros meios de comunicação.
 - assédio sexual
 - Abuso com contato físico
 - atentado violento ao pudor
 - atos físico-genitais
 - estupro
 - incesto
 - sadismo
 - pornografia
- Exploração sexual comercial
 - exploração da prostituição infantil
 - turismo sexual
 - pornografia
 - Tráfico para fins sexuais (interno e externo)

A partir das entrevistas obtidas sobre o tipo de violência sexual que os profissionais têm conhecimento, pode-se corroborar as estatísticas apresentadas neste trabalho que a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é o tipo mais recorrente em relação a outros tipos. Também, observa-se a presença do padrasto como o principal violador dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Na violência sexual intrafamiliar é comum haver uma relação de parentesco entre a pessoa que abusa e a criança ou adolescente que sofre a ação. É comum também que o autor da violência tenha certo poder sobre a criança ou adolescente sexualmente abusado, tanto do ponto de vista hierárquico e econômico como do afetivo.

Observa-se numa das falas sobre violência sexual cometida contra uma menina portadora de síndrome de down o que me leva a refletir sobre o índice de perversidade que há na personalidade e no caráter de uma pessoa que comete tal violência. A criança e o adolescente, não importando suas condições, são sujeitos de direitos e como tal devem ser cuidados e respeitados. De acordo com o Guia Escolar (2011, p. 91), há poucas pesquisas sobre o abuso sexual contra criança e adolescentes em estado de deficiência, porém, este documento enfatiza que, arvorando-se dos dizeres de Werneck (2009) pessoas com deficiência são reais e têm urgência em contribuir com seus saberes para debates e decisões que lhes afetam nos sistemas nos quais estão inseridas: família, comunidade, nação, planeta [...]”.

Isto posto, percebe-se o quanto é complexo entender a tessitura da violência sexual. É um problema multifacetado, polifônico e polimorfo. Eis aqui mais um desafio para os(as) educadores(as), logo, para a escola. Há a necessidade de se tornar conhecedor desses tipos de violência sexual a fim de lidar adequadamente na possível resolução do problema. Uma vez apropriados deste conhecimento, certamente facilitará a materialidade da ação a ser tomada.

No entanto, desenvolver a prevenção adequada acerca da violência sexual não é tarefa fácil de ser implementada. É necessário ter mudança nas atitudes sobre o fenômeno, ter acesso à informação e ao conhecimento sobre ele e, parafraseando os apontamentos de Christiane Sanderson (2005), o melhor meio de proteger as crianças e os adolescentes é conhecer e compreender a violência sexual e, só com essa formação é que as atitudes e as crenças mudarão, a violência sexual não será mais tolerada e as crianças e os adolescentes ficarão livres da tirania deste ato desumano.

Diante das respostas acima obtidas, perguntei, então se já tinham conhecimento ou já ouviram de alguém sobre casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes ou outro tipo de violência sexual? Qual é seu posicionamento em relação ao fato? As respostas foram:

Eu não conheço nenhum caso específico de exploração sexual [...] Mas há falas que dizem que esse crime está muito ligado a nossa realidade local. (Entrevista, Professor(a) B, 2015)

Já sim. Já ouvi falar de dois casos de padrastos que se aproveitam das enteadas. Se aproveitam da confiança que as mães verdadeiras põem sobre eles. Há também muitos casos de pedofilia no município tanto de meninas quanto de meninos. Eu não concordo com essa prática, mas nunca cheguei a denunciar casos, até mesmo porque nunca tive prova e nem procurei ir a fundo nos casos. (Entrevista, Professor(a) D, 2015)

Sim, já vivenciei esse problema com uma criança. Minha atitude foi de pesquisar as suspeitas e comunicar a direção escolar. (Entrevista, Professor(a) G, 2015)

Sim, já tive conhecimento de um caso de violência sexual ocorrido na família. O pai biológico abusava da filha mais velha desde que ela era criança. A mãe soube e não fez nada, pelo contrário, ficou do lado do marido, apoiando o que ele fazia! A filha abusada só contou aos outros o que o pai fazia com ela quando já estava adulta e por saber e ver que o pai queria abusar da irmã mais criança e dos próprios filhos (no caso, dos filhos da primeira filha abusada). (Entrevista, Professor(a) H, 2015)

Eu tive conhecimento de um fato sobre uma aluna de treze anos que estava sendo abusada sexualmente, mas não houve provas concretas, então não pude denunciar. (Entrevista, Professor(a) J, 2015)

A partir das falas acima citadas, observa-se que duas delas (Professores(as) D e H, reportam-se a violência sexual intrafamiliar, onde o padrasto (no primeiro caso) e o pai biológico (no segundo caso) eram os perpetradores. Também, nota-se nos relatos a complacência das mães em relação à violência sexual a que suas filhas são submetidas. Nesses dois casos pode-se analisar o comportamento das mães a partir de vários olhares. Krüger e Silva (2013), dizem que,

Quando a violência ocorre dentro de casa, a mãe, apesar de ter conhecimento do abuso sexual, pode ignorá-lo ou até mesmo incentivá-lo, pois sua filha a está substituindo em um papel no qual se sente incapaz e que não deseja para si. Nos casos em que a violência persiste por anos, a mãe pode facilitar a situação abusiva, pois desse modo, muitas vezes, está reeditando uma situação de sua infância: sua filha assume o papel de mãe má, que a despreza e a rejeita, ou então, pode não conseguir proteger a filha de forma como deveria, pois não se sente empoderada para tal. [...] Mais ainda, a mãe pode entender que o sujeito a ser culpabilizado, é justamente a criança e o adolescente. (KRÜGER e SILVA, p. 20, 2013)

Infelizmente, a realidade demonstra através de estudos realizados por pesquisadores que abordam tal fenômeno, que um número muito significativo de casos,

onde o perpetrador é o pai ou o padrasto, o problema fica bem mais delicado de ser resolvido. Isto ocorre porque existem muitas mães e responsáveis que se comportam de forma omissa frente à situação. Quase sempre preferem acreditar na versão que o companheiro revela, ignorando a verdade que a vítima a apresenta. Também, há a questão da relação de dependência de várias naturezas, financeira, afetiva e medo, por exemplo, entre a mãe e o companheiro. Esta, temendo perder a companhia do homem com quem vive, prefere sacrificar as filhas.

Segundo o Guia Escolar (2011) a violência sexual geralmente ocorre dentro dos lares, em um ambiente em que crianças e adolescentes deveriam, supostamente, sentir-se protegidos. Como o lar é um espaço privado, o que acontece dentro de casa está envolvido em uma atmosfera de segredos familiar e social. Nessa situação, é comum que o abuso sexual seja mantido em segredo, em parte porque as relações de afinidade e de consanguinidade entre vítimas e autores da violência geram a complacência dos outros membros da família.

Outra questão importante de ser analisada nas falas acima relaciona-se ao fato dos posicionamentos que os profissionais entrevistados assumiram ao saberem e/ou conhecerem sobre casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em duas das falas (Professores(as) D e J), os(as) profissionais ponderaram não tomar nenhuma atitude em relação aos casos por não possuírem prova material dos fatos. Porém, sendo a escola um espaço de prevenção no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes, e os professores e professoras importantes protagonistas nesse processo, omitir-se diante dos casos, mesmo que suspeitos, em nada ajuda. Pelo contrário, esta atitude ajuda a perpetuar a cultura do silêncio que ronda este tipo de violência.

Sobre esta questão pode-se dizer que estes/estas professores/professoras, não tomaram a atitude necessária ao enfrentamento do problema por falta de conhecimento dos caminhos a serem seguidos. Pois apesar de não concordarem com as práticas de violência, não denunciaram e nem tomaram outras providências para tentar ajudar na resolução do problema. Conforme o Guia Escolar (2011) em muitos dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes o/a professor/a é a primeira pessoa a ter conhecimento. Isto revela o significativo papel destes profissionais na denúncia sobre a ocorrência de violência sexual, ato que, conseqüentemente, pode contribuir para romper o círculo de silêncio que se faz presente no contexto da violência sexual.

Logo em seguida, uma vez que os sujeitos assentiram já ter conhecimento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, perguntei que procedimentos consideravam pertinente tomar em caso de suspeita ou conhecimento de exploração sexual contra crianças e adolescentes ou de outros tipos de violência sexual? Aqui temos algumas respostas:

Eu procuro observar com atenção e comunicar os familiares e em outros casos o Conselho Tutelar. (Entrevista, Coordenador(a) Pedagógico(a) A, 2015)

Eu considero importante que a escola ao suspeitar ou saber sobre algum caso desse tipo que esteja acontecendo com algum discente, deve denunciar aos órgãos competentes como Conselho Tutelar e Ministério Público. E um dos sintomas em que a escola pode desconfiar de algo estranho esteja acontecendo com os discentes é o baixo rendimento da aprendizagem da criança na escola. (Entrevista, Gestor(a) A, 2015)

Bem, a partir do momento em que se tiver certeza dos fatos, o procedimento mais correto, na minha opinião, é a denúncia às autoridades competentes. Digo isso, porque já “houveram” casos infundados, o que prejudica e muito a vida do acusado [...] Já teve pessoas que foram acusadas sem serem culpados de nada, por isso que é importante fazer uma investigação bem correta. (Entrevista, Professor(a) A, 2015)

Eu faria primeiro uma investigação, conhecer os envolvidos e procurar da melhor maneira provas concretas que possa passar o caso de suspeito para algo verdadeiro e depois trabalhar para que a justiça seja feita. (Entrevista, Professor(a) C, 2015)

Sem dúvida devemos denunciar aos órgãos competentes. No caso da comunidade escolar, comunicar a família e levar o caso ao Conselho Tutelar. (Entrevista, Professor(a) D, 2015)

As pessoas que comentem esses atos devem ser denunciadas ao Ministério Público para serem julgadas perante um juizado da criança e adolescente. (Entrevista, Professor(a) E, 2015)

Eu penso que diante de qualquer suspeita de que alguma criança ou adolescente estejam sendo abusadas sexualmente o melhor a fazer é denunciar aos órgãos competentes. (Entrevista, Professor(a) H, 2015)

O procedimento mais comum é procurar o Conselho Tutelar. (Entrevista, Professor(a) I, 2015)

Em casos de suspeita, faria uma denuncia anônima aos órgãos competentes para fazerem uma investigação. (Entrevista, Professor(a) J, 2015)

Por meio dos dados levantados sobre que procedimentos os sujeitos da pesquisa consideram pertinente tomar em caso de suspeita ou confirmação de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, percebe-se que é quase unânime a fala de que não deve-se ficar em silêncio, ao contrário, há de se denunciar o fato aos órgãos competentes objetivando buscar solução para o problema.

As nove falas acima expostas argumentam sobre a necessidade de não deixar no silêncio os casos de suspeita e/ou confirmação de violência sexual contra crianças e

adolescente. Investigar e denunciar são duas possíveis atitudes que os sujeitos da pesquisa dizem colocar em prática. No entanto, se compararmos as falas dos/as professores D e J sobre se já conheciam ou ouviram de alguém casos de violência sexual contra criança e adolescentes e que qual seria seu posicionamento em relação ao fato, estes sujeitos disseram ter conhecimento, porém não tomaram qualquer atitude de denúncia por terem provas materiais dos casos. Agora, estes sujeitos dizem que denunciariam aos órgãos competentes por meio da escola e por meio de denúncia anônima.

De fato, investigar e denunciar suspeitas ou confirmações de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é a medida sensata a ser tomada. Caso o(a) professor(a) não saiba o que fazer diante do problema, o caminho mais viável é procurar a equipe gestora da escola e fazer a comunicação de suas desconfianças ou certezas. A escola, por sua vez, a partir de vários pensares compartilhados acerca dos procedimentos que podem e devem ser postos em prática, saberá o que fazer para não deixar o problema ficar sem nenhuma solução. Sobre isso, o artigo 13 do ECA (1990) formaliza que os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Uma fala que chama atenção também sobre que procedimentos tomar em casos de suspeita ou confirmação de violência sexual contra crianças e adolescentes é a entrevista do(a) professor(a), quanto este(a) diz sobre a necessidade de se denunciar a partir do momento em que se ter certeza dos fatos. Isto porque, ao fazer a denúncia muitas vidas estão em jogo, a dos sujeitos vitimizados, a do possível violentador e da família. Porém, a notificação em casos de suspeita deste tipo de violência e outros tipos contra o público infante/juvenil é uma obrigação do professor(a), cabendo a justiça investigar se a veracidade dos fatos.

De acordo com o Guia Escolar (2011), aprender a reconhecer os indícios de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes pode contribuir para sensibilizar o olhar dos educadores na identificação de sinais, até mesmo de abusos, que não deixam marcas físicas aparentes, bem como no aperfeiçoamento de suas habilidades de escuta e de abordagem, considerando que se trata de uma temática tão delicada e penosa para crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Após essa cuidadosa identificação, a notificação das ocorrências de abuso e exploração sexual às

autoridades competentes pode representar o fim do “pacto do silêncio” e, por consequência, do pesadelo de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, assim como da impunidade dos autores de violência sexual.

Ainda segundo o Guia Escolar (2011), faz-se necessário conhecer passo a passo as orientações sobre como fazer a notificação, bem como o caminho que a denúncia percorrerá dentro do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, com o intuito de esclarecer os educadores sobre o fluxo e os desdobramentos desse ato.

No Guia Escolar (2011) há a assertiva de que o sistema de garantia de direitos é composto de um conjunto de órgãos responsáveis por garantir a promoção, a defesa e o controle na implementação das leis de proteção a crianças e adolescentes. Entre eles, encontram-se os Conselhos Tutelares, as delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes, o Ministério Público, as Varas da Infância e da Juventude, a Defensoria Pública e os centros de defesa. Ao notificar um caso de abuso e acompanhar os desdobramentos da denúncia, os educadores passam a interagir com esse conjunto de instituições, o que contribui para estimular o funcionamento do sistema e o fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes.

O Guia de Referência (2009, p. 65) aponta o porquê as instituições de atenção à infância e adolescentes devem notificar as autoridades dos casos de suspeita ou ocorrência de violência sexual:

- O ato de notificação pode contribuir para interromper o ciclo da violência sexual. Não denunciar pode acarretar até suicídio da criança ou do adolescente. Estudos mostram que crianças que foram abusadas sexualmente acabam tendo uma visão muito distorcida do mundo e dos relacionamentos. Elas sofrem de culpa, baixa autoestima, problemas com a sexualidade e dificuldades em construir relações efetivas duradouras. No entanto, quanto antes elas receberem apoio educacional, médico e psicológico, maiores as chances de superarem a experiência negativa da infância e terem uma vida adulta mais prazerosa.
- Porque é um dever legal do educador. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no seu artigo 13 determina: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”. No artigo 245, o ECA estabelece uma multa de três

a 20 salários de referência (aplicando-se o dobro em caso de reincidência), se “deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar a autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes.

- Resumindo, deve-se denunciar para que:
 - ✓ O autor do abuso não volte a violentar a criança e o adolescente;
 - ✓ Outras crianças e adolescentes não sejam sexualmente abusados;
 - ✓ Crianças e adolescentes sexualmente abusados não se tornem adultos que vão repetir a violência recebida.

Tomando como princípio essa primeira parte da entrevista é sabido que o município de Juruti(PA), a partir da implantação da Mina Alcoa em seu território, a Gestão Municipal em parceria com o Instituto Alcoa, organizaram, planejaram e implementaram políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em todas as suas formas. Dessas políticas públicas, duas são primordiais: Plano Decenal Municipal: Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes (2010 – 2019) e; Guia de Referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. Esses dois documentos nos dizem que a escola, por ser uma instituição que ocupa um lugar privilegiado na rede de proteção à criança e ao adolescente, assumiu significativo papel no forjamento e na realização de várias ações no combate ao fenômeno. Isto posto, conversei com os sujeitos entrevistados sobre sua participação nas formações continuadas existentes, no sentido de torná-los informados e conhecedores acerca do fenômeno em análise.

5.2. Formação continuada

Como já citado anteriormente, por ser uma instituição que ocupa lugar privilegiado na rede de proteção a crianças e adolescentes, a escola deve assumir o papel de protagonista na prevenção primária da violência sexual e, os(as) professores(as) por serem, junto com os(as) alunos(a), os atores principais no dinâmica do ensino e aprendizagem, é primaz que estes estejam em permanente formação acerca dos conhecimentos e saberes necessários para o contributo do forjamento de cidadanias politizadas enquanto sua condição de sujeitos de direitos e deveres no contexto da sociedade da qual fazem parte.

Somente empoderados de tais conhecimentos é que podem lidar com os desafios de cotidianamente circundam sua práxis pedagógica, desafios estes que podem se tornar sério entrave para que o sucesso das aprendizagens seja comprometido. Dentre esses desafios encontra-se o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. No entendimento do que está contido no Guia Escolar (2011, p. 20) a comunidade escolar deve se conscientizar da gravidade da violência sexual contra crianças e adolescentes e aprender a enfrentá-la por meio da prática pedagógica cotidiana. Para tanto, a escola necessita de apoio para promover uma reorganização curricular e metodológica, de modo a estabelecer um elo entre os temas transversais e o currículo, adotando o ensino dos direitos de crianças e adolescentes como tema estruturante das diferentes disciplinas. Assim sendo, eis a importância da formação continuada dos atores que fazem a escola. Vejamos o que dizem os sujeitos em relação a isso:

Eu nunca tive a oportunidade de participar de nenhum tipo de formação que abordasse esse problema da violência sexual contra crianças e adolescentes. (Entrevista, Coordenador(a) Pedagógico(a) A, 2015)

De formação continuada eu nunca participei. Mas de palestras e campanhas, sim, onde podemos ter conhecimento sobre o fato. (Entrevista, Gestor(a) A, 2015)

Não. Ainda não tive a oportunidade de participar. (Entrevista, Professor(a) A, 2015)

Nunca participei. (Entrevista, Professor(a) B, 2015)

Não participei. (Entrevista, Professor(a) C, 2015)

Não. (Entrevista, Professor(a) D, 2015)

Não. Nunca participei. (Entrevista, Professor(a) E, 2015)

Só participei de palestras onde somos orientados a levar ao conhecimento dos alunos sobre a violência sexual e outros tipos de violência. (Entrevista, Professor(a) G, 2015)

Nunca participei de nenhuma formação. Mas, gostaria muito de participar. (Entrevista, Professor(a) H, 2015)

Nunca participei. (Entrevista, Professor(a) J, 2015)

Não participei de nenhuma formação continuada. Mas há palestras na escola por parte do CRAS [...] Isso é bom, pois as crianças e os adolescentes são orientadas a aprenderem a se proteger desses agressores. (Entrevista, Professor(a) L, 2015)

As falas aqui registradas sobre formação continuada acerca do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes são contrárias daquilo que se observa nos documentos *a priori* citados, onde nos quais consta a participação da secretaria Municipal de Educação do município de Juruti(PA) na construção, elaboração e implementação de tais documentos. Ademais no ano de 2007, foi criado o Projeto

Tecendo a Rede, da Childhood Brasil em parceria com a Alcoa, com o objetivo de desenvolver ações para ajudar a transformar a realidade da região.

O trabalho uniu o envolvimento de entidades, empresas e governo, profissionais da saúde e da educação para combater a exploração sexual contra crianças e adolescentes na região e assim, oferecer mais oportunidades para ajudar jovens e famílias em situação de risco. É importante sublinhar que a implementação do Plano Decenal Municipal: Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes (Juruti-PA), foi uma das ações do Projeto Tecendo a Rede.

Conforme informações contidas no site da Childhood Brasil (<http://www.childhood.org.br/projeto-tecendo-a-rede-capacita-profissionais-de-saude-e-educacao-no-para>), em 2011, cerca de 40 profissionais das secretarias municipais desenvolveram uma campanha em defesa dos jovens, onde na ocasião foi desenvolvido também materiais para uma campanha educativa junto da comunidade, e atividades para formação de multiplicadores. No entanto, apesar dos sujeitos desta pesquisa possuir tempo de serviço condizente ao momento desses eventos, nenhum participou dos encontros, discussões, palestras, seminários, enfim, das ações relacionadas ao Projeto Tecendo a Rede, inclusive nem sabem da existência do Plano Decenal Municipal e nem do Guia de Referência.

Poucos professores(as) participam de qualquer evento relacionado ao tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Os poucos que participam de algum evento dá-se pelo fato de instituições como o CRAS, Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Saúde realizarem palestras nas escolas onde trabalham.

Mesmo diante das respostas negativas de sua participação em projetos de formação continuada, instiguei os mesmos perguntando o que consideram acerca das formações que tenha como tema a violência sexual contra crianças e adolescentes. As respostas foram:

Sim, eu considero muito importante porque a partir das informações e conhecimentos podemos perceber e identificar os casos. Entrevista, Coordenador(a) Pedagógico(a) A, 2015)

Sim. Porque trabalhamos com crianças e adolescentes e são casos que as vezes acontecem, principalmente com aquelas famílias vulneráveis. [...] E no bairro tem um índice considerável sobre o fato [...] E na escola solicitamos palestras com profissionais para orientação dos pais e adolescentes. (Entrevista, Gestor(a) A, 2015)

Apesar de nunca ter participado de nenhuma formação, eu vejo que é muito importante termos acesso a essas informações, pois tudo o venha afetar o

desenvolvimento saudável de uma criança ou adolescente é de responsabilidade de todos. (Entrevista, Professor(a) A, 2015)

Sim! Certamente que é importante, pois se trata de um assunto não somente de outra realidade, como a nossa realidade de nosso município também e que passa despercebido ou por falta de informação ou comodismo. (Entrevista, Professor(a) B, 2015)

Sim, é importante, porque é necessário como profissional da área ter as informações adequadas [...] Pois se em algum momento me deparar com esse tipo de situação, saberei como agir. (Entrevista, Professor(a) C, 2015)

Com certeza! Seria muito importante, para que se acontecer casos dessa violência, a gente possa estar preparado sobre o assunto. (Entrevista, Professor(a) D, 2015)

Sim. É importante sabermos mais sobre esse tema, uma vez que iremos saber enfrentar e/ou orientar da melhor forma possível outras pessoas que estiverem passando por esse problema. (Entrevista, Professor(a) E, 2015)

Sim, e como é fundamental ter essas informações, porque são informações importantes para o ensino, orientação e ações sobre o tema sempre contando com a participação de pais e educandos. (Entrevista, Professor(a) F, 2015)

Sim. Porque sempre é bom estarmos atentos às informações e a importância de termos esses conhecimentos para poder saber agir de forma mais correta e denunciar os casos de violência sexual. (Entrevista, Professor(a) G, 2015)

É demais fundamental estar por dentro das informações e conhecimentos sobre o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes que é para saber que atitudes tomar, ou seja, como proceder. (Entrevista, Professor(a) H, 2015)

É importante receber essas informações, porque enquanto professora tenho que saber como lidar com essa situação, o conhecimento faz com que como resolver certos acontecimentos. (Entrevista, Professor(a) L, 2015)

É de suma importância termos acesso a essas informações, pois diante de uma situação, saberíamos quais atitudes tomar. (Entrevista, Professor(a) J, 2015)

Apesar dos sujeitos da pesquisa nunca terem recebido formação continuada, por meio de suas falas, verifica-se que têm noção do quanto é válido e importante terem acesso às informações e conhecimentos sobre o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes. Todos concordam, em outros dizeres, que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e que precisam ser protegidos de toda forma de violência, em destaque aqui a violência sexual. Todos concordam que esse problema deve ser combatido com seriedade e responsabilidade pela escola, uma vez que a condição de uma vida saudável às crianças e aos adolescentes pode estar sendo ameaçada a se tornar uma realidade onde a dignidade e a integridade serão valores inexistentes, coadunando, assim, com que rege o artigo 3 do ECA:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral,

espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Mais uma vez, percebe-se o quanto é importante que a escola esteja sintonizada com a necessidade de se fazer espaço, de fato, de ações que possam contribuir efetivamente no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para tanto há políticas públicas nacional, estadual e municipal que trazem orientações de como proceder nesse enfrentamento. Os Planos Nacional, Estadual e Municipal apontam cinco eixos estratégicos que podem servir de caminho palpável na luta contra o fenômeno em estudo e, no caso da escola, considera-se que seguir, entre os eixos presentes: Mobilização e fortalecimento: Elaborar projetos educativos para a formação e a valorização da dignidade humana e, em especial, para o direito a uma sexualidade saudável e responsável e; Prevenção: Educar crianças e adolescentes sobre seus direitos e assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que eles sejam apoiados e protegidos com estratégias educativas voltadas para o estímulo à autodefesa, conscientização e valorização de suas etapas de crescimento (PNEVSCA, 2013), é um substancial envolvimento que se pode ter nesse enfrentamento.

5.3. Ação de enfrentamento: trabalho docente

No cotidiano das organizações que têm crianças e adolescentes como sujeitos centrais de seus programas de atuação, estão envolvidos primordialmente os profissionais que lidam diretamente com elas (FUZIWARA e FÁVERO, (2011). No caso da escola, o(a) professor(a) é a pessoa central em seu processo de socialização. É ao(a) professor(a) que cabe a responsabilidade e o compromisso de socializar de forma dialética, democrática e esclarecedora os conhecimentos e os saberes fundamentais para o despertar do pensamento crítico e reflexivo de seus(suas) alunos(as) acerca de sua vida e existência na sociedade enquanto sujeitos históricos e de direitos.

É evidente que desenvolver uma práxis pedagógica na perspectiva da educação para a vida não é trabalho fácil, isto porque, conforme consta no Guia Escolar (2011), conceber a criança e o adolescente como sujeitos de direitos que, para além do direito de ingressar e permanecer no ambiente escolar e apreender os conteúdos programáticos contidos nas disciplinas da matriz curricular precisa ser sensibilizado que têm direito à proteção, a um desenvolvimento saudável e digno e, aí está incluso o direito de dizer não a toda forma de violência.

Assim sendo, uma vez que o(a) professor(a) é esse agente essencial no processo de educação integral da criança e do adolescente, contribuindo inclusive por meio de uma práxis pedagógica preventiva no enfrentamento a violência sexual, perguntei se estes desenvolvem na escola e/ou em sala de aula, trabalhos, projetos ou outras estratégias metodológicas nas suas práticas pedagógicas sobre a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, enfatizando, por exemplo, a exploração sexual e, se desenvolvem, qual é a finalidade dessas práticas. A fala desses(as) professores(as) ressoa na voz da escola sob a maneira como esta trabalha no enfrentamento do problema: As respostas foram:

Desenvolvo através das palestras solicitadas [...] As práticas de prevenção contra a violência sexual são realizadas em forma de palestras com todos os envolvidos e em parceria com o CRAS e o Conselho Tutelar. (Entrevista, Gestor(a) A, 2015)

No começo do ano (2015) comecei a trabalhar junto com crianças especiais. Estou inserida em duas turmas do quinto ano, manhã e tarde. Vejo que o professor titular da turma já conversa com as turmas sobre o assunto, mas de forma breve e sem aprofundamento [...] Solicitei uma vez para a Coordenação uma palestra voltada para a sexualidade, haja vista que os alunos estão entrando na puberdade [...] A psicóloga que trabalha no município conversou com as crianças, o que foi muito proveitoso, pois apesar de não abordarem diretamente sobre o tema da violência sexual, foi muito enfatizado o cuidado com corpo. (Entrevista, Professor(a) A, 2015)

A fala do(a) professor(a) A, trás à discussão o tema da sexualidade enquanto ponto fundamental para que crianças e adolescentes aprendam a reconhecer que a sexualidade é uma manifestação que faz parte do desenvolvimento humano não somente entendida no campo como uma questão biológica e reprodutora, mas que envolve um questionamento mais amplo sobre o sexo, seus valores e seus aspectos preventivos, isto tudo como forma de construção de cidadania. (GUIA DE REFERÊNCIA, 2009)

Por seu turno, o Guia Escolar (2011), nos diz que, aa maioria das ações voltadas para o trabalho educativo em sexualidade nas escolas, ainda prevalece a preocupação com sexo, reprodução e consequências indesejadas, tais como doenças sexualmente transmissíveis/síndrome da imunodeficiência adquirida (DST/aids) e violência sexual. Em que pese a importância desses temas, eles não devem se sobrepor à discussão mais ampla sobre a sexualidade, que inclui reflexões sobre prazer, conceito de vulnerabilidade, afetos, relações de gênero, direitos, responsabilidades, entre tantos outros aspectos. Ainda de acordo com o Guia Escolar (2011),

Trabalhar esse tema tanto em escolas como nos demais espaços educativos leva crianças e adolescentes a conhecerem sua própria sexualidade, o que resulta em autoconhecimento e motiva o processo de aprendizado,

permeando seus afetos, relações e escolhas. Reconhecer que crianças e adolescentes têm direito à saúde significa também cuidar dos aspectos relativos à sua saúde sexual e reprodutiva.

Em um mundo globalizado, em que diferentes culturas e valores são impostos a todo momento, torna-se fundamental discutir as liberdades civis individuais, conceituar os direitos individuais e coletivos e também os limites éticos para cada atividade humana, de forma a garantir o bem-estar coletivo em cada País e região.

Nessa perspectiva, é fundamental trabalhar com a sexualidade no contexto escolar, como preconizaram Peres e outros (2000) quando afirmaram que, ao ingressar na escola, espaço que formaliza o conhecimento, promove e facilita a aprendizagem sobre o mundo e sobre si, os meninos e as meninas vivenciam novas formas de se relacionar, de se conhecer e de estabelecer vínculos afetivos, assim como de identificar e notificar as violações relativas à violência sexual (abuso, exploração sexual comercial no turismo e nas rodovias, pornografia e pedofilia). (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 50)

A partir dessas reflexões, compreende-se a importância e a necessidade de se trabalhar na escola abordagens pedagógicas e educativas que versem sobre a sexualidade, cujo objetivo consiste em colocar os educadores com o devido preparo adequado, a desempenharem de forma significativa seu papel, ajudando crianças e adolescentes a superarem suas dúvidas, ansiedades e angústias. (GUIA DE REFERÊNCIA, 2009)

É necessário saber e compreender que a sexualidade é algo inerente à pessoa humana. É condição que faz parte da vida em todas suas fases. Por isso, não podemos ignorar ou tratar como tabu o tema sobre a sexualidade, pelo contrario, os(as) professores(as) necessitam estar informados sobre o assunto que é para contribuírem com seus alunos e alunas na construção de seus conceitos sobre sexualidade, o que é muito importante para sua formação.

Outras falas que destaco sobre o papel do(a) professor(a) no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, volta-se para a prática desta ação ser desenvolvida por meio dos temas transversais e também de forma interdisciplinar.

Sempre que posso debato sobre esses assuntos em sala de aula. [...] Quando debato sobre esses assuntos é através dos temas transversais. (Entrevista, Professor(a) D, 2015)

Projetos em sala de aula eu ainda não desenvolvo. Mas esse tema tem servido como um tema gerador no plano de curso e de aula o qual é trabalhado de forma interdisciplinar na sala com os discentes. (Entrevista, Professor(a) F, 2015)

O trabalho mediado por temas transversais e uma das proposições que o Guia de Referência (Juruti-PA, 2009) e o Guia escolar (2011) apresentam para que a escola

desenvolva ações de enfrentamento ao fenômeno da violência sexual, procurando por meio dos percursos transversais, adquirir maturidade e competências baseadas na escuta, no respeito, na valorização as diferenças, na capacidade de desenvolver com crianças e adolescentes processos que promovam a autoestima, autonomia e habilidades racionais. Sob os princípios contidos nos Parâmetros Curriculares Nacional, no que compete ao trabalho com os temas transversais, o Guia Escolar (2011), esclarece quais são os fundamentos de tais temas para a formação de uma identidade cidadã:

- Dignidade humana: implica respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas;
- Igualdade de direitos: refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto, há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, entre outras) e desigualdades (socioeconômicas) que devem ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada;
- Participação: como princípio democrático, traz a noção de cidadania ativa, que é a complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, além da compreensão de que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe, étnicas, religiosas, além de outras;
- Corresponsabilidade pela vida social: implica partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva. Nesse sentido, tornam-se responsabilidades de todos a construção e a ampliação da democracia no Brasil.

A partir desta compreensão sobre o trabalho pedagógico transversal citados pelos documentos acima mencionados, Brinhosa (2003) faz sérias ressalvas sobre tal questão. Este autor concorda que a busca das interfaces do conhecimento é um das possibilidades de retomarmos o processo de totalidade do materializado existente, e assim propiciar as possibilidades a cada pessoa de apropriar-se dos conhecimentos básicos e necessários para o exercício de sua função social. Uma vez proprietário desta condição, o sujeito no seu meio social contribuirá em conformidade com as condições existentes, para a produção da transformação da realidade e, esta transformação só é

possível por meio de um projeto histórico que dê conta de desvelar as condições materiais produzidas e de estabelecer as bases para a sua superação.

Isto posto, na concepção de Brinhosa (2003), tendo por base o projeto de sociedade capitalista, a transversalidade nada mais é do que uma invenção para a fragmentação do conhecimento, posto que tem por finalidade ampliar as formas de negação de uma análise mais totalizante e materialista histórica. Trazendo esta discussão para o campo da exploração sexual contra crianças e adolescente, é primordial que os(as) educadores(as) tenham conhecimento de toda a dinâmica que circunda este fenômeno, ou seja, que a exploração sexual é concebida como uma violação dos direitos mais elementares da criança e do adolescente e, esta violação é decorrente do entrelaçamento e diversos fatores presentes nas dimensões da violência estrutural, violência social e interpessoal. (LIBÓRIO, 2007)

Na segunda fala - (Professor(a) F, faz-se necessário compreender o que é um trabalho interdisciplinar no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Inicialmente, faço uma análise da fala do(a) professor(a), sobre o entendimento que se tem sobre trabalho pedagógico interdisciplinar. Para este sujeito, trabalhar sob esta perspectiva significa trabalhar em sala de aula um tema, no caso violência sexual contra crianças e adolescentes, com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender, que diferentes disciplinas, mesmo diante de suas particularidades e independência de conteúdo, podem interligar-se afim de fortalecer os esclarecimentos sobre um dado tema, tornando esse conhecimento mais objetivo, claro e de fácil compreensão. Esse caminho possibilita a abertura para diferentes sabedorias e interpretações da realidade, transpondo dessa maneira, o pensar fragmentado.

Nesse sentido, Brinhosa (2003), argumenta que tendo por base o projeto histórico fundamentado no materialismo histórico, a interdisciplinaridade é a possibilidade de interpretação de conteúdo-forma entre as disciplinas e o conhecimento universalmente produzido. Nesta concepção, os profissionais são justapostos, cada um fazendo o que sabe sem haver interpenetração nem de forma, nem de conteúdo. A interpenetração existente ocorre durante a produção do conhecimento, de forma conjunta, desde o início da colocação do problema. Além das interpenetrações. É necessário buscar os mecanismos de produção de tal conhecimento na natureza, seu desenvolvimento, sua história e sua consistência na materialidade.

Em se tratando da concepção da interdisciplinaridade vinculada à ação pedagógica, Brinhosa (2003), diz:

Com a compreensão de que a educação é em si a totalidade do contexto no qual ela está inserida, a prática pedagógica deve buscar a superação da compartimentação do ensino através do trabalho em suas especificidades, mas com a clareza de que a compreensão da totalidade é que produz a dimensão do trabalho das partes. Isto faz com que cada conteúdo a ser trabalhado expresse a forma pela qual se estruturou historicamente este ou aquele conteúdo ou conceito, além da compreensão objetivada do seu dinamismo, para não se transformar em aistórico, ou seja, desvinculado de todo o processo de produção universal. Portanto, trabalhar os conteúdos de forma sistematizada e contextualizada requer uma mudança na postura político-pedagógica e no assumir, com real competência, o espaço sala de aula. (BRINHOSA, 2003, p. 182)

O entendimento que se tem a partir dos argumentos do autor é que trabalhar pedagogicamente de forma interdisciplinar pressupõe a superação do trabalho individual em favor da produção coletiva. Um trabalho, conforme enfatiza Brinhosa (2003) que não se baseie nas limitações das estruturas curriculares fechadas, nas idealizações; na ausência de um consenso conceitual sobre integração e interdisciplinaridade; nas definições da função social da escola. A superação destas e de outras limitações contribuirá para que os(as) alunos(as) sejam instrumentalizados com possibilidade de fazer a leitura do mundo que o circunda, ocorrendo a decodificação do real concreto e materializado e, assim, fomentar uma produção sistematizada de conceitos e valores que possibilite a cada aluno(a), construir sua cidadania e reconhecer-se enquanto sujeitos de direitos e deveres.

Ainda referente às ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes empreendidas pelos(as) professores(as), observa-se que a maioria diz trabalhar sobre o tema por meio de conversas livres em sala de aula com os(as) alunos(as). Vejamos algumas falas:

A estratégia que mais uso para ajudar a combater essa violência contra as crianças e os adolescentes se dá através de conversa informal. [...] Hoje a finalidade principal dessas conversas é tentar fazer com que meus alunos sejam mais abertos e tentem entender ou aceitar que a exploração sexual não é aquela apenas com violência física [...] Mas é mostrar, principalmente, para as meninas que muitos homens maduros e até mesmo casados as iludem com bom papo para envolvê-las tanto sentimental como sexual e algumas chegam a engravidar e são largadas com a responsabilidade de uma vida inocente em suas mãos. (Entrevista, Professor(a) C, 2015) (Entrevista, Professor(a) C, 2015)

Sim. São trabalhados textos os quais abordam essa temática, levando o discente a refletir sobre essa prática abusiva. [...] São realizados debates em sala de aula com o objetivo de compartilhar o conhecimento de cada um e

conscientizar sobre causas e consequências desse crime. (Entrevista, Professor(a) E, 2015)

Eu desenvolvo sim. Realizo conversação sobre aconselhar meus alunos para não pegar na rua coisas de pessoas estranhas, não conversar com pessoas estranhas e a falar, até mesmo as crianças, quando alguém estiver querendo fazer algo estranho com elas. [...] Desenvolvo essas práticas por meio de roda de conversas com as crianças. As conversas são livres, informais e as crianças relatam através delas (das conversas) sobre a convivência delas em casa e na rua. (Entrevista, Professor(a) G, 2015)

Eu desenvolvo atividades de conscientização sobre o tema através de conversa com os alunos em sala de aula. (entrevista, Professor(a) H, 2015)

Eu enfatizo o tema quando trabalho aulas de Ciências que estão ligados ao tema. [...] Trabalho o tema através de vídeos, confecção de mural com o objetivo de trazer um alertar para os alunos. (Entrevista, Professor(a) J, 2015)

Eu trabalho esse tema através de diálogo com a turma. [...] Essa estratégia metodológica tem como finalidade de que as crianças saibam conhecer a si próprios e saibam se defender. Para isso, são convidados a participar dos diálogos pessoas que trabalham no Conselho Tutelar. (Entrevista, Professor(a) L, 2015)

Segundo Paulo Freire (1974) a comunicação autêntica, estabelecida pelo diálogo, é que transforma a pessoa em criadora e sujeito de sua própria história. Tomando este enunciado de Freire, concorda-se que trabalhar a práxis pedagógica estabelecendo uma relação dialógica com os (as) alunos(as) acerca de temas significantes para sua vida, contextualizados, interessantes, curiosos, inquietantes, pode contribuir sobremaneira para que os(as) professores(as) conheçam seus(suas) alunos(as), suas dificuldades, angústias, medos, sonhos e, assim, ajudá-los(as) a superar os desafios que de alguma forma possam estar interferindo negativamente no seu desenvolvimento enquanto indivíduo, pessoa, sujeito.

No que respeita à prática de violências, crianças e adolescentes comunicam de diversas formas que estão vivenciando situações de maus tratos e abusos sexuais. Esta comunicação se dá, em maior proporção de forma não verbal. Por isso, é importante que ao dialogar sobre tais assuntos em sala de aula, os(as) professores(as) estejam capacitados para isso. O diálogo estabelecido precisa ser um processo amoroso, com uma linguagem clara, respeitando o nível de maturidade cognitiva dos(as) discentes, objetivando que estes(as) interajam de forma espontânea e, assim, conseguir alcançar o objetivo proposto que é sensibilizá-los como se comportar diante de situações suspeitas de violação de seus direitos sexuais. Pois crianças e adolescentes sexualmente saudáveis (FURLANI, 2011):

- São aquelas que se sentem bem com seus corpos;

- Que respeitem os membros da família, incluindo outras crianças e outros adolescentes;
- Que entendem o conceito de privacidade;
- Que tomam decisões adequadas a sua idade;
- Que ficam à vontade para fazer perguntas;
- Que sentem-se preparadas para a puberdade e para a vida adulta.

Após a pergunta sobre de que forma os sujeitos da pesquisa abordam sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes em sala de aula, questionei se já se depararam, na sua sala de aula, com crianças ou adolescente que estivessem vivendo em estado de exploração sexual ou outro tipo de violência sexual. E se já se depararam que atitudes foram tomadas. Eis uma resposta:

Eu já me deparei com um caso assim há quatro atrás ao lecionar pra educação infantil [...] Eu tive um aluno que sofreu abusos praticados por seu vizinho. Naquele momento eu orientei a mãe a procurar justiça e, em relação a criança, sempre dava um jeito de não deixa-lo sozinho, pois percebia que ele queria sempre estar isolado de todos os colegas. (Entrevista, Professor(a) C, 2015)

Na conjuntura atual, os(as) professores(as) se deparam com uma “demanda desconcertante e mutante” (COSTA, 2014) de desafios que adentram o espaço escolar, desafios que vão muito além da tarefa de ensinar as habilidades e competências contidas nos conteúdos curriculares. Dentre estes, está a nefasta realidade do fenômeno da violência contra crianças e adolescentes. Pelas discussões realizadas no contexto deste trabalho sobre suspeitas e casos confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes, percebe-se o quanto é complexo lidar com tal situação, uma vez que a dinâmica da violência não é um movimento simples por estar numa trama de silêncios, medos, cumplicidades e, muitas vezes em proteção ao agressor e culpabilidade da vítima.

Porém, mesmo diante dos fatos, é sabido que o(a) professor(a) não pode eximir-se em ajudar a criança ou o adolescentes que estejam sofrendo tal violência, primeiro por uma questão de humanidade, de justiça e, segundo por ser uma questão expressa em lei. Procurar ajuda junto a equipe gestora da escola, assim como junto aos seus pares de profissão é um meio pelo qual o(a) professor(a) pode estar contribuindo para que esta forma de violência contra crianças e adolescente seja revelada e denunciada.

Também, é muito válido quando a criança ou adolescente abusado possuem apoio da família no processo de superação do problema. Assim, juntos, escola e família, uma vez empoderadas das informações e conhecimentos necessários sobre a violência sofrida por esses sujeitos, o enfrentamento do problema será mais eficaz, pois este é um dever legal e ético onde todos os envolvidos com o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente têm a obrigação de tomar providências imediatas na direção da garantia da proteção. (FUZIWARA e FÁVERO, 2011).

Analiseemos outra fala:

Eu tive uma aluna que era abusada sexualmente pelo tio e pelo primo. A família da aluna era muito desestruturada de todas as formas [...] Eram muitas pessoas morando praticamente só num quarto e lá podia acontecer de tudo [...] nos dias de hoje essa aluna tem oito anos e está fazendo o terceiro ano. Ela tem muita dificuldade de aprendizagem. Fala muitos palavrões. É agressiva, não consegue se concentrar para fazer as atividades e não consegue se relacionar com ninguém. [...] Minha atitude, primeiramente, foi de angústia, de indignação. Mas depois da suspeita do caso eu fiz uma pesquisa da questão e comuniquei para a secretaria da escola. A escola denunciou o abuso para o Conselho Tutelar e daí em diante passou a tomar conta do caso. (Entrevista, Professor(a) G, 2015)

Nesta outra fala, observa-se novamente a constância da violência sexual intrafamiliar e, neste caso, a criança era abusada sexualmente por dois membros de sua própria família e, pela fala do(a) professor(a), um dos fatores que contribuiu para esse acontecimento foi fato da família ser desestruturada social, afetiva e economicamente, entre outros fatores. No entanto, de acordo com Pedersen e Grossi (2011) todas as formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes, sobretudo, as que ocorrem dentro do convívio familiar, não podem ser compreendidas sem que seja estabelecida uma relação com a violência que paira em nossa sociedade, ou seja, com a violência estrutural. Esta se manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade de condições do capitalismo moderno, articulando-se com outras formas particulares de violência.

No caso de Juruti(PA), muitas famílias que migraram do meio rural para cidade, de acordo com relatos de moradores local, desfizeram-se de todos os seus bens para virem tentar nova vida no meio urbano. Venderam suas pequenas propriedades acreditando que ao chegarem na cidade iriam desfrutar de uma vida mais confortável, posto que a crença nesta melhoria de condições vida era comum em seus pensamentos. No entanto, a maioria não conseguiu se firmar na cidade, não tiveram acesso ao trabalho proporcionado pelas empresas mineradoras instaladas na região por não possuírem mão

de obra qualificada para os serviços exigidos, ficaram desprovidas de moradia digna, tendo que instalarem-se em moradias improvisadas em invasões de terras situadas na periferia, assim como, sem condição econômica de sustento.

Via de regra, as famílias eram/são numerosas e as moradias, quase sempre, estruturadas de apenas um cômodo onde todos viviam e conviviam nesse mesmo espaço, ou seja, crianças, adolescentes e adultos dividindo o local de moradia, sobrevivendo num estado de pobreza e vulnerabilidade social.

É importante dizer que a concepção de pobreza exposta, está vinculada, nos dizeres de Pedersen e Grossi (2011, p. 33),

[...] ao modelo de produção capitalista, que gera desigualdade ao gerar desemprego, não garantia de acesso às políticas públicas, trabalho precário, entre outros fatores que tornam cada vez mais visível a desigualdade entre classes. [...] Assim, destaca-se o quanto a pobreza contribui para tornar a família vulnerável no sentido de não poder garantir proteção e os cuidados devidos a seus membros constitutivos e, conseqüentemente, originar um ambiente propício para ocorrência de outras formas de violência, tendo em vista que a privação do trabalho, renda, comida, educação, assistência, saúde, habitação, entre outros direitos, constitui-se também em forma de violência que vitima as famílias que fazem parte e vivenciam diariamente esse processo de negação de seus direitos.

No contexto da vulnerabilidade social e econômica que estas famílias se encontram, os sujeitos que mais sofrem conseqüências nefastas são as crianças e os adolescentes. Infelizmente, estão sujeitos a toda forma de violência, incluindo aí a violência sexual. Contudo, é normal considerar que a família, qualquer que seja a natureza de suas configurações, deve atuar como referencial para o desenvolvimento afetivo e social da criança e do adolescente, mas em alguns casos, é onde seus direitos são violados (QUAGLIA; MARQUES; PEDEBOS, 2011). As conseqüências da violência sexual são muito danosas a um desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Tais conseqüências podem ser notadas por meio de sinais materiais e/ou por sinais comportamentais ou provas imateriais, conforme explica o Guia Escolar (2011). Vejamos alguns que se encaixam nos sintomas que a criança, vítima de violência sexual citada na fala do(a) professor(a) apresenta :

- Mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão.

- Comportamento disruptivo⁷, agressivo, raivoso, principalmente dirigido contra irmãos e o familiar não incestuoso.
- Dificuldade de concentração e de aprendizagem, resultando em baixo rendimento escolar.
- Ausência ou pouca participação nas atividades escolares.
- Tendência a isolamento social, apresentando poucas relações com colegas e companheiros.

Os sintomas acima apresentados que a criança e o adolescente passam a desenvolver enquanto vítimas de violência sexual fazem parte de um universo muito maior sinais e comportamentos destrutivos. E estes sintomas se tornam ainda mais negativos quando a família, núcleo protetora desses sujeitos não cumpre com o seu papel. Observemos esta entrevista:

Certa vez me deparei com um caso desses com uma criança de seis anos que era minha aluna do primeiro ano. Eu descobri a situação depois de uma conversa que fiz na sala de aula sobre o cuidado que temos que ter no nosso corpo [...] Depois dessa conversa, em um momento que eu estava fora da sala de aula, a criança se aproximou de mim e me contou que o padrasto dela passava a mão em todo o corpo dela e enfiava o dedo na sua vagina. [...] Eu fiquei horrorizada e sem saber o que fazer. Pensativa, fui para casa e conversei com meu marido e ele me aconselhou a investigar o fato e, foi o que eu fiz. [...] Comuniquei a direção da escola e comecei a me aproximar pouco a pouco da família da criança [...] Só que a mãe desconfiou que eu sabia do que estava acontecendo. Daí ela proibiu a filha de contar qualquer coisa que acontecesse na casa dela. [...] A mãe convenceu a criança de que se ela continuasse contando o que o padrasto fazia ele seria preso [...] A mãe dizia que se ele (o padrasto) fosse preso não ia ter mais quem sustentasse elas. [...] Encaminhei o fato à direção da escola e visita à família da criança não foi mais possível. (Entrevista, Professor(a) H, 2015)

A fala a seguir nos coloca em várias situações que revelam um pouco da dinâmica do abuso sexual contra crianças e adolescentes a começar pela narrativa do(a) professor(a) sobre como descobriu que uma de suas alunas estava sendo violentada sexualmente pelo padrasto. Verifica-se que se soubermos estabelecer um bom diálogo com nossos alunos e nossas alunas sobre temas que se mostram difíceis se serem tratados e compreendidos, podemos auxiliar no desvelamento de situações que por alguma razão podem estar comprometendo negativamente, não só o sucesso das aprendizagens curriculares, mas também a possibilidade de um desenvolvimento saudável e feliz de tantas crianças e adolescentes.

⁷ adj. Que provoca ou pode causar interrupção; que acaba por interromper o seguimento normal de um processo. Que tem capacidade para romper ou alterar; que rompe.

Muitas vezes, a criança ou o(a) adolescente começa a perceber que alguma coisa de errado está acontecendo com ela e que é resguardado pelo segredo familiar, pode aparecer no decorrer de atividades relacionadas a temática da violência sexual e, sobretudo quando estas atividades são desenvolvidas por meio do diálogo entre professores(as) e alunos(as) em sala de aula. A criança e o adolescente começam a perceber que aquilo que acontece com ela dentro de sua própria casa não é algo normal. Por isso, é importante saber conversar e, especialmente, saber ouvir e decifrar os sinais que a criança e o adolescente transmitem, o que não é tarefa fácil. No entanto, por meio de uma relação amorosa, baseada na confiança, estes sujeitos podem revelar tais segredos nefastos.

Landini (2011, p. 87) assim fala a respeito de quando uma criança ou um(a) adolescente revela sobre a violência sofrida e de que forma os profissionais, aqui destaco os(as) professores(as) devem interagir nesse diálogo:

Quando uma criança ou adolescente revela um caso de abuso ou exploração, é importante que o adulto lhe diga que ela não tem culpa, independentemente de ter ou não ter dito “não”, de ter ou não lutado, revelado o ocorrido, iniciado o sexo ou até mesmo tido algum prazer. Muitas vezes, a vítima revela o abuso aos poucos; ela testa seu ouvinte e estará mais propensa a falar se sentir que é entendida. Também é comum o uso de dispositivos para minimizar seu envolvimento e seus atos, dizendo, por exemplo, que estava dormindo, drogada, bêbada etc., mesmo quando isso não é verdade. É importante deixar que ela utilize esses dispositivos. [...] se a violência sexual pode gerar traumas na criança ou adolescente, a revelação e o período posterior também o podem. É preciso atenção, cuidado e perspicácia ao que será dito e ao que será feito. Nesse sentido cabe pensar e discutir o papel da escola e dos profissionais da educação neste momento delicado.

Sanderson (2005) esclarece que para muitas crianças, é extremamente difícil a violência sexual que está sofrendo, principalmente por serem muito pequenas para expressar sua experiência verbalmente ou por não serem capazes de classificá-la como violência sexual. Elas podem pensar que as pessoas não acreditarão nelas, que serão apontadas como culpadas ou que serão punidas. Muitas podem querer proteger o abusador, especialmente se ele ou ela for uma pessoa de confiança, de quem gostam e que não querem que seja punida. Outras podem se sentir embaraçadas, culpadas ou envergonhadas de tal forma em relação ao abuso que não querem revelar seu segredo. Quando o abusador ameaça a criança com alguma punição – como a de que ele pode ser mandado embora ou morto -, ela se sentirá ainda mais aterrorizada ao pensar em revelar o abuso por medo das consequências.

Mesmo diante de todo esse cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes, e da complexidade que é trabalhar no enfrentamento de tal problema, faz-se primordial que a escola e os(as) professores(a) abstraíam posturas e comportamentos de defesa e prevenção deste fenômeno. Sobre os procedimentos e posturas que o(a) professor(a) deve possuir diante de casos de suspeita ou confirmação de violência sexual que algum(a) de seus(suas) alunos(as) , o primeiro deles é que não se pode omitir-se diante do fato, posto que é dever e obrigação da escola e, conseqüentemente, dos profissionais da educação, trabalhar e lutar contra as práticas deste tipo de violência.

Por isso, é deveras fundamental, que a escola esteja preparada/capacitada para saber lidar com o problema, e isto, só é possível por meio de políticas públicas educacionais que de fato a instrumentalize para se tornar espaço de prevenção no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. O olhar do(a) professor(a) precisa estar treinado para identificar os sinais de abuso e saber qual é a melhor maneira de abordar a criança ou o adolescente, como realizar a denúncia ou mesmo a quem recorrer. (GUIA ESCOLAR, 2011)

A partir da fala do(a) professor(a) H, percebe-se, que mesmo que não tenha tido formação precisa para saber lidar com casos dessa natureza, o(a) mesmo(a) procedeu de forma consciente de que não podia “cruzar os braços” e partiu para busca de ajuda e os possíveis caminho que podia estar palmilhando em direção a resolução do problema, como por exemplo: buscou conselho junto ao(a) seu(sua) companheiro(a), o(a) qual lhe disse que investigasse melhor a revelação; comunicou o ocorrido à Direção escolar e; procurou se aproximar da família da criança.

Esta terceira atitude do(a) professor(a) traz novamente à discussão o papel da família diante da violência sexual crianças e adolescente e quando está violência acontece na ambiência da casa tendo como violador o marido, o padrasto, o companheiro da mãe da vítima. Corretamente, o(a) professor(a) procurou, a partir da revelação feita por sua aluna, conhecer a família da vítima, assim criar laços de diálogo e confiança junto a mesma. Isto tudo para se certificar da veracidade dos fatos.

O Guia Escolar (2011) cita algumas proposições de como a escola pode proceder junto a família nesses casos. É aconselhável que a escola procure imediatamente a família. Como um princípio geral, é importante ser aberto e honesto, ao conversar com os pais. Os pais têm responsabilidades básicas na educação de seus filhos e, salvo algumas exceções, devem ser informados o mais breve possível sobre as preocupações

relativas a eles. O educador deve explicar claramente que a família se beneficiará de ajuda competente. Além do mais, a família também precisa acompanhar os desdobramentos da notificação.

Porém, considerando a possibilidade de o autor do abuso ser alguém próximo da criança ou do adolescente, pode haver circunstâncias em que não será apropriado informar imediatamente aos pais, por ser prejudicial para a investigação. Se a criança ou adolescente estiver sofrendo violência sexual de alguém próximo, a família poderá não apoiá-los, aumentando ainda mais os riscos que a vítima corre. E isto foi o que ocorreu no caso revelado, pois a mãe da criança abusada ao perceber a intenção do(a) professor(a) e ao deduzir que este(a) sabia do que estava ocorrendo em sua casa sobre a violência sexual cometida por seu companheiro contra sua filha, resolveu tomar uma atitude que contraria o papel que as mães devem desempenhar junto à criação e desenvolvimento de seus filhos e de suas filhas.

Usando do argumento que se a criança continuasse falando para outras pessoas sobre o que o padrasto fazia com ela, a mãe a ameaçou dizendo que este poderia ser preso e, como consequência disso, não haveria quem as alimentasse. Neste discurso vemos o acobertamento da ação do violador consentido pela mãe, justificado pelo poder econômico que este possuía frente à família. Este fato espelha a relação de poder existente entre abusador e vítima. Mediante isto, a criança pode retrair-se, sentir culpa, medo e, então, compactua com a regra do segredo e do silêncio impostos pela família.

Sanderson (2005) diz que a violência sexual que a criança sofre tem um impacto muito grande sobre ela, posto que a consequência não é apenas a violação dos seus direitos sexuais, mas que também causa impacto de ordem emocional e psicológico. Este conflito se torna particularmente mais danoso quando este tipo de violência acontece dentro da família. Quando afeição e abuso sexual, amor e sofrimento estão entrelaçados, a realidade parece distorcida, criando ilusões e percepções erradas. Muitas crianças sentem-se incapazes de confiar em suas próprias percepções sobre o que é e o que não é apropriado. Elas não conseguem mais confiar em si mesmas, quanto mais em qualquer outra pessoa. Tornam-se confusas sobre como se sentir, se devem ouvir a mágoa e a dor internas ou se devem “aceitar” o abuso porque é isto que o abusador e até mesmo sua mãe desejam.

Krüger e Silva (2013) por seu turno, dizem que a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes pode funcionar como evitador ou regulador de conflitos

para a família objetivando a sua não desintegração. Para tanto é necessário o estabelecimento do pacto de silêncio entre os membros da família e/ou de pessoas de seu relacionamento, que deveriam dar proteção à criança ou adolescente, mas paralisam-se, agindo como se estivessem aliados ao agressor. Dessa forma desconsideram os sinais ou até mesmo a queixa explícita da vítima. Após a revelação, algumas famílias “justificam” a negligência com o temor pela própria vida ou de outros, a ocorrência de situações passadas ou o medo de desamparo financeiro ou emocional, que levam ao conformismo.

Diante das consequências caóticas da revelação, muitas crianças e adolescentes tentam amenizar a situação desmentindo a afirmação. A retratação, contudo, possui um duplo efeito sobre a criança ou adolescente e a situação de abuso. Do ponto de vista pessoal, uma vez mais, a vítima acaba sofrendo as consequências de mentir, quando admite que “inventou” o ocorrido. Do ponto de vista da responsabilização do autor da violência sexual, a denúncia pode não gerar as chamadas “provas materiais ou testemunhais da ocorrência do abuso”, o que dificulta a quebra do ciclo de impunidade. (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 79)

Ao longo deste trabalho observa-se o quanto o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes é complexo e tecido numa teia emaranhada que dificulta muito a prática de ações de enfrentamento pelos sujeitos que lidam diretamente com crianças e adolescentes, como é o caso dos(as) professores(as). Pelas falas dos profissionais da educação que fazem parte desta pesquisa percebe-se que estes tem toda boa vontade de ajudar a combater este problema, porém a maioria sente-se inseguro sobre que atitudes tomar. Vejamos algumas falas que revelam sobre a dificuldade de lidar com casos de suspeita e/ou confirmação deste tipo de violência sexual:

Eu senti muita dificuldade para lidar com esse caso de violência sexual. É difícil tomar a atitude correta nesse caso quando não temos as informações necessárias sobre o assunto e as informações de como agir. (Entrevista, Professor(a) C, 2015)

Esta primeira fala reafirma o que já se vem discutindo neste trabalho sobre a importância e necessidade de termos informações e conhecimentos pertinentes sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. Isto é importante para diretrizar as ações que escola e professores(as) precisam tomar em casos dessa natureza com o objetivo de ajudar a quebrar as correntes desse problema profundamente

prejudicial à vida de crianças e adolescentes, pois esta prática nefasta representa danos ao “desenvolvimento físico, sexual, social e emocional nos sujeitos vitimizados, produzindo consequências de curto e longo prazo, nos aspectos orgânico, comportamental e psicológico refletindo e influenciando ao longo de sua vida” (KRÜGER e SILVA, 2013, p. 25).

No Guia Escolar (2011) há também informação do quão é importante, fundamental e legal ajudar a vítima a enfrentar o abuso sexual de forma urgente, porém tranquila, séria, cuidadosa, respeitosa, afetiva e competente, e assim, pode-se evitar que as consequências dessa violência marquem cruelmente a sua vida no futuro, tais como:

- Sequelas advindas dos problemas físicos gerados pela violência sexual: Lesões, hematomas e DST podem interferir na capacidade reprodutiva. A gestação pode ser problemática, com o surgimento de complicações orgânicas, cujas causas podem ser psicossociais. Esses problemas são capazes de levar à maior morbidade materna e fetal.
- Dificuldade de ligação afetiva e amorosa: Por causa do profundo sentimento de desconfiança entre as pessoas em geral, pelo temor de reeditar a experiência traumática ou, ainda, pela dissociação entre sexo e afeto, que gera sentimentos de baixa autoestima e culpa, bem como pela depressão prolongada causada pelo medo da intimidade.
- Dificuldades no desenvolvimento de sexualidade saudável: A dificuldade em estabelecer ligações afetivas pode estar associada à questão da sexualidade, ou interferir nela. As pessoas que sofreram violência sexual podem evitar todo e qualquer relacionamento sexual por traumas e/ou por fatores fóbicos que bloqueiam o desejo. Podem, ainda, vivenciar relações sexuais de baixa qualidade, com incapacidade de atingir o orgasmo ou muita dificuldade para atingi-lo e ter problemas de identidade sexual.
- Tendência a sexualizar demais os relacionamentos sociais: Algumas pessoas podem ter reações opostas, por conta de fatores como apresentar incapacidade de distinguir sexo de afeto, ou fazer confusão entre amor parental e manifestações sexuais e compulsão sexual, como tentativa de se sentir amadas e adequadas socialmente. Tudo isso também pode gerar trocas sucessivas de parceiros.

- Estigmatização e menos-valia: Muitas crianças e adolescentes sentem-se irreparavelmente estigmatizados, sentimento denominado “síndrome da mercadoria estragada”. Esse sentimento produz a sensação de que são seres de “qualidade inferior”, o que pode gerar dois tipos de conduta: atitude autodestrutiva (abuso de substâncias psicoativas, ações de risco, automutilação, atos suicidas e comportamento desafiante que se autoinfligem como castigo) ou necessidade descontrolada de serem aceitos e de se impor nos relacionamentos e grupos sociais.
- Complexo de traição: A criança ou adolescente pode adquirir dificuldade crônica de confiar nas pessoas por acreditar que pode ser traído a qualquer momento. Afinal, foi enganado pelas pessoas que deveriam protegê-lo. Esse complexo pode gerar condutas de evitação do estabelecimento de relações afetivas de amizade ou amorosas e causar transtornos de ansiedade.
- Consumo de substâncias lícitas e ilícitas: Qual quer associação mecânica entre abuso sexual e uso de drogas mais atrapalha a vida das vítimas do que ajuda. Apesar disso, algumas confessam ter inicialmente usado drogas para esquecer a dor e a baixa autoestima, mas admitem que, posteriormente, o vício ficou incontrolável.
- Engajamento em trabalho sexual (prostituição): Muitos profissionais do sexo sofreram abuso quando crianças. Porém, não se deve estabelecer nenhuma relação mecânica entre abuso sexual e prostituição. Milhares de crianças que foram vítimas de abuso sexual não se tornam trabalhadoras do sexo quando adultas. A conexão que existe entre um fator e outro, e que a experiência de abuso deixa bem clara, é que a única coisa – ou a mais importante – que as outras pessoas querem delas é sexo. Paradoxalmente, provendo sexo, esses indivíduos encontram certo sentimento de valor, como uma forma de mediação. Posteriormente, essa atividade transforma-se em estratégia de sobrevivência.

Diante do exposto, percebe-se o quanto urge a necessidade de, enquanto profissionais da educação, com responsabilidade e compromisso, ético, moral, social e legal com a formação dos nossos(as) alunos(as), nos mantermos informados e atualizados sobre os conhecimentos fundamentais para uma práxis efetiva no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Porém, ainda que saibamos dessas importâncias, na maioria das vezes sentimos dificuldades em agir na

prática da prevenção e proteção à vida dos púberes, não só por desconhecimento de causa, mas por conta do medo, do pânico em sofremos qualquer tipo de punição por nos envolvermos no problema. Isso é o que diz a fala a seguir:

Sim, tive muita dificuldade. Eu tive medo de os parentes dela fazer alguma coisa comigo. (Entrevista, Professor(a)(G, 2015)

Na fala acima, a maior dificuldade em tratar o caso vivido pelo(a) professor(a) concentra-se na dimensão do medo em sofrer retaliação por parte do agressor ou de algum parente da vítima. Este tipo de sentimento faz com que a pessoa que descobriu o caso de violência sexual se omita e não vá em busca de ajuda.

Conforme o Guia Escolar (2011) muitos professores e professoras, mesmo sabendo que a notificação da violência sexual contra crianças e adolescentes às autoridades competentes é uma obrigação legal, na maioria das vezes não notificam o caso por diversos motivos:

- Desconforto emocional e psicológico: O tema da sexualidade humana e, sobretudo, da sexualidade infantil é, em grande parte, um tabu. Isso faz com que muitos educadores tenham dificuldade em tratar de assuntos relacionados a ele. A essa dificuldade de ordem cultural acrescentam-se as de cunhos emocional e psicológico dos próprios educadores. Também pode ocorrer que muitos educadores também vivenciaram situações de abuso e, inconscientemente, resistem em relembrar esses momentos difíceis.
- Falta de percepção das situações de abuso e de informação em saber como proceder: O olhar de muitos educadores não está treinado para identificar os sinais de abuso sexual. Alguns suspeitam da ocorrência, mas não sabem qual é a melhor maneira de abordar a criança ou o adolescente, como realizar a denúncia, ou mesmo a quem recorrer.
- Falta de tempo: Por saber que essas ações demandam tempo, tanto para a proteção de crianças e adolescentes quanto para a responsabilização dos autores de abuso sexual, muitos educadores acabam se omitindo. Queremos lembrá-los que proteger crianças e adolescentes sexualmente abusados faz parte de seu trabalho. Dedicar seu tempo para criar uma cultura de respeito aos direitos de crianças e adolescentes poderá evitar que novas gerações passem pelo mesmo

tipo de violência e garantir que tenham vida adulta saudável dos pontos de vista sexual e afetivo. Omissão também é crime.

- Medo de se envolver em “complicações” familiares ou legais: Muitos educadores e autoridades escolares têm medo de possíveis complicações envolvendo a família de crianças e adolescentes ou os próprios autores de abuso sexual. É importante destacar que a escola pode fazer a denúncia de forma anônima, apesar de não ser essa a melhor solução. E o educador também pode pedir proteção à polícia, em caso de ameaça.
- Falta de credibilidade da polícia e da justiça para a resolução dos casos: Vários educadores não acreditam que a notificação possa garantir a proteção de crianças e adolescentes ou que a justiça responsabilize os autores de violência sexual.

Este último motivo que especifica a dificuldade dos(as) professores(as) em lidar com casos de violência sexual está exposta na fala do(a) professor(a) que diz:

Eu acho que é sempre difícil lidar com casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. É um assunto muito complicado de ser resolvido e na maioria das vezes nada é feito contra os agressores. (Entrevista, Professor(a) H, 2015)

A partir das falas dos sujeitos que fazem parte desta pesquisa sobre as ações de enfrentamento ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, observa-se que a maioria deles, de alguma forma procuram desenvolver atividades que possam contribuir para o combate a esse problema. No entanto, estas ações são fragilizadas por uma série de fatores que não permitem sua eficácia neste enfrentamento, como por exemplo: a falta de informação sobre o fenômeno em questão; o medo em se envolver nos casos de suspeita ou confirmação de violência sexual e; a falta de credibilidade na polícia e na justiça.

No entanto, estes motivos não justificam, nem moral e nem legalmente a omissão e a negligência praticada por muitos professores em relação a garantia de direitos que crianças e adolescentes possuem em não ter sua vida sexual violada. Pois como afirma Bittar (2012) a prevenção da violência sexual e a constituição de atores sociais conscientes, são construções sociais que dependem do engajamento de todos, onde se destaca a escola como um lugar de produção e reprodução dessas construções. Assim sendo, após realizar uma investigação junto aos profissionais da educação que trabalham nas escolas municipais de Jututi(a), verificando e analisando o que sabem e

como agem em sala de aula no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, pergunta-se então, qual tem sido o papel da escola nesse processo para além das práticas pedagógicas docentes.

5.4. O papel da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes

No Eixo Prevenção do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra crianças e Adolescentes - PNEVSCA, observa-se com clareza a importância atribuída à escola como espaço de “assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa” (BRASIL, 2013, p. 27). Porém, para que a escola esteja apta a se tornar esse espaço de prevenção, necessário se faz que ela ressignifique sua cultura e rotina no processo de ensinar/aprender a fim de garantir aos(as) alunos(as) possibilidade efetiva de construção de cidadanias protagonistas de sua própria história.

Nessa perspectiva e corroborando com a ação número um do Eixo Prevenção estabelecida pelo PNEVSCA (2013), que diz que deve haver promoção de ações educativas/ formativas nos espaços de convivência de crianças e adolescentes para a prevenção ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes visando garantir os seus direitos sexuais, observando temas transversais como gênero, raça/etnia, orientação sexual etc, o Guia Escolar (2011, p. 125) esclarece que,

A escola tem papel importante na prevenção da exploração sexual comercial de adolescentes, em razão de sua função de informar e formar crianças e adolescentes. Uma maneira de fazer isso é discutir o tema com todos os membros da comunidade escolar. O modo mais produtivo de debater o assunto é inseri-lo em um programa transversal de educação para a saúde sexual, em que o desenvolvimento da sexualidade seja apresentado como um direito e sob uma visão positiva.

Discutir sobre sexualidade em sala de aula não é trabalho simples para muitos professores(as), uma vez que essa discussão os medos, ansiedades e inibições dos(as) professores(as) quanto á sexualidade, por esse e outros motivos, tais profissionais não sabem como conduzir uma aula junto as crianças e aos adolescentes de forma clara, responsável e comprometida com a garantia de um desenvolvimento sexual saudável deste sujeitos. À luz desses motivos, inicialmente, é pertinente que a escola possua um planejamento de estudo, análise de discussão sobre o tema e que neste planejamento haja uma definição consciente da escolha teórica, garantindo, assim, ao seu trabalho, uma coerência teórico-prática. Neste ponto, defende-se a ideia a adesão a uma teoria

crítica que vise a emancipação do sujeito por meio do esclarecimento de sua condição no mundo.

Na sociedade da qual fazemos parte todos e todas possuem direitos sexuais universais que devem ser respeitados e quando se todos(as), aí estão inclusas as crianças e os adolescentes e, que a sexualidade é construída discursivamente e se manifesta na infância, na adolescência, na vida adulta e na terceira idade e, que também é parte integral da personalidade de toda pessoa. Daí a importância de se trabalhar no contexto escolar a educação sexual ainda que seja por meio da transversalidade, porém onde cada profissional professor, de acordo com a área do conhecimento que tenha afinidade contribua de forma crítica, reflexiva e problematizadora as questões pertinentes aos direitos sexuais. Conforme o Guia Escolar (2011, 59),

Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na liberdade inerente, na dignidade e na igualdade entre todos os seres humanos. Saúde sexual é um direito fundamental e, como tal, deve ser um direito humano básico. Para assegurar que os seres humanos e a sociedade desenvolvam sexualidade saudável, os direitos sexuais descritos a seguir, aprovados durante o 14th World Congress of Sexology (14º Congresso Mundial de Sexologia) (WAS, 1999) devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todos, de modo que a saúde sexual seja o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita esses direitos.

Ainda de acordo com o Guia Escolar (2011, p. 60) partindo da experiência acumulada com seus próprios projetos e da luta pela promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o Instituto Brasileiro de Inovações Pró-sociedade Saudável (IBISS) acredita, entre outros, que:

- Crianças e adolescentes têm o direito de ser ouvidos, respeitados e atendidos em suas legítimas reivindicações;
- Crianças e adolescentes têm o direito a uma educação que promova sua condição de ser em formação, garantindo seus direitos sexuais;
- A criança tem o direito de conhecer seu corpo;
- A criança tem o direito de descobrir sua masculinidade e feminilidade;
- O adolescente tem o direito à descoberta de sua sexualidade;
- O adolescente tem o direito à livre expressão de sua orientação afetivosexual;
- O adolescente tem o direito a relações amorosas consensuais;
- Crianças e adolescentes têm o direito de dizer não a toda forma de violência sexual, seja abuso, exploração sexual para fins comerciais (prostituição), incesto ou pornografia;

- Crianças e adolescentes têm o direito de dizer não a toda forma de violência.

No entendimento do Guia Escolar (2011) a escola, para se tornar espaço de ações de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, precisa de direito e de fato ser um ambiente democrático, onde os atores sejam críticos e participativos e produtores de suas cidadanias. Onde as informações, os conhecimentos e os saberes sejam socializados e discutidos com e entre todos, para que assim, haja o fortalecimento das práticas pedagógicas e educativas no combate a violência sexual.

Em se tratando da realidade das escolas públicas do município de Juruti(a) e ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, já verificou-se que, teoricamente, de acordo com as políticas públicas local voltadas a esse tema, as escolas estão incluídas nos projetos de enfrentamento. Como por exemplo, temos a inserção da escola, por meio da Secretaria Municipal de Educação, em todos os seis eixos estratégicos estabelecidos no Plano Decenal Municipal; Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual Contra Crianças e Adolescentes, 2010 – 2019, quais são: Análise da situação e formação continuada; Prevenção e atendimento; defesa e responsabilização; Protagonismo infanto-juvenil; Mobilização e comunicação e; Controle e monitoramento.

Também, outro documento, destinado à escola, como instrumento de informação sobre os conceitos, causas e consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como, sobre o marco legal que protege os direitos destes sujeitos e propostas pedagógicas de prevenção a este fenômeno, é o Guia de Referência: construindo uma rede de prevenção à violência sexual, editado no ano de 2009. Em vista disso, procurou-se nesta pesquisa investigar sobre as ações de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes empreendidas pelas escolas de Juruti(PA).

Das cinco escolas investigadas, comprovei que nenhuma delas possui em seu PPP, projeto de ação de enfrentamento ao fenômeno em discussão. Contudo, todas essas unidades escolares trabalham ações de enfrentamento em parceria com outras instituições, tais como o CRAS, o Conselho Tutelar e a Secretaria Municipal de Saúde.

O projeto que mais tem a escola como parceira é o projeto ALERTA, que este ano está na sua décima edição, idealizado pela Prefeitura Municipal e implementado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, apoiado pela Alcoa, que desenvolve

atividades voltadas às temáticas de sexualidade, drogas, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), gravidez na adolescência, violência sexual, violência nas escolas e outras. Na programação do projeto há metodologias socioeducativas por meio de palestras, teatro, filmes, exposições, distribuição de material educativo, preservativos e outros. E conforme, as falas observadas, este tem como parceiras de ação tanto as escolas do meio rural como do meio urbano. No entanto, a cada ano são selecionadas escolas diferentes para serem atendidas pelo projeto.

O principal objetivo do projeto é preparar educadores que promovam dentro do ambiente escolar, espaço permanente de discussão sobre temas do cotidiano, contribuindo para a ampliação e o aprofundamento da compreensão das condições de suas existências; reconhecendo suas potencialidades e possibilidades de desenvolvimento como ser livre, responsável, autônomo, solidário, criativo e produtivo; construindo uma cultura de cidadania já na infância e na adolescência, como experiência de compromisso consigo mesmo, com o outro e com a sociedade.

No entanto, apesar do Projeto Alerta possuir como uma de suas ações informações operacionais e conceituais no campo da prevenção, atendimento e responsabilização acerca do fenômeno da violência sexual, observa-se que a preocupação está mais centralizada nas ações pertinentes as doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez na adolescência e nas drogas. Logicamente, que tais preocupações estão também relacionadas ao problema da exploração sexual, posto que as DSTs, gravidez precoce e consumo e tráfico são consequências deste forma de violência.

Outra ação de enfrentamento que foi observado ao investigar as instituições de ensino está contido em um projeto de um uma escola denominado Família na Escola, onde são realizadas oficinas de orientação a preservação da dignidade física e moral das crianças e adolescentes, e tem como finalidade contribuir junto as famílias sobre o direito e dever de proteção que todos têm para com as nossas crianças e adolescentes. E os atores que são envolvidos no projeto são os pais, os alunos, coordenadores, orientadores, professores e gestores da escola, contando também com a colaboração da SEMED, CRAS, SEMSA e Conselho Tutelar.

No mais, ao investigar sobre as ações de enfrentamento que as escolas desenvolvem no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes, observei que esta ação acontece mais no interior das salas de aula realizadas por seus(suas)

professores(as). São atividades que acontecem de forma isolada, onde cada professor(a) procura à sua maneira contribuir no processo de prevenção a este fenômeno.

Esta ausência de projetos de ação de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto das escolas é muito instigante uma vez que o município de Juruti possui políticas públicas que sugerem a participação das escolas nesse processo. Em vista disso, perguntei aos sujeitos da entrevista se estes tinham conhecimento dessas políticas.

Em linhas gerais todos os sujeitos entrevistados têm conhecimento da existência do Estatuto da Criança e do adolescente, no entanto, poucos entendimentos possuem sobre seu conteúdo. Já em relação as demais legislações, estes não têm conhecimento. Vejamos duas falas que comprovam o que digo:

Eu sei que tem o Estatuto da Criança e do Adolescente onde existe toda uma norma que a sociedade deve seguir para proteger as crianças e os adolescentes. No ECA tem as normas que nós professores devemos seguir para ajudar a combater a violência que é cometida contra nossos alunos. Já tivemos muitas palestras sobre o ECA, mas ainda não conheço todo esse Estatuto. (Entrevista, Professor(a) G).

O Estatuto da Criança e do Adolescente o documento que melhor tenho conhecimento [...] Mas dizer que conheço ele inteiro, isso eu não conheço. ((Entrevista, Professor(a) B).

No que diz respeito às políticas públicas, tanto nacional, estadual e local, que estão direcionadas ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, todas as vozes dizem não conhecê-las, dentre as quais destacamos na entrevista: Nível Nacional: Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013); Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2011); Nível Estadual: Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – 2014/2016; Nível Local: Plano Decenal Municipal: Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes – 2010/2019; Guia de Referência: Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual (2009).

Isto posto, senti necessidade de entender o motivo desta ausência da escolas nas ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como, entender porque os(as) professores desconhecem, sobretudo sobre as políticas públicas local voltadas ao tema. Dessa feita, recorri a duas ex-conselheiras tutelares que participaram ativamente do planejamento e construção do Plano Decenal Municipal: Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes –

2010/2019. Também, por meio das falas dessas ex-conselheiras tutelares, pode-se compreender a dinâmica da exploração sexual na realidade local de Juruti(PA).

A partir das minhas instigações elaborei as seguintes perguntas às ex-conselheiras tutelares, identificadas neste trabalho como Ex-Conselheira A e Ex-Conselheira B: Em linhas gerais como a senhora observou, então como Conselheira Tutelar, o advento da implantação da Mina ALCOA Juruti e as questões sociais que o município passou a vivenciar, especialmente em relação ao fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes e as políticas públicas local implementadas para o enfrentamento desse fenômeno? Como aconteceu a articulação para a elaboração do Plano Decenal Municipal: Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes – 2010/2019? As escolas estiveram presentes nesse processo?

As Ex-Conselheiras A e B, assim relataram sobre o cenário da exploração sexual de crianças e adolescentes que Juruti(PA) vivenciou no auge da implantação do projeto ALCOA:

Estive como conselheira (2003 a 2009) no auge da implantação do projeto da exploração da mina. Nesse período houve um alto índice de exploração sexual, promovido, sobretudo, pelos homens que vinham de fora para trabalhar na mina. [...] É importante dizer que houve também alto índice do tráfico de drogas, onde a maioria das pessoas envolvidas era adolescente e, houve aumento também da gravidez precoce. Na população adulta, especialmente, houve aumento das DST e HIV. (Entrevista, Ex-Conselheira A, 2015)

Fui conselheira tutelar (2005 a 2010), no momento em que o município estava vivendo a efervescência das mudanças provocadas pela implantação da Mina ALCOA. A partir disso, os problemas sociais, econômicos, ambientais saíram do mínimo e alcançaram altos índices de destruição. Esse cenário ficou alarmante em relação a exploração sexual contra crianças e adolescentes. (Entrevista, Ex-Conselheira B, 2015)

As falas acima corroboram as informações existentes no documento “Indicadores de Juruti – monitoramento 2011”, quando este mostra que no período de 2002 a 2010, houve crescimento no índice de exploração sexual contra crianças e adolescente como observado no quadro abaixo. Da mesma forma, observa-se pelas notificações feitas junto ao conselho Tutelar de Juruti que, no período de 2005 a 2010 houve casos de gravidez precoce, sendo que no ano de 2009 ocorreu maior número de notificações, vinte e seis (26) casos.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Número de Ocorrência	0	0	0	01	05	07	12	12	16

Quadro 13: Exploração sexual contra crianças e adolescentes
Fonte: Conselho Tutelar de Juruti

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Número de ocorrência	02	13	14	13	26	21

Quadro 14: Gravidez precoce
Fonte: Conselho Tutelar de Juruti

O quadro do aumento da gravidez precoce é também relatado pela ex-conselheira B, quando fala que “muitas meninas que eram exploradas sexualmente quase sempre acabavam engravidando. Os filhos delas eram chamados de “bauxitinhas”. Filhos sem pai, abandonados à própria sorte das mazelas sociais” (Entrevista, Ex-Conselheira B, 2015).

Segundo o Guia Escolar (2011), as consequências do envolvimento de crianças e adolescentes na oferta de trabalho sexual agenciada ou independente, voluntária ou forçada, têm sido pouco estudadas por pesquisadores e especialistas. Do pouco que se conhece, foi constatado que a gravidade das consequências depende de algumas questões – entre elas, se crianças ou adolescentes foram ou não abusados sexualmente na infância, quais as condições de “engajamento” no trabalho sexual e também as condições de oferta e realização dos programas sexuais, bem como das modalidades de práticas sexuais demandadas. Dentre essas consequências o Guia Escolar (2011), cita as DST, que podem ser contraídas e transmitidas, principalmente pela população de adolescentes e a compulsão por drogas lícitas e ilícitas.

Embora não se possa afirmar que todas as crianças e adolescentes envolvidos em prostituição sejam usuários, é possível sugerir que boa parte seja. Os próprios aliciadores incentivam o vício em álcool e em outras drogas para manter sua ascendência e controle sobre essas pessoas. Uma vez submetidas, é comum serem usadas no tráfico de drogas como “aviões”, ou mesmo como prostitutas para os traficantes e seus clientes. (GUIA ESCOLAR, 2011, p. 119)

Observa-se também na fala da ex-conselheira B, outra consequência negativa decorrente da exploração sexual a que adolescentes são submetidas que é a gravidez

precoce seguida do nascimento de crianças que já recebe um legado social caótico. A maioria das crianças nascidas, chamadas na realidade de Juruti(PA) de “bauxitinhas”, não possuem o direito da presença e participação do pai em sua criação e desenvolvimento.

É importante observar também que a exploração contra crianças e adolescentes no município de Juruti(PA) no período pesquisado (2007 – 2012), conforme a fala da ex-conselheira B, não era cometida, tão somente, por emigrantes, pois com o tempo passou a ser um crime cometido pelos próprios moradores local. Assim se reportou a entrevistada: “Também, outro problema que enfrentamos nesse caso, foi que os próprios moradores do município, uma vez que se tornavam trabalhadores da mina ou conseguiam alguma posse, começaram a explorar também as adolescentes”.

Nota-se pelos relatos das ex-conselheiras sobre o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes em Juruti(PA), que a dinâmica deste crime era cometida por sujeitos diversificados, pois além dos trabalhadores emigrantes que chegavam na cidade e dos próprios moradores local, se “tinha informações de que existiam os cafetões, porém muitas vezes era a própria família que expunha as filhas à exploração sexual”. (Entrevista, Ex-Conselheira B, 2015)

Outro fato relatado na entrevista é que,

A exploração era silenciosa e aceita pelos pais das adolescentes. Essas famílias que mandavam suas filhas para a cidade não sabiam que a ajuda que suas filhas estavam tendo na cidade partia do movimento da exploração sexual. Os exploradores se faziam de bem-feitores, ajudando essas famílias, dando presentes, mantimentos e outras coisas. (Entrevista, Conselheira B, 2015)

O aliciamento dos exploradores sexuais junto à família da vítima é algo comum no processo de efetivação desse crime. Muitos se fazem de “bom moço” aos olhos da família da criança ou adolescente de forma sutil visando a manipulação ou sedução emocional, que se baseia em laços de amizade e intimidade que vão sendo construídos com a vítima e os pais dela (SANDERSON, 2005). Nesse caso, a ingenuidade dos pais e a dependência econômica que acaba se efetivando entre estes e os exploradores, alimentam e fortalecem ainda mais os elos da prática deste crime hediondo.

Pelos relatos revelados sobre a dinâmica da exploração sexual contra crianças e adolescentes no município de Juruti(PA), identifico e concordo com estudiosos da área que este tipo de violência está engendrada numa meticulosa e complexa teia de relações

de poder e de sexualidade mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos que causam danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e uma violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil (PAIR - CADERNO DE TEXTO, 2009).

Outra fala que chama atenção sobre a exploração sexual contra crianças e adolescentes é que este fato não é uma realidade que acontece especificamente com sujeitos que são vulneráveis economicamente. Pelo contrário, qualquer criança e adolescente, independente de sua condição socioeconômica está sujeita a ser vítima deste tipo de violência sexual. Observemos a fala da entrevistada a seguir:

Um fato que muito nos chamou a atenção é que não eram apenas as filhas de famílias economicamente vulneráveis que eram exploradas sexualmente. Havia também filhas de famílias abastardas que viviam a exploração sexual. Havia a denúncia, porém quando íamos investigar, os possíveis envolvidos negavam os fatos. Outra questão que muito complica o combate da exploração sexual contra crianças e adolescentes é que as pessoas têm medo de denunciar, de se envolver. (Entrevista, Ex-Conselheira A, 2015)

Conforme o Caderno de Texto do PAIR (2009) são vários os fatores que contribuem para a exploração sexual comercial de crianças, dentre os mais complexos temos as disparidades econômicas; as estruturas socioeconômicas injustas; a desintegração familiar; a questão da educação, consumismo; a migração rural-urbana; a discriminação de gênero; a conduta sexual masculina irresponsável; as práticas tradicionais nocivas e o tráfico de crianças. Portanto, a pobreza não pode ser considerada como o único fator determinante do fenômeno. Todos esses fatores aumentam a vulnerabilidade de meninas e meninos, frente àqueles que buscam utilizá-los para fins de exploração sexual comercial.

O Guia Escolar (2011, p. 120) também trás informações sobre os fatores que levam crianças e adolescentes a se engajar em serviços sexuais, eis um deles:

Crianças e adolescentes vivem em uma condição de dependência dos pais ou do Estado, já que até a idade de 16 anos não podem trabalhar ou assinar atos civis que garantam a possibilidade de morar e viver sozinhos legalmente na sociedade. Quando crianças e adolescentes não podem ou não querem viver com a família, ou quando a família não tem condições de suprir suas necessidades, a venda de sexo pode se transformar em uma opção ilícita de sobrevivência ou para a realização dos seus desejos de consumo. Assim, o trabalho sexual transforma-se em uma maneira de ganhar autonomia em relação à família, adquirir bens e serviços que conferem status social ou simplesmente para adquirir drogas.

Diante dos relatos evidenciados pelas entrevistadas, procurei saber quais ações o Conselho Tutelar de Juruti realizou e que teve a escola como parceira nesse processo. As informações coletadas revelam que a partir da constatação da realidade sobre o quadro da exploração sexual, o Conselho Tutelar começou um trabalho junto as escolas a fim de tê-las como parceira no enfrentamento do problema. O Instituto ALCOA também se tornou uma parceria muito importante na prevenção da exploração sexual. Com o envolvimento da ALCOA nesse trabalho de enfrentamento, uma atitude tomada pela empresa foi de vigiar os funcionários e determinar que caso fossem denunciados na prática da exploração sexual contra crianças e adolescentes, seriam demitidos.

Segundo as entrevistadas, o trabalho dos conselheiros tutelares era incansável. Realizavam constantemente palestras nas escolas e também nas comunidades do meio rural e também na própria ALCOA. Da mesma forma, faziam ronda junto com a polícia, Ministério Público em hotéis, nas pontes, nos lugares mais suspeitos onde havia denúncia de serem focos de exploração sexual.

As entrevistadas confirmam que em 2010, foi o ano que mais efervesceu as denúncias e comprovações de exploração sexual. Isso aconteceu a partir do momento em que, depois de muito trabalharem nas comunidades e escolas sobre como se organizava a rede de exploração sexual, as pessoas começaram a acordar para o fato dessa violência. Também foi dito que uma estratégia usada para fazer as famílias tornarem-se parceiras nesse combate foi dizer que se elas fossem coniventes com esse crime perderiam os benefícios do bolsa família. Então, como não queriam ficar sem o benefício, houve de alguma forma, o aumento das denúncias.

Por meio dessas falas identifica-se que o papel que as escolas possuíram no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes, foi muito mais uma papel de coadjuvante do que de protagonista neste combate. Essa análise se confirma quando perguntei sobre a participação da escola na organização, planejamento e implementação do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes de Juruti, 2010 – 2019.

Este plano, cita a ex-conselheira tutelar B (2015), foi idealizado, planejado e implementado a partir de uma grande mobilização realizada pela sociedade civil organizada, o poder público e as empresas, com o objetivo de organizar e manter a rede de articulação que luta em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes do

município. Muitas instituições fizeram parte desse processo, inclusive a escola através da Secretaria Municipal de Educação.

A ex-conselheria tutelar A reforça o que foi dito acima. Quando ocorreu a necessidade de haver a elaboração do Plano Decenal Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual e Doméstica no nosso município, houve a participação da Secretaria Municipal de Educação, porém o trabalho maior ficou ao cargo do Conselho Tutelar. E o que foi observado pelas duas ex-conselheiras é que as escolas se preocupam mais com a violência da indisciplina escolar e não vêm com rigor a violência sexual contra crianças e adolescentes como uma problemática a ser combatida constantemente. Na verdade, as escolas não estão preparadas para lidar com tantos problemas, inclusive este da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Pelo exposto, conclui-se que as investigações feitas nas escolas do município de Juruti(PA), local onde existe grande projeto de extração de minério, sobre as ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes que estas instituições realizaram ou realizam são muito tímidas diante do impacto que este projeto trouxe no que respeita a violação sexual que este público (infanto-juvenil) se tornou vítima. Esta assertiva não se distancia do contexto identificado quando realizei a revisão bibliográfica acerca do tema tendo a escola como espaço de protagonização neste enfrentamento.

Sabemos que as políticas públicas existentes nos âmbitos nacional, estadual e local que tratam do tema em questão destacam a escola como espaço por excelência no processo de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes. Que a escola precisa e deve fazer parte da rede de proteção aos direitos sacramentados em lei que estes sujeitos possuem.

O Guia Escolar (2011) argumenta que a escola, a princípio tem muito pouco a ver com o fato de adolescentes estarem envolvidos em trabalho sexual ou mesmo em uma rede de exploração sexual comercial. Contudo a comunidade escolar tem o dever e a obrigação de ser agentes de proteção de crianças e adolescentes. A comunidade escolar pode ajudar muito na prevenção das ocorrências, no apoio a crianças e adolescentes e na notificação de suspeitas ou fatos de exploração sexual comercial.

Acredito que um dos entraves para a incipiência das escolas nas ações de enfrentamento a exploração sexual contra crianças e adolescentes ocorra pela falta de

informação e conhecimento que se tem sobre o tema tanto em caráter conceitual quanto operacional. Esta conclusão está baseada na fala dos profissionais da educação sujeitos desta pesquisa, quanto a maioria assentiu nunca terem participado de nenhuma formação que abordasse a temática de forma mais aprofundada. As informações que obtiveram sobre o fenômeno se deu e ainda se dá em forma de breves palestras que outras instituições oferecerem às escolas, tais como Conselho Tutelar, CRAS, SEMSA.

Ora se a comunidade escolar não tem conhecimento aprofundado e seguro sobre o tema, como pode tornar-se espaço de ações de enfrentamento contra a exploração sexual? Como pode ser espaço de forjamento de cidadanias que saibam reconhecer seus direitos, exercer seus deveres e defender-se das maldades, aqui neste caso, da violência perpetrada pela exploração sexual? Como a escola pode fazer parte de fato da rede de proteção no enfrentamento deste problema nefasto?

É importante problematizarmos sobre o papel da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (abuso e exploração sexual). Tratar de um tema que é muito delicado e complexo, não é trabalho simples. Pelo contrário, requer disposição, responsabilidade, compromisso, dedicação e informação permanente sobre a dinâmica que envolve o fenômeno. Para tanto, aqui se faz necessário um trabalho interdisciplinar acerca dos conhecimentos básicos na prevenção do problema junto à comunidade escolar, onde gestão escolar, professores(as), pais, entre outros sujeitos dessa comunidade possam tornar-se participantes ativos na luta contra a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Porém, apesar de que todos os membros da comunidade escolar devem estar preparados para lidar com o problema, foi verificado pelas investigações feitas nas escolas municipais de Juruti(PA) que fazem parte desta pesquisa que os profissionais que mais trabalham o tema junto as crianças e adolescentes são os(as) professores.

Nesse sentido, o Guia Escolar (2011) argumenta que para que um(a) professor(a) possa abordar um assunto tão complexo como o da violência sexual contra crianças e adolescentes, é necessário fazer uma preparação, da mesma forma que preparam as aulas e os debates. Dessa forma todos os professores devem ter conhecimentos básicos sobre as características desta prática, suas causas e consequências, bem como sobre como proteger crianças e adolescentes.

O Guia Escolar (2011) no capítulo 12 aponta alguns caminhos por onde a escola pode estar trilhando que a ajudará a transformar-se em espaço de ações de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre os quais destaca: capacitar os professores e demais educadores da rede de educação; educar crianças e adolescentes para a compreensão e prevenção da violência sexual e; trabalhar com familiares responsáveis pela educação de crianças e adolescentes e com a comunidade mais ampla.

Para cada um desses caminhos, o Guia detalha *pari passu* possibilidades de instrumentalização dos sujeitos que fazem parte da comunidade escolar a torná-la um ambiente ativo e efetivo no enfrentamento de um problema que subtrai da vida de crianças e adolescentes sua dignidade e integridade física e moral, lançando-as para um campo sombrio onde sua vida nada mais é do que uma mera mercadoria de usufruto nas mãos de exploradores sexuais.

Isto posto, concordo que por meio da investigação e da análise dos achados, penso estar, de certa forma, contribuindo para que seja problematizado e repensado o papel na escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes, da mesma forma que ajudando no fortalecimento dos elos da rede de enfrentamento contra esse fenômeno, colaborando para que os silêncios, os sigilos e os pactos de acobertamento dessa violência e todas as suas formas saiam da zona de ocultação, práticas essas que contribuem para a perpetuação do fenômeno em estudo.

6. CONCLUSÃO

(...)
Lembranças de minha infância
Que eu não queria lembrar!
Lamentos já tão distantes,
Qu'eu não posso sufocar!
 (...)
Quem disse que a meninice é tempo de se cantar?
Correr, pular, sonhar e brincar? ...
 (ALBERTON, 2005, pg. 122).

Realizar uma pesquisa sob o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, especificando a exploração sexual e as ações de enfrentamento que as escolas realizam no combate ao problema é, sem dúvida, um trabalho instigante e inquietante. Na proporção que investimos nas análises tanto teórica quanto empírica acerca do assunto, quanto mais nos indignamos diante de uma realidade duramente perversa à vida de muitas crianças e adolescentes.

Chaves (2011), diz que este tipo de violência é um constrangimento, uma transgressão que profana, viola e devassa de forma intensa, veemente a vida da criança e do(a) adolescente. É, em síntese, a declaração da morte social desses sujeitos, visto que, a exploração sexual transforma a vida das vítimas em mercadoria, anula sua condição de sujeito de direito e, de certa forma, as condena à própria sorte das consequências que este problema determina. Assim, torna-se imperativo que haja o engajamento de muitas e diversificadas forças para que o enfrentamento do fenômeno seja efetivo, objetivando reverter o quadro de violência sexual a que tantas crianças e adolescentes são submetidas.

Neste sentido, esta pesquisa que versa sobre o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, tem como objeto de estudo a participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti – região Oeste do Estado do Pará. O tempo histórico delimitado é de 2007 a 2012, com o objetivo de analisar as ações de enfrentamento implementadas pelas escolas do município de Juruti no combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Para tanto, necessário se fez contextualizar histórico, físico, cultural, educacional e econômico o município de Juruti(PA) a fim de compreender com maior detalhe as

tramas que foram sendo formadas sobre o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes no local, sobretudo, a partir da implantação de um grande projeto de extração de minério; analisar historicamente o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no panorama nacional, regional e local e; analisar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em nível local e o papel da escola nesse processo.

A tese proposta nesta pesquisa considerou que com a implantação de um grande projeto minero-metalúrgico no município de Juruti (PA) houve o aumento da exploração sexual contra crianças e adolescentes, fato esse que levou as escolas a reorganizarem suas rotinas educacionais e pedagógicas, objetivando inserir em suas práticas de ensino e aprendizagem proposições de ação de enfrentamento a essa forma de violência sexual e outras formas também. Porém, após a pesquisa de campo realizada neste município em quatro momentos distintos, concluiu-se que, embora haja em Juruti(PA) políticas públicas voltadas para o combate da violência sexual e que tem a escola como parceira neste enfrentamento, das cinco escolas investigadas não foi encontrado nenhum projeto específico para a realização destas ações.

Para conduzir os os caminhos da pesquisa objetivando responder a tese proposta, elaborei três questões de investigação. A primeira argumenta: Com a implantação de grande projeto minero-metalúrgico em Juruti, que formas de exploração sexual contra crianças e adolescentes têm acontecido no município e que impactos têm incidido sobre a escola?

A partir das pesquisas empíricas realizadas no local da minha investigação, foi comprovado que o fenômeno da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes, a partir da implantação da Mina Juruti, se tornou mais presente neste município, sendo os maiores perpetradores os trabalhadores emigrantes, seguido dos próprios moradores da localidade e em terceiro lugar está a família como agenciadora de suas próprias filhas na comercialização de seus corpos.

Pela fala das ex-conselheiras tutelares entrevistadas nesta pesquisa, apesar do aumento da exploração sexual contra crianças a adolescentes ter fervilhado no auge da exploração da Mina Juruti, pouco impacto causou na rotina pedagógica educativa das escolas. Estas só entravam no combate ao enfrentamento do problema motivadas por outras instituições, em especial pelo Conselho Tutelar.

A segunda questão de investigação pergunta: Que políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes vêm sendo implementadas em Juruti e que têm as escolas como parceiras?

Com a implantação da mineração Alcoa em Juruti(PA) é certo que o índice de violência sexual tanto intrafamiliar como extrafamiliar aumentou substancialmente. Também é certo que diante do quadro alarmante, o poder público municipal em parceria com o Instituto Alcoa passaram a desenvolver programas e instrumentos para grupos vulneráveis com a finalidade de combater esse fenômeno. Destes programas destaco o Projeto Tecendo a Rede que vigorou de 2008 a 2010, cujo objetivo era implementar ações em rede de fortalecimento do sistema de garantia de direitos que visem a implantação de políticas públicas de proteção a crianças, adolescentes e famílias vulneráveis a violência doméstica e sexual. O responsável por está ação foi Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil).

Outra ação que sublinho é o Projeto Alerta, idealizado pela Prefeitura Municipal de Juruti e coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA. Este é um projeto destinado especialmente para os adolescentes onde se trabalha ações de prevenção e atendimento de problemas relacionados a drogas, doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS), sexualidade, gravidez na adolescência e violência sexual. Por ano, em média, são contemplados 1.800 adolescentes nessas formações.

Apesar dessas duas ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes terem as escolas como parceiras, as pesquisas de campo realizadas mostraram seu pouco envolvimento nessas ações. Dos treze (sujeitos) entrevistados, os dados coletados revelam que nenhum deles participou de quaisquer ação de formação sobre o tema em discussão, assim como, as escolas onde trabalham não possuem projetos específicos de enfrentamento. As ações acontecem, porém de forma tímida e isolada praticadas por professores(as). No mais a participação das escolas no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre mais especificamente no dia 18 de maio, quando se é dedicado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A terceira e última questão de investigação pergunta: Quais ações pedagógicas de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes as escolas públicas localizadas no município de juruti estão desenvolvendo?

Após os dados coletados nas visitas feitas nas escolas investigadas e por meio das entrevistas realizadas, nenhuma dessas instituições educativas possui um projeto específico que vise o combate ao problema. As ações que estas escolas realizam são sempre em parcerias com outras entidades afetas ao fenômeno ou, então, por meio das ações educativas que os(as) professores(as) realizam em suas salas de aula.

Os dados coletados, tabulados e analisados sobre a participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes, corrobora as discussões já existentes no conjunto deste trabalho de que as instituições educativas pouco têm participado efetivamente como espaço de prevenção ao problema. Pela voz dos sujeitos entrevistados, percebe-se que a falta de informação e conhecimento têm sido um fator de entrave para que a escola não se situe com vigor e rigor na rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes no que se refere aos seus direitos sexuais.

Sanderson (2005) argumenta que desenvolver a prevenção e a proteção adequadas exige tempo, recursos e esforços. Inicialmente é necessário haver a mudança nas atitudes das pessoas acerca da violência sexual, a fim de que esta prática seja inaceitável. Isso só pode ser conseguido fornecendo acesso à informação e ao conhecimento sobre esta forma de violência a todos que pertencem a comunidade escolar. E pelo que foi identificado, todos os sujeitos entrevistados clamam por essas formações onde possam ser parceiros na luta pela erradicação do abuso e da exploração sexual e sim contribuir para que crianças e adolescentes sintam-se protegidas, seguras e respeitadas enquanto sujeitos de direitos.

Outro ponto que destaco nestas considerações é referente ao papel do(a) professor(a) no enfrentamento à exploração sexual. De todos os profissionais que fazem parte da escola e vivem e convivem com as crianças e adolescentes, o(a) professor(a) é o que mais tempo passa com estes alunos. Isto, conclui Sanderson (2005) o(a) coloca em uma posição única para conhecer a criança e o(a) adolescente e acompanhar suas mudanças de comportamento, tais como: a maneira de se vestir, o comportamento na escola, o estado de saúde geral, a posse de objetos de valor muito acima do poder aquisitivo, os relacionamentos misteriosos ou clandestinos e o desaparecimento enigmático de crianças e adolescentes (GUIA ESCOLAR, 2011). Se estes profissionais tiverem as informações corretas sobre o fenômeno, poderão ser essenciais para a identificação de crianças e adolescentes que eventualmente estejam sofrendo violência

sexual, proporcionando-lhes um ambiente seguro no qual tenham condições de revelá-lo.

A partir das análises dos dados por meio das entrevistas realizadas com os profissionais da educação das escolas públicas municipais de Juruti(A), foi detectado que todos os casos de violência sexual a que uma criança ou adolescente estava vivendo, foram descobertos por professores(as). Identificou-se também o quanto estes profissionais ficaram inseguros, confusos, indignados e cheios de medo por não saber lidar com o problema. Isto posto, é crucial que os(as) professores(as) sejam instrumentalizados de uma gama de informação e conhecimento conceituais e operacionais sobre as ações e medidas necessárias para a proteção das crianças e adolescentes.

Em se tratando do papel da escola no enfrentamento da exploração sexual, o Guia Escolar (2011), concorda que a primeira atitude a ser tomada é identificar a maneira mais apropriada de enfrentar a exploração sexual comercial. Ações impulsivas, isoladas e desinformadas podem, muitas vezes, produzir o efeito contrário ao desejado. É importante que qualquer intervenção seja feita no sentido de apoiar crianças e adolescentes e não de responsabilizá-los ou incriminá-los por suas ações. Não é o ato de exploração sexual contra crianças e adolescentes que deve ser denunciado e sim a rede de exploradores. A melhor forma de apoiar crianças e adolescentes envolvidos nesse mercado é acolhê-los na escola a fim de evitar sua evasão, bem como desenvolver ações para reduzir os danos à saúde e até mesmo o risco de morte para as vítimas, além de discutir com o Conselho Tutelar a necessidade de medidas de proteção especiais.

No caso das escolas públicas municipais de Juruti(PA), por meio das falas dos sujeitos entrevistados, percebi que todos possuem a premissa de que não se pode lutar contra o desconhecido, principalmente quando ele é cercado de mitos, medos, sigilos e silêncios, ameaças, etc. Ações baseadas pela força das emoções e sem nenhum fundamento de causa em nada contribuirá para ajudar a combater o fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Outrossim é que essas informações e conhecimentos estão disponíveis em vários documentos que fazem parte das políticas públicas e enfrentamento (nacional, estadual e local), faltando apenas atitude de ir em busca desses conteúdos, estudá-los, discuti-los entre seus pares e profissionais de outras áreas (saúde, direito, por exemplo) a fim de

sair da zona da desinformação e do desconhecimento, transformando a escola em espaço de direito e de fato na proteção de crianças e adolescentes.

Como exemplo dessas políticas públicas que podem estar ajudando a escola a se informa, conhecer e projetar ações de enfrentamento citamos os Guia Escolar, versão 2011. Este documento, além da introdução, está estruturado em 12 capítulos todos pertinentes ao empoderamento da escola e seus agentes no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Destes capítulos dois estão direcionados para as discussões sobre o fenômeno da exploração sexual comercial, onde se aborda conceitos, causas e consequências dessa violência e, também trás proposições de como a escola pode enfrentar esse desafio.

Há também Guia de Referência (2009) que foi produzido por meio da parceria entre Prefeitura Municipal de Juruti(PA), Insttiuto Alcoa e Childhood Brasil. Este documento foi inspirado na primeira versão do Guia Escolar (2004) e foi organizado para ser distribuído em todas as instituições locais que trabalha diretamente com a garantia da proteção dos direitos da criança e do adolescente, no contexto dessas instituições insere-se a escola.

No entanto, consideramos que não basta somente as escolas terem acesso a esses documentos, é preciso que ela seja apoiada pelo poder público a fim de que possa ter condições de se organizar e implementar ações de enfrentamento. É fundamental que tenha um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento do fenômeno. Sem uma mobilização conjunta de todas as instâncias que de alguma forma trabalham no combate a esta forma de violência, a rede de proteção não ganhará força e poder nessas ações.

Como já foi dito, para que as ações de enfrentamento à exploração sexual tenha êxito no combate, é fundamental que toda a comunidade escolar participe destas ações. A participação de toda a comunidade educacional é indispensável para a realização de um bom projeto. O envolvimento de todos os membros da comunidade é muito importante para que o projeto faça sentido e tenha força (GUERRA, 2013)

A direção, os professores, os alunos, as famílias, os funcionários, os representantes da prefeitura e de outras instituições são categorias de pessoas que precisam estar trabalhando em conjunto na elaboração, desenvolvimento e na avaliação das ações, pois dessa forma, haverá mais envolvimento, motivação e aprendizagem. À

“medida que aqueles que elaboram a viagem tiverem decidido qual será o destino, na decisão sobre os meios e as condições da viagem, será mais fácil que possam fazê-la de forma bem sucedida” (GUERRA, 2013, p. 252).

Em síntese, precisamos compreender que, no caso da sociedade brasileira, a violência sexual contra crianças e adolescentes não é um fato aceitável. Pelo contrário, é uma prática repudiada sob os princípios e valores da cidadania e da cultura cristã, é um fato nefasto diante das leis e, não deve e nem pode ser tolerado pela sociedade. Dessa forma, a escola, enquanto espaço por excelência de forjamento de cidadania, precisa estar instrumentalizada de informação, conhecimentos e práticas de enfrentamento de tão desumano fenômeno.

REFERÊNCIAS

AIRES, Luiza. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Universidade Aberta. 1ª edição, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorioaberto.uab.pt/.../Paradigma%20Qualitativo%20e%20Pr...>> Acesso em: 22 de jan. de 2013.

ALCOA. Alumínio S/A. **Relatório de Sustentabilidade 2009/2010**. Disponível em:<http://www.alcoa.com/brasil/pt/resources/pdf/relatorios_sustentabilidade/sustainability_2010.pdf> Acesso em: 13 de jun. de 2014.

AMARAL, L.R.O.G.do.; MATTIOLI, O, C. Família e violência intrafamiliar contra a criança. In.: MATTIOLI, O.C.; ARAÚJO, M. de F.; RESENDE, V. da R. (Coords). **A produção da violência na família e nas relações de gênero: estudos e pesquisas**. 1 ed. – Curitiba: Editora CRV, 2010.

ANAIS do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Garantias dos direitos da criança e do adolescente e proteção contra a exploração sexual: por uma visão sistêmica**. Rio de Janeiro – Brasil, novembro de 2008. Disponível em:<<http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2008/11/Anais-III-Congresso-Mundial.pdf>>Acesso em: 23 de set. 2014.

ARROYO, Miguel G. As crianças, os adolescentes e os jovens abrem espaços nos currículos. In.: ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. E. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Pará. **Comissão Parlamentar de Inquérito: instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Pará e especialmente na região do Marajó nos últimos cinco anos**. Belém – PA, Fevereiro de 2010.

ASSIS, S. G. e DESLANDES, S. F. Abuso físico em diferentes contextos de socialização infanto-juvenil. In.: LIMA, C. A. (Coord.) et al. **Violência faz mal a saúde**: Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patrícia. Violência contra Crianças e Adolescentes: o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90 – In: ia MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Org.). **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira et al.** Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2003.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante ... [et al]. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A.; VAICIUNAS, N. Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In.:

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. P. 207 – 222.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **A pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização de crianças e adolescentes em famílias**. São Paulo: ROCA, 1988.

BAIERL, L.F.; ALMENDRA, C. A. C. **A dinâmica perversa do medo e da violência urbana**. Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XXIII – nº 70 – Julho de 2002. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

BANDEIRA, N. e MATTIOLI, O. C. A família e a produção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In.: MATTIOLI, O.C.; ARAÚJO, M. de F.; RESENDE, V. da R. (Coords). **A produção da violência na família e nas relações de gênero: estudos e pesquisas**. 1 ed. – Curitiba: Editora CRV, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – Ibtct – Disponível em: <http://www.bdt.ibict.br/> Acesso em: 21 de abril de 2012.

BITTAR, Eduardo, C.B. **A escola como espaço de emancipação dos sujeitos**. 2012, p. 04. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_1_bittar_escola.pdf. Acesso em: 02 de set. de 2015)

BLOG Quarto Poder. **Juruti inicia o ano com novo plano de combate à exploração sexual**, 12 de jan. de 2011. Disponível em: <http://www.blogquartopoder.com.br/2011/01/juruti-inicia-o-ano-com-novo-plano-de.html> Acesso em: 03 de ago. de 2013.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório Disque Direitos Humanos: Módulo Criança e Adolescente**. SDH: Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.recrianacional.org.br> Acesso em: 01 de maio de 2014.

_____. República Federativa do Brasil. Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Inquérito nº 2, de 2005-CN, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado** - Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/pdfs/RELATORIOFinalCPIPEDOFILIA.pdf> Acesso em: 23 de set. de 2014.

_____. **Diagnóstico local do município de Oriximiná/PA**. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Projeto SIS Fronteira: UFPA – Pró-Reitoria de Extensão, 2009.

_____. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde, 2008. Disponível em: http://www.bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em: 29 de maio de 2014.

_____. **Proteger para educar: a escola articulada com as redes de proteção de crianças e adolescentes.** HENRIQUES, Ricardo, FIALHO; Leandro, Leandro; CHAMUSCA, Adelaide. (Orgns.). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. Caderno SECAD 5. Brasília, maio de 2007.

_____. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto/Juvenil.** 3. Ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Estado de Assistência Social. **Portaria Nº 878, de 03 de dezembro de 2001:** estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 19 de Set. de 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.764, de 12 de Novembro de 2003. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.764.htm> Acesso em: 12 de Jul de 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Departamento de Educação para Diversidade e Cidadania. Coordenação-Geral e Ações Complementares. **Sumário Executivo:** Escola que Protege, ca. 2005. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/secad_escproteje.pdf> Acesso em: 21 de set. de 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 22 de jun. de 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASILIA. **Violência sexual contra crianças e adolescentes.** 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/glossarios-e-cartilhas/ViolenciaSexual.pdf>> Acesso em: 31 de maio de 2014.

BRINHOSA, Mário César. Interdisciplinaridade e transversalidade: possibilidades e equívocos. In.: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Temas de pesquisa em educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003. – (Coleção educação contemporânea)

CASTRO, Bruna de Oliveira; PENA, Heriberto Wagner Anajás; BARROSO, Caroline Cutrim. **Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Juruti** – Amazônia - Brasil, en Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 194, 2014. Texto Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-juruti.html>> Acesso em: 29 de set. de 2014.

CHAVES, Sergio Fernando de Vasconcellos. O papel do poder judiciário. In.: AZMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante... [et al.]. **Violência sexual contra crianças e adolescentes** – Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CÓDIGO Mundial de Ética do Turismo, 1999. Disponível em:http://www.ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdfAcesso em: 02 de maio de 2014

COELHO, Heid Miriam Bertolucci. As faces da violência na construção da subjetividade contemporânea. In.: MATTIOLI, O.C.; ARAÚJO, M. de F.; RESENDE, V. da R. (Coords). **A produção da violência na família e nas relações de gênero: estudos e pesquisas**. 1 ed. – Curitiba: Editora CRV, 2010

COHEN, C. O incesto: In.: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. P. 223 – 238

COSTA, Eduardo José Monteiro; CARMO, Eunápio Dutra do Carmo; PATRICIO, Júlio César dos Santos ... [et al.]. **O projeto juruti sustentável: possibilidades, limitações e contradições da gestão coletiva do desenvolvimento local**. IX Encontro Nacional da Ecoeco Outubro de 2011 Brasília - DF – Brasil. Disponível em:<<http://www.mineralis.cetem.gov.br/.../O%20Projeto%20Juruti%20Sustentável.pdf?...2>> Acesso em: 27 de Jun de 2013.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. Scielo: Maio/Jun/Jul/Ago. 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03>> Acesso em: 02 de maio de 2014.

COSTA, Silvia Regina da Silva. **Maus-tratos contra crianças: concepções e práticas de profissionais de educação**. 1ª ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. PP. 31 – 60.

DENZIN, Norma K. e LINCOLN, Yvonna. Paradigmas e perspectivas em transição. In.: DENZIN, Norma K. e LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIGIÁCOMO, Murilo José. Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado. Curitiba. Ministério Público do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias das Crianças e dos Adolescentes, 2013. 6ª ed. Disponível em:<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_annotado_2013_6ed.pdf> Acesso em: 13 de out.de 2014.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil, São Paulo: Ed. Ática. 2012.

_____. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas-escravas no Brasil. 16. ed. São Paulo: Ática, 2009.

ESTATÍSTICA MUNICIPAL – Juruti, 2011. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang...para%7Cjuruti>> Acesso em: 06 de Mar. De 2014

FALEIROS, Eva de Paula. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: MJ-SEDH-DCA/FBB/UNICEF, 2000.

_____. (Org.). **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (des)caminhos de denúncia**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

FALEIROS, Eva Terezinha Silveira. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no mercado do sexo. In.: LIBÓRIO, R. & SOUZA, S. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>> Acesso em: 14 de abril de 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder da desigualdade e do imaginário, cap. I. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

_____. Infância e processo político no Brasil. In.: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O fetiche da mercadoria na exploração sexual. IN.: LIBÓRIO, R. & SOUZA, S. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>> Acesso em: 14 de abril de 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007

_____. (Coord.). **Circuito e curto-circuitos: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal**. São Paulo: Veras Editora, 2006.

FARIA, Thaís Dumêt. Exploração sexual de crianças e adolescentes: legislação brasileira. In.: MOTTI, Antônio José Ângelo; FARIA, Thais Dumêt. (Orgs.). **Pair: Programa de Ações Integradas e Referencias de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no território Brasileiro. Capacitação de Redes Locais – Cadernos de textos.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Programa Escola de Conselhos. Realização: Organização Internacional do Trabalho (OIT). Apoio: USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. (2009)

FERNANDEZ, C. B. **Os paradoxos do processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Estado do Amazonas (1999 – 2006)**, 2008. Tese (doutorado) Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social.

FERREIRA, N. T. **Cidadania: uma questão para educação.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

FERREIRA, Maria Helena Mariante e AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Introdução. In: FERREIRA, Maria Helena Mariante e AZAMBUJA, Maria Regina Fay de [et al]. **Violência sexual contra crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

FIGUEIREDO, K.; BOCHI, S. B. B. **Violência sexual: um fenômeno complexo.** Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2014.

FONSECA, Adriana de Castro; FARIA, Eliete do Carmo Garcia Verbena e. Práticas corporais infantis e currículo: ludicidade e ação no cotidiano escolar. In.: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da (Orgs.). **Corpo infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias do corpo.** Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

FROW, John e MORRIS, Meaghan. Estudos culturais. In.: DENZIN, Norma K. e LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FUZIWARA, Aurea Satomi; FÁVERO, Eunice Terezinha. A violência sexual e os direitos da criança e do adolescente. In.: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante ... [et al]. **Violência sexual contra crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

GABEL, Marceline (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus, 1997.

GANANÇA, Fernanda Fagundes; SHINODA, Luciana Messias. **Projeto conexão local: desenvolvimento sustentável de Juruti e entorno.** FGV – GV Pesquisa. UAESP, 2008.

GIROUX, Henry A. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional** – Novas políticas em educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GRUPO de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes. Disponível em: <<http://www.grupovioles.blogspot.com.br>> Acesso em: 24 de set. 2014.

GUEDES, Leonildo Nazareno do Amaral. **A participação das escolas de ensino fundamental de Breves/PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.** 220 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Orientador Prof^a Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2012.

GUERRA, Miguel Àngel Santos. O projeto de escola: uma tarefa comunitária, um projeto de viagem compartilhado. In.: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUIA ESCOLAR: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes/ Benedito Rodrigues dos Santos... et AL, Rita Ippólito: Coordenação Técnica 2. Ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2011.

GUIA TURISTICO DE JURUTI. ed. Nº 01 _ Julho de 2014 _ Ano I _ Juruti/Pará/Brasil

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE JURUTI. Disponível em :<<http://www.pmjuruti.pa.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdmun=100115063>>. Acesso em: 15 de mai. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Disponível em:< <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150390>>. Acesso em: 17 de junho de 2014.

IBRAM: Instituto Brasileiro de Mineração. **Alcoa é empresa parceiro do Pacto pela Educação em Juruti** (2014). Disponível em: <http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=236066> Acesso em: 27 de maio de 2015.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org. e Trad.). **O que é, afinal, estudos culturais?** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

JORNAL Online O Curumim. **O tempo é da infância.** Edição I – Ano I – Julho de 2011. Comitê de Desenvolvimento Comunitário de Juruti(PA). Instituto Camargo Corrêa. Disponível em:<
<http://www.institutocamargocorrea.org.br/Documents/BoletimCDCJuruti-1.pdf>>
 Acesso em: 03 de maio de 2014.

JORNAL Online Diário do Pará. **Pacto visa Pará sem abusos sexuais contra crianças,** 20/07/2014. Disponível em:<
<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-294440-pacto-visa-para-sem-abusos-sexuais-contracrianças.html>>Acesso em: 27 de Ago. de 2014.

JURUTI, Promotoria de Justiça de Juruti. **Recomendação Nº 004/2009-MP/PJJ,** de 26 de novembro de 2009.

KINCHELOE, Joe L.; McLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In.: DENZIN, Norma K. e LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAJOLO, M. Infância de papel e tinta. In.: FREITAS, M. C. (Org.) **História social da infância no Brasil.** 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LAMOUR, Martine. Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. In.: GABEL, Marceline (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual.** São Paulo: Summus, 1997.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual.** São Paulo: Cortez, 2011.

LEAL, Maria de Fátima P. e CÉSAR, Maria Auxiliadora. (Orgs.). **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças adolescentes.** Brasília: CECRIA, 1998.

LEAL, M. L. P. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe** (Relatório Final – Brasil) Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999. Disponível em:<
<http://www.comitenacional.org.br/files/biblioteca/88NURRB8AOESKV83TFUN.pdf>>
 Acesso em, 08 de abril de 2014.

LEITE, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In.: FREITAS, M. C. (Org.) **História social da infância no Brasil.** 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÓRIO, R. M. C. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. IN.: LIBÓRIO, R. & SOUZA, S. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.** reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia:

Universidade Católica de Goiás, 2004. Disponível em: <<http://www.books.google.com.br>> Acesso em: 14 de abr. de 2014.

LÍRIO, Flávio Corsini. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas do ensino fundamental do bairro do Guamá, Belém/PA.** Tese (Doutorado em Educação). Orientador Prof^a Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2012.

LOPES, Luis Otávio do Canto. **Conflito Socioambiental e (Re)Organização Territorial: Mineradora ALCOA e Comunidades Ribeirinhas do Projeto Agroextrativistas Juruti Velho, Município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil.** . Porto Alegre: UFRGS, 2012. 270 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LOPES, Jandicleide Evangelista; GONÇALVES, Maria Tereza; PAULA, Sandra Ramalho de. A perspectiva de rede para o enfrentamento da violência contra criança e adolescentes: abordagem para a realidade vivida. In.: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; LOPES, Evangelista; CARVALHO, Arianne. (Orgs.). **Por uma escola que protege:** a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa. Editora UFPR; Curitiba, Cátedra Unesco de Cultura da Paz UFPR, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCÃO, Renato; GENTIL, Plínio. **Crimes contra a dignidade sexual:** comentários ao título VI do Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso:** uma estratégia de pesquisa. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATRIZ Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Disponível em: < <http://www.sipia.gov.br/matriz/>> Acesso em: 28 de maio de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In.: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. PP. 61 – 77

_____. **Conceitos, teorias e tipologias de violência:** a violência faz mal a saúde. 2004. Impactos da violência na saúde. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/.../205631-conceitos_teorias_tipologias_violen...> Acesso em: 17 de Out. de 2013.

MOTTI, Antônio José Ângelo; FARIA, Thais Dumêt. (Orgs.). **Pair:** Programa de Ações Integradas e Referencias de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no território Brasileiro. Capacitação de Redes Locais – Cadernos de textos. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Programa Escola de Conselhos. Realização: Organização Internacional do Trabalho

(OIT). Apoio: USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. (2009)

MOTTI, Antônio José Ângelo; SANTOS, Joseleno Vieira dos. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. In.: MOTTI, Antônio José Ângelo; FARIA, Thais Dumêt. (Orgs.). **Pair**: Programa de Ações Integradas e Referencias de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no território Brasileiro. Capacitação de Redes Locais – Cadernos de textos. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. Programa Escola de Conselhos. Realização: Organização Internacional do Trabalho (OIT). Apoio: USAID- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. (2009)

PASSOS, Izabel C. Friche. **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Comissão Parlamentar de Inquérito**: instituída para apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Pará e especialmente na região do Marajó nos últimos cinco anos, Belém-Pará, 2010.

_____. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Comissão Parlamentar de Inquérito**- CPI-TH: Instituída para apurar denúncias de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, trabalho escravo e tráfico de órgãos no Estado do Pará. Belém-Pará, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Pará lança Plano Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Disponível em:< <http://www.seas.pa.gov.br/seas/artigos>> Acesso em: 28 de jul. de 2014.

_____. Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – 2014/2016 - Pará

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP. **Pro Paz**: por uma cultura de paz. Disponível em:< <http://www.segup.pa.gov.br/?q=node/101>> Acesso em: 24 de set. de 2014.

PEDERSEN, Raina Raqueli; GROSSI, Patrícia Krieger. O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In.: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante ... [et al]. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PERES, E. L. Da violência estrutural à violência doméstica contra crianças e adolescentes: aspectos conceituais. In.: SILVA, P. V. B.; LOPES, J. E.; CARVALHO, A. (Orgs.). **Por uma escola que protege**: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2008.

PLANO Decenal Municipal de Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual Contra Crianças e Adolescentes em Juruti –Pará: 2010 – 2019. Juruti – PA, maio de 2010.

PROJETO CONEXÃO LOCAL: desenvolvimento sustentável de Juruti, 2008.

PROJETO AÇÃO E PROTEÇÃO: enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Diocese de Óbidos, 2011.

PROJETO INDICADORES DE JURUTI: para onde caminha o desenvolvimento do município. Realização Fundação Getúlio Vargas, 2011.

PROJETO TECENDO A REDE. Disponível em: <<http://www.childhood.org.br>> Acesso em: 21 de set. de 2014.

RAMOS, F.P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In.: PRIORE, Mary Del. (Org.). **Historia das crianças no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 19 – 54.

ROCHA, L. F. A Violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha: alguns apontamentos. In.: MATTIOLI, O.C.; ARAÚJO, M. de F.; RESENDE, V. da R. (Coords). **A produção da violência na família e nas relações de gênero: estudos e pesquisas**. 1 ed. – Curitiba: Editora CRV, 2010.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Programa empoderando comunidades escolares para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Universidade Federal do Pará, 2010.

_____. **A escola e o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Estado do Pará**. 2010. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/41.pdf>> Acesso em: 25 de abr. 2012.

_____. **Reordenamento e integração de metodologias de enfrentamento ao abuso, exploração sexual e tráfico de pessoas: fortalecimento e articulação em redes de proteção às violações de direitos humanos e sexuais no Estado do Pará**. 2008. Disponível em: <http://www.ppped.belemvirtual.com.br/arquivos/File/projetos/projetopair_extensao_genylton.pdf> Acesso em: 25 de abr. 2012.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da; LEMOS, Flávia Cristina; LÍRIO, Flávio Corsini. **Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola**. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/fac/caduc/downloads/n38/10.pdf>> Acesso em: 25 de abr. 2012

ROSELLI-CRUZ, A. O abuso sexual na infância: conceitos básicos e medidas de prevenção. In.: SILVA, A. S.; SENA, E.; KASSAR, M. C. M. (Orgs). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005.

SANTOMÉ, F.T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In.: SILVA, T. T. **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 10 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2012, P. 155 – 172.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood – Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. (Orgs.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 2009.

SCACCHETTI, Daniela Muscari. **O tráfico de pessoas e o Protocolo de Palermo sob a ótica de direitos humanos**. Defensoria Pública da União, 2011. Disponível em:<http://www.dpu.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6540:o-traffic-de-pessoas-e-o-protocolo-de-palermo-sob-a-otica-de-direitos-humanos&catid=34noticia&itemid=223>Acesso em: 12 de Jul de 2014.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Disque 100**: Quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015oras, aos órgãos competentes para apuração das responsabilidades. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>. Acesso em: 28 de Out. de 2015.

SEGATO, R. L. Las Estructuras elementres de La violêencia: ensayos sobre gênero entre La antropologia, o psicoanalysis y los derechos humanos. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/ Prometeo, In: LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene (Coord.). **Violência doméstica**: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.p. 147.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; LOPES, Jandicleide Evangelista; CARVALHO, Arianne. (Orgs.). **Por uma escola que protege**: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa. Editora UFPR; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz, 2008.

SISTEMA de Gestão Pair. **Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR**. Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Disponível em:<<http://www.pair.ledes.net>>Acesso em: 21 de set. de 2014.

SOVIK, Liv. Introdução. In.: HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... [et al.]. 1ª edição atualizada – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STOLTZ, T.; WALGER, A. A. R. Violência contra crianças: exploração e abuso sexual. In.: SILVA, P. V. B.; LOPES, J. E.; CARVALHO, A. **Por uma escola que protege**: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Ponta Grossa,

Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2008, p. 161 – 174.

STOLTZ, T.; LOPES, J. **A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu e possibilidades de intervenção**. Revista Eletrônica Ciência da Educação, v. 3, n. 1, 2004. Disponível em <<http://www.revistas.facecla.com.br/index.php//reped/article/view/512>>. Acesso em: 08 de abril de 2014.

TOMKIEWICZ, Stanislaw. Violências e abusos sexuais em instituições para crianças e adolescentes. In.: GABEL, Marceline. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Buenos Aires/São Paulo: Clacso/Expressão Popular, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

VIEIRA, Andréa Silva. **Representação social de jovens-alunos de uma escola ribeirinha sobre exploração sexual juvenil nas balsas do Marajó e as implicações nas suas escolarizações**. 169 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – orientadora, Prof^a Dr.^a Ivany Pinto Nascimento. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Belém, 2011.

VIELLA, M. dos A. L.; VENDRAMINI, C. R. Consumindo corpos infantis e juvenis: o intrincado fenômeno da exploração comercial de crianças e jovens. In.: ARROYO, M. G.; SILVA, M. R. (Orgs.). **Corpo infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes no Brasil**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos latinos Americanos: Flaco Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf.2012/MapaViolencia2012_Crianca_e_Adolescente.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2014.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

KOSHIMA, Karin *et al.* Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. In.: **PAIR** - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro. Capacitação das Redes Locais Caderno de Textos, 2009. Disponível em:

KRÜGER, Kelly Berti e SILVA, Jorge Alexandre da. Violência sexual intrafamiliar: o papel da família na proteção de crianças e adolescentes. In.: KRÜGER, Kelly Berti; OLIVEIRA, Catielle Flôres (Orgs.). **Violência intrafamiliar: discutindo facetas e possibilidades**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEPICS/UFPA) - Complexo de Sala de Aula/ ICS – Sala 13 - Campus Universitário, nº 01, Guamá – CEP: 66075-110 - Belém-Pará. Tel/Fax. 3201-7735. E-mail: cepccs@ufpa.br.

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa intitulada **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti(PA)**. Os objetivos sistematizados são: **Geral:** Analisar as ações de enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes pelas escolas do município de Juruti (PA). **Específicos:** Analisar historicamente o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no panorama nacional, regional e local considerando os impactos do fenômeno no contexto da educação escolar; Analisar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes a nível local e o papel da escola nesse processo; Analisar as ações desenvolvidas pelas escolas públicas no que respeita ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Para participar é necessário que você leia este documento com atenção, uma vez que pode conter palavras que você não entenda, e que posso esclarecer. Ressalto que sua decisão em participar deste estudo é voluntária e você não será pago por sua participação, assim como não terá nenhum custo. Assim sendo, caso decida participar, deverá assinar esse termo de consentimento. Contudo, poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

A pesquisadora responsável pelo estudo irá coletar informações fornecidas por você, por meio de conversações, e também, se for possível capturar imagens. Em todos esses registros seu nome será substituído salvaguardando o anonimato, caso você não queira sua identificação oficial. Todas as informações e imagens serão confidenciais, e sua participação não envolverá desconforto ou riscos. O conteúdo das conversações e as imagens serão usadas como a análise da pesquisa, e podem também ser usados em publicações científicas pela pesquisadora. Estarão garantidas todas as informações que você queira, antes durante e depois da pesquisa e caso tenha alguma dúvida com relação à pesquisa, entre em contato com a responsável pelo estudo (Marilene Maria Aquino Castro de Barros – Cel. (91) 983711 0017 e (91) 99332 4065).

Autorização: Li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão me acarrete problemas. Eu entendi que não haverá problema com relação à pesquisa e que a mesma não acarretará custos ou danos para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Juruti(PA), _____ de _____ de 2015.

Assinatura do(a) participante

Marilene Maria Aquino Castro de Barros - pesquisadora

APÊNDICE B: ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – CONSELHO TUTELAR

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Curso: Doutorado em Educação
Linha de Pesquisa: Educação: Currículo, Epistemologia e História
Doutoranda: Marilene Maria Aquino Castro de Barros
Orientador: Prof^o Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha

Tese de Doutorado:
Tema: Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

Título: **A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR GRANDES PROJETOS: UM ESTUDO DE CASO EM JURUTI – REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARÁ.**

**PESQUISA DIAGNÓSTICA SOBRE O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES EM JURUTI(PA)**

Data: ___/___/2013 **Município:** _____
Instituição: Conselho Tutelar
Responsável pelo preenchimento (função): _____

QUESTIONÁRIO

Quadro I – Quantitativo de casos de violência Sexual praticada contra crianças e adolescentes

TIPO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abuso sexual						
Exploração sexual						
Tráfico humano com fins de exploração sexual						
Total						

Quadro II – Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

IDADE DAS VÍTIMAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Criança (0 a 11 anos)						
Adolescente (12 a 18 anos)						
Total						
GÊNERO DAS VÍTIMAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Masculino						
Feminino						
Total						

Quadro III – Perfil dos que praticam violência sexual contra crianças e adolescentes

FAIXA ETÁRIA DOS AGRESSORES	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Adolescentes (12 a 18 anos)						
Jovens (19 a 25anos)						
Adulto (26 a 59 anos)						
Idoso (acima de 60 anos)						
Total						
GÊNERO DOS AGRESSORES	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Masculino						
Feminino						
Total						

Quadro IV – Relação do/a agressor/a com a vítima

RELAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Desconhecido						
Vizinho						
Pai						
Mãe						
Padrasto						
Avô						
Avó						
Tio						
Tia						
Primo						
Prima						
Profissional da educação						
Religioso (padre, pastor, etc.)						
Outros						

Quadro V – Tipo de denúncia recebida

TIPO DE DENÚNCIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Anônima						
Identificada (pessoa física)						
Identificada (encaminhada por órgão público)						

Quadro VI – Autor da denúncia

AUTOR DA DENÚNCIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Familiar						
Vizinho						
Vítima						
Profissional da Educação						
Agente de saúde (auxiliar de enfermagem, enfermeiro, etc.)						
Desconhecido						
Outro						

Quadro VII – Encaminhamento dos casos

TIPO DE ENCAMINHAMENTO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Unidade de saúde						
CREAS						
Abrigo						
Delegacia de polícia						
Ministério Público						
Arquivamento						

Quadro VIII – Localização das ocorrências

ZONAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Urbana						
Rural						
Não identificado						

Obs.:

APÊNDICE C: ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO - ESCOLA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Curso: Doutorado em Educação

Linha de Pesquisa: Educação: Currículo, Epistemologia e História

Doutoranda: Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Orientador: Prof^o Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha

Tese de Doutorado:

Tema: Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

Título: **A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR GRANDES PROJETOS: UM ESTUDO DE CASO EM JURUTI – REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARÁ.**

PESQUISA DIAGNÓSTICA SOBRE O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES EM JURUTI(PA)

Data: ___/___/ 2013

Município: _____

Instituição Escolar: _____

Responsável pelo preenchimento (função): _____

QUESTIONÁRIO

a) A escola identificou algum caso ou suspeita de violência sexual contra criança e adolescente?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, quais providências foram tomadas?

• Ao tomar conhecimento de um caso de violência sexual contra criança e adolescente, que órgão você acionaria?

() Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente

() Polícia Militar

() Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

() Conselho Tutelar

() Disque Denúncia Nacional (100)

() Polícia Civil

() Juizado da Infância e Juventude

() Polícia Federal

() Unidade de Saúde

() Ministério Público

() CREAS

Outros?

Não sabe.

b) A comunidade escolar participou de alguma formação sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes?

Sim Não

Em caso afirmativo:

Qual o tipo de formação? _____

Quem promoveu? _____

Qual período e carga horária? _____

Quais conteúdos foram abordados? _____

Foi fornecido algum material didático, especifique:

Cartilha

Folder

Material audiovisual

Material digitalizado

Outros.

Quais: _____

c) A escola desenvolveu ou desenvolve alguma ação voltada ao enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente?

Sim Não

* Em caso afirmativo, especifique:

Tipo de ação: _____

Responsável: _____

Público Participante: _____

Período de Execução: _____

d) O tema da violência sexual contra criança e adolescente é abordado no currículo da escola?

Sim Não

Em caso afirmativo, de que maneira?

e) Se sua comunidade escolar não desenvolveu nenhuma ação de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, destaque os motivos:

Não há casos identificados pela escola.

Os profissionais não estão preparados para abordar o assunto.

Dificuldade dos profissionais em identificar e encaminhar os casos de violência sexual.

Pouca participação da família junto a escola.

- Resistência da comunidade escolar em abordar a temática.
 Falta de apoio do órgãos governamentais (secretarias de educação, saúde, assistência social).
 Não há recursos financeiros para desenvolvimento de ações dessa natureza.
 Dificuldade de parceria / articulação com o Conselho Tutelar.

Outro motivo? _____

* Observação: Pode ser marcada mais de uma opção.

f) Há interesse da comunidade escolar em desenvolver alguma ação de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente?

Sim Não

Em caso afirmativo, que tipo de ação:

Palestra Oficina Curso de aperfeiçoamento Campanhas

Outros? _____

APÊNDICE D: ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO - CRAS

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Curso: Doutorado em Educação

Linha de Pesquisa: Educação: Currículo, Epistemologia e História

Doutoranda: Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Orientador: Profº Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha

Tese de Doutorado:

Tema: Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

Título: A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR GRANDES PROJETOS: UM ESTUDO DE CASO EM JURUTI – REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARÁ.

**PESQUISA DIAGNÓSTICA SOBRE O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES EM JURUTI(PA)**

Data: ___/___/2013

Município: _____

Instituição: CRAS

Responsável pelo preenchimento (função): _____

QUESTIONÁRIO

Quadro I – Quantitativo de casos de violência Sexual praticada contra crianças e adolescentes

TIPO DE VIOLÊNCIA SEXUAL	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abuso sexual						
Exploração sexual						
Tráfico humano com fins de exploração sexual						
Total						

Quadro II – Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

IDADE DAS VÍTIMAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Criança (0 a 11 anos)						
Adolescente (12 a 18 anos)						
Total						
GÊNERO DAS VÍTIMAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Masculino						
Feminino						
Total						

Quadro III – Perfil dos que praticam violência sexual contra crianças e adolescentes

FAIXA ETÁRIA DOS AGRESSORES	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Adolescentes (12 a 18 anos)						
Jovens (19 a 25anos)						
Adulto (26 a 59 anos)						
Idoso (acima de 60 anos)						
Total						
GÊNERO DOS AGRESSORES	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Masculino						
Feminino						
Total						

Quadro IV - Relação do/a agressor/a com a vítima

RELAÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Desconhecido						
Vizinho						
Pai						
Mãe						
Padrasto						
Avô						
Avó						
Tio						
Tia						
Primo						
Prima						
Profissional da educação						
Religioso (padre, pastor, etc.)						
Outros						

Quadro V – situação socioeconômica da família das vítimas atendidas pelo serviço

RENDIMENTO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abaixo de ½ salário de referência						
Até ½ salário de referência						
Acima de ½ a 1 salário de referência						
De 1 a 5 salários de referência						
De 5 a 10 salários de referência						
Acima de 10 salários de referência						
Total						

Quadro VI – Instituição que fez o encaminhamento

AUTOR	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Conselho Tutelar						
Unidade de Saúde						

Assistência Social						
Delegacia (da Mulher, etc.)						
Total						

Quadro VII – Procedência das vítimas

ZONAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Urbana						
Rural						
Não identificado						

Obs.:

**APÊNDICE E: ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – DELEGACIA DE
POLICIA CIVIL**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Curso: Doutorado em Educação

Linha de Pesquisa: Educação: Currículo, Epistemologia e História

Doutoranda: Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Orientador: Profº Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha

Tese de Doutorado:

Tema: Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

Título: A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR GRANDES PROJETOS: UM ESTUDO DE CASO EM JURUTI – REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARÁ.

**PESQUISA DIAGNÓSTICA SOBRE O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES NO ESPAÇO ESCOLAR**

Data: ___/___/2013 **Município:** _____

Instituição: Delegacia de Polícia Civil

Responsável pelo preenchimento (função): _____

QUESTIONÁRIO

Quadro I – Tipo de violência Sexual praticada contra crianças e adolescentes

Tipo de violência sexual	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Abuso sexual						
Exploração sexual						
Tráfico com fins de exploração sexual						
Total						

Quadro II – Tipo de denúncia

Tipo de denúncia	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Anônima						
Identificada (pessoa física)						
Identificada (encaminhada por órgão público)						

Quadro III – Autor da denúncia

Autor da denúncia	2007	2008	2009	2010	2011	2012

Familiar						
Vizinho						
Vítima						
Escola						
Conselho Tutelar						
Desconhecido						
Outro						

Quadro IV – Encaminhamento dos casos

Tipo de encaminhamento	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Arquivamento						
Abertura de Inquérito						
Instauração de processo judicial						

Quadro V – Perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Idade das vítimas	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Criança (0 a 11 anos)						
Adolescente (12 a 18 anos)						
Total						
Masculino						
Feminino						
Total						

Quadro VI – Perfil dos que praticam violência sexual contra crianças e adolescentes

Perfil dos que praticam	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Adolescentes (12 a 18 anos)						
Jovens (19 a 25anos)						
Adulto (26 a 59 anos)						
Idoso (acima de 60 anos)						
Total						
Masculino						
Feminino						
Total						

Quadro VII - Relação do/a agressor/a com a vítima

Relação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Desconhecido						
Vizinho						
Pai						
Mãe						
Padrasto						
Avô						
Avó						
Tio						
Tia						

Primo						
Prima						

Quadro VIII – localização das ocorrências

Bairros	2007	2008	2009	2010	2011	2012

Obs.

**APÊNDICE F: ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO – SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Curso: Doutorado em Educação

Linha de Pesquisa: Educação: Currículo, Epistemologia e História

Doutoranda: Marilene Maria Aquino Castro de Barros

Orientador: Profº Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha

Tese de Doutorado:

Tema: Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes

Título: A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR GRANDES PROJETOS: UM ESTUDO DE CASO EM JURUTI – REGIÃO OESTE DO ESTADO DO PARÁ.

**PESQUISA DIAGNÓSTICA SOBRE O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTES NO ESPAÇO ESCOLAR**

Data: ___/___/2013

Município: _____

Secretaria Municipal de Saúde

Responsável pelo preenchimento (função): _____

QUESTIONÁRIO

a) A Instituição identificou algum caso ou suspeita de violência sexual contra criança e adolescente?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, quais providências foram tomadas?

• Ao tomar conhecimento de um caso de violência sexual contra criança e adolescente, que órgão você acionaria?

() Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente

() Polícia Militar

() Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

() Conselho Tutelar

() Disque Denúncia Nacional (100)

() Polícia Civil

() Juizado da Infância e Juventude

() Polícia Federal

() Unidade de Saúde

- () Ministério Público
 () CREAS
 () Outros?

() Não sabe.

b) A comunidade dos agentes de saúde participou de alguma formação sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes?

() Sim () Não

Em caso afirmativo:

Qual o tipo de formação? _____

Quem promoveu? _____

Qual período e carga horária? _____

Quais conteúdos foram abordados? _____

Foi fornecido algum material didático, especifique:

- () Cartilha
 () Folder
 () Material audiovisual
 () Material digitalizado
 () Outros.

Quais: _____

c) A Secretaria de Saúde desenvolveu ou desenvolve alguma ação voltada ao enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente?

() Sim () Não

* Em caso afirmativo, especifique:

Tipo de ação: _____

Responsável: _____

Público Participante: _____

Período de Execução: _____

d) Se a Secretaria não desenvolveu nenhuma ação de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, destaque os motivos:

- () Não há casos identificados pela Secretaria de Saúde.
 () Os profissionais não estão preparados para abordar o assunto.
 () Dificuldade dos profissionais em identificar e encaminhar os casos de violência sexual.
 () O silenciamento da família frente ao problema.
 () Resistência da comunidade de saúde em abordar a temática.
 () Falta de apoio do órgãos governamentais
 () Não há recursos financeiros para desenvolvimento de ações dessa natureza.
 () Dificuldade de parceria / articulação com o Conselho Tutelar.

Outro motivo? _____

* Observação: Pode ser marcada mais de uma opção.

**APENDICE G: ROTEIRO PARA ENTREVISTA – PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Pesquisa (Trabalho de Tese de Doutorado): *A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti(PA)*

Pesquisadora: *Marilene Maria Aquino Castro de Barros*

Orientador: *Prof.º Dr.º Genylton Odilon Rego da Rocha*

A. DADOS PESSOAIS E DE FORMAÇÃO

01- Nome (ou anônimo) _____

02- Formação

- Formação acadêmica _____
- Instituição _____
- Função _____
- Tempo de exercício na profissão _____
- Disciplina (s) _____
- Ensino Fundamental () série (s) _____
- Ensino Médio () série (s) _____
- Escola () pública () privada () conveniada
- Trabalha em quantas escolas _____
- Trabalha no período () matutino () vespertino () noturno
- Número de aulas semanais / carga horária trabalhada _____
- Média de alunos por sala _____ Número total de alunos _____

**B. ENTENDIMENTO/CONHECIMENTO SOBRE O FENÔMENO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL (EXPLORAÇÃO SEXUAL) CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

03- Que conceito ou significado você atribui à prática da violência sexual contra crianças e adolescentes?

04- Que tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes você tem informação?

- 05- Você já conhece ou já ouviu de alguém sobre casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes? Qual é seu posicionamento em relação ao fato?
- 06- Que procedimentos você considera que seja pertinente tomar em caso de suspeita ou conhecimento de exploração sexual contra crianças e adolescentes?

C. FORMAÇÃO CONTINUADA

- 07- Enquanto profissional da educação, você participou ou participa de formação continuada que trate do fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes? Se sim, quais formações e quais seus objetivos?
- 08- Você considera importante ter acesso a essas formações? Por que?
- 09- Quais aprendizagens mais significativas você já adquiriu em relação ao enfrentamento a exploração sexual contra crianças e adolescentes?
- 10- Que instituições ofereceram ou ofereceram essas formações?

D. AÇÃO DE ENFRENTAMENTO: TRABALHO DOCENTE

- 11- Você desenvolve trabalhos, projetos, outras estratégias metodológicas nas suas práticas pedagógicas sobre a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes, enfatizando a exploração sexual?
- 12- Se desenvolve, de que forma são realizadas essas práticas e qual é a finalidade delas.
- 13- Você já se deparou, na sua sala de aula, com crianças ou adolescente que estivesse vivendo em estado de exploração sexual?
- 14- Se já se deparou, que atitudes tomou?
- 15- Você sentiu dificuldades em lidar com o caso, por que?
- 16- Se você ainda não vivenciou nenhum caso, mas caso viesse a vivenciar, como você lidaria com ele?

E. PAPEL DA ESCOLA

18. Na escola onde você trabalha, há algum tipo de trabalho que seja realizado pela comunidade escolar em relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?
19. Se tem, qual é a finalidade e os objetivos do projeto e que atores são chamados à participar?

**APENDICE H: ROTEIRO PARA ENTREVISTA –PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO**

SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

1- Você tem conhecimento sobre as políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, tais como:

a) Nacional:

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013);

Guia Escolar: Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2011);

b) Nível Estadual:

Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – 2014/2016;

c) Nível Local:

Plano Decenal Municipal: Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes – 2010/2019;

Guia de Referência: Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual (2009).

**APÊNDICE I: ROTEIRO PARA ENTREVISTA – EX-CONSELHEIRAS
TUTELARES DE JURUTI (PA)**

- 1- Em linhas gerais como a senhora observou, então como Conselheira Tutelar, o advento da implantação da Mina ALCOA Juruti e as questões sociais que o município passou a vivenciar, especialmente em relação ao fenômeno da exploração sexual contra crianças e adolescentes e as políticas públicas local implementadas para o enfrentamento desse fenômeno?

- 2- Como aconteceu a articulação para a elaboração do Plano Decenal Municipal: Enfrentamento a Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes – 2010/2019? As escolas estiveram presentes nesse processo?